



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Mariana Castro Barreira

A VIDA E A MORTE DAS COMUNIDADES
LAICAS E ECLESIASTICAS DA PARÓQUIA
MEDIEVAL DE SÃO BARTOLOMEU DE
COIMBRA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO
TIMELINK

Dissertação de Mestrado em História – ramo de Idade Média, orientada pela
Doutora Maria Amélia Álvaro de Campos e pela Professora Doutora Ana Isabel
Ribeiro, apresentada na Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia
e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Julho de 2023

FACULDADE DE LETRAS

A VIDA E A MORTE DAS COMUNIDADES LAICAS E ECLESIAÍSTICAS DA PARÓQUIA MEDIEVAL DE SÃO BARTOLOMEU DE COIMBRA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO TIMELINK

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do Timelink
Autora	Mariana Castro Barreira
Orientadoras	Doutora Maria Amélia Álvaro de Campos Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro
Júri	Presidente: Professora Doutora Maria do Rosário Morujão Vogais: 1. Professora Doutora Maria Cristina Guardado 2. Doutora Maria Amélia Álvaro de Campos
Identificação do Curso	2º Ciclo em História – ramo de Idade Média
Data da defesa	07-07-2023
Classificação	18 valores





CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

CHSC

CENTER FOR THE
HISTORY OF SOCIETY
AND CULTURE

· Commemortis ·

Trabalho financiado por fundos nacionais (PIDDAC), através da FCT (I.P./MCTES), no âmbito do projeto exploratório *COMMEMORTis – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval*, com referência EXPL/HAR-HIS/0532/2021

Agradecimentos

Após um ano trabalhoso, repleto de desafios, reconheço que sem o apoio e ajuda incondicional daqueles que me rodeiam teria sido um percurso penoso. Aproveito, assim, para agradecer por escrito a um conjunto de pessoas que acompanharam e contribuíram para a conclusão deste capítulo académico.

Antes de mais, às minhas orientadoras, Doutora Maria Amélia Álvaro de Campos e Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro, a quem devo um especial obrigado pelo voto de confiança que depositaram em mim com a integração no Projeto Exploratório *COMMEMORtis*. Para além disso, no decorrer deste ano de trabalho, agradeço pelas contínuas orientações, correções e sessões de esclarecimento, com as quais adquiri e aprofundei conhecimentos e consolidei a motivação para desenvolver esta dissertação e outros trabalhos no âmbito do projeto *COMMEMORtis*.

À Doutora Maria Amélia Álvaro de Campos, pela orientação atenta e disponível que não cessou até à entrega final desta dissertação. Um agradecimento sincero pela paciência e compreensão das minhas dúvidas e frustrações que surgiram em todas as fases de redação desta investigação.

À Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro pela dedicação infinita à correção do conjunto de dados inseridos no sistema de gestão de bases de dados que permitiu esta análise. Agradeço a clareza, rigor e total disponibilidade na correção e solução de qualquer constrangimento ou questão que a metodologia impusesse.

Ao Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC), em particular ao seu Coordenador Científico, o Professor Doutor José Pedro Paiva, o meu obrigado pelo acolhimento enquanto colaboradora do CHSC e pelas oportunidades únicas que o Centro me proporcionou, ao longo deste ano, permitindo-me participar em atividades científicas que promoveram novos conhecimentos e novas experiências.

Nos momentos mais solitários, valeu-nos o apoio incondicional de quem nos é querido.

Aos meus colegas e amigos agradeço o apoio e cuidado demonstrado no decurso da elaboração desta investigação. Especialmente à amiga e colega Beatriz Póvoas, o meu obrigado pelas longas conversas que sustentam a nossa amizade, e ao amigo e colega Gabriel Bonora, que na

mesma posição de bolsheiro do Projeto *COMMEMORTis*, me acompanhou com dúvidas e dificuldades que, no final, levaram à resolução de questões coletivas.

Aos meus Pais, que, acima de tudo souberam respeitar o cansaço, as ausências e as impaciências. Um sincero e carinhoso obrigada aos dois por me apoiarem incondicionalmente, em todos os momentos da minha vida.

À minha Avó, por ter sempre uma palavra querida e uma mão amiga para me consolar.

Ao Tomás e à sua família, por me acompanharem ao longo de todo o meu percurso académico, sem os seus conselhos e orientações não teria chegado aqui. Em especial ao Tomás, o meu amparo e força ao longo destes anos nos bons e maus momentos.

RESUMO

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

A presente dissertação pretende analisar um conjunto de aspetos que integravam e compunham a igreja colegiada e a paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra, entre os séculos XII e XV. Dada a importância de corresponder à informatização do mundo contemporâneo, procuramos desenvolver o presente estudo histórico com o apoio de uma ferramenta informática, que reflete essa adaptação e integração tecnológica. Em primeiro lugar, deslindamos as fontes documentais que sustentaram esta dissertação e, de seguida, a referida metodologia, que tem por base o sistema de gestão de bases de dados, o *Timelink*. Posteriormente, apresentamos a contextualização da igreja e paróquia de S. Bartolomeu na Idade Média, percorrendo brevemente aspetos institucionais e arquitetónicos. Abordamos, ainda, o património imobiliário da colegiada de S. Bartolomeu, evocando a sua composição e localização no contexto urbano. Na terceira e quarta parte do estudo, consideramos as três comunidades que S. Bartolomeu acolhia: uma comunidade eclesíástica, uma comunidade laica e, por fim, uma comunidade de pessoas que se faziam celebrar nesta paróquia. Assente nas três comunidades identificadas, desenvolvemos uma análise que visa revelar, primeiro, as comunidades familiares residentes na paróquia de S. Bartolomeu, atendendo às relações de sangue, matrimónio e de serviço detetadas, e, em segundo, as comunidades socioprofissionais que os paroquianos ocupavam. Finalmente, considerando o conjunto de pessoas que se faziam celebrar e registar no Obituário de S. Bartolomeu, analisamos a conjuntura da morte nesta instituição entre o século XII e o século XV, evidenciando o elo de ligação entre a vida e a morte, por via de doações materiais. Por fim, esperamos alcançar um quadro revelador de aspetos e tendências de índole social, económico, cultural e urbano que constituíam o cenário medieval de S. Bartolomeu.

Palavras-chave: Paróquia urbana; Humanidades Digitais; Comunidades medievais; S. Bartolomeu de Coimbra; Comemoração da morte.

ABSTRACT

The Life and Death of lay and ecclesiastical communities of the medieval parish of São Bartolomeu of Coimbra: an approach from *Timelink*

The present dissertation aims to analyze a set of aspects that integrated and composed the collegiate church and the parish of S. Bartolomeu of Coimbra, between the 12th and 15th centuries. Given the importance of corresponding to the computerization of the contemporary world, we seek to develop this historical study with the support of an informatics tool, that reflects this adaptation and technological integration. Firstly, we unravel the documental sources that supported this dissertation and, then, the methodology, which is based on the *Timelink* database management system. Subsequently, we present the contextualization of the church and parish of S. Bartolomeu in the Middle Ages, briefly covering institutional and architectural aspects. We also address the real estate of the collegiate church of S. Bartolomeu, evoking its composition and location in the urban context. In the third and fourth parts of the study, we consider the three communities that S. Bartolomeu welcomed: an ecclesiastical community, a lay community and, finally, a community of people who were celebrated in this parish. Based on the three identified communities, we develop an analysis which aims to reveal, firstly, the family communities residing in the parish of S. Bartolomeu, taking into account the relations of blood, marriage and service detected, and, secondly, the socio-professional communities that the parishioners occupied. Finally, considering the set of people who were celebrated and recorded in the Obituary of S. Bartolomeu, we analyze the conjuncture of death in this institution between the 12th century and the 15th century, highlighting the link between life and death through material donations. At last, we hope to achieve a revealing picture of social, economic, cultural and urban aspects and tendencies that constituted the medieval setting of S. Bartolomeu.

Keywords: Urban Parish; Digital Humanities; Medieval Communities; S. Bartolomeu of Coimbra; Commemoration of death.

Lista de Abreviaturas:

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

c. – concelho

cap. – capítulo

cax. - caixa

cit. - citado

Col. - colegiada

coord. - coordenação

cx. – caixa

dep. - depósito

dir. - direção

doc. - documento(s)

ed. - edição(ões)

fl. - fólho(s)

freg. - freguesia

gav. - gaveta

incorp. - incorporação

liv. - livro(s)

m. - maço(s)

móv. - móvel

org. - organizado

p. - página

perg. - pergaminho(s)

pp. - páginas

publ. - publicado

s/n – sem número

sec.-secção

t. - tomo(s)

v. - verso

Índice

Introdução	1
1. Abordagem metodológica: fontes e base de dados	14
1.1 As fontes.....	15
1.1.1 O obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra	16
1.1.2 Outros documentos com referências à igreja e paróquia de São Bartolomeu de Coimbra.....	21
1.2 A construção da base de dados através do sistema <i>Timelink</i>	26
1.2.1 Construção da base de dados: notação e importação dos dados; identificação das pessoas e bens.	28
2. A Paróquia de S. Bartolomeu	36
2.1 A inserção urbana de S. Bartolomeu	37
2.2 A igreja de S. Bartolomeu	42
2.2.1 Breve história institucional.....	42
2.2.2 As transformações do templo	44
2.3 O património imobiliário de S. Bartolomeu com implantação urbana	48
2.3.1 Identificações toponímicas e caracterização da paisagem de S. Bartolomeu	49
2.3.2 Localização e composição do património imóvel	54
2.3.3 Reconstituição do património imobiliário	68
2.4 O património imobiliário com implantação rural.....	75
3. Comunidades de São Bartolomeu	82
3.1 Comunidades familiares	85
3.2 Comunidades socioprofissionais	97
3.2.1 Grupos clericais	97
3.2.2 Grupos laicos	106

4. O investimento na memória e na comemoração individual e familiar depois da morte	
.....	120
4.1 A fundação de aniversários	122
4.2 As cerimónias de sufrágio	130
Conclusão	140

Índice de Tabelas:

Tabela 1 Cronologia da redação das inscrições	20
Tabela 2 Tipo e frequência das distribuições.	138

Índice de Figuras:

Figura 1 Proposta cartográfica da área da Freguesia medieval de São Bartolomeu.	41
Figura 2 Localização do património imobiliário de S. Bartolomeu (freg. medieval de Santiago, de S. João de Santa Cruz e de Santa Justa)	65
Figura 3 Localização do património imobiliário de S. Bartolomeu (freg. atual de Santa Clara)	77
Figura 4 Localização do património rústico de S. Bartolomeu (arredores)	79

Índice de Gráficos:

Gráfico 1 Representação das tipologias documentais	24
Gráfico 2 Distribuição cronológica da documentação	25
Gráfico 3 Número de prédios urbanos.	56
Gráfico 4 Número de propriedades de equipamentos de transformação.	59
Gráfico 5 Tipologias de propriedade rústica	76
Gráfico 6 Distribuição cronológica do tecido socioprofissional de S. Bartolomeu	118
Gráfico 7 Destinatários das celebrações no obituário de S. Bartolomeu	129
Gráfico 8 Número de orações encomendadas (por clérigos e leigos, homens e mulheres) ...	136
Gráfico 9 Frequência de cada missa específica.....	137

Índice de Anexos:

Anexo 1 Distribuição cronológica das inscrições sem datação (Obituário de S. Bartolomeu)	160
Anexo 2 Distribuição cronológica das inscrições datadas (Obituário de S. Bartolomeu)	160
Anexo 3 Tipologia e distribuição cronológica da documentação recolhida	161
Anexo 4 Imagem ilustrativa do processo de notação da fonte documental	162
Anexo 5 Imagem ilustrativa da tradução do ficheiro importado.....	162
Anexo 6 Imagem ilustrativa do processo de importação do ficheiro	163
Anexo 7 Interface de <i>Timelink</i> para exploração de dados pelos diferentes grupos (atributos, funções e relações)	163
Anexo 8 Ficha biográfica de Afonso Domingues (Exemplo de pessoa real).....	164

Anexo 9 Ficha biográfica de Mestre Gonçalo (Exemplo de pessoa real)	164
Anexo 10 Imagem ilustrativa da fórmula de duas inscrições em notação informática	164
Anexo 11 Função "referido/a" no exemplo de Aparício Domingues e D. Pedro.....	165
Anexo 12 Imagem ilustrativa da sobreposição da planta do templo românico (proposta de Jorge de Alarcão) e do templo atual	166
Anexo 13 Imagem ilustrativa das plantas (românica e atual) no espaço	166
Anexo 14 Proposta de disposição de propriedades junto do adro medieval de S. Bartolomeu	167
Anexo 15 Património de S. Bartolomeu de implantação urbana	167
Anexo 16 Imagem da reconstituição da casa (1º tipo)	168
Anexo 17 Imagem da reconstituição da casa (3º tipo)	168
Anexo 18 Localização de património rústico de S. Bartolomeu (fora do distrito)	168
Anexo 19 Ficha biográfica de Pedro Afonso (caso de segundas núpcias).....	169
Anexo 20 Ficha biográfica de André Esteves (caso de relação de serviço).....	169
Anexo 21 Ficha biográfica de Catarina Esteves (caso de relação de serviço)	169
Anexo 22 Piores de S. Bartolomeu	170
Anexo 23 Raçoeiros de S. Bartolomeu	176
Anexo 24 Cónegos de S. Bartolomeu	184
Anexo 25 Capelães de S. Bartolomeu	186
Anexo 26 Tesoureiros de S. Bartolomeu	188
Anexo 27 Prebendeiros de S. Bartolomeu	189
Anexo 28 Ficha biográfica de Antão Garcia (pessoa real).....	189
Anexo 29 Distribuição cronológica do tecido socioprofissional de S. Bartolomeu.....	190
Anexo 30 Grupos socioprofissionais da comunidade laica residente em S. Bartolomeu	190

Introdução

Após a conquista definitiva pelo exército cristão, em 1064, Coimbra, que no século VI passara a ser a sede do bispado de *Conimbriga*, organizaria paulatinamente o seu povoamento em torno das suas igrejas. Quando, algumas décadas depois, D. Afonso Henriques escolhia esta antiga *civitas* para sua residência, esta constituía-se como um território multifacetado, quer do ponto de vista social, político e cultural, uma vez que nela se encontraram, anteriormente, diferentes ideologias políticas e militares (cristã e muçulmana). A cidade evidenciava também uma localização geográfica privilegiada e estratégica. Estes são alguns dos aspetos marcantes do perfil urbano, social e cultural da cidade. Eleita como lugar de residência do infante Afonso Henriques e da sua corte, Coimbra ganhava assim o protagonismo de primeira cidade política do futuro reino, em processo de conquista territorial. Dividida em duas grandes zonas, a alta e a baixa, que se estruturaram, gradualmente, em diferentes células eclesiásticas designadas como núcleos de administração, as paróquias¹.

A zona alta, nomeadamente o intramuros ou Almedina, rodeada por um anel defensivo, caracterizava-se por nela se encontrarem os edifícios de poder concelhio e militar – a alcáçova e o castelo –, e ainda, cinco paróquias que preenchiam a zona muralhada. No sopé da colina conimbricense, no extramuros ou arrabalde, a partir de 1131², encontrávamos quatro circunscrições eclesiásticas tuteladas pelas igrejas de S. Bartolomeu, de Santiago, de S. João de Santa Cruz e de Santa Justa. Estas implantavam-se no percurso da antiga via romana que ligava *Olissipo a Bracara Augusta*³.

O presente estudo visa o arrabalde de Coimbra, mais precisamente, o extremo oeste da cidade, enquadrado na paróquia de S. Bartolomeu e foi desenvolvido em duas vertentes: a da implementação de uma metodologia exploratória, com a utilização de uma ferramenta informática, e a da elaboração de uma investigação historiográfica. Na primeira, procuramos

¹ Leontina Ventura, “Coimbra medieval – uma cidade em formação”, in Adília Alarcão (coord.), *Museu Nacional de Machado de Castro —Inventário da coleção de ourivesaria medieval (séculos XII-XV)*, Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004, p. 16-17.

² Data de fundação do mosteiro de cónegos regrantes de Santa Cruz. Ver: Armando Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

³ Jorge Alarcão, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 25.

testar a aplicabilidade de um sistema de gestão de bases de dados digital numa análise histórica, na segunda, estabelecemos os seguintes objetivos: caracterizar e reconstituir o espaço que S. Bartolomeu ocupava, estudar o perfil familiar e socioprofissional da paróquia, e, finalmente, refletir sobre a forma que as comunidades ligadas à igreja de São Bartolomeu de Coimbra se faziam comemorar depois da morte.

Para isso, compilámos um *corpus* documental sólido que permitisse fundamentar a investigação, de seguida, implementámos um sistema informático, com vista à construção de uma base de dados e à otimização da sua análise e, por fim, procurámos compreender e interpretar as conclusões, com recurso a leituras bibliográficas nacionais e internacionais. Todo este processo será detalhado e descrito mais à frente. Por ser um tema que se subdivide em diferentes campos historiográficos – como história urbana, história social e história da morte – achámos pertinente, nesta breve introdução, refletir sobre os diferentes aspetos consolidados ao longo deste estudo.

Com efeito, o principal objetivo deste projeto foi reconstituir as comunidades da paróquia de S. Bartolomeu através da análise das redes familiares, socioprofissionais e espirituais. Para isso, foi necessário estabelecer uma cronologia e uma população de análise. Para a primeira questão, optámos por seguir o intervalo cronológico estabelecido por Cristina Guardado⁴ na sua dissertação de Mestrado – 1126 e 1412 – para o qual, a Autora transcreveu e publicou a documentação produzida pela respetiva colegiada.

No que diz respeito à população a analisar, pensámos em três grupos: a comunidade eclesiástica da colegiada de São Bartolomeu, a comunidade laica que residia na paróquia de São Bartolomeu e a comunidade (de leigos e eclesiásticos) que se fazia celebrar e comemorar, depois da morte, na paróquia. Estes são três grupos operativos para se pensar a análise, mas não três grupos estanques ou desarticulados entre si. Por exemplo, o terceiro grupo que identificámos integra indivíduos de ambos os sexos pertencentes aos dois primeiros. Cremos que ao longo deste trabalho, essas questões serão evidentes.

Assim, o universo social em análise inclui clérigos, leigos/as e os indivíduos que se fazem celebrar na igreja de S. Bartolomeu. Primeiramente, apesar de a comunidade eclesiástica

⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (das origens ao início do séc. XV)*, vol. I-II, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000 (Dissertação de Mestrado).

da colegiada de S. Bartolomeu já ter sido estudada por Cristina Guardado⁵, desenvolvemos nova análise, com a inclusão de informação proveniente de outros documentos. No que diz respeito à comunidade laica, analisaremos aqueles/as, sobre os/as quais não sobram dúvidas de que residem em S. Bartolomeu e, por isso, são aí paroquianos/as, bem como todos/as aqueles/as que se fizeram aí comemorar depois da morte. Perante esta população, e com base nas relações pessoais e institucionais que ela demonstra, realizaremos uma análise que procurou reconstruir ligações familiares, de parentesco e de linhagem e ligações socioprofissionais. Neste caso, dado por um lado a relativa pequenez da comunidade, que não alcança as três centenas no total para o período considerado, e por outro a frugalidade dos detalhes nas fontes documentais, pretendemos, de forma exaustiva, esmiuçar os dados que as fontes nos fornecem.

Finalmente, a comunidade que se fazia celebrar em S. Bartolomeu auxiliar-nos-á na análise final do presente estudo, empenhada na reflexão das dinâmicas espirituais de comemoração da morte. Aqui, por via do obituário da instituição, teremos em conta as doações *pro anima* realizadas por esta comunidade, que serviam de sustento às celebrações das almas.

De facto, existem dificuldades tanto no estabelecimento da amplitude das últimas duas comunidades como na identificação da sua composição. Posto isto, e por forma a complementar as informações compulsadas da documentação, somos subsidiária de estudos e monografias que procuram fomentar novas correntes historiográficas que colocam em relevo a importância de fundos documentais, que mesmo parecendo limitados, se forem trabalhados corretamente, contribuem para uma análise detalhada de uma microescala, neste caso a igreja paróquia de S. Bartolomeu. Os estudos de cidades e vilas portuguesas que têm vindo a ser desenvolvidos com base em documentação, por vezes rudimentar, de igrejas e mosteiros, mostram-se fundamentais na realização da micro-história, que sustenta a macro-história como um todo. De um ponto de vista mais institucional, também as colegiadas urbanas têm vindo a figurar o mesmo propósito, de caracterizar o panorama eclesiástico onde se inserem, exemplo disso são alguns estudos

⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, vol. I-II, ob. cit..

dedicados às cidades de Lisboa⁶, Guimarães⁷ e Santarém⁸, entre outras⁹. Particularmente na cidade de Coimbra, no arrabalde, o estudo da colegiada de Santa Justa¹⁰ analisa um conjunto de aspetos caracterizadores daquela célula eclesiástica, tais como: a estrutura humana que servia a igreja colegiada, o cenário socioprofissional dos paroquianos que ali residiam e, ainda, uma a malha urbana da paróquia, com base no património imobiliário do seu senhorio. O extremo oposto do arrabalde da cidade, foi também alvo de um estudo, que somos especialmente subsidiária, a colegiada de S. Bartolomeu¹¹. Já na colina da cidade, foram desenvolvidos estudos sobre as colegiadas que compunham a Almedina, a de S. Pedro¹² e de S. Cristóvão¹³. As investigações referidas seguiram um programa analítico idêntico, tratando primeiro da estrutura humana que compunha a colegiada, de seguida a caracterização do património que a instituição detinha no espaço, caracterizando de que forma o mesmo era explorado e adquirido, e, por fim, uma análise socioeconómica dos respetivos enfeiteutas. Por via destes estudos reconhecemos a importância que as instituições religiosas exerciam sobre a sociedade urbana medieval.

⁶ Fernando Carlos Rodrigues Martins, *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a Capela de D. Isabel de Sousa*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996 (Dissertação de Mestrado).; Joaquim Bastos Serra, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, nos finais da Idade Média: Os Homens e a Gestão da Riqueza Patrimonial*, Cascais: Patrimonia, 2003.

⁷ Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250* Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto, 1991 (Dissertação de Mestrado).

⁸ Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência de uma Igreja Medieval: A Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, Cascais: Patrimonia, 1998.

⁹ Como Torres Vedras, Sintra e Mafra. Ver, respetivamente: Ana Maria Rodrigues, *La Collégiale de São Pedro de Torres Vedras (fin XIII-XVe siècles). Étude économique et sociale*, Sorbonne: Université de Paris IV, 1981 (Tese de Doutoramento), ou ainda uma coletânea de estudos da mesma autora com o mesmo objeto de estudo, ver: Ana Maria Rodrigues, *Espaços, gente e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais: Patrimonia, 1996.; Maria Inês Gonçalves Marques, *A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV: Património e Gestão*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997 (Dissertação de Mestrado).; Margarida Garcez Ventura, *A Colegiada de Santo André de Mafra (séculos XV-XVIII): Transcrição paleográfica do fundo documental e estudo introdutório*, Mafra: Câmara Municipal, 2002.

¹⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

¹¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit..

¹² Carla Patrícia Rana Varandas, *A Colegiada de S. Pedro de Coimbra das Origens ao final do século XIV: estudo económico e social*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999 (Dissertação de Mestrado).

¹³ João da Cunha Matos, *A Colegiada de São Cristóvão de Coimbra: séculos XII e XIII*, Tomar, 1998 (Trabalho apresentado em provas de aptidão pedagógica).

A paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra, o nosso objeto de estudo, configura uma das quatro células eclesiásticas que integram o arrabalde da cidade. Esta tem beneficiado de estudos realizados a partir do fundo documental da sua igreja paroquial e do concelho que permitiram a análise do seu processo evolutivo, quer do ponto de vista eclesiástico, social, económico ou do urbanismo. O estudo de Cristina Guardado, referido anteriormente, dedicado à Colegiada de São Bartolomeu, para além de realizar uma análise minuciosa da instituição, transcreve e publica cerca de 145 documentos de produção eclética (régia, eclesiástica e particular), conservados no fundo arquivístico da colegiada, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa. Nesta obra, a autora analisa os aspetos institucionais da composição e estruturação da igreja e comunidade eclesiástica de S. Bartolomeu e a constituição e exploração do seu senhorio fundiário, de implantação urbana e rural.

Dando continuidade a este estudo, Maria Amélia Álvaro de Campos estuda a paróquia em alguns dos seus artigos dedicados ao arrabalde coimbrão¹⁴, e, particularmente, na introdução à edição crítica do calendário obituário de S. Bartolomeu¹⁵. Do ponto de vista do estudo do urbanismo medieval, a paróquia de S. Bartolomeu, foi também alvo de escrutínio por Luísa Trindade¹⁶, Jorge de Alarcão¹⁷ e Octávio Augusto¹⁸. Luísa Trindade, ainda que não fale diretamente da igreja ou paróquia de S. Bartolomeu, trata de um local integrante, a Praça, que tal como esta igreja, se transforma ao longo dos séculos. Jorge de Alarcão redige um estudo dedicado ao templo de S. Bartolomeu, com base nas escavações arqueológicas lideradas pelo

¹⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, “Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV”, in *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura*, nº13, 2013, pp. 157-176.; Maria Amélia Álvaro de Campos, “O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra nos séculos XIII a XIV”, in *Revista Portuguesa de História*, nº 41, 2010, pp. 157-174.

¹⁵ Trataremos a obra de Maria Amélia Álvaro de Campos em detalhe aquando da análise das fontes em uso na presente dissertação. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário Medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.; Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coimbra en la edad media: paisaje, sociedad y relación con el río de un área urbana (siglos XII-XV)”, in *Anuario de Estudios Medievales*, nº2, vol.51, 2021, pp. 601-628.

¹⁶ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, in *Media Aetas*, II série, vol. I, 2005, pp. 121-158.

¹⁷ Jorge de Alarcão, “A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra”, in *Conimbriga*, nº48, 2009, pp. 211-230.; Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

¹⁸ Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa. Origens, evolução urbanística e caracterização social*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013 (Dissertação de Mestrado).

próprio, explicando as transformações do edifício, desde a sua forma primitiva à sua (re)forma moderna, que hoje podemos ver no extremo oeste da Praça do Comércio. Octávio Augusto, na sua dissertação de mestrado, inspirado por Luísa Trindade e Jorge de Alarcão, reflete sobre a Praça, contextualizando a sua progressiva afirmação de centralidade na Baixa coimbrã, e, simultaneamente, examinando a sua evolução morfológica e dos arruamentos circundantes.

No que toca à história da cidade de Coimbra, a documentação de natureza económica que, paulatinamente, tem sido transcrita e estudada das diferentes colegiadas, permite uma aproximação à reconstituição da malha urbana da respetiva circunscrição eclesiástica. Assim, neste caso, os diferentes estudos já referidos, para além de contribuírem para o esboço dos templos e dos seus adros, revelam, também, determinadas ruas e edifícios que compunham a paisagem urbana medieval.

De um modo geral, atualmente, encontramos um número considerável de estudos sobre a colegiada e a paróquia de S. Bartolomeu, assentes em diferentes abordagens, quer à instituição eclesiástica (tanto o templo, como a estrutura humana que o serve) quer à sua inserção urbana e população paroquial. No presente estudo, de forma a constituirmos um contributo historiográfico dedicado a S. Bartolomeu, tomámos a opção analítica alicerçada na reconstrução das redes sociais – redes interpessoais, redes familiares, redes profissionais. Esta abordagem analítica olha e questiona os dados de forma interconectada que, neste contexto, foi aplicada às fontes documentais medievais. No panorama internacional, a partir da década de 1930¹⁹, esteve essencialmente associado à sociologia, tornando-se num importante paradigma analítico. Com o passar dos anos, ocupou um lugar estratégico numa ampla variedade de disciplinas²⁰. A crescente afirmação desta teoria analítica acabou por se refletir na História²¹, contudo de forma mais lenta e, por vezes, sem uma abordagem formal matemática. O conceito é, como referimos, utilizado na exploração dos fenómenos sociais, sobretudo de relações pessoais ou de grupos sociais. Com efeito, o objetivo é responder às tarefas basilares da história social: primeiro documentar grandes mudanças estruturais da sociedade, segundo, reconstituir as reações e

¹⁹ Kimberly A. Fredericks e Maryann M. Durland, “The historical evolution and basic concepts of social network analysis”, in *New Directions for Evaluation*, 2006, pp. 15-23, p.15.

²⁰ Charles Wetherell, “Historical Social Network Analysis”, in *International Review of Social History*, nº43, 1998, pp.125-144, p. 125.

²¹ François Claveau e Catherine Herfeld, “Social Network Analysis: A complementary method of discovery for the history of economics”, in E. Roy Weintraub e Till Düppe (eds.), *A Contemporary Historiography of Economics*, Routledge, 2018, p. 1.;

experiências da sociedade em resposta dessas mudanças e, terceiro, interligar as duas²². Assim será possível estudar as relações entre entidades, quer sejam atores individuais ou coletivos, objetos, ou instituições²³. Em qualquer um dos casos, a opção analítica da reconstrução das redes sociais permite estudar sistematicamente relações e atributos de forma a compreender estruturas latentes e tendências ou padrões, até então, por observar²⁴. Associado a este conceito encontramos, também, o conceito de História Digital²⁵, que visa a utilização informática na investigação histórica e que facilita a abordagem analítica que apresentámos como reconstrução das redes sociais.

No contexto historiográfico nacional, esta proposta intelectual (reconstituição de redes sociais) e metodológica (a partir de ferramentas informáticas) foi utilizada por poucos historiadores²⁶. Joaquim Ramos de Carvalho²⁷ interpretou a paróquia de Soure, no período entre 1680 e 1720, com base na análise de redes sociais, e, com o auxílio do sistema de gestão de bases de dados informático que o próprio desenvolveu²⁸. Já no século XXI, são duas teses de doutoramento que dão continuidade à aplicação da metodologia no âmbito da investigação histórica. Ana Isabel Ribeiro²⁹ adotou, também, o paradigma de análise das redes sociais aplicadas no estudo das elites coimbrãs no período compreendido entre 1777 e 1820, utilizando

²² Charles Tilly, “Retrieving European Lives”, in Olivier Zunz (ed.), *Reliving the Past: The worlds of social history*, North Carolina: University of North Carolina Press, 1985, p. 31.

²³ Márcia Oliveira e João Gama, “An overview of social network analysis”, in *WIREs Data Minig Knowl Discov*, nº 2, 2012, pp. 99-115, p. 100.

²⁴ Ana Isabel Ribeiro, “A análise de redes na investigação histórica. Aplicação a um estudo de caso: as escolhas dos eleitores para a vereação da Câmara de Coimbra (1783-1817)”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo 49, 2018, pp. 257-274, p. 303.; François Claveau e Catherine Herfeld, “Social Network Analysis: A complementary method ...”, ob. cit., p. 2.;

²⁵ Daniel Alves, “Humanidades Digitais e investigação histórica em Portugal: perspetiva e discurso (1979-2015)”, in *Práticas da História* 1, n.º 2, 2016, pp. 89-116, p. 99.

²⁶ Daniel Alves, “Humanidades Digitais e investigação histórica em Portugal ...”, ob. cit., pp. 91-92.

²⁷ Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720): Reconstituições, interpretações e metodologias*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997 (Tese de Doutoramento).

²⁸ Dedicaremos o primeiro capítulo ao sistema de gestão de bases de dados, *Timelink*. O mesmo, pode ser consultado em: <https://timelink.uc.pt/mhk/>.

²⁹ Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012 (Tese de Doutoramento).

o sistema de gestão de bases de dados, o *Timelink*³⁰. Maria Amélia Álvaro de Campos³¹, à semelhança da presente dissertação, procurou reconstruir as redes sociais que constituíam a colegiada e a paróquia medieval de Santa Justa de Coimbra com o apoio do mesmo sistema de gestão de informação. Com efeito, a proposta analítica de redes sociais é uma ferramenta intelectual fundamental para o estudo das estruturas sociais alicerçada, no presente caso, numa abordagem que visa a utilização de uma ferramenta informática³². Assim, no que diz respeito à metodologia, compreendemos a relação inter e multidisciplinar intrínseca às Humanidades Digitais. A abordagem digital das diferentes disciplinas clássicas das Humanidades tem vindo a ganhar força, nomeadamente na História, quer no estrangeiro³³, quer em Portugal³⁴, e, o presente trabalho pretende corresponder a esta tendência.

Como já dissemos, nesta abordagem de estudo a S. Bartolomeu, um dos focos de atenção será a caracterização da vivência da morte e da comemoração dos mortos na paróquia. Assim, pretendemos contribuir para um campo historiográfico que, entre os anos 60 e 80, alcançou estatuto de tema clássico. Mencionar todos os nomes internacionais e nacionais que estudam a temática seria uma tarefa interminável, assim, nomearemos apenas os que considerámos ser as maiores referências no tema. Na década de 70, surgiram os primeiros estudos sobre a problemática da morte. Philippe Ariès³⁵, trata aspetos basilares da morte e da sua conceção na mentalidade do homem medieval. Em *O homem perante a morte*³⁶, publicado em 1977, Philippe Ariès redige um estudo sem um espaço concreto e de longa duração, reflete

³⁰ Trata-se do sistema de gestão de bases de dados informático que o Doutor Joaquim Ramos de Carvalho desenvolveu e utilizou na sua investigação.

³¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit..

³² Barry Wellman e Stephen Berkowitz, *Social structures: a network approach*, Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1988, p. 3.

³³ São inúmeros os arquivos franceses que disponibilizam muitos dos manuscritos em formato digital. Possível consultar o inventário digital de manuscritos medievais: <http://www.earlymedievalmonasticism.org/listoflinks.html>

³⁴ Marta Luro e Maria Manuel Borges, “Humanidade digitais e digitalização tridimensional (3D): algumas considerações”, in *Revista do século XX*, n.º 22, 2022, pp. 49-65, p. 51.

³⁵ Artigos esses que foram mais tarde reunidos numa obra denominada: Philippe Ariès, *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa: Editora Teorema, 1988. As primeiras obras originais datam 1975, ver: Philippe Ariès, *L’Homme devant la mort*, Paris: Ed. Du Seuil, 1975., e, ainda, Philippe Ariès, *Essais sur l’histoire de la morte n Occident du Moyen Age à nous jours*, Paris: Ed. Du Seuil, 1975.

³⁶ Philippe Ariès, *L’Homme devant la mort*, Paris: Ed. Du Seuil, 1975. A 2ª edição em Portugal: Philippe Ariès, *O homem perante a morte*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 2000.

a evolução do sentimento e das interações humanas perante a morte. Outro autor francês, que marcou a historiografia medieval, nomeadamente, a história da morte, foi Jacques le Goff, com a obra *O nascimento do purgatório*³⁷, em que aborda a morte como parte integrante da história da mentalidade medieval, mostrando como o conceito do juízo final influenciou e moldou a vivência e a comemoração dos defuntos. Ainda no panorama internacional, Paul Binski redige a obra *Medieval Death – Ritual and Representation*³⁸ onde reúne um conjunto de conceitos associados à morte e as dinâmicas entre os vivos e os mortos, tais como o impacto que o Cristianismo preconizou na disposição central da morte no drama da salvação das almas, com a propaganda da doutrina do Purgatório, ou a expressão material da morte na sociedade, por via das sepulturas ou túmulos e dos espaços que ocupavam. Abordando, assim, aspetos concretos e abstratos intrínsecos à conceção da morte na Idade Média Mais recente, *The Right Ordering Of Souls' The Parish Of All Saints' Bristol On The Eve Of The Reformation*³⁹, de Clive Burgess, tem o intuito de estudar, por partes, as razões que motivaram as transformações estruturantes nas paróquias inglesas, no período compreendido entre os finais do século XIV a inícios do século XVI. A terceira parte da obra, visa analisar as cerimónias e rituais de comemoração dos mortos na igreja e paróquia de *All Saints*, o Autor procura compreender de que forma se envolvem os benfeitores e paroquianos na fundação de sufrágios e doação de bens.

No que diz respeito à historiografia ibérica sobre a morte no período medieval, no fim da década de 80, Emilio Mitre Fernández publicou *La muerte vencida. Imágenes e historia en el Occidente medieval 1200-1348*⁴⁰, onde disserta sobre a universalidade, irreversibilidade e dramatismo da morte nas sociedades da baixa Idade Média. Numa perspetiva nobiliárquica da morte, no âmbito do projeto *MIGRAVIT*⁴¹, o volume recentemente editado por Fermín Miranda

³⁷ Jacques le Goff, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa: Editora Estampa, 1981.

³⁸ Paul Binski, *Medieval Death – Ritual and Representation*, Londres: British Museum Press, 1996.

³⁹ Clive Burgess, *The Right Ordering of Souls' The Parish Of All Saints' Bristol On The Eve Of The Reformation*, Woodbridge: Boydell Press, 2018.

⁴⁰ Emilio Mitre Fernández, *La muerte vencida. Imágenes e historia en el Occidente medieval, 1200-1348*, Madrid: Editora Encuentro, 1988.

⁴¹ *MIGRAVIT. La muerte del príncipe e Francia y en los reinos hispánicos (ss. XI-XV). Modelos de comparación*. Projeto financiado por Agencia Estatal de Investigación del Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España (HAR2016-74846-P). Para saber mais, ver: www.migravit.com.

García de María Teresa López de Guereño Sanz e de Margarita Cabrera Sánchez⁴² reúne um conjunto de artigos interdisciplinares (com perspectivas influenciadas pela história, arte, literatura, codicologia, literatura, arqueologia, etc.) dedicados ao estudo da morte como instrumento de construção de poder por elementos que compõem as elites de vários grupos sociopolíticos, desde famílias reais a aristocracia laica e eclesiástica. Já, no contexto nacional encontramos a primeira grande obra exclusiva ao estudo da morte em 1990, *A vivência da morte na Estremadura portuguesa: 1300-1500*⁴³, redigida por Hermínia Vilar. Até aqui, encontramos uma sistematização concetual da morte na obra *Sociedade Medieval Portuguesa*⁴⁴, Ângela Beirante⁴⁵, Maria Helena da Cruz Coelho⁴⁶ e Leontina Ventura⁴⁷ contribuíram com artigos onde estudam e analisam testamentos de forma a questionar a morte. José Mattoso, destaca-se, também, com o volume *Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*⁴⁸ no findar do século XX, onde reúne um conjunto de textos sobre a morte. O período tratado é a Idade Média, no entanto, os artigos de diferentes autores abordam a temática da morte desde o período paleocristão até ao início do século XVI, permitindo verificar tanto continuidades como diferenças na perceção da morte, por parte do Ser Humano. Apesar de ter caído em desuso como linha de investigação historiográfica, no século XXI, foram publicados alguns artigos dedicados

⁴² María Teresa López de Guereño Sanz, Fermín Miranda García e Margarita Cabrera Sánchez (eds.), *Migravit a seculo. Muerte y poder de príncipes en la Europa Medieval perspectivas comparadas*, Madrid: Sílex Ediciones, 2021.

⁴³ A tese de Doutoramento encontra-se publicada, ver: Hermínia Vilar, *A vivência da morte na Estremadura portuguesa: 1300-1500*, Lisboa: Patrimonia, 1995.

⁴⁴ A. H. de Oliveira Marques, *Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

⁴⁵ Ângela Beirante, “Para a história da morte em Portugal”, in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 357-383.

⁴⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra” in *Revista Portuguesa de História*, nº18, 1980, pp. 312-333.

⁴⁷ Leontina Ventura e Maria Helena da Cruz Coelho, “Vataça - uma dona na vida e na morte”, in *Actas das 2as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1986, pp. 159-194.; Leontina Ventura, “Testamentária Nobiliárquica (séc. XIII). Morte e sobrevivência da linhagem” in *Revista de História das Ideias*, 19, 1997, pp. 137-156.

⁴⁸ José Mattoso, *Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.

ao estudo e análise de testamentos⁴⁹ e ao estudo de fundação de capelas⁵⁰. Recentemente, a partir de Madrid, o projeto *MIGRAVIT* e *SEPULTUS*⁵¹ reuniu-se com o projeto exploratório *COMMEMORTIS*⁵² com o intuito de criar um ambiente propício à discussão e partilha de conhecimento entre diferentes projetos com o mesmo objeto de estudo, a morte, mas em âmbitos sociais, espaciais e temporais distintos.

O desafio da presente dissertação será aprofundar o conhecimento do conjunto de clérigos que integravam a comunidade de S. Bartolomeu bem como da população laica – identificando alguns paroquianos e benfeitores. Tal desafio ou experiência de investigação será realizado através do sistema de gestão de bases de dados *Timelink*, que viabiliza uma análise articulada das fontes disponíveis. Consideramos que o objetivo deste estudo é em simultâneo substantivo e metodológico. Substantivo, no sentido de procurar contribuir para o conhecimento do objeto histórico que estudamos - a paróquia de S. Bartolomeu -, procurando dissertar sobre as tendências socioeconómicas e espirituais reveladas nas comunidades medievais de Coimbra. Metodológico porque, por integrarmos um projeto exploratório que visa a experimentação de uma ferramenta informática, o presente estudo tem como maior preocupação a ratificação da aplicabilidade do sistema de gestão de informação para futuros projetos. Desta forma, a originalidade da investigação prende-se com a aplicação de uma análise exaustiva, por via de uma base de dados informática das comunidades, que de alguma forma se relacionam com a igreja colegiada de S. Bartolomeu ou com a paróquia que tutelava, e com a intenção de explorar

⁴⁹ Algumas das obras a que nos referimos: Maria dos Anjos Catação, *Testamentos, doações e espiritualidade do Mosteiro de S. Domingos de Évora no período de 1440 a 1520*, Évora: Universidade de Évora, 2010 (Dissertação de Mestrado); Vanda Lourenço, “O testamento da rainha D. Beatriz”, in *Promontoria*, nº 3, 2005, pp. 81-107; Ricardo Seabra, “A morte pela pena do tabelião: testamentos e doações no Porto Medieval”, in *Actas do VII Congresso Internacional Imagens da Morte*, 2016, pp. 1-16.; António Brochado da Mota, *Testamentos régios – Primeira Dinastia (1109-1383)*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011 (Dissertação de Mestrado).

⁵⁰ Teresa Costa e Filipe Calvão, “Fundação de capelas na Lisboa quatrocentista: da morte à vida eterna”, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14, 2001-2002, pp. 337-368.; Maria Amélia Álvaro de Campos, “The bequest of Pedro Domingues, 1335: the foundation of a chapel in honour of Dona Branca, princess of Portugal, in the church of Santa Justa of Coimbra”, in *Medievalista*, nº20, 2016, pp. 2-28.; Maria de Lurdes Rosa, «AS ALMAS HERDEIRAS». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

⁵¹ *SEPULTUS. Enterrar al príncipe en Francia y en la Península Ibérica (ss. X-XI)*. Projeto financiado por Convocatoria de proyectos UAM-Casa de Velázquez. Para saber mais, ver: www.migravit.com ou www.i-m.mx/shistoriayreligion/seminariohistoriayreligion/inicio.html.

⁵² Para saber mais sobre o Workshop “What survives after death in the medieval city? Interim discussions on an ongoing research project” realizado nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 na Universidade Autónoma de Madrid aceder: <https://commemortis.wixsite.com/my-site/post/madrid-workshop-interim-discussions-on-an-ongoing-research-project>

as redes sociais que definiam o espaço social, económico, cultural e espiritual da paróquia em estudo.

Para tal, estruturamos o presente trabalho em quatro capítulos principais, que passamos a apresentar sucintamente:

I - Pela importância que representa no presente estudo, dedicámos o primeiro capítulo ao detalhe da metodologia implementada nesta investigação. Assim, apresentamos as nossas fontes históricas, desde o obituário de S. Bartolomeu com todos os aspetos que consideramos relevantes para a sua caracterização, aos outros documentos avulsos que referem a Colegiada de São Bartolomeu que sustentaram a análise dos mais variados aspetos relevantes à paróquia medieval. Ainda no mesmo capítulo, apresentamos e refletimos sobre a metodologia utilizada: explicamos a base de dados exaltando aquilo que se espera de um sistema de gestão de bases de dados informático que suporte a reconstituição de comunidades históricas, nomeadamente da paróquia urbana de S. Bartolomeu. Finalmente, trata da exposição do resultado da notação informática do obituário da instituição. Aqui são identificadas as decisões, alguns problemas e as respetivas soluções propostas em equipa.

II - O segundo capítulo tem o papel fundamental de enquadrar de forma global a história da instituição – da igreja colegiada de São Bartolomeu – e do espaço urbano – a paróquia de São Bartolomeu. Debruça-se inicialmente na inserção urbana da instituição, contextualizando brevemente a situação medieval da cidade de Coimbra e do território que ocupava no espaço. Subsequentemente, trata-se a história da igreja, com um olhar do interior para o exterior. Com ponto de partida numa resumida história institucional da igreja de S. Bartolomeu e, finalizando, com a descrição analítica do exterior, abordando as suas transformações arquitetónicas. Ainda no mesmo capítulo, nos pontos 2.3 e 2.4, aludimos ao património imobiliário de S. Bartolomeu, procurando reconstituir a localização, apresentando alguns mapas desenvolvidos com a ferramenta *Datawrapper*⁵³, e a composição morfológica da propriedade. Nestes subcapítulos teremos em consideração os dados levantados por Cristina Guardado⁵⁴, contudo

⁵³ *Datawrapper*, é uma ferramenta informática gratuita e disponível online, com o propósito de criar mapas, gráficos e tabelas de forma simples e intuitiva. Pela sua acessibilidade utilizámos esta ferramenta para a criação dos mapas apresentados na presente dissertação. Pode ser consultado: <https://app.datawrapper.de/>.

⁵⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I-II.; Cristina Guardado, *A propriedade da colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra (1305-1368)*, Coimbra: Faculdade de Letras da

complementaremos a análise com os dados, agora, recolhidos do acervo documental compulsado no âmbito do presente estudo.

III - O terceiro, e penúltimo capítulo, estuda e analisa a história social da paróquia, evidenciando em simultâneo as dicotomias e vínculos entre a comunidade laica e a comunidade eclesiástica. No desenrolar deste capítulo não se pretende uma análise individual de cada comunidade, mas sim a articulação das duas e, a partir disso, a apresentação, primeiro, das comunidades familiares identificadas tanto na comunidade laica como na comunidade eclesiástica. Em segundo lugar, a evidenciação das diferentes situações socioprofissionais dos indivíduos residentes na paróquia de S. Bartolomeu. Começa-se pela abordagem aos cargos que constituíam a hierarquia da comunidade eclesiástica, e, por fim, o proposto é expor os diferentes contextos profissionais que encontramos na comunidade laica de S. Bartolomeu. Será, ainda, nossa intenção caracterizar o mais, detalhadamente, possível alguns dos paroquianos da igreja de S. Bartolomeu. Assim, apresentaremos a realidade socioeconómica dos diferentes grupos na paróquia medieval de S. Bartolomeu, mostrando como os homens e mulheres, leigos e/ou eclesiásticos, coexistiam e se relacionavam na cidade de Coimbra.

IV - Por último, no quarto capítulo deste trabalho, com base no obituário da instituição, estuda-se o investimento móvel e/ou imóvel na memória individual ou familiar após a morte. Para além de responder às questões relativas à fundação de aniversários na época medieval, procura-se, aproveitando os detalhes recolhidos do obituário de S. Bartolomeu, reproduzir um conjunto de símbolos que compõem as cerimónias de sufrágio sustentadas pelos respetivos aniversários. Acreditando, assim, que configura um contributo para a compreensão da convivência entre a vida e a morte perante homens e mulheres medievais, com base nas tendências comemorativas da morte.

Através do desenvolvimento destes quatro capítulos, encontraremos a estrutura social de redes presente na paróquia medieval de S. Bartolomeu, respondendo tanto à metodologia imposta pelo projeto como às vontades contributivas para o entendimento do meio social envolvente, com base na relação de interdependência entre as comunidades deslindadas.

1. Abordagem metodológica: fontes e base de dados

Antes de iniciarmos a investigação, é necessário apresentarmos as fontes utilizadas e a metodologia aplicada no presente estudo. Na verdade, se olharmos para um dia de investigação de um medievalista atual, para além da documentação, quer no seu estado material, quer digital, o computador e as ferramentas informáticas são já uma norma. Hoje, o computador é uma ferramenta tão importante como uma caneta, nele, para além de reunirmos os registos e rascunhos da investigação, encontramos o acesso a uma biblioteca digital alcançável à distância de um clique.

As Humanidades, em função da realidade tecnológica contemporânea, têm procurado a sua adaptação e inclusão no mundo digital, particularmente nos últimos trinta anos. A História, como disciplina clássica das Humanidades, passou, também, a integrar o digital como método e ferramenta⁵⁵ para a investigação histórica. Esta partilha inter e multidisciplinar de conhecimento reflete um novo paradigma de atuação⁵⁶. O projeto exploratório *COMMEMORTIS - O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval* visa isto mesmo, testar a aplicabilidade e utilidade de uma ferramenta informática, o *Timelink*, ao estudo de uma paróquia urbana medieval, nomeadamente a de S. Bartolomeu de Coimbra.

Neste capítulo procuramos, num primeiro momento, apresentar as fontes históricas sobre as quais a investigação incidiu e que nos serviram de sustentação ao longo do presente trabalho. Uma vez que reunimos um acervo documental relativamente fragmentado e disperso, devemos justificar as nossas opções e critérios de seleção das fontes. Na segunda e última parte do capítulo, pretendemos apresentar a nossa opção metodológica, que, como referimos, se baseia no sistema de gestão de bases de dados informático, o *Timelink*. Aí procuraremos responder a questões como: de que forma o *Timelink* poderá ser uma ferramenta informática viável e profícua para o estudo de comunidades medievais? Como se constrói a base de dados a integrar no sistema *Timelink*? Quais as decisões e soluções associadas à notação informática do obituário de S. Bartolomeu de Coimbra?

⁵⁵ Rafael Alvarado, “The digital humanities situation”, in *Debates in the Digital Humanities*, Minnesota: University of Minnesota Press, 2012, pp.50-55, p. 53.

⁵⁶ Marta Luro e Maria Manuel Borges, “Humanidades Digitais e Digitalização Tridimensional ...”, ob. cit., p. 51.

1.1 As fontes

Primeiramente, pretendemos apresentar as fontes escritas estudadas que sustentaram a realização da presente dissertação. Uma das fontes que serviu de inspiração ao projeto *COMMEMORTIS*, e sobre a qual a nossa investigação se debruçou, foi o calendário obituário de S. Bartolomeu. Duas versões do manuscrito, produzido entre os séculos XIV e XV na igreja colegiada de S. Bartolomeu, encontram-se conservados na Academia das Ciências de Lisboa com duas cotas, a primeira refere-se ao manuscrito de cerca 1335⁵⁷, e, a segunda à cópia incompleta do mesmo, realizada nos finais do século XIX⁵⁸. O obituário de S. Bartolomeu foi publicado e estudado criticamente por Maria Amélia Álvaro de Campos⁵⁹, no âmbito do seu projeto de pós-doutoramento. Como já referido, teremos em conta a dissertação de Mestrado de Cristina Guardado⁶⁰, onde a Autora publica e analisa cerca de 145 documentos, produzidos entre 1126 e 1416, que atualmente se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Outra fonte publicada que tivemos em consideração na elaboração da presente dissertação foi o *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*⁶¹, editado por Torquato de Sousa Soares e Pierre David. O manuscrito proveniente da Sé de Coimbra, atualmente conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, é composto por três códices: um original produzido entre os séculos XIII a XVI, um apógrafo do século XVI e um segundo apógrafo do século XVII⁶². A nossa pesquisa de fontes incidu, também, sobre documentos de natureza económica que concernem a área territorial da paróquia de S. Bartolomeu. Assim, também no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontramos um documento avulso, de 1258,

⁵⁷ Integra a série Azul do arquivo da Academia das Ciências de Lisboa com o número de cota 1168. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 30.

⁵⁸ Integra a série Azul do arquivo da Academia das Ciências de Lisboa com o número de cota 1652. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 30.

⁵⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit.

⁶⁰ Cristina Guardado, *Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I-II.

⁶¹ Pierre David e Torquato de Sousa Soares, *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)* (Edição Crítica), Coimbra: Universidade de Coimbra. Instituto de estudos históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947.

⁶² José Eduardo Reis Coutinho, “Introdução Geral ao *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis* (Livro das Kalendas)”, in *Humanitas*, vol. L, 1998, pp.419- 436, p. 421.

que integra o fundo do Cabido da Sé de Coimbra⁶³. Interessou, também, olhar para uma coleção arquivística e um livro conservados no Arquivo da Universidade de Coimbra: a coleção *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*⁶⁴ e o livro *Treslados dos Emprazamentos do Cabido da Sé de Coimbra*⁶⁵. Desta forma, para além da documentação produzida em S. Bartolomeu e conservada no fundo da colegiada, coligimos um conjunto de documentos que se situavam no espaço temporal em análise e indiciavam alguma relação com a igreja e a paróquia em estudo.

1.1.1 O obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra

Como sabemos, a sociedade ocidental foi marcada desde muito cedo pelo Cristianismo, sendo esta uma das religiões do Livro, conservada pelo registo escrito, influenciou e moldou a forma como o Homem medieval escolheu perpetuar ou preservar a sua memória. No século XI assistimos a mutações da conceção da morte através do investimento no registo de missas, aniversários e doações *post mortem* para conduzir a um descanso eterno em paz⁶⁶. Os monges da Ordem de Cluny foram dos principais impulsionadores da generalização dos obituários e/ou livros de aniversários⁶⁷. Com isto, a memória do defunto deixa de ser um ato reservado à família e passa a ser um ato público.

Um obituário é um documento de carácter necrológico que está presente na maioria das instituições religiosas ocidentais. Neste manuscrito, fazia-se o registo dos aniversários por

⁶³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cabido da Sé de Coimbra*, 1ª incorp., maço 16, doc. 4 (fevereiro de 1258).; O documento foi transcrito e publicado por: Saúl António Gomes, “Venda de lagares de azeite na paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra (1258)”, in João José Alves Dias (ed.) *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*, nº 10, Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2022, pp. 105-106.

⁶⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep. V, 3ª Sec., Mów. 1.

⁶⁵ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27.

⁶⁶ Mário Jorge Barroca, “Memórias”, in *História da Vida Privada em Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. I, Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp.418-456, pp. 432-433.

⁶⁷ Mário Jorge Barroca cita a obra de Joachim Wollasch, “Les obituaries, témoins de la vie clunisienne”, in *Cahiers de Civilisation Médiévale*, vol. XXII, Poitiers, 1979, pp. 139-171. Ver: Mário Jorge Barroca, “Memórias ...”, ob. cit., pp. 432-433.

almas que se deveriam celebrar diariamente⁶⁸. Desta forma, configurava-se como uma agenda para os clérigos, garantindo que a memória dos doadores defuntos não seria esquecida, tratando-se assim de um “documento de memória”⁶⁹.

Estes obituários apresentam alguns problemas para a comunidade historiográfica, o mais complexo é a própria designação, definição e diferenciação relativamente aos outros livros necrológicos⁷⁰. Nicolás Huyghebaert⁷¹, nos anos setenta, propôs alguns pontos diferenciais entre os documentos. A sua tese refere que o necrológio se trata de um livro litúrgico com a lista diária de defuntos destinada à leitura durante a eucaristia, enquanto o obituário é um documento com fins administrativos com o registo dos aniversários e as doações adscritas. Contrariamente, e passados dez anos, Jean-Loup Lemaître⁷², rejeita a distinção entre o litúrgico e o não litúrgico. Para Lemaître, o necrológio regista apenas nomes de membros da comunidade, e o obituário regista qualquer indivíduo que solicite a fundação de um aniversário. Há ainda autores que não diferenciam os documentos. Atualmente, e conforme nos diz Antoni Pons Cortés⁷³, a postura adotada aceita a transformação gradual do necrológio em obituário desde meados do século XII⁷⁴. Estas propostas que representam essencialmente problemas lexicais, colocam-nos perante ausência de consenso nas designações, mas não deixam dúvidas quanto às funções do manuscrito. Os obituários foram redigidos para a preservação da memória do defunto, e, para servirem de guia ao serviço pastoral e religioso por parte de uma comunidade eclesiástica⁷⁵.

⁶⁸ Antoni Pons Cortés, “Necrologios y obituarios medievales en la Peninsula Iberica y su utilización como fuente para la historia de la arquitectura religiosas”, in *Medievalia*, nº20, 2017, pp. 197- 223, p. 198.

⁶⁹ José Mattoso, *O reino dos Mortos na Idade Média ...*, ob. cit., p. 80.

⁷⁰ Antoni Pons Cortés, “Necrologios y obituarios medievales en la Peninsula Iberica ...”, ob. cit., p. 198.

⁷¹ Nicolas Huyghebaert, *Les documents nécrologiques*, Turnhout : Brepols, 1972, pp. 41-43.

⁷² Jean-Loup Leaitre, *Répertoire des documents nécrologiques français*, Paris: Impr. Nationale, Klincksieck, 1980, pp. 14-26.

⁷³ Antoni Pons Cortés, “Necrologios y obituarios medievales en la Peninsula Iberica ...”, ob. cit., p.201.

⁷⁴ Saúl António Gomes, “Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo do Mosteiro de Santa Cruz”, in *Humanitas*, vol. LVI, 2004, pp. 383-399, p. 386.

⁷⁵ Saúl António Gomes, “Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo ...”, ob. cit., p. 385.

A análise destas fontes tem sido realizada no âmbito da codicologia⁷⁶ ou da história económica e social⁷⁷. No entanto, a sua utilidade não deve ser esquecida do ponto de vista da história da arte⁷⁸, uma vez que os obituários são, também, fontes históricas que auxiliam a reconstrução dos templos e dos seus adros. Na historiografia ibérica, dos primeiros a abordar o estudo arquitetónico à luz de um obituário foi Peregrín Luis Llorens⁷⁹ sobre a catedral de Segorbe, resultando na reconstrução do claustro. No contexto nacional, inventariamos alguns estudos alicerçados nesta complexa tipologia documental. *O Inventário dos Bens e Obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*⁸⁰, de Padre Avelino de Jesus da Costa é a primeira contribuição para a historiografia nacional com base num obituário. Já no século XXI, Saúl António Gomes⁸¹, Aurélio Paulo Barradas⁸² e Maria José de Azevedo Santos⁸³ contribuíram para o estudo desta tipologia documental, estudando e/ou transcrevendo e editando exemplares desta tipologia documental.

Como se disse, o estudo elaborado nesta dissertação parte da análise do obituário medieval redigido na igreja de São Bartolomeu de Coimbra. O manuscrito inédito, foi transcrito e editado criticamente por Maria Amélia Álvaro de Campos no seu projeto de pós-

⁷⁶ Saúl António Gomes, “Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo ...”, ob. cit.; Aurélio Paulo Barradas, *Martyrologium Lamecense – Texto e Comentário*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012 (Tese de Doutoramento).

⁷⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, *Ócio e Negócio em tempos medievais*, Coimbra: INATEL, 1998.; Saúl António Gomes, “Castas Donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10, 2010, pp. 37-71. Charlotte Stanford, *Commemorating the Dead in Late Medieval Strasbourg: The Cathedral's Book of Donors and Its Use (1320-1521)*, Farnham: Ashgate Publishing, 2011.; Katherine French, *The People of the Parish: Community Life in a Late Medieval English Diocese (The Middle Ages Series)*, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2001.

⁷⁸ Eduardo Carrero Santamaría, “Arquitectura y espacio funerario entre los siglos XII y XVI: La Catedral de Zamora”, in *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo*, n. 15, 1998, pp. 201–52.

⁷⁹ Peregrín Luis Llorens, *El claustro gótico de la catedral de Segorbe*, Valencia: Sucesor de Vives Mora, 1970.

⁸⁰ Avelino de Jesus da Costa, *O Inventário dos Bens e Obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1981.

⁸¹ Saúl António Gomes, “A memória dos fiéis defuntos no obituário da Sé de Lamego”, in *Biblos*, vol. 72, 1996, pp. 149-174; Saúl António Gomes, “Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo ...”, ob. cit., pp. 383-399.

⁸² Aurélio Paulo Barradas, *Martyrologium Lamecense – Texto e ...*, ob. cit..

⁸³ Maria José Azevedo, *Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.

doutoramento⁸⁴. Por sua vez, constitui um exemplar raro, produzido no segundo quartel de Trezentos, «é um dos mais antigos obituários portugueses produzidos fora das catedrais e dos principais mosteiros do reino»⁸⁵. Tal como outras fontes históricas eclesiásticas são consideradas essenciais para escrita ou reescrita da história, no presente manuscrito encontramos a harmonia entre a abrangência cronológica e a importância das informações levantadas⁸⁶, com base nas breves inscrições diárias, indispensáveis para a construção do perfil social, económico, urbano e cultural da paróquia de S. Bartolomeu.

Numa primeira instância, é relevante destacar algumas características externas do manuscrito. O documento original é um códice composto por três cadernos, com pergaminhos de boa qualidade⁸⁷, a sua redação fez-se a duas cores, castanho e vermelho e é de notar que apresentam diferentes saturações por serem de autorias diferentes, segundo Maria Amélia Álvaro de Campos foi possível identificar cerca de dezassete mãos. O documento é estruturado com base num calendário onde se registam as festas litúrgicas e serviu a comunidade eclesiástica, num espaço temporal longo. Os constantes acrescentos e notas marginais perceptíveis ao longo do manuscrito, que chega a apresentar caligrafias dos séculos XVIII e XIX, atestam a sua intensa utilização e manipulação no quotidiano da instituição.⁸⁸

Tal como qualquer outro exemplar do Ocidente europeu, este calendário encontra o seu início a dia 1 de janeiro e o seu termo no dia 31 de dezembro. Elaborado para servir ao longo dos anos, as informações que nele se inscrevem apresentam uma amplitude cronológica de cerca de quatro séculos. Ainda que nem sempre tenhamos a datação, com base no trabalho da confrontação crítica da editora, com o auxílio da análise das diferentes mãos de redação, é-nos possível, em quase todos os casos identificar pelo menos o intervalo de séculos em que as inscrições se inserem⁸⁹. Assim, numa breve análise cronológica do documento, diga-se que a

⁸⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit..

⁸⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 19.

⁸⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 12.

⁸⁷ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 51.

⁸⁸ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 52.

⁸⁹ Ver Anexo 1.

sua redação terá ocorrido entre a primeira metade do século XIV⁹⁰ e o século XV⁹¹, por sua vez, os óbitos que nele foram registados (que temos registo de data) terão acontecido entre 1174 e 1388⁹². Com um total de 399 inscrições legíveis, apenas 111 são complementadas por ano. Destas, a esmagadora maioria (63%) diz respeito a óbitos ocorridos no século XIII, seguindo-se no século XIV (27%) e os óbitos no século XII (12%), respetivamente. No entanto, no que diz respeito à cronologia de redação da totalidade das inscrições, a maioria corresponde ao século XIV (74%).

	Nº de inscrições	Percentagem
Século XIV	296	74%
Desconhecido	83	21%
Século XV	20	5%
Total	399	100%

Tabela 1- Cronologia da redação das inscrições do Obituário de S. Bartolomeu

O manuscrito apresenta uma certa uniformidade da fórmula de registo dos óbitos, na sua maioria (56,1%) surge «*Obiit... qui reliquid... . Era ...*», a indicação da data é de extrema importância, infelizmente, não acontece na integralidade do documento, daí seguir-se a mesma fórmula, mas sem a «Era» representado cerca de 27,1%⁹³. Já o registo de aniversários segue, maioritariamente, dois modelos: «*Hic debet fieri aniverssarium pro...*» ou «*Anniversarium pro anima...*», contudo neste caso encontramos maiores divergências na redação destes registos. Essas diferenças refletem os diferentes momentos de redação do documento que chegou até nós.

O conteúdo do obituário em análise constitui-se por um manancial de dados para a caracterização e reflexão histórica da paróquia de S. Bartolomeu. Permite-nos registar os nomes dos defuntos, por vezes, as suas circunstâncias socioprofissionais e/ou familiares, os bens

⁹⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos na minuciosa análise paleográfica do obituário, indica que a mão A é responsável pela redação original do manuscrito por volta da terceira ou quarta década do século XIV. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., pp. 60-61.

⁹¹ As mãos E, M e N correspondem a caligrafias do século XV. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., pp. 64-68.

⁹² Ver Anexo 2.

⁹³ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 50.

doados para a dotação de missas de aniversário e, ainda, detalhes das celebrações, sejam estes relativos às cerimónias ou às distribuições realizadas no decorrer das mesmas⁹⁴. As informações económicas e relativas à administração da propriedade doada para sustento dos aniversários que são registadas nas inscrições tendem a afirmar-se, em tempos mais tardios, principalmente a partir do século XIV⁹⁵.

1.1.2 Outros documentos com referências à igreja e paróquia de São Bartolomeu de Coimbra

Após a leitura e o tratamento do obituário referido, foi necessário fazer uma pesquisa minuciosa com o intuito de encontrar outros dados históricos referentes a esta instituição. Por uma questão de economia de tempo, optámos por privilegiar a documentação medieval transcrita e publicada, só em poucos casos recorrendo a documentação inédita. Para a recolha de documentação, seguimos os seguintes critérios: primeiro, procurámos a incorporação da documentação medieval que integra o fundo da colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra; depois, pesquisámos documentação onde estivessem identificadas e referenciadas pessoas que se tenham feito celebrar, na paróquia em estudo; finalmente, integrámos documentos de tipologia económica onde se registassem propriedades inseridas na circunscrição da paróquia medieval de S. Bartolomeu.

Deste modo, para além do manuscrito basilar apresentado, constituímos um *corpus* documental que integra também a documentação compulsada, estudada e transcrita por Cristina Guardado⁹⁶; os assentos do Obituário da Sé de Coimbra, conhecido como *Livro das Kalendas*⁹⁷ que dizem respeito a indivíduos de algum modo relacionados/as com a igreja colegiada e a

⁹⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 32.

⁹⁵ Isto acontece por um conjunto de razões, contudo no âmbito deste estudo convém ressaltar uma destas que concerne a crescente preocupação da estrutura eclesíástica no registo do património doado, quer fosse pela manutenção dos rendimentos de sustento das cerimónias, fosse para a exploração da propriedade. Saúl António Gomes, “Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo ...”, ob. cit., p. 386.

⁹⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II.

⁹⁷ Pierre David e Torquato de Sousa Soares, *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbriensis ...*, ob. cit..

paróquia de São Bartolomeu de Coimbra; um documento avulso que integra o fundo da Sé⁹⁸; os documentos do Livro dos Emprazamentos do Cabido da Sé de Coimbra⁹⁹; e, finalmente alguns documentos recolhidos na coleção arquivística dos Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra¹⁰⁰.

A documentação estudada por Cristina Guardado, como dissemos, incorpora o fundo da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra, que atualmente se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁰¹ e que reúne 331 documentos e dois livros, os quais se enquadram num período entre 1126 a 1800¹⁰². Contudo, atendendo à cronologia pretendida, foram seleccionados um total de 145 documentos, que cobrem desde 1126, o manuscrito mais antigo respeitante da fundação da Colegiada, até 1412, data de termo do priorado de Raimundo Beltrães¹⁰³. A esmagadora maioria dos documentos (74%) estudados são respeitantes ao século XIV¹⁰⁴ e produzidos em contexto eclesiástico (76%). Existe, além disso, documentação de proveniência particular (19%) e régia (8%)¹⁰⁵. No que diz respeito à natureza dos documentos, notamos a predominância de escritos de carácter económico, como aforamentos e emprazamentos com uma representação de 48%, o que nos auxilia não só na caracterização económica dos paroquianos de

⁹⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cabido da Sé de Coimbra*, 1ª incorp., maço 16, doc. 4 (fevereiro de 1258).

⁹⁹ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 188 (1434).; Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc.82 (1442).; o próximo documento apenas serve de exemplo para a caracterização da casa corrente medieval de Coimbra, ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc.235 (1422).

¹⁰⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep. V, 3ª Sec., Mów. 1, Gav. 1, n. 6 (14 de junho de 1284); Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep. V, 3ª Sec., Mów. 1, Gav.2, n.68 (20 de novembro de 1353); Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep. V, 3ª Sec., Mów. 1, Gav. 3, n.87 (19 de abril de 1363).

¹⁰¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra*. (Código de referência: PT/TT/CSBTC).

¹⁰² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, pp. 17-18.

¹⁰³ O período cronológico estudado por Cristina Guardado é de 1126 até 1412, todavia transcreve dois documentos fora do âmbito temporal, registando o ano de 1416. Tratam-se de disputas que envolvem o prior Raimundo Beltrães. Para saber mais ler: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 18.

¹⁰⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 18.

¹⁰⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 19.

São Bartolomeu, mas também na reconstituição urbana da paróquia. Os restantes 51%¹⁰⁶ dão conta de uma miscelânea documental fragmentada, destacando-se, por exemplo, as sentenças que representam cerca de 16,5%, seguindo-se as doações (8%).

O *Livro das Kalendas*, na sua forma inédita pode ser encontrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁰⁷. O Obituário da Sé de Coimbra foi transcrito e publicado por Pierre David e Torquato de Sousa Soares, tratando-se, assim, de um dos primeiros manuscritos martirologio-obituário¹⁰⁸ a ser publicado. Esta obra é uma fonte fundamental para o estudo de vários aspetos entrelaçados com a história da cidade de Coimbra¹⁰⁹. O acesso a este documento propiciou-nos um aprofundamento do conhecimento prosopográfico de alguns indivíduos mencionados no obituário de São Bartolomeu e, ainda, permitiu a composição das comunidades que compunham o cenário social, cultural e económico daquela paróquia medieval.

O documento avulso que tivemos em consideração, encontra-se conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo no fundo do Cabido da Sé de Coimbra¹¹⁰, e foi recentemente publicado por Saúl António Gomes¹¹¹. O documento diz respeito a uma carta de venda de lagares de azeite na paróquia medieval de S. Bartolomeu, e, apesar de não integrar o património imobiliário da colegiada, não deixa de ser um contributo para a constituição da malha urbana da paróquia em análise.

Já, o livro dos *Treslados dos Emprasamentos* do Cabido da Sé de Coimbra, preservado no Arquivo da Universidade de Coimbra, constitui um acervo documental composto por 275 documentos que abrangem desde 1033 a 1486. De entre eles, servimo-nos de dois

¹⁰⁶ Nesta percentagem integram, também, cartas de posse e procurações que representam 3,2% cada, e, ainda, com dois pontos percentuais atribuídos acordos variados, escambos, cartas de renúncia de propriedade e de compra e venda. Restando ainda um conjunto diversificado de documentos que Cristina Guardado designou por “Diversos”. Ver: Quadro 2 elaborado por Cristina Guardado: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...* ob. cit., p. 21.

¹⁰⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4.

¹⁰⁸ José Eduardo Reis Coutinho, “Introdução Geral ao *Liber Anniversariorum ...*”, ob. cit., pp. 422-425.

¹⁰⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 23.

¹¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cabido da Sé de Coimbra*, 1ª incorp., maço 16, doc. 4 (fevereiro de 1258).

¹¹¹ Saúl António Gomes, “Venda de lagares de azeite na paróquia de S. Bartolomeu ...”, ob. cit., pp. 105-106.

documentos¹¹², que visam dois empraçamentos produzidos na primeira metade do século XV, cuja informação contribuiu imensamente para a caracterização da casa corrente e da paisagem urbana da paróquia de S. Bartolomeu que se fará *a posteriori*, no presente estudo.

Finalmente, a coleção arquivística dos Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra¹¹³, à semelhança do livro dos Empraçamentos do Cabido da Sé, encontra-se no Arquivo da Universidade de Coimbra. O conjunto documental dos pergaminhos é composto por 129 documentos que vão desde 1127 até 1379. Também eles registam dados relevantes sobre o património mobiliário e imobiliário da Sé em transação, quer fosse por renúncia, empraçamento, carta de compra e venda ou por quitação. Neste caso, tivemos em atenção dois documentos que dão conta de propriedades dentro dos limites da paróquia de S. Bartolomeu, numa tentativa de reconstruir a paisagem daquela área urbana. O documento identificado pelo número 6, datado de 14 de junho de 1284, trata de uma carta de escambo de uma vinha em Coselhas por um sobrado na freguesia de S. Bartolomeu, o segundo documento, identificado pelo número 87, é um empraçamento de uma casa da Rua de S. Gião, a 19 de abril de 1363.

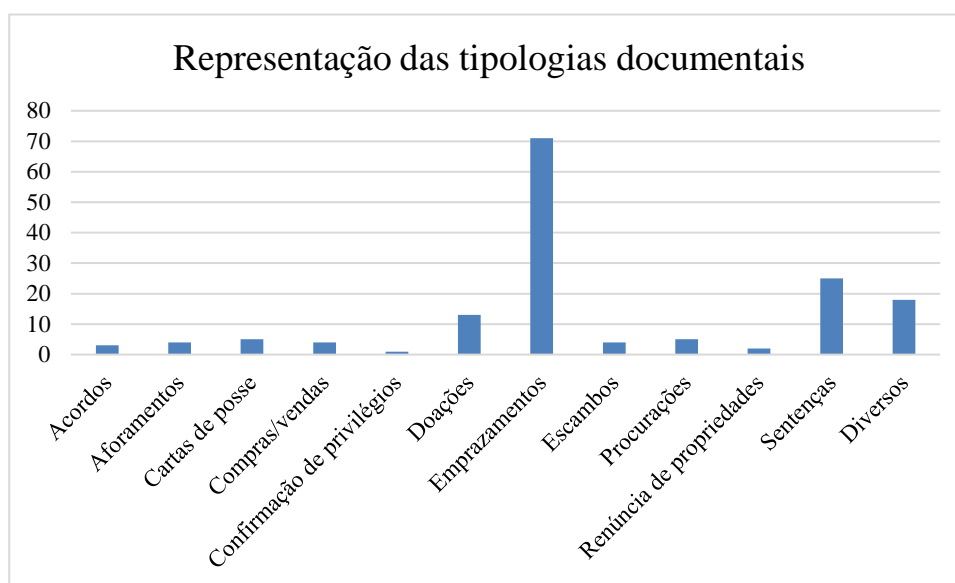


Gráfico 1 Representação das tipologias documentais do acervo selecionado para a presente investigação.

¹¹² Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Empraçamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc.188 (1434); Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Empraçamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc.82 (1442).

¹¹³ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep.V, 3ª Séc., Mów. 1, Gav. 1, n.º 6 (14 de junho de 1284).; Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep.V, 3ª Séc., Mów. 1, Gav. 3, n.º 87 (19 de abril de 1363).

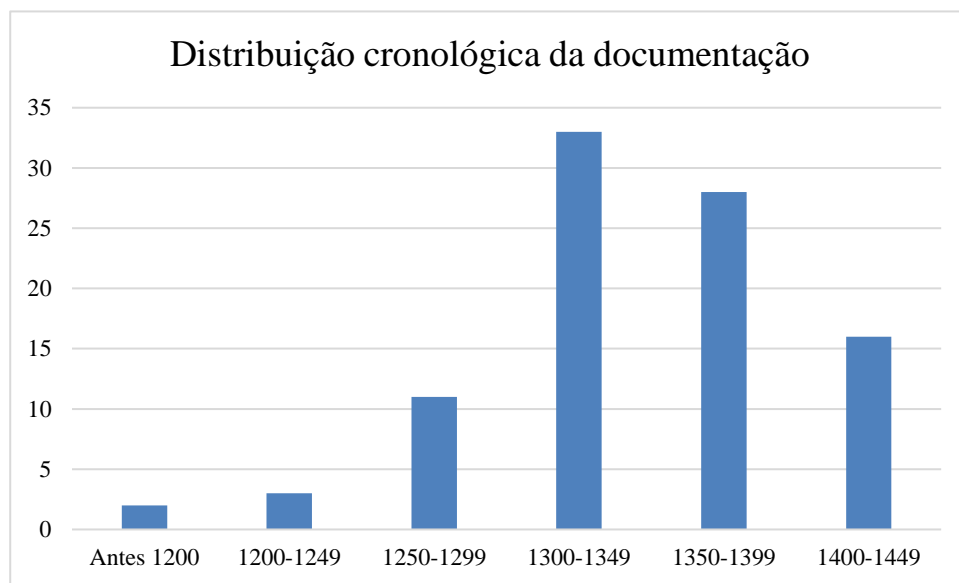


Gráfico 2 Distribuição cronológica da documentação selecionada para a presente investigação.

Os Gráficos 1 e 2¹¹⁴, dizem respeito à distribuição cronológica dos diferentes tipos de documentos que consideramos na presente investigação, nomeadamente aqueles que integram o estudo de Cristina Guardado tanto as fontes documentais avulsas apresentadas anteriormente (documento do fundo do Cabido da Sé de Coimbra, a coleção arquivística dos Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra e o livro dos Treslados dos Emprazamentos do Cabido da Sé de Coimbra). Com base nos gráficos apresentados, observamos uma nítida disparidade no número de tipologias documentais. Os emprazamentos, aqueles que registam maior representação, refletem a crescente ocupação do espaço urbano no extramuros, particularmente na paróquia de S. Bartolomeu. Percecionamos, ainda, a gradual diligência das instituições eclesiásticas nos registos de teor económico e administrativo.

Convém ressaltar que todas as fontes históricas utilizadas na presente investigação foram integradas no sistema de gestão de informação que passaremos a falar no subcapítulo dedicado à metodologia aplicada.

¹¹⁴ Para a compreensão dos dados apresentados nos dois gráficos, ver o Anexo 3.

1.2 A construção da base de dados através do sistema *Timelink*

Para a análise complexa e minuciosa da paróquia medieval de S. Bartolomeu e do seu acervo documental optámos pela utilização de uma ferramenta informática. Assim, procuramos responder ao propósito do projeto exploratório por via de um diálogo inter e transdisciplinar, na interseção da computação e da história. Os instrumentos informáticos que atualmente se encontram ao nosso dispor permitem o estudo de um grande volume de informação, dessa forma, é necessário criar estratégias que permitam gerir de forma eficaz e frutífera a quantidade e a qualidade da informação¹¹⁵ recolhida. Assim, enquanto o historiador terá de pensar e representar a fonte histórica informaticamente, também a ferramenta informática terá de ser flexível e reversível no processo de transcrição e importação dos dados e de decisão sobre a sua organização e seleção¹¹⁶.

Esta interação entre o historiador e a ferramenta assenta na suposição de que as informações recolhidas da fonte são levantadas por um sistema de gestão de informação informático com o objetivo de relacionar. De acordo com Ana Isabel Ribeiro¹¹⁷, um historiador pede a um instrumento informático a possibilidade de transcrição dos dados o mais próxima possível do real; a possibilidade de caracterização detalhada de cada entidade; a capacidade de relacionar diferentes personagens, objetos e atos; a possibilidade de manter a informação, mesmo em caso de deteção de erro, isto é, que permita reversibilidade tanto das informações como das decisões; finalmente, a criação de uma micro-história, seja esta aplicada a um indivíduo, a uma instituição ou a uma comunidade.

Assim, nesta investigação construímos uma infraestrutura informática para a análise das comunidades com base no sistema de gestão de bases de dados *Timelink*¹¹⁸, desenvolvido por Joaquim Carvalho¹¹⁹. O programa metodológico escolhido visa a reconstituição das

¹¹⁵ Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia ...*, ob. cit., p. 290.

¹¹⁶ Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais ...*, ob. cit., p. 37.

¹¹⁷ Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais ...*, ob. cit., p. 37.

¹¹⁸ Pode ser consultado em: <http://mhk.fl.uc.pt/>.

¹¹⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de Coimbra ...*, ob. cit., p. 16.

comunidades da paróquia medieval de S. Bartolomeu de Coimbra. Isto é, alicerçado nas diferentes fontes históricas referidas anteriormente, procura recolher e cruzar toda a informação sobre as pessoas e bens que de alguma forma se relacionam na documentação que reunimos e que tem como vínculo comum ter sido produzida nesse espaço e/ou mencionar clérigos e leigos/as relacionados com esse espaço durante a vida ou depois da morte¹²⁰.

O *Timelink* é uma ferramenta “*source oriented*”¹²¹, que privilegia a fonte e a sua notação integral e minuciosa, em detrimento de uma transcrição informática a pensar nos resultados, que só transcreva parte dos dados, selecionados *a priori*, como os necessários à investigação a realizar. Orientado ao estudo do individual, o levantamento e cruzamento de dados permite recuperar biografias individuais que são tidas como base para o nosso programa metodológico. Estas biografias integrantes e entrelaçadas na rede de relações da paróquia de S. Bartolomeu, possibilitam-nos a reconstituição de parte da estrutura comunitária que reconhecemos na documentação e a sua complexificação.

De forma que o sistema de gestão de bases de dados consiga representar fielmente o conteúdo do documento, a linguagem deve ser atualizada e reduzida ao estritamente necessário para reproduzir o conteúdo e seguir um modelo formal que otimize o tratamento das informações¹²². Assim, quer seja a notação de uma pessoa, de um objeto ou de uma instituição, estes/as passam a designar-se “*entidade*” com um *id* próprio e individual¹²³. Esta entidade pode ser complementada com informações que a fonte nos forneça em forma de atributos ou relações.

Os atributos associados a uma pessoa devem ser notados com a fórmula *ls\$*, ou seja, *life story*. Compreendemos, então, que atributo (*atr\$*) e *life story* (*ls\$*) são equivalentes. Ambos têm de ser acompanhados pelo seu valor, seja este fixo, como o sexo ou a data de óbito, seja variável, como a residência ou a profissão. Portanto, não podemos inserir um atributo de residência (*ls\$residencia*) sem indicar o seu valor, por exemplo, Coimbra (*ls\$residencia/Coimbra*). Estes

¹²⁰ Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia ...*, ob. cit., p. 295.

¹²¹ Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia ...*, ob. cit., pp. 302-303.

¹²² Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais ...*, ob. cit., p. 38.

¹²³ Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais ...*, ob. cit., p. 38.

atributos permitem identificar e distinguir as diferentes entidades, tornando-os assim fundamentais na identificação e caracterização de pessoas e objetos.

Como referido anteriormente, a entidade pode ser definida pelas relações que assume com os outros elementos da inscrição. Estas relações são muito diversificadas, no caso de S. Bartolomeu identificámos relações de parentesco, profissionais, de posse e de sociabilidade. Tal como os atributos, as relações necessitam de valor para fazer sentido, ou seja, não basta inserir uma relação de parentesco, é necessário indicar, por exemplo, o tipo de relação (*rel\$parentesco/pai/Afonso Anes/id*). O propósito da definição de relação é, então, criar a rede de relações que mencionámos e, na prática, reconstruir relações entre dois ou mais *id*'s, de modo a, paulatinamente, compor redes tão extensas quanto possível.

A tríade de conceitos que apresentamos – entidade (no sistema de gestão de bases de dados é designada de “funções”), atributos e relações – é fundamental para a transcrição fidedigna do conteúdo que nos é apresentado na fonte, tornando, assim, viável a criação de um quadro de informação individual e, claro, para a identificação e distinção de indivíduos e objetos. Nesse sentido, o conjunto das tabelas de notação transformam-se em redes sociais que funcionam como um todo e que podem ser compreendidas como comunidades vinculadas a uma instituição, a um território, a uma cidade, a uma família, entre outras¹²⁴. O resultado da informação no sistema de gestão de bases de dados é, desta forma, muito próximo de uma biografia coletiva, que tem por base o conceito de análise de redes sociais apresentado *a priori*.

1.2.1 Construção da base de dados: notação e importação dos dados; identificação das pessoas e bens.

Ainda que as ferramentas e metodologias digitais tenham sofrido um avanço considerável, a sua aplicação na historiografia continua a ser um desafio. Principalmente quando a preocupação do historiador é a representação fidedigna da fonte. Neste caso, a formalização e representação dos dados constitui a maior dificuldade do investigador. De forma

¹²⁴ Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia ...*, ob. cit., p. 296.

a clarificar este processo complexo de construção da base de dados sobre a paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra, procurámos realizar as seguintes tarefas:

1. Delimitar a comunidade a estudar, que compreendemos como o objeto de estudo, ou seja, a população residente ou relacionada com a circunscrição paroquial de São Bartolomeu;
2. Identificar as fontes para a análise;
3. Proceder à notação informática das fontes históricas em formato KLEIO (utilizámos o VSCode¹²⁵ como editor de texto e produção dos ficheiros informáticos)¹²⁶;
4. Incorporar os ficheiros de notação, em formato cli., no sistema de gestão de bases de dados;
5. Após a incorporação, foi necessário traduzir os ficheiros¹²⁷, de maneira a verificar a existência de alguns erros na notação, e só depois foi possível importar os dados notados para o sistema de gestão de bases de dados¹²⁸;
6. Depois da importação dos ficheiros, procedemos à gestão dos dados provenientes das fontes documentais notadas, sistematizados e distribuídos pelos grupos apresentados anteriormente – atributos, funções e relações¹²⁹;
7. Analisar e questionar os dados que o sistema de gestão de bases de dados nos dispõe de forma sistematizada e organizada;
8. Identificar e relacionar indivíduos, construindo biografias¹³⁰ de pessoas reais;
9. Explorar os dados com o objetivo analítico de fenómenos sociais;
10. Divulgar os dados recolhidos e os resultados levantados.

¹²⁵ O VSCode (Visual Studio Code) é um editor de código disponível desde 2015, desenvolvido pela Microsoft. Trata-se de uma ferramenta informática *open source*, o que permite o desenvolvimento de novas funcionalidades com a criação de extensões a partir do seu código acessível pelo GitHub. 1. «Introdução ao Visual Studio Code», .NET Magazine 127, DEVMEDIA, sem data, <https://www.devmedia.com.br/introducao-ao-visual-studio-code/34418>.

¹²⁶ Ver Anexo 4 com imagem ilustrativa do processo de notação da fonte documental.

¹²⁷ Ver Anexo 5 com imagem ilustrativa do processo de tradução do ficheiro com a notação.

¹²⁸ Ver Anexo 6 com imagem ilustrativa do processo de importação do ficheiro com a notação.

¹²⁹ Ver Anexo 7 com imagem da *interface* do *Timelink* para a exploração de dados por atributos, funções e relações.

¹³⁰ Ver Anexo 9 com imagem de uma ficha biográfica de um indivíduo para servir de exemplo, e o Anexo 10 com imagem de uma ficha biográfica de um indivíduo que colige duas fontes documentais.

As dez fases aqui apresentadas são comuns a todas as fontes importadas para o sistema de gestão de bases de dados. Tendo em conta que se trata de um sistema que permite a incorporação infinita de novos ficheiros documentais, percebemos que o mesmo pode estar em constante crescimento e mutação. Daí, ser relevante referir que as cinco primeiras fases da construção da base de dados podem e devem ser repetidas sempre que se pretenda adicionar novos ficheiros (novas fontes documentais) ao sistema de gestão de informação *Timelink*.

Sendo assim, e perante a estrutura base da notação informática para a recolha de dados para importação no *Timelink*, importa-nos, agora, apresentar algumas decisões que se adequaram à notação integral da fonte primordial deste projeto – o obituário de S. Bartolomeu. Tais decisões foram feitas em equipa, entre a coordenação e os bolsiros do projeto. A partir destas deliberações, foi possível desenvolver uma notação informática uniformizada, das duas paróquias que constituem o objetivo de investigação do Projeto Exploratório *COMMEMORTIS* – a Paróquia de S. Bartolomeu e a Paróquia de Santiago –, que otimizasse ao máximo a recolha de dados nas fontes necrológicas.

Antes de mais devemos apresentar a linguagem formal utilizada para a construção da base de dados designada por KLEIO. Este modelo linguístico informático foi criado inicialmente por Manfred Thaller¹³¹ com o intuito de transcrever documentos da forma mais eficaz e com a menor perda de informação possível. De forma concisa e sucinta, a linguagem KLEIO tem como base os conceitos de grupo e elemento, entenda-se, então, que grupo designa a unidade maior de informação (pessoa, objeto ou instituição) que é composta e descrita por elementos. Elementos esses a que, por sua vez, são-lhes atribuídos valores.

A transcrição deve iniciar com a declaração KLEIO (*kleio\$gacto2.str*) comum a todas as fontes que sejam notadas, seguindo-se a identificação da fonte que iremos notar. De seguida, devemos identificar a fonte que iremos trabalhar. No caso do obituário de S. Bartolomeu de Coimbra, começamos por definir uma matrícula de identificação da fonte, depois indicamos a abrangência temporal das inscrições notadas, especificamos a temática das inscrições que iremos notar, a cota da fonte inédita e, por fim, por se tratar de uma fonte transcrita e editada indicamos a obra: *fonte\$obituario_csbc/data=1337-1411/tipo=obitos e aniversarios/loc=ACL, serie azul, 1186; ACL, serie azul, 1652 (publicado em Maria Amélia Álvaro de Campos, A*

¹³¹ Manfred Thaller, *Kleio: a database system*, Gottingen: Max-Planck-Institut, 1993, pp. 13-37.

Comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O obituário medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra. Edição crítica e estudo do manuscrito. Coimbra: IUC, 2020).

Depois da identificação da fonte, tivemos de decidir como notar as diferentes inscrições de modo a criar uma fórmula uniforme¹³². Os atos¹³³ que registam um aniversário ou um óbito recebem o nome de “inscrição”, de seguida definimos individualmente a matrícula que diz respeito a cada inscrição a notar. Para o obituário de S. Bartolomeu, decidimos “*obituário_csbc*”, seguido do dia e do mês, assim cada inscrição é correspondente à data da mesma (por exemplo, para o dia 1 de janeiro: *obituário_csbc0101*). Segue-se a identificação da data, o que no nosso caso das inscrições que compõem as fontes necrológicas pode constituir um verdadeiro obstáculo, uma vez que na grande maioria dos casos desconhecemos o ano do óbito. Neste caso, das 399 inscrições que a nossa fonte nos fornece apenas 111¹³⁴ tem a identificação do ano, e por isso, foi necessário criar uma data fictícia que o software aceitasse sem constrangimentos. O ano “0000” não era exequível, portanto, em consenso com o Sr. Dr. Joaquim Carvalho, consultor do projeto, definiu-se que seria representado por “9999”. Depois da data indicamos o teor do registo, ou seja, se se trata de um assento de óbito ou de um aniversário. Finalmente, inscrevemos o local da inscrição, que no caso, inserimos sempre “*Obituário da Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra*” com a página correspondente da transcrição publicada. Por último, definimos um elemento de grande importância por permitir um acesso direto dos leitores ao conteúdo das inscrições, o sumário. Pontualmente encontramos o campo de observações, que usámos sobretudo para informar o leitor de eventuais dificuldades de leitura do original ou eventuais singularidades presentes nas diferentes inscrições. De resto, a inserção do campo de observações, no formato de “*obs=*”, pode ser utilizado em todas as linhas da inscrição, quer seja na entidade, nos atributos ou nas relações. Estas observações são visíveis ao público e deverão fornecer ao leitor informações que, apesar de não se enquadrarem na estrutura formal de notação dos dados, são relevantes para a compreensão do conteúdo da fonte.

¹³² Ver imagem ilustrativa de duas inscrições no Anexo 8.

¹³³ Os atos podem ser compreendidos como ocorrências registadas num espaço e tempo conforme podemos ler em: Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia ...*, ob. cit., p. 341.

¹³⁴ Das 111 inscrições datadas que encontramos no nosso obituário, a maioria situa-se no século XIII com a representação percentual de 63% (70 inscrições).

Antes de explicarmos a notação informática das inscrições do obituário, devemos assinalar, que formalmente, nos seus primeiros anos de desenvolvimento, o *Timelink* não permitia maiúsculas e acentuação, no entanto, hoje em dia essas especificidades ortográficas são aceites pelo programa sem gerar erros, na visualização final na sua interface. Desta forma, utilizámos acentuação e maiúsculas no campo dos valores, deixando a grafia das entradas das identidades, dos atributos/*life story* e das relações com a ortografia primitiva, para não causar constrangimentos na incorporação dos dados no sistema de gestão de bases de dados. Uma decisão metodológica importante, foi dar primazia à fonte inédita, ou seja, ainda que se trate de uma fonte editada e transcrita, estabelecemos que a notação não deveria indicar as notas de rodapé que compunham as edições críticas de ambos os documentos.

De seguida, interessa fazer a notação dos dados presentes no calendário obituário de São Bartolomeu, tendo em conta a tipologia de informação nele registados. Começámos por dividir a tipologia das inscrições do obituário de S. Bartolomeu em dois tipos: inscrições de óbitos e inscrições de aniversários. Em cada uma destas tipologias, inserimos pessoas, instituições e bens, interrelacionados entre si. Conforme o que a inscrição nos indica, decidimos que a notação dos indivíduos seria realizada com base em três funções: doador/a; celebrado/a; referido/a.. Tal como as designações indicam, o doador/a deverá ser utilizado quando é perceptível que se trata do autor da doação. O grupo de celebrado/a foi criado especificamente para este projeto para designar todos os indivíduos registados no documento com celebrações por alma, sempre que não temos a informação de que tenham sido eles/elas próprios/as os/as doadores/as do património que sustentava a celebração. E, finalmente, o referido/a serve apenas para notar os indivíduos mencionados no documento que não entram nas outras categorias. Por exemplo, pessoas cujas propriedades confrontavam com a propriedade doada a São Bartolomeu, pessoas identificadas por associação e relação com a outrem. Por exemplo¹³⁵, no obituário encontramos a celebração recorrente de Domingas Anes que é apresentada como mulher de Aparício Domingues que foi candeieiro de D. Pedro, rei de Portugal. Ou seja, Aparício Domingues e D. Pedro, nestas inscrições apenas têm a função de referidos. Aparício Domingues estabelece relação de parentesco de marido com Domingas Anes e D. Pedro define a relação profissional com Aparício Domingues, assim ambas as entidades são determinadas pelas relações que lhes são atribuídas.

¹³⁵ Ver exemplo da notação da função “referido/a” no Anexo 11.

Compreendemos que as entidades “pessoa” assumem um papel fundamental para o reconhecimento e caracterização de uma comunidade paroquial, como é o caso da de São Bartolomeu de Coimbra. Deste modo, as categorizações sociais e profissionais assim como a identificação do sexo, são essenciais para a criação do perfil comunitário, daí termos destacado e diferenciado o género gramatical. Assim, ao contrário do frequente posicionamento da mulher como figura secundária, colocamos a mulher no mesmo plano que o homem conforme a fonte nos indica.

Sabemos que o obituário de S. Bartolomeu, para além de registar as celebrações de sufrágio das almas assenta, também, nas doações feitas como meio de pagamento dos aniversários. Assim, estabelecemos que os aniversários devem ser mencionados como entidades independentes, como instituições/fundações – “*donatario\$aniversário de...*” – com um *id* próprio, uma vez que se tratam dos destinatários das doações, tal como a igreja colegiada de S. Bartolomeu, onde estes são fundados. Deste modo, decidimos dar uma dimensão concreta a um conceito que no imediato poderia parecer abstrato, uma vez que a fundação de aniversários corresponde ao mesmo princípio que a fundação de capelas¹³⁶. Os aniversários, quando acrescidos de informação para além da sua referência, adquiriram dois tipos de atributos a registar, o que caracteriza a cerimónia (representado por “*atr\$cerimonia_aniversario/...*”) e aquele que indica o valor a distribuir pelos clérigos ou outros presentes na comemoração (notado da seguinte forma “*atr\$pagamento_aniversario/...*”).

Para além da notação de aniversários como donatários, registamos, também, a igreja colegiada. A Colegiada de S. Bartolomeu é notada em todas as inscrições sob o grupo de donatário com um *id* individual. Este *id* permite a criação de relação sociabilidade de “benfeitor” do doador/a ou do celebrado/a e a relação de posse do bem, que explicaremos *a posteriori* com maior cuidado, que na sua maioria, é por doação.

Igualmente complexa poderá parecer a próxima decisão, mas também ela foi tomada com o intuito de concretizar elementos que no documento são mencionados de forma muito vaga. Mesmo quando não existe a menção de um bem concreto deve ser sempre registado um “*bem\$*”. Ficou estabelecido desta forma pois, mesmo que o bem não tenha sido registado na inscrição, considerámos a sua existência como absolutamente necessária para o pagamento/ a

¹³⁶ Podemos ler mais sobre a fundação de capelas em Lisboa Medieval em: Teresa Costa e Filipe Calvão, “Fundação de capelas na Lisboa quatrocentista ...”, ob. cit., pp. 337-368.

sustentação da respetiva fundação da celebração. Quando se trata da notação de bens concretos, como casas ou olivais, é essencial registar os detalhes. Os atributos dos bens são variados, mas infelizmente nem sempre temos conhecimento destes. Podem tomar a forma de localização, renda, confrontações, descrição (no caso das casas novas). Estes atributos auxiliam a análise não só da propriedade imobiliária da paróquia, mas, também, da inserção da paróquia de S. Bartolomeu na paisagem urbana. Tal como o bem, mesmo o indeterminado, deve ser sempre notado, também as suas relações devem ser sempre registadas. As relações associadas à posse dos bens que encontramos no obituário são notadas com a fórmula introdutória de “*rel\$posse*”. Subsequentemente é indicado o teor da posse, isto é, se pertence, se pertenceu, se é por doação, por compra ou por escambo. O tipo de posse é depois completado com a entidade a que se refere. Por exemplo a inscrição de óbito de Pedro Peres, prior de S. Bartolomeu, que doa por sua alma metade de uma casa¹³⁷, o bem deve ser notado com duas relações, a relação de posse “*pertence*” a Pedro Peres e a relação de posse “*por doação*” à Colegiada de S. Bartolomeu.

Após a notação em ficheiro KLEIO se encontrar concluída, esta deve ser incorporada no sistema de gestão de bases de dados, para isso, a transcrição é traduzida e convertida em informação inteligível para o sistema. O *Timelink* está assente num browser web, tornando a sua utilização e navegação acessível a todos. Com uma interface gráfica simples, é possível explorar a documentação incorporada no sistema de gestão de bases de dados com uma pesquisa genérica – por nomes, atributos, funções ou relações –, com uma pesquisa avançada que requer a linguagem SQL ou pesquisa a partir do calendário. A descomplicação do sistema de gestão de bases de dados transmite segurança ao utilizador e responde às necessidades de pesquisa do mesmo.

A uniformização destas decisões, algumas discutidas antes do começo do processo de notação e outras ao longo do mesmo, foi essencial para a compreensão e a análise de ambas paróquias tanto pelos investigadores como para o futuro público leitor. A linguagem de notação estabelecida permite uma leitura fiel da estrutura e conteúdo original do documento. Para além disso, e não menos importante, propicia a construção de conhecimento histórico com base na visão holística da comunidade que proporciona. Vemos os indivíduos com as suas redes de

¹³⁷ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit. p. 92 (fl.2v 2 de fevereiro).

sangue, os seus cargos ou profissões, e os seus bens materiais ou imateriais¹³⁸. Observamos, ainda, tudo isto em torno de um espaço, associado a um quadro institucional. Entendemos que o método de reconstrução de redes por via de um sistema de gestão de bases de dados, é profícuo na análise histórica, sobretudo pela sua capacidade de revelar estruturas sociais que no imediato não são reconhecidas. Por outro lado, pelo carácter reversível da ferramenta informática, permite-nos estudar e avaliar hipóteses de interpretação e, ainda, a habilidade de clarificação e sistematização dos laços e relações no contexto formal de rede social.

Embora este instrumento informático não forneça respostas históricas óbvias nem substitua o cruzamento de fontes, evidencia atores, relações e padrões de interesse¹³⁹, que mediante a interpelação do historiador à fonte pode levar à compreensão do contexto histórico.

¹³⁸ Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia ...*, ob. cit., pp. 321-326.

¹³⁹ Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais ...*, ob. cit., p. 47.

2. A Paróquia de S. Bartolomeu

Neste capítulo a intenção é contextualizar e enquadrar a paróquia de S. Bartolomeu na cidade, sintetizando alguns traços historiográficos demonstrados pelos historiadores ao longo dos anos, sobre a história da cidade de Coimbra, e acrescentando a análise dos dados que compuseram a infraestrutura informática que acabámos de apresentar. Subdividido em quatro partes, teremos primeiro uma abordagem sumária da configuração urbana da cidade. Depois, afinilando a análise, procuraremos apresentar a igreja de S. Bartolomeu, olhando para a instituição e depois para a sua arquitetura. Por fim, olharemos para o património imobiliário da instituição, refletindo inicialmente sobre as propriedades de implantação urbana, e, posteriormente, de forma sintética, o património de implantação rural.

Em primeiro lugar, devemos definir a inserção da paróquia de S. Bartolomeu no tecido urbano da cidade. Para isso, começamos por apresentar alguns dados da história de Coimbra, evocando, principalmente, a zona extramuros ou arrabalde onde se estabelecem S. Bartolomeu e as três igrejas paróquias vizinhas – Santiago, S. João de Santa Cruz e Santa Justa. Seguidamente, analisaremos o território ocupado pela paróquia, quer pelas suas características formais e topográficas quer pelas ruelas e adro da igreja que promovem a sua definição. O enquadramento histórico sobre a igreja de S. Bartolomeu ocupará o segundo subcapítulo, onde apresentamos um breve estudo à sua história institucional, exaltando os anos de fundação e consagração da igreja a S. Bartolomeu e uma caracterização da arquitetura desse templo, procurando descrever as mutações que sofreu ao longo da sua existência. Com os últimos dois subcapítulos, procuraremos complementar o estudo já realizado por Cristina Guardado relativamente ao património imobiliário da Colegiada de S. Bartolomeu. Organizado, essencialmente, pela mesma ordem sequencial – primeiro a identificação da localização e composição da propriedade e, depois, a reconstituição da mesma – introduziremos um conjunto de dados recolhidos das fontes por nós analisadas, de forma a reconstituir a paróquia viva e dinâmica em estudo. cremos, assim, que se trata de um capítulo essencial para a contextualização da conjuntura eclesiástica e descrição do panorama topográfico e morfológico da cidade de Coimbra medieval.

2.1 A inserção urbana de S. Bartolomeu

Ao longo das centúrias medievais, Coimbra desempenhou por diversas vezes um papel central para os desenlaces políticos do reino¹⁴⁰. Caracterizada pela dualidade da cidade portuguesa medieval, englobava em si o urbano e o rural¹⁴¹. A cidade banhada pelo Mondego é privilegiada pelo seu posicionamento geográfico e estratégico no empreendimento da conquista cristã ao exército muçulmano. Neste processo conturbado, de constante resolução de encruzilhadas, e com a mudança de residência de D. Afonso Henriques para Coimbra, a cidade recebe o protagonismo de residência do primeiro monarca português e dos seus principais conselheiros.

No seguimento da dualidade que caracteriza a cidade de Coimbra, também a sua composição se define dessa forma. Tal como outras cidades medievais portuguesas, Coimbra desenvolve-se numa posição topograficamente elevada, para depois descer para terrenos menos acidentados¹⁴². Uma zona alta, circundada por um anel muralhado, que designamos por intramuros¹⁴³, e uma zona baixa, o extramuros. Na colina encontramos os edifícios de poder régio e militar (castelo e a alcáçova)¹⁴⁴ acompanhados por várias manchas de povoamento que se organizam em torno de células eclesiásticas (S. Cristóvão, S. Salvador, S. João de Almedina, S. Pedro e, finalmente, a Sé). A muralha que aqui se erguia garantia a segurança e a diferenciação dos espaços. Composta e reforçada, paulatinamente, ao longo dos tempos¹⁴⁵, incorporava cinco portas nobres – Porta da Almedina, de Belcouce, da Genicoca ou da Traição, do Sol e Nova – e, contava, com um conjunto de torres¹⁴⁶. Este espaço que transmitia segurança foi, até à estabilização da região por conta das forças cristãs, populoso e dinâmico. Contudo, tal

¹⁴⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra em tempos medievais (séculos XIV-XV)”, in *A História Tal Qual como Se Faz*, 2003, pp. 65-78, p. 65.

¹⁴¹ Saúl António Gomes, “Mundo rural e mundo urbano”, in *Nova História de Portugal*, A. H. de Oliveira Marques (dir.), vol. III, Lisboa: Presença, 1992, pp. 389-391.

¹⁴² Jorge Gaspar, “A cidade portuguesa na Idade Média. Aspetos da estrutura física e desenvolvimento funcional”, in *En la España Medieval*, Madrid: Editorial de la Universidade Complutense, 1985, pp. 133-147, p. 133.

¹⁴³ Leontina Ventura, “Coimbra medieval – uma cidade ...”, ob. cit., p. 15.

¹⁴⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, “O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra ...”, ob. cit., p. 162.

¹⁴⁵ Leontina Ventura, “Coimbra medieval – uma cidade ...”, ob. cit., p. 15.

¹⁴⁶ Saúl António Gomes, “Coimbra - aspetos da sua paisagem urbana em tempos medievos”, in *Biblos*, vol.4, 2006, p. 135.

como noutros centros muralhados nacionais¹⁴⁷, vemos uma migração da população, que parecia preferir “escorregar” para a zona plana e ribeirinha da cidade, obrigando os monarcas a ações legislativas na tentativa do incremento da população e do comércio no intramuros¹⁴⁸. Em 1269, a realocação da feira na Almedina foi um desses incentivos¹⁴⁹. Contudo pelas características topográficas do intramuros, que dificultavam o transporte de mercadorias, esta ação não foi bem-sucedida culminando na deslocação da feira para o arrabalde¹⁵⁰.

Nos arredores imediatos da cidade muralhada, encontramos aquilo que designamos por extramuros ou arrabalde de Coimbra. Com uma conjuntura comum a todas as cidades medievais portuguesas, o arrabalde transforma-se no centro de gravidade do aglomerado populacional¹⁵¹. Também aqui, os núcleos habitacionais se organizam e estruturam em torno das diferentes paróquias. A partir de 1131, data da fundação do Mosteiro de Santa Cruz de cónegos regrantes de Santo Agostinho¹⁵², o arrabalde coimbrão conta com quatro paróquias que se estruturam ao longo do trajeto da antiga via romana que ligava *Olissipo* a *Bracara Augusta*¹⁵³. Sendo estas, por ordem de entrada na cidade, no sentido oeste-nordeste, S. Bartolomeu, Santiago, S. João de Santa Cruz e, finalmente, Santa Justa. Assim se sucedeu a complexificação do espaço do extramuros coimbrão. Já em meados do século XII, Coimbra seria a maior cidade da época do reino¹⁵⁴, com uma área urbanizada estimada entre os 37 ou 40 hectares, repartidos pelas nove paróquias.

¹⁴⁷ Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1980, p. 64; Maria Amélia Álvaro de Campos, “O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra ...”, ob. cit., p. 168.

¹⁴⁸ Luísa Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 164.

¹⁴⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, *A Feira de Coimbra no Contexto das Feiras Medievais Portuguesas*, Coimbra: INATEL, 1994, p. 20.

¹⁵⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, *A Feira de Coimbra ...*, ob. cit., pp. 21-24; Maria Amélia Álvaro de Campos, “O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra ...”, ob. cit., p. 168.

¹⁵¹ Jorge Gaspar, “A cidade portuguesa na Idade Média. Aspetos da estrutura ...”, ob. cit., p. 138.

¹⁵² Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, ob. cit.

¹⁵³ Vasco Gil Mantas, “A rede viária romana em Portugal. Estado da questão e perspetivas futuras”, in *Anas*, 21-22, 2008/2009, pp. 245-272, pp. 241-243.; Jorge de Alarcão, “As vias romanas de Olissipo a Augusta Emerita” in *Conimbriga: revista do Instituto de Arqueologia*, 45, 2006, pp. 211-252.

¹⁵⁴ Saúl António Gomes, “Mundo Rural e mundo ...”, ob. cit., pp. 393-394.

Na malha urbana, a comunidade paroquial constituía-se como um núcleo de povoamento organizado em torno de um templo religioso e do seu adro¹⁵⁵. A criação de uma paróquia é uma consequência do incremento da população, e, ainda que, aparente uma certa unidade, não é sinónimo de uniformidade quer no que diz respeito à topografia quer ao elemento humano¹⁵⁶.

Por conveniência de desenvolvimento do presente estudo, trataremos sinteticamente o espaço do arrabalde de Coimbra de nordeste para oeste, finalizando com uma análise dos limites da paróquia de S. Bartolomeu. No extremo nordeste da cidade, encontramos a paróquia de Santa Justa. A primitiva igreja sagrada em cerca de 1150¹⁵⁷ localizar-se-ia no atual Terreiro da Erva. Dado o carácter arenoso dessa área – daí chamar-se Arnado¹⁵⁸ – e a proximidade do antigo curso do rio, o templo seria constantemente fustigado por cheias, razão pela qual foi deslocado no início do século XVIII. Em Santa Justa, pela sua localização periférica em relação à cidade, encontramos muitos dos renegados da sociedade medieval: vemos a implantação da Judiaria Nova próximo da igreja de Santa Justa e, ainda, a referência a mancebias¹⁵⁹.

A paróquia de S. João de Santa Cruz, adscrita ao Mosteiro de Santa Cruz¹⁶⁰, foi a primeira e única paróquia a ter a sua delimitação oficializada por via de documento escrito em 1139¹⁶¹. Estes limites foram várias vezes expandidos em detrimento de alguns espaços das suas paróquias vizinhas¹⁶², Santiago e Santa Justa. No limite Sul, a paróquia de S. João de Santa

¹⁵⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos cita Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1995, p. 55. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião – a colegiada de Santa Justa de Coimbra ...*, ob. cit., p. 40.

¹⁵⁶ Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade ...*, ob. cit.: 55.

¹⁵⁷ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião – a colegiada de Santa Justa ...* ob. cit., p. 101.; José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, Tomo I, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 1960, p. 17.

¹⁵⁸ Walter Rossa, *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001 (Tese de Doutoramento), pp. 283-284.

¹⁵⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, “Marcos de referência e topónimos da cidade medieval ...”, ob. cit., p. 172. Aqui, Maria Amélia Álvaro de Campos indica o documento: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colegiada de Santa Justa*, m.11, n.207 (1374).;

¹⁶⁰ Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, ob. cit., pp. 248-251.

¹⁶¹ Leontina Ventura e Ana de Santiago Faria (eds.), *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do Século XII*, Coimbra: INIC, 1990, p. 23.

¹⁶² Maria Amélia Álvaro de Campos, “O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra ...”, ob. cit., p. 170.

Cruz terminava na encosta dos judeus, onde começava a paróquia de Santiago. A igreja de Santa Cruz, ao contrário de outros templos religiosos, ocupou um espaço não urbanizado entre a urbe e Santa Justa¹⁶³, que acabou por ampliar a muralha da cidade levando à abertura da Porta Nova.

Santiago, pela sua localização central, entre a paróquia de S. Bartolomeu e o mosteiro de Santa Cruz, era uma célula de dinamismo e movimento das “gentes” da cidade e dos seus visitantes peregrinos. Situava-se no lugar de Coruche, coincidente com a rua de Coruche¹⁶⁴, onde encontramos, desde cedo, incontável referência a mercadores que aqui estabeleciam as suas tendas. Este eixo urbano, para além de ser estruturante por ligar a zona ribeirinha da cidade até ao mosteiro de Santa Cruz¹⁶⁵, constituía-se como um núcleo de destaque comercial da cidade. Via que, pela consolidação da centralidade ao longo dos séculos¹⁶⁶, em 1857 levou à amputação da ousia da igreja de Santiago¹⁶⁷. Esta era de origem anterior à conquista definitiva de Coimbra, consagrada a S. Cucufate, terá sofrido alguns restauros ao longo da segunda metade do século XII¹⁶⁸ e reconsagrada a Santiago.

Finalmente, no extremo oeste do arrabalde coimbrão, junto ao rio, encontramos a paróquia de S. Bartolomeu. O território desta paróquia, na margem direita do rio Mondego, tinha os limites a sul e a oeste no rio, a Este era circunscrita pela muralha, e a norte pela sua vizinha, a paróquia de Santiago¹⁶⁹. Em S. Bartolomeu, pela sua proximidade ao rio, o aproveitamento das suas águas e da sua força motriz foram cruciais para o estabelecimento de um conjunto de oficinas e mesteres¹⁷⁰. Abordaremos adiante o seu perfil laborioso e mesteiral.

¹⁶³ Walter Rossa, “Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com a instalação de Afonso Henriques”, in Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (coord.), *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, Braga: CITCEM, 2012, pp. 127-143, p. 137.

¹⁶⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, “O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra ...”, ob. cit., p. 169.

¹⁶⁵ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p. 127.

¹⁶⁶ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p. 128-132.

¹⁶⁷ Walter Rossa, *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra ...*, ob. cit., p. 431.

¹⁶⁸ Walter Rossa, *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra ...*, ob. cit., p. 281-283.

¹⁶⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coímbra en la edad media...”, ob. cit., p. 608.

¹⁷⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, “O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra ...”, ob. cit., p. 169.

A paisagem urbana deste território é definida essencialmente por alguns elementos toponímicos que nos auxiliam na sua reconstituição, como a ponte, a ribeira, a própria igreja de S. Bartolomeu com o seu adro, a Rua de São Gião e, mais tardio, registamos, ainda, o hospital¹⁷¹. A reconstituição da malha urbana medieval é uma tarefa difícil para o historiador dada a carência das fontes e referências. O trabalho de análise da toponímia passa por uma leitura minuciosa de documentação variada e dispersa que nos fornecem dados sobre as propriedades que aqui se inserem. A cartografia, ou seja, o *Mappa thopografico da cidade de Coimbra com a divisão das antigas freguesias*¹⁷², elaborado nos finais do século XVIII, mostra que a freguesia era delimitada pelo rio, incluindo as construções existentes a sul da ponte e da Portagem, e encontrava-se, a meio da Calçada¹⁷³ e na Rua de S. Gião (atual Rua das Azeiteiras), com a freguesia medieval de Santiago. Estas fronteiras são difíceis de definir pela ambiguidade das descrições das ruelas, ainda mais pela transformação constante do espaço ao longo do tempo. Principalmente, após a abertura da Praça e a consequente reorganização espacial, torna-se ainda mais complexo estabelecer os limites definitivos da paróquia de S. Bartolomeu na Idade Média.

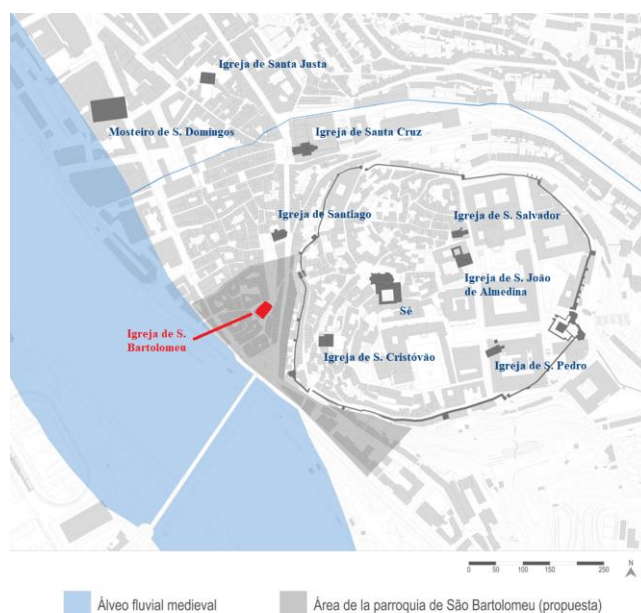


Figura 1 Proposta cartográfica da área da Freguesia de São Bartolomeu, realizada a partir da Base Cartográfica: Levantamento Aerofotogramétrico de 1993/1999 da cidade de Coimbra. Fonte: Maria Amélia Campos, “La Parroquia de São Bartolomeu ...”, ob. cit..

¹⁷¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coimbra en la edad media...”, ob. cit., p. 609.

¹⁷² *Mappa Thopografico Da Cidade de Coimbra Com a Divizão Das Antigas Freguezias*, século XVIII, Instituto Geográfico Português, Inventário n.º CA 391. Publicado em *Evolução do espaço físico de Coimbra: Exposição*, comissário Santiago Faria, Câmara Municipal de Coimbra, 2006, p. 35.

¹⁷³ Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa ...*, ob. cit., pp. 28-29.

2.2 A igreja de S. Bartolomeu

Após a compreensão do espaço em que se insere a paróquia de S. Bartolomeu, devemos apresentar a igreja matriz, a partir da qual, de algum modo se define a implantação e estruturação do espaço paroquial. O templo de S. Bartolomeu é um dos mais antigos da história da cidade de Coimbra. Assim como o largo ou terreiro em que se localizava e que, atualmente integra a Praça do Comércio¹⁷⁴. Como veremos, temos testemunho da existência de um templo naquele local desde, pelo menos, 957 por via da sua doação ao mosteiro de Lorvão. Atualmente, e após profundas reedificações que transformaram a sua imagem integralmente, encontramos um templo barroco com a sua fachada direcionada para a Praça do Comércio. As transformações que *a posteriori* serão apresentadas mantiveram a igreja numa localização privilegiada e central na cidade, no entanto, resultaram, também, no esquecimento da sua história e forma medieval por parte dos conimbricenses.

2.2.1 Breve história institucional

A igreja de S. Bartolomeu é referida pela primeira vez, em 957, numa doação ao Mosteiro de Lorvão. Esta referência elucida-nos que até à data a igreja do arrabalde coimbrão designava-se por S. Cristóvão («*Sancti Christofori*»), comprovando, assim, a existência de um edifício anterior. O documento que nos indica o nome da primitiva igreja é uma cópia que data de 1116-1117, onde o autor copista mostra a “atualização” da sua designação¹⁷⁵, declarando «*ecclesia Sancti Bartolomei qui in antea vocabant Sancti Christophori*» e da «*ecclesia Sancti Christophori qui vocant ea Sancti Bartolomeus*». Ainda sobre a evocação de S. Cristóvão, Walter Rossa¹⁷⁶ diz, hipoteticamente, que pela sua implantação numa zona nuclear, à entrada da cidade, a igreja de S. Cristóvão, santo patrono dos viajantes, fosse uma estrutura de apoio a viajantes sob forma de albergaria para peregrinos e doentes.

¹⁷⁴ António Nogueira Gonçalves e Vergílio Correia, *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p. 39.

¹⁷⁵ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., p. 272.

¹⁷⁶ Walter Rossa, *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra ...*, ob. cit., p. 140.

Depois do segundo período conturbado de ocupação islâmica de Coimbra, em 1109, S. Bartolomeu foi novamente doada ao Mosteiro de Lorvão, pelo presbítero Ariano¹⁷⁷. Segundo Rui de Azevedo, esta segunda doação ao mosteiro lorbanense poderá ser justificada pelo isolamento da comunidade monástica e a consequente perda de alguns bens, e entre eles estaria S. Bartolomeu¹⁷⁸, mas através dela a ligação institucional do mosteiro e S. Bartolomeu fica consolidada perpetuamente.

As provas documentais anteriormente referenciadas apenas nos confirmam a existência da igreja de S. Bartolomeu e não de uma colegiada, que pressupõe uma comunidade estruturada e hierarquizada de cónegos e dignidades. O primeiro registo escrito que, presumivelmente, nos dá conta de uma comunidade organizada data de 1106 e trata-se de uma venda entre particulares que refere a existência de uma vinha que pertence à «*fraternitatis ecclesie Sancti Bartolomei*»¹⁷⁹.

Ainda que os primeiros tempos da história institucional de S. Bartolomeu sejam uma incógnita, com apenas algumas luzes documentais, parece-nos presumível que a Colegiada de S. Bartolomeu, à semelhança de outras colegiadas congéneres, terá sido criada na segunda metade do século XII. A base humana de S. Bartolomeu era composta por prior, raçoeiros e contava, ainda, com um conjunto de clérigo auxiliares, como capelães e cónegos. Tal como as outras igrejas paroquiais de Coimbra, suas vizinhas, tinha a responsabilidade de conduzir a vida espiritual da população laica residente na respetiva circunscrição. Cabia à comunidade eclesiástica de S. Bartolomeu administrar os sacramentos e garantir os rituais de salvação das almas dos seus paroquianos e benfeitores.

¹⁷⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 27; Cristina Guardado cita: Rui Pinto de Azevedo, *Documento Medievais Portugueses: Documentos Particulares*, vol. III, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, doc. 316.

¹⁷⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 27.

¹⁷⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 28.; Cristina Guardado cita o documento: Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e M. Teresa Veloso (eds.), *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. III, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1979, doc. 545 (4 de março de 1106).

2.2.2 As transformações do templo

Como referido anteriormente, a igreja de S. Bartolomeu teve uma evolução arquitetónica marcada por mudanças drásticas. Apesar da localização do templo não se ter alterado, a sua forma sofreu restauros e transformações profundas, resultando na sobreposição de pelo menos três plantas arquitetónicas.

Da versão pré-românica, não temos vestígios arqueológicos suficientes para reconstituir a sua planta, por isso apenas nos resta a sua identificação com base na documentação escrita. Documentalmente, é-nos possível identificar a igreja de S. Bartolomeu ainda consagrada a S. Cristóvão¹⁸⁰. Tal como outras igrejas suburbanas ou rurais da época¹⁸¹, também esta, era fortificada e constituía um polo com sistema defensivo autossuficiente¹⁸² na sua posição, considerada vulnerável a ataques do inimigo. Sabemos isto pela doação de 1109 pelo presbítero Ariano ao mosteiro de Lorvão da igreja de S. Bartolomeu, nele incluía um inventário de património imobiliário e mobiliário: «*domus cum casas et palumbare... uno torculari; equos et caballos, mulos eta sinos, sellas, frenos, sponas, spatas et scutos, laceas, balestas, sagitas...*»¹⁸³, isto é, «casas com barracas (ou anexos) e pombal... um lagar, éguas e cavalos, mulas e burros, selas, freios, esporas, espadas e escudos, lanças, bestas, setas...»¹⁸⁴.

Já no século XII, o percurso da ponte a S. Bartolomeu é quase plano. Será nesta centúria, por meados de 1170 ou 1180¹⁸⁵, que será empreendida a reconstrução da agora consagrada igreja S. Bartolomeu. A reconstrução visa a transformação do templo, presumivelmente visigótico, no vigente estilo românico, correspondendo assim à paisagem de Coimbra da época, retratada como um autêntico estaleiro de obras, onde num curto espaço de tempo todas as igrejas

¹⁸⁰ António Vasconcelos, “A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra”, in *Correio da Coimbra*, nº503 (30/01/1932), p. 4; António Vasconcelos, “Sé Velha de Coimbra – apontamentos para a sua história”, 2 vols., Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1930-35, p. 102. Citado em: Walter Rossa, *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra ...*, ob. cit., pp. 283-284.

¹⁸¹ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., p. 148.

¹⁸² Walter Rossa, *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra ...*, ob. cit., p. 283-284.

¹⁸³ Rui Pinto de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses ...*, ob. cit., doc. 316.

¹⁸⁴ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., p. 148.

¹⁸⁵ Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., p. 216.

paroquiais, incluindo a Sé, se reconstruíam aumentando o seu volume e adotando uma nova corrente arquitetónica. Com base nas escavações arqueológicas de 1977 e 1978 lideradas por Jorge de Alarcão, foi possível identificar alguns vestígios que ajudam na composição da planta do templo românico.

Antes de tudo, sabemos que a igreja estava orientada a oeste/sudoeste, ou seja, com um eixo de 140° relativamente à atual edificação¹⁸⁶. A igreja não teria verdadeiro transepto, mas sim um falso transepto a um nível superior em relação aos restantes tramos. Reconhecemos apenas dois tramos no corpo da igreja, ficando, assim, a faltar um para que definisse a típica planta de templo românico, à semelhança da igreja de Santiago. Aliás, dos vestígios que foram observados, parece verosímil que, tanto a dimensão como a envergadura do edifício de S. Bartolomeu, se aproximassem com a estrutura da igreja românica de Santiago¹⁸⁷. Um elemento da igreja que interessa mencionar é a torre dos sinos. Como outras torres sineiras de igrejas românicas de Coimbra, estas eram implantadas a alguma distância, colocando assim, em hipótese que a torre tenha sido um acrescento¹⁸⁸ e que até, talvez, seja a estrutura primitiva de alguma das casas com fachada para o Adro de Cima. Sabemos ainda da existência de uma «Rua que chamão da torre nova ou dos esteireiros»¹⁸⁹, será o elemento toponímico da Torre Nova¹⁹⁰ denunciador da localização da torre sineira de S. Bartolomeu? Deste templo românico resta apenas um capitel de coluna adossada conservada no Museu Nacional de Machado de Castro¹⁹¹.

Das estruturas que, em articulação com a igreja medieval, serviam a comunidade eclesiástica e o quotidiano paroquial de S. Bartolomeu conseguimos identificar, na documentação, um conjunto de equipamentos. Para além das casas que referimos no excerto do

¹⁸⁶ Ver Anexo 12 e 13, com imagens ilustrativas da sobreposição da planta do templo românico (proposta de Jorge de Alarcão) e do templo atual no espaço. Ver: Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., pp.231-232 (anexos).

¹⁸⁷ Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., p. 217.

¹⁸⁸ Augusto Nunes Pereira refere-se à torre como “nova”, confirmando, assim que não se trata da torre românica original. Ver em: Augusto Nunes Pereira, “Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra. Termo de como se achava a Igreja velha” in *Correio de Coimbra* (30 de agosto de 1956).

¹⁸⁹ Augusto Nunes Pereira, “Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...”, ob. cit.

¹⁹⁰ Encontramos três referências à Torre Nova. As duas primeiras no obituário, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 87 (fl.1v 18 de janeiro de 1312) e p. 134 (fl.11v 2 de agosto). A terceira encontra-se nos documentos publicados por Cristina Guardado, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 41 (28 de dezembro de 1348).

¹⁹¹ Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., p. 216.

documento de doação de 1109, encontramos o registo de venda datada de 1126¹⁹² protagonizada por Goldregodo e os seus filhos de uma casa que se encontra «*prope ecclesie Sancti Bartholomei*», que confrontava a oeste e a norte com outras residências, a este com a via pública e a sul confrontava com o «*atrium*» da igreja, que neste caso seria o cemitério no adro da igreja. Este espaço cemiterial corresponde, hoje, à área designada por adros de Cima e de Baixo¹⁹³. Outra estrutura que servia a paróquia era o celeiro ou a adega (por dificuldades de leitura do latim medieval, não conseguimos inferir com certeza a sua tradução) que é referenciado na inscrição do aniversário da morte de Afonso Martins, uma vez que o financiamento deste sufrágio se faz por meio do pagamento das melhorias da «*Apoteci Veteri*»¹⁹⁴ («Celeiro/Adega Velho/a»). No entanto a localização deste equipamento é vaga e apenas nos indicam que se encontra nas proximidades de S. Bartolomeu («*quae est prope predictam ecclesiam Sancti Bartholomey*»). Encontramos, também, duas referências distintas ao refeitório, contudo, pela lacuna da datação não arriscamos inferir que se trate do mesmo equipamento. O «*refectorium*»¹⁹⁵ que é referenciado no obituário surge por meio de doação de trinta libras com a condição que construam um forno e um refeitório no Terreiro¹⁹⁶. O outro «*refectorio*»¹⁹⁷ é referenciado num documento de 1210, transcrito por Cristina Guardado, onde Egas Pais se compromete a doar em cada ano «*unam carregam de obtimo vino in suo refectorio*». Contrariamente ao que se regista na colegiada de Santa Justa de Coimbra, em São Bartolomeu não há referência à casa do prior¹⁹⁸.

¹⁹² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.1 (abril de 1126).

¹⁹³ Segundo José Pinto Loureiro, estes adros configuram o Terreiro do Adro que se encontra na Rua do Cais para S. Bartolomeu (atualmente a Rua dos Esteireiros) e o Terreiro do Romal (atualmente Largo do Romal) e Travessa e Rua dos Prazeres (atualmente Beco dos Prazeres). Ver: José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 16.

¹⁹⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 117 (fl.7v dia 11 de maio de/1314).

¹⁹⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 160 (fl.17 dia 24 de novembro).

¹⁹⁶ A saber que este Terreiro, refere-se ao recinto atualmente dividido em Adro de Baixo, a parte que limita a igreja a oeste, e Adro de Cima que a limita a este. Para saber mais ver José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., pp. 16-17.

¹⁹⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 3 (setembro de 1210).

¹⁹⁸ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de Coimbra ...*, ob. cit., p. 350.

Para além do acrescento da torre dos sinos que não nos é possível datar, o obituário de S. Bartolomeu regista a 11 de novembro de 1363, a sagração de sete altares da igreja pelo bispo D. Gil: do Corpo de Deus, dos Inocentes, de S. Turíbio, de Santa Catarina, de Santa Maria, de Santa Maria Madalena e do Espírito Santo¹⁹⁹. Naturalmente que a consagração destes altares não implica a realização de obras que alterassem a imagem do templo, uma vez que estes elementos teriam dimensões reduzidas e seriam móveis.

O templo românico ter-se-á mantido sem alterações morfológicas até aos inícios do século XVI, quando o pavimento terá sido alteado e as paredes internas do templo, os espelhos dos degraus e os frontais dos altares foram forrados por azulejos hispano-árabes. Já no século XVII sucedeu-se o alargamento da sacristia e consequente realocação da porta lateral. Houve, também a aplicação de azulejos de tapete e a consagração de um novo altar com a evocação de S. Caetano²⁰⁰. Segundo António Nunes Pereira, ainda no mesmo século ter-se-á erguido o coro alto e sob ele o altar das Almas²⁰¹.

O templo de que vimos a tratar não é o mesmo que hoje podemos ver na Praça do Comércio de Coimbra, uma vez que na segunda metade do século XVIII, a igreja românica foi demolida, e no mesmo local ergueu-se o novo templo barroco. Como dissemos anteriormente, a atual igreja tem uma posição inversa àquela que o templo românico apresentava, no século XVIII orientou-se a norte/nordeste²⁰². A inversão total do edifício poderá ter várias justificações: o estado ruinoso do templo como consequência do terramoto de 1755²⁰³; a falta de apreço ao estilo românico²⁰⁴; a necessidade de fuga das inundações causadas pelas cheias do rio; a conveniência de orientar a igreja para a Praça Velha; ou a junção e articulação de todas estas justificações. Com efeito, a Praça entre 1391 e 1442²⁰⁵ foi progressivamente equipada e

¹⁹⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 157 (fl.16v dia 11/11).

²⁰⁰ Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., p. 220.

²⁰¹ Augusto Nunes Pereira refere-se à torre como “nova”, confirmando, assim que não se trata da torre românica original. Ver em: Augusto Nunes Pereira, “Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra. Termo de como se achava a Igreja velha” in *Correio de Coimbra* (30 de agosto de 1956).

²⁰² Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., p. 213.

²⁰³ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 30.

²⁰⁴ Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., p. 227.

²⁰⁵ Data de edificação de um novo edifício de apoio à feira anual que se realizava desde 1391. Luísa Trindade apresenta um outro documento, datado de 1437, que refere a aprovação de demolição de uma casa na praça, facto

reordenada, desempenhando a partir desse momento um papel central no urbanismo e na vida socioeconómica da cidade.

A primeira pedra do novo templo foi lançada a 16 de julho de 1757²⁰⁶, num momento presenciado pelo arquiteto Manuel Alves Macombó²⁰⁷, o pintor Pascoal Parente e o entalhador João Ferreira Quaresma. Encontramos, hoje, uma igreja sóbria, com a nave e a capela-mor de plano retangular com a fachada principal enquadrada por duas torres de coruchéus trabalhados. O portal de arco abatido é rodeado por colunas salientes, e no seu topo no domínio do conjunto frontal, encontra-se um grande óculo em forma de oval deitada²⁰⁸. O seu interior, à semelhança do exterior, revela-se simples; como dissemos, de plano retangular com três janelas de cada lado iluminam o caminho para a capela-mor, e, o seu arco, apoiado em duas pilastras com entablamento. Como decoração do altar-mor encontramos o retábulo principal de autoria de Pascoal Parente que retrata o martírio de São Bartolomeu.

Neste pequeno subcapítulo demos conta das diferentes fases arquitetónicas da igreja de S. Bartolomeu de Coimbra. Este estudo foi nos permitido, principalmente, pela leitura do artigo de Jorge de Alarcão, realizado com base na investigação e escavação arqueológica que nos apresenta. A reconstituição da planta da igreja de S. Bartolomeu do século XII foi um contributo para o estudo do românico conimbricense, assim como para a compreensão da paisagem urbana e edificada da freguesia de S. Bartolomeu na época medieval.

2.3 O património imobiliário de S. Bartolomeu com implantação urbana

Uma comunidade eclesiástica sobrevive não só das contribuições que cobrava aos seus paroquianos, mas, também, e essencialmente, dos rendimentos da exploração dos bens patrimoniais que possuía²⁰⁹. A constituição do seu senhorio, rústico e/ou urbano, advinha de

que indicia o reordenamento do espaço da praça. Ver mais Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p. 131.

²⁰⁶ Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., p. 213.

²⁰⁷ Maria de Lurdes Craveiro, *Manuel Alves Macombó. Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

²⁰⁸ António Nogueira Gonçalves e Vergílio Correia, *Inventário Artístico de Portugal – Cidade ...*, ob. cit., p. 39.

²⁰⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 67.

diversas formas, quer por via de contratos de escambo e compra, quer por doações. A circulação de bens que as fontes relatam permite reconstruir o fluxo de bens, o modo como as relações económicas se entrelaçam com os outros planos da comunidade, e, ainda a redefinição da paisagem urbana de Coimbra medieval.

No presente capítulo, tentaremos reconstituir, cuidadosamente, o património imobiliário identificado na paróquia de S. Bartolomeu. Apoiada no obituário da instituição, mas também na outra documentação recolhida, procuraremos descrever o cenário urbano da paróquia de S. Bartolomeu, e desenhar o mapa da propriedade imóvel com implantação nesta paróquia. Apesar de a esmagadora maioria dos imóveis que tratámos pertencer ao senhorio da igreja de São Bartolomeu, também incluímos nesta análise imóveis de outros proprietários que aqui se localizassem²¹⁰. Esta tentativa de caracterizar formalmente uma área da cidade de Coimbra medieval, ou de qualquer outra cidade medieval, é uma tarefa complexa, e, por vezes, impossível. No entanto, ainda que tenham surgido algumas dificuldades, a tentativa de esboçar uma caracterização desta área urbana era imprescindível para o bom enquadramento da comunidade paroquial de S. Bartolomeu.

2.3.1 Identificações toponímicas e caracterização da paisagem de S. Bartolomeu

No sopé da colina, no seguimento do rio Mondego, encontramos o arrabalde, que muitas vezes apresenta um espaço de ruelas que se entrelaçam em torno das quatro células eclesiásticas que já mencionámos. A toponímia coimbrã como de resto acontecia noutras cidades portuguesas, era dominada pelas designações de igrejas ou devoções religiosas, de construções ou dos seus proprietários e, particularmente neste espaço extramuros, são numerosas as ruas com nomes dos mesteres e de produtos manufacturados que aí se encontravam²¹¹. A toponímia, tal como o sistema urbano, não é estanque ao passar dos séculos, e, por isso, da mesma forma

²¹⁰ A análise do senhorio urbano e rural da igreja colegiada de São Bartolomeu de Coimbra foi já realizado por Cristina Guardado, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, pp. 69-105.

²¹¹ Amadeu Ferraz de Carvalho, “Toponímia de Coimbra e Arredores”, in *O Instituto*, nº87,1934, pp.395-459, p. 410.

que a malha urbana se altera, também as suas designações sofrem alterações. O que se pretende apresentar neste subcapítulo obriga ao estudo escrupuloso de um manancial de dados de variadas fontes para que se consiga intentar caracterizar a paisagem urbana medieval da cidade de Coimbra.

Aqui tratamos da paróquia de S. Bartolomeu, que, como foi dito, é um núcleo de grande densidade populacional e complexo do ponto de vista da organização da sua malha urbana. Deste modo, antes de mais, devemos apresentar algumas das ruas de destaque que caracterizam as imediações densamente ocupadas da igreja de S. Bartolomeu. A ponte ou a rua da ponte é um excelente identificador toponímico para a reconstituição da cidade medieval. Como tal, foi alvo de alguns estudos que apresentam teses diferentes relativas ao seguimento do seu eixo. A primeira hipótese indica que a rua da ponte começaria onde a ponte acaba, ou seja, na Portagem, e que seguiria lateralmente o leito fluvial²¹². A segunda tese defende que esta rua seria um troço da antiga via romana que faria ligação direta entre o adro de S. Bartolomeu e a ponte²¹³. De referir, esta última tese infere que as designações “Rua da Ponte” e “Rua que vai para a Ponte” são vias diferentes. O consenso é que esta rua se situava na zona ribeirinha de Coimbra e era composta por infraestruturas mesteirais²¹⁴ que dependiam da força das águas fluviais para o seu funcionamento²¹⁵ e um conjunto de prédios urbanos²¹⁶.

²¹² Jorge de Alarcão, *As pontes de Coimbra que se afogaram no rio*, Coimbra: Ordem dos Engenheiros, 2012, p. 40; citado por Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coímbra en la edad media ...”, ob. cit., p. 611.

²¹³ Octávio Augusto, “A baixa de Coimbra em finais da Idade Média: sociedade e cotidiano nas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 13, 2013, pp. 131-156, pp. 147-149; Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coímbra en la edad media ...”, ob. cit., p. 611.

²¹⁴ Encontramos com a localização «Rua que vai para a ponte» uns lagares e casas. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 37 (13 de junho de 1346).

²¹⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coímbra en la edad media ...”, ob. cit., p. 611.

²¹⁶ Registamos 3 propriedades na Rua da Ponte, Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 89 (fl.2 24 de janeiro); p. 134 (fl.11v 4 de agosto); p. 141 (fl. 13 1 de setembro).

Outra via extremamente importante do ponto de vista socioeconómico da cidade de Coimbra medieval, era a Rua dos Francos²¹⁷. Tratava-se de uma rua estruturante, de tráfego intenso na cidade, que a partir de 1404 a sua designação é substituída por Rua da Calçada ou apenas Calçada²¹⁸, testemunhando, assim, o calcetamento da via. Paralela à muralha, em simultâneo, delimitava e integrava a paróquia de S. Bartolomeu. A via, também delimitadora do território espacial da paróquia de S. Bartolomeu, que servia de fronteira com a paróquia de Santiago, era a Rua de S. Gião²¹⁹, a atual Rua das Azeiteiras, onde no século XVI se instalou o Hospital Real, passando a ser conhecida como Rua do Hospital²²⁰. A Rua de S. Gião é uma das ruas que encontramos uma concentração patrimonial de S. Bartolomeu (nela registamos cinco propriedades, entre 1366 e 1375)²²¹.

Para além destas vias identificadoras dos limites territoriais da paróquia, S. Bartolomeu era composta por uma malha de ruelas, travessas e becos complexa. A Rua dos Peliteiros acredita-se hoje que tenha desaparecido com a abertura da praça no século XV, já, a Rua da Sota, deveria ser uma via diferente daquela que hoje tem a mesma designação. A Rua dos Prazeres²²² (atualmente, Beco dos Prazeres²²³), a Rua dos Tanoeiros (hoje, é a rua Adelino

²¹⁷ Denominação que se manterá até finais do século XIV e que confirma a existência de uma comunidade de Além Pirinéus. Mais tardem por intervenção de obras passará a designar-se de Rua da Calçada. Ver mais: Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., pp. 127-128.

²¹⁸ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p.128

²¹⁹ Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa ...*, ob. cit., p. 34.

²²⁰ José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 23.

²²¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 77 (25 de janeiro de 1374), doc. 85 (14 de outubro de 1375); Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 98 (fl.3v 26 de fevereiro); p. 111 (fl.6 17 de abril de 1361), p. 144 (fl.13v 10 de setembro).

²²² Encontramos 8 edifícios residenciais na Rua dos Prazeres. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 138 (fl.12 17 de agosto), p. 166 (fl.18 16 de dezembro de 1359).; Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.68 (22 de janeiro de 1368), doc. 83 (2 de junho de 1375), doc. 102 (21 de maio de 1388), doc. 110 (20 de fevereiro de 1391), doc. 119 (10 de janeiro de 1400), doc. 120 (30 de setembro de 1400).

²²³ José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 16.

Veiga), a Rua do Pinto²²⁴, o lugar do *Pedernedo*²²⁵, que embora não saibamos localizar ao certo a via, seria pela sua descrição topográfica um lugar rochoso e não muito distante da rua da Ponte. A rua dos Gatos e a rua das Rãs²²⁶, que atualmente mantém a mesma designação, e, poderão indiciar a presença de alguns dos animais que ali se encontravam. Particularmente, a rua das Rãs atesta a proximidade que aquele espaço apresentava das águas, sejam elas, vivas ou paradas. A rua da Torre Nova²²⁷ ou rua dos Esteireiros²²⁸, uma das ramificações do largo da Sota, ficaria na área da *via communis* ou «*platea*» como é referida num documento de 1199²²⁹.

Ainda hoje identificável com esse nome, o largo do Romal²³⁰ também é referenciado na identificação de um conjunto de cortinhais que integravam o património de S. Bartolomeu. Este topónimo é intrigante por desconhecermos o que significa, no entanto perguntamo-nos se poderia ter que ver com a existência de um conjunto de romãzeiras. Sabemos hoje da existência de um Beco do Forno nas proximidades da igreja de S. Bartolomeu, será este troço o que resta da Rua do Forno referida por José Pinto Loureiro²³¹? E, visto termos o registo de

²²⁴ Identificamos nesta via 3 casas. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.62 (13 de agosto de 1363).; Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 135 (fl.11v 06 de agosto), p. 137 (fl.12 13 de agosto).

²²⁵ Nesta via encontramos 1 sobrado e 3 casas, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 142 (fl.13 01 de setembro), p. 150 (fl.14v 10 de outubro).; Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 95 (20 de janeiro de 1381), doc. 107 (25 de outubro de 1389).; Saúl António Gomes, “Coimbra- aspetos da sua paisagem ...”, ob. cit., p. 143.

²²⁶ Amadeu Ferraz de Carvalho, “Toponímia de Coimbra ...”, ob. cit., p. 421.

²²⁷ Na Torre Nova identificamos 1 sótão e 1 casa, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 87 (fl.1v 18 de janeiro de 1312), p. 134 (fl.11v 2 de agosto).

²²⁸ Augusto Nunes Pereira, “Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra. Termo de como ...”, ob. cit., (30 de agosto de 1956).

²²⁹ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., p. 148.; Jorge de Alarcão cita: Ana da Rocha Madahil, “Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média”, in *Biblos*, nº 11, 1935, pp. 255-288, doc. 140.

²³⁰ Reconhecemos 1 cortinhal e 1 casa com cortinhal, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.110 (20 de fevereiro de 1391), doc. 113 (26 de maio de 1391). Ainda identificamos 2 casas, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 89 (7 de julho de 1377), doc. 141 (4 de junho de 1412).

²³¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 402. Octávio Augusto também refere a existência da Rua do Forno, contudo não é possível inferir que seja um topónimo medieval por falta de datação, ver: Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa ...*, ob. cit., pp. 50-51.

alguns fornos²³² nestas imediações, lançamos a questão, terá sido essa a razão para a sua designação?

Os Adros de Cima e de Baixo, designações atuais do espaço que corresponderia ao adro da igreja medieval, são, também, relevantes para a caracterização do território de S. Bartolomeu, que tal como algumas das ruas, largos e becos que mencionámos, sofreram alterações ao longo do tempo dadas as necessidades para o ordenamento e planeamento da cidade. Neste espaço concentra-se um número considerável de propriedades do senhorio de S. Bartolomeu, quer propriedades com equipamentos de transformação de materiais ou de géneros, quer edifícios residenciais e comerciais²³³. Após a reconstrução e inversão da igreja no século XVIII, passou a considerar-se a divisão do adro, daí as designações de Adro de Cima, que limita a Este da igreja, e Adro de Baixo, a parte que limita a oeste²³⁴. A sobrevivência do termo “adro” nas designações de Adro de Cima e Adro de Baixo, ainda que o espaço se encontre dividido e estrangulado pelos edifícios, é um vestígio toponímico medieval.

Como dissemos anteriormente, uma das razões que pode justificar a inversão do templo no século XVIII, foi a sua reorientação para a praça, que desde finais do século XV assume um papel central na cidade de Coimbra. Muito antes do ordenamento do espaço, que mais tarde seria aberto para a Praça Velha, era um local que sempre apresentou grande dinamismo²³⁵. A estrada romana que ligava *Olissipo* a *Bracara Augusta* passava por este espaço. Sabendo que os cemitérios romanos se estendiam pelas vias do extramuros, Jorge de Alarcão²³⁶ disserta sobre a hipótese da Praça Velha ter servido de cemitério romano, e, dada a resistência de se construir sobre campas, pode, assim, justificar a manutenção do espaço vago. Já, na Idade Média, no

²³² Cerca de 6 inscrições registam a doação de partes de fornos. Ver mais: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 93 (fl.2v 3 de fevereiro), p. 103 (fl.4v 15 de março), p. 118 (fl.7v 15 de maio de 1212), p. 140 (fl.12v 29 de agosto de 1295), p. 149 (fl.14v 4 de outubro de 1331), p. 149 (fl.14v 5 de outubro de 1175).

²³³ São cerca de 10 propriedades que indicam como localização «Adro de S. Bartolomeu». Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 149 (fl.14v 5 de outubro de 1175), p. 124 (fl.9 18 de junho de 1244), p. 85 (fl.1 4 de janeiro de 1322), p. 158 (fl.16v 12 de novembro de 1326), p. 145 (fl.13v 18 de setembro), p. 149 (fl.14v 4 de outubro de 1331), p. 93 (fl.2v 2 de fevereiro), p. 100 (fl.4 1 de março), p. 110 (fl.6 15 de abril de 1218).

²³⁴ José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 16.

²³⁵ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p. 131.

²³⁶ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., p. 37.

seguimento da hipótese apresentada por Jorge de Alarcão, o espaço cemiterial que ocuparia a Praça cai em desuso, pois, como sabemos, os paroquianos de S. Bartolomeu seriam enterrados no adro da igreja medieval (que hoje corresponde ao Adro de Cima e ao Adro de Baixo), e, os paroquianos de Santiago faziam-se sepultar no espaço fronteiro ou a Norte da igreja²³⁷. Desta forma, este espaço entre as paróquias teria de ter adquirido novas funções para que não fosse ocupado. Contudo, parece-nos verosímil que, no decorrer dos séculos, se tenham edificado edifícios neste espaço. Aliás, a partir de 1398 reconhecemos novos equipamentos e edifícios que veem ocupar a praça, como os novos açougues²³⁸. De seguida, em 1419, o pelourinho é transferido do largo da Sé para a Praça, e em 1437²³⁹ torna-se perceptível a intenção de reordenar o espaço para abertura Praça Velha pela aprovação de demolição de uma casa. Nos finais do século XV e inícios do século XVI, já encontramos uma Praça com equipamentos que serviam funções comerciais, administrativas, políticas e judiciais. Como referido anteriormente, a Rua de S. Gião, a atual Rua das Azeiteiras, marca os limites entre a paróquia de S. Bartolomeu e de Santiago, assim, as mesmas encontravam-se a meio deste espaço aberto, que mais tarde designar-se-ia Praça Velha, e, atualmente, Praça do Comércio.

2.3.2 Localização e composição do património imóvel

Após a enumeração deste conjunto de vias que de alguma forma compunham a paróquia de S. Bartolomeu, tentamos, agora sim, levantar a localização e composição do património. Para esta caracterização foi necessário reunir todos os documentos que referissem propriedades na paróquia de S. Bartolomeu.

Categorizámos, conforme a nossa necessidade, o património urbano em três grupos, os prédios urbanos, prédios urbanos com aptidões agrícolas e propriedades com equipamentos de transformação. Assim, ao contrário do que Cristina Guardado fez, que inclui os “lagares de azeite” na sua categoria de propriedade urbana, estabelecemos uma categoria dedicada a propriedades de equipamentos de transformação, como os lagares de azeite, as alcaçarias e os

²³⁷ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., p. 37.

²³⁸ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p.131.

²³⁹ Walter Rossa, *DiverCidade: Urbanografia do espaço de Coimbra ...*, ob. cit., p.443 e pp. 458-461.; Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p.131.

fornos. Neste momento teremos em conta apenas a categorização do património de S. Bartolomeu, falaremos mais à frente sobre a localização destas propriedades e a tendência que evidenciamos entre a mesma e as tipologias.

A categoria dos prédios urbanos, com a exclusão do lagar de azeite que Cristina Guardado incluía, representa 40% (188 edificações consideradas urbanas). Maioritariamente encontramos casas, ou parcelas de habitação, no entanto devemos referir o problema que nos afronta no que diz respeito às designações de «casa» e «casas». Poderá não passar de uma questão gramatical e de falta de rigor, mas consideramos que seja importante refletir estas designações, sendo que a altura dos imóveis é o que se coloca em questão. Quando é referenciada a casa térrea ou a casa sobradada conseguimos perceber a altura da casa. Contudo, a documentação em análise apenas dá conta de onze casas sobradadas²⁴⁰ e duas casas térreas²⁴¹, nestes casos não há margem para dúvidas. A designação de «casa» e «casas» torna a sua identificação mais complexa²⁴². Como dissemos, são estas tipologias que são referenciadas maioritariamente, a «casa» conta com 93 unidades (representa 49%) e «casas» com 67 (equivalente a 36%).

São ainda referenciados sobrados, sótãos, chãos e pardieiros. O sobrado²⁴³ corresponderia a um primeiro piso, sobre o piso térreo²⁴⁴, neste caso, estamos a falar apenas de uma parcela do edifício, e não de um edifício sobradado. Mostrando, como falaremos com maior detalhe adiante, que a casa da paróquia de S. Bartolomeu teria, maioritariamente, pelo

²⁴⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 121 (fl.8v 2 de junho), p. 140 (fl.12v 24 de agosto); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 82 (13 de abril de 1375), doc.95 (20 de janeiro de 1381), doc.110 (20 de fevereiro de 1391), doc.113 (26 de maio de 1391), doc.118 (5 de março de 1397), doc.120 (30 de setembro de 1400), doc.123 (5 de maio de 1405), doc.140 (25 de fevereiro de 1412).

²⁴¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 27 (12 de maio de 1331), doc. 85 (14 de outubro de 1375).

²⁴² Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a casa urbana do centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média”, in *Arqueologia Medieval*, 5, 1997, p. 243; Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 42.

²⁴³ Inventariamos cerca de dois sobrados no património de S. Bartolomeu doado no Obituário. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 88 (fl.1v 19 de janeiro), p. 142 (fl.13 01 de setembro).

²⁴⁴ Manuel Sílvio Conde, “Casas e espaços habitacionais no tempo de D. Afonso Henriques: o que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre a casa no período da formação ...”, ob. cit., p. 188.

menos um piso²⁴⁵. Já os sótãos²⁴⁶, que, atualmente seriam os designados rés-do-chão ou lojas²⁴⁷, são a tipologia com menor representação na categoria de prédios urbanos no património imobiliário da paróquia que detemos registo. Integrante nesta categoria de edificação há, ainda, referência a oito pardieiros²⁴⁸ e três chãos²⁴⁹.

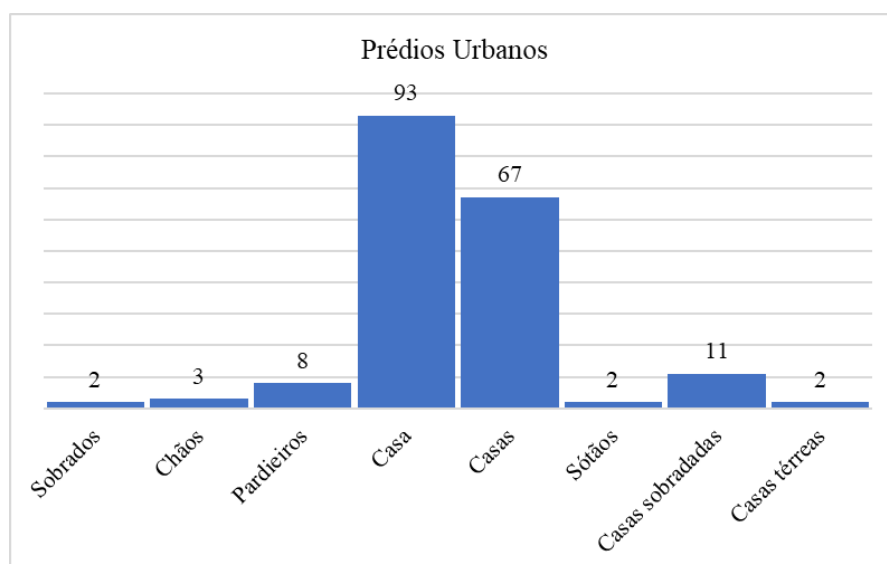


Gráfico 3 Número de prédios urbanos registados no património de S. Bartolomeu.

Os prédios urbanos com aptidões agrícolas que compõem o património de S. Bartolomeu de Coimbra, são cerca de 13 (representa 6% do total do património de implantação

²⁴⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coimbra en la edad media ...”, ob. cit., p. 614.

²⁴⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 87 (fl.1v 18 de janeiro de 1312), p. 167 (fl.18 19 de dezembro).

²⁴⁷ Manuel Sílvio Conde, “A habitação corrente nos finais da Idade Média: morfologias, materialidades, funcionalidades”, in Manuel Sílvio Conde (coord.), *Construir, habitar: a casa medieval*, Porto: CITCEM, 2011, p. 214.

²⁴⁸ O pardieiro - que pode ter vários significados, ou edifício ou barracão, contudo a conotação de velho ou em ruína é comum em qualquer dos termos apresentados. Ver Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 20 (23 de junho de 1322), doc. 46 (15 de outubro de 1353), doc. 103 (14 de outubro de 1375), doc.104 (9 de fevereiro de 1389), doc.105 (28 de janeiro de 1389), doc.110 (20 de fevereiro de 1391), doc.128 (8 de setembro de 1409).

²⁴⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.114 (4 de dezembro de 1392), doc.131 (10 de dezembro de 1410), doc.132 (10 de dezembro de 1410).

urbana) unidades. Entre eles, encontramos o quintal²⁵⁰, a almuinha²⁵¹ e o cortinhal²⁵², que surgem muitas vezes associados ao fundo dos lotes das casas de habitação. Estes espaços são dedicados ao cultivo de produtos hortícolas, plantação de árvores de fruto ou criação de animais²⁵³. Este elemento da casa corrente no Portugal medieval assegurava alguma subsistência quotidiana da população urbana, em épocas de escassez ou de instabilidade²⁵⁴, ainda voltaremos a abordar o assunto com maior detalhe.

As propriedades com equipamentos de transformação representam uma fatia de cerca de 8%²⁵⁵ do total do património de implantação urbana de S. Bartolomeu. Embora apenas apresente 17 unidades, como já dissemos, a zona ribeirinha de Coimbra integrante nesta paróquia, era muito ocupada pela atividade manufatureira e pela presença de mesteirais. Aqui registamos 5 lagares de azeite²⁵⁶, 6 alcaçarias²⁵⁷ e 6 fornos²⁵⁸. Os lagares de azeite, como

²⁵⁰ Encontramos apenas 1 quintal. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 154 (fl.15v 31 de outubro).

²⁵¹ São sete almuinhas que registamos. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 86 (fl.1 09 de janeiro), p. 98 (fl.3v 25 de fevereiro de 1209- neste caso é deixado uma terça parte de uma almuinha, contudo consideramos como uma unidade), p. 103 (fl.4v 16 de março), p. 110 (fl.6 13 de abril-indica que são dois quartos de almuinha).; Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.90 (24 de agosto de 1377), doc. 129 (27 de março de 1410), doc.66 (4 de outubro de 1366).

²⁵² Registamos na documentação analisada cinco cortinhais. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 100 (22 de outubro de 1386), doc.110 (20 de fevereiro de 1391), doc.113 (26 de maio de 1391), doc. 143, doc. 143a (6 de julho de 1415); Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 133 (fl.11 27 de julho).

²⁵³ Georges Duby (coord.), *História da vida privada, vol.2, Da Europa feudal ao renascimento*, Lisboa: Afrontamento, 1990, p. 440; Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra ...*, ob. cit., p. 28.

²⁵⁴ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p. 147.

²⁵⁵ Registamos um total de 17 equipamentos de transformação (fornos, alcaçarias e lagares de azeite).

²⁵⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 128 (fl.10 05 de julho), p. 152 (fl.15 18 de outubro).; Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.24 (10 de maio de 1326), doc.37 (13 de junho de 1346), doc.103 (12 de janeiro de 1389).

²⁵⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 17 (8 de março de 1308).; Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 99 (fl.4 01 de março), p. 100 (fl.4 01 de março), p. 131 (fl.10v 19 de julho), p. 152 (fl.15 18 de outubro), p. 159 (fl.16v 16 de novembro de 1214).

²⁵⁸ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 93 (fl.2v 02 de fevereiro- um quinhão do forno, consideramos uma unidade), p. 103 (fl.4v 15 de março- quarta parte do forno, consideramos uma unidade), p. 140 (fl.12v 29 de agosto de 1295- metade de um forno), p. 149 (fl.14v 04 de outubro de 1331- quarta parte de um forno), p. 149 (fl.14v 05 de outubro de 1175), p. 161 (fl.17 24 de novembro).

equipamentos tanto de transformação como de armazenamento, mostram-se em concordância com o que levantámos das propriedades de exploração agrícola. Pela predominância da cultura da oliveira em Coimbra, são necessários os equipamentos para a sua conservação. Dos 6 fornos que encontramos referência, cerca de 5 são apenas doadas partes, como «metade de um forno com a sua casa»²⁵⁹ ou a «quarta parte de um forno»²⁶⁰. Este equipamento era muito versátil, não só servia para cozer o pão, como também para permitir o trabalho dos oleiros de telha e de cerâmica. Infelizmente, a designação destes equipamentos nos documentos nem sempre nos permite aferir se se trata de fornos de pão ou de fornos de cozer o barro. Apesar deste equipamento não ser registado muitas vezes, sabemos que seria comum encontrar fornos nas ruas da paróquia de S. Bartolomeu, tornando-se até, julgamos nós, num elemento toponímico da área urbana designado de *Beco do Forno*²⁶¹. No que diz respeito às «alcaçarias» ou «pelames»²⁶², onde se curtiavam e preparavam as peles e couros, identificámos 6 referências que compunham a malha urbana de S. Bartolomeu. Este tipo de espaço de transformação, serve o propósito dos ofícios mais referenciados entre os séculos XIII e XVI²⁶³ no contexto nacional. Tal como o que acontece com os fornos, também estes equipamentos eram constantes na paisagem urbana de S. Bartolomeu. De resto, os ofícios associados ao trabalho do couro e das peles influenciaram a toponímia da cidade de Coimbra, com designações como a Rua dos Peliteiros.

²⁵⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 140 (fl.12v 29 de agosto de 1295).

²⁶⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 149 (fl. 14v 05 de outubro de 1175).

²⁶¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coimbra en la edad media ...”, ob. cit., p. 614.

²⁶² Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 131 (fl.10v 19 de julho).

²⁶³ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., p. 192.

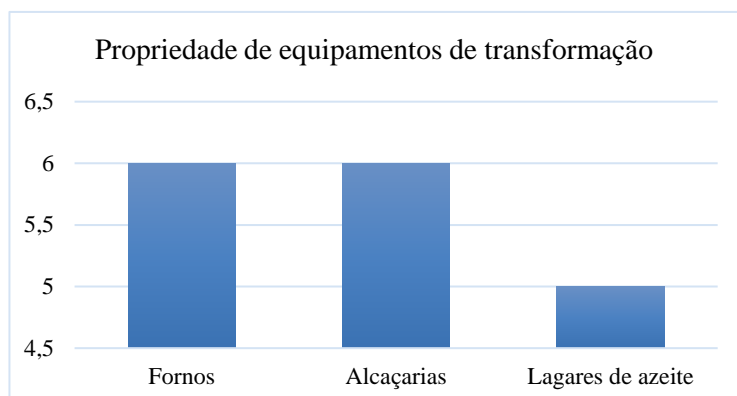


Gráfico 4 Número de propriedades de equipamentos de transformação que integram o património de S. Bartolomeu.

A tentativa de localizar o património imobiliário de uma instituição na Idade Média constitui uma tarefa de alguma dificuldade, não só pela carência de referências, mas também, como já referimos, pelas transformações que a toponímia vai sofrendo ao longo dos séculos. Para o homem medieval, nomear ruas não era uma preocupação, daí muitas vezes encontrarmos não o nome da rua²⁶⁴, mas o nome dos proprietários com propriedades contíguas, outras vezes identificam zonas das cidades por elementos da paisagem urbana, como os arcos²⁶⁵ ou torres²⁶⁶, ou, ainda, pela presença maioritária de certas categorias profissionais²⁶⁷. Estas dificuldades são encontradas principalmente na reconstituição do património urbano medieval, na esmagadora maioria das vezes, a documentação apenas nos indica as confrontações²⁶⁸ das propriedades, que por consequência, torna impossível a sua localização.

Dos bens imobiliários com localização na cidade temos a indicação de cerca de 166 localizações, ainda que algumas delas não consigamos identificar no mapa contemporâneo, podemos inferir que observamos a tendência denunciada noutros estudos²⁶⁹, isto é,

²⁶⁴ Cristina Guardado, *A propriedade da Colegiada de S. Bartolomeu ...*, ob. cit., p. 6.

²⁶⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 100 (fl. 4 1 de março de 1244), p. 102 (fl.4v 13 de março), p. 112 (fl.6v 28 de abril), p. 117 (fl.7v 13 de maio), p. 122 (fl.8v 7 de junho), p. 126 (fl.9v 27 de junho), p. 127 (fl.10 2 de julho), p. 131 (fl.10v 20 de julho), p. 135 (fl.11v 5 de agosto), p. 139 (fl.12v 21 de agosto de 1275).

²⁶⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 87 (fl.1v 18 de janeiro de 1312), p. 134 (fl.11v 02 de agosto de 1288).

²⁶⁷ Amadeu Ferraz de Carvalho, “Toponímia de Coimbra ...”, ob. cit., p. 410.

²⁶⁸ São cerca de 14 topónimos que nos indicam uma localização vaga ao ponto de ser impossível de a localizar. Informam apenas as confrontações.

²⁶⁹ Ana Maria Rodrigues, “O domínio rural e urbano da colegiada de São Pedro de Torres Vedras no final do século XV” in *Revista de história económica e social*, vol.17, 1986, pp. 154-155.

reconhecemos uma concentração de um número avultado de propriedades nas proximidades de S. Bartolomeu²⁷⁰. Ainda no território designado à paróquia de S. Bartolomeu, localizamos cerca de 74 propriedades. Entre elas, 7 indicam uma posição vaga na freguesia²⁷¹ da igreja em análise. As restantes encontram-se na mesma área urbana, mas indicam dados mais específicos que permitem a identificação da rua ou proximidade de um elemento distintivo da paisagem urbana.

No espaço da paróquia de S. Bartolomeu encontramos uma panóplia de edifícios de diferentes tipologias que se inserem nas três categorias apresentadas anteriormente. Embora não tenhamos como apresentar factos concretos, podemos apresentar algumas hipóteses que concebemos com o levantamento de dados. Por exemplo, a identificação da via que corresponde à Rua da Sota é para nós um problema. Parece-nos que a dita rua seguia o desenho da atual Rua dos Esteireiros, que no século XV se denominaria de Rua da Enxurrada²⁷². Nos finais do século XIV, os pardieiros, casas derrubadas ou em ruínas, que apareciam referenciados neste eixo, dão-nos uma ideia de um local abandonado. Contudo sabemos que, em 1391, alguns destes pardieiros estavam a ser intervencionados por Pedro Sanches²⁷³, carpinteiro. Podemos propor uma razão que justifique o porquê de, pelo menos entre 1391²⁷⁴ e 1409²⁷⁵, encontrarmos quatro pardieiros nesta rua. Poderá ser justificado ou pela proximidade ao rio ou pelo risco iminente de alagamento com as chuvadas do inverno, pois aqui corria a runa que despejava as águas vindas da Almedina, podendo, assim, ser um problema à manutenção dos edifícios. Do mesmo modo que se poderá justificar pela degradação dos prédios na sequência da crise demográfica da segunda metade do século XIV e do assédio dos exércitos castelhanos durante as designadas

²⁷⁰ São 14 as propriedades que temos a informação que se localizam no adro da Igreja de São Bartolomeu de Coimbra.

²⁷¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 107 (fl.5v 01 de abril de 1219), p. 155 (fl.16 01 de novembro de 1225), p. 110 (fl.6 15 de abril de 1218). Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.59 (12 de maio de 1363), doc. 118 (5 de março de 1397). Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos da mitra e cabido da Sé de Coimbra*, Dep.V, 3ª Sec., M6v.1, Gav. 1, n.6. (14 de junho de 1284).

²⁷² José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., pp. 342-343.

²⁷³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 110 (20 de fevereiro de 1391).

²⁷⁴ Data da carta de escambo entre os dois pardieiros e uma casa sobradada. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.110 (20 de fevereiro de 1391).

²⁷⁵ Data do emprazamento dos dois pardieiros na Rua da Sota. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.128 (8 de setembro de 1409).

Guerras Fernandinas²⁷⁶. O problema da proximidade ao rio resolveu-se no século XVI, quando as constantes inundações obrigaram à construção do cais e o levantamento do “muro da cidade”²⁷⁷, estrutura que serviria de proteção para o espaço edificado próximo do rio. A partir de então, sucede-se uma divisão toponímica do cais como o Cais das Olarias, Cais dos Tanoeiros ou o Cais do Cerieiro, evidenciando, uma vez mais a concentração de diferentes mesteres na zona ribeirinha de Coimbra.

A localização da «platea»²⁷⁸ continua uma incógnita, no entanto pela sua etimologia poderíamos supor que se trataria de uma praça ou praceta, no caso seria anterior à abertura da praça²⁷⁹. Consideramos, ainda no espaço da paróquia de S. Bartolomeu, as propriedades que se posicionam junto da «Torre Nova». Isto, porque, como referimos na descrição do templo, à semelhança de outros templos coimbrões as torres sineiras nem sempre ficavam integrados nos templos românicos. Augusto Nunes Pereira²⁸⁰, noticia a torre sineira como «nova», podendo esta, ocupar uma das casas do Adro de Cima²⁸¹. Desta forma, a «Torre Nova» pode se referir a mais um elemento estrutural que inspira a origem do topónimo.

Os adros das igrejas são normalmente rodeados por propriedades residenciais e caracterizados por um elevado número populacional, e o adro de S. Bartolomeu não é diferente. Octávio Augusto propõe a organização de um quarteirão²⁸² que confronta com o adro de S. Bartolomeu. Sendo que confrontantes com o adro seria a casa de Goldregodo e os seus filhos

²⁷⁶ Maria do Carmo Ribeiro, “Governar e defender a cidade medieval: o amuralhamento das cidades medievais portuguesas no tempo de D. Fernando I (1367-1383)” in *Governar a cidade na Europa medieval*, Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2021, pp. 325-345.; Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Trecentista - A Cidade e o Estudo”, in *Biblos*, 68, 1992, pp. 335-356.

²⁷⁷ Walter Rossa, *DiverCidade: Urbanografia do espaço de Coimbra ...*, ob. cit., pp. 556-559.

²⁷⁸ Regista 2 propriedades com esta localização. O nome «platea» seria a designação de uma via pública próximo da Rua dos Esteireiros. Para saber mais ver: Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...* ob. cit., p. 148.; Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p.109 (fl.5v 11 de abril), p. 144 (fl.13v 12 de setembro de 1283).

²⁷⁹ A abertura da praça data do século XV. Ver: Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p. 147.

²⁸⁰ Augusto Nunes Pereira, “Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra. Termo de ...”, ob. cit., (30 de agosto de 1956).

²⁸¹ Jorge de Alarcão, “A igreja românica ...”, ob. cit., p. 214.

²⁸² Ver o Anexo 14 (proposta de disposição de propriedades junto do adro medieval de S. Bartolomeu), ver: Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa – origens, evolução ...*, ob. cit., p. 57.

vendida aos confrades de S. Bartolomeu²⁸³, que em 1192 é designada de confraria de S. Bartolomeu, a casa de Pedro Pais²⁸⁴, a casa de Paio Urufiz que mais tarde, em 1192, é vendida por D. Telo e a sua mulher, Teresa Peres, ao Mosteiro de Alcobaça, e, finalmente, as casas de *mercede*. No entanto, e como o autor indica, não se sabe em que parte do adro é que se referem as ditas habitações, quer seja a sul ou a nordeste.

Ainda no adro, chega-nos um documento de 1392²⁸⁵ de um emprazamento de um chão a João Lourenço e a sua mulher, Clara Anes, localizado atrás da igreja de S. Bartolomeu. Tal emprazamento foi concedido com a condição de que num período de quatro anos seja feita uma casa. Deste documento, interessa-nos especialmente as confrontações, são estas: «com outros chãos da dicta eigreja que traz enprazados Loys Dominguez mercador», com «Calçada Nova que vay pera a Portagem», com «chãos que estam contra o Tavalado» e com «o caminho velho que vay per tras a ousya dessa mesma egreja», ou seja, este chão encontrava-se entre a Calçada e as traseiras da igreja de S. Bartolomeu. Mais tarde, num documento de 1405²⁸⁶, reporta a renúncia de umas casas por parte de João Lourenço e sua mulher, Senhorinha Anes, com a condição que as mesmas casas fossem emprazadas ao filho, Vasco Anes e a sua mulher, Margarida Anes. A componente social da análise destes documentos, será falada mais à frente, neste momento, interessa colocar a hipótese de que se trate do mesmo João Lourenço. Estas casas encontram-se no adro de S. Bartolomeu, confrontando com a Calçada e as casas de Gil Vasques, carpinteiro. Assim, segundo as confrontações destas propriedades, emprazadas e renunciadas, vemos como no primeiro documento as confrontações são essencialmente com ruas ou elementos toponímicos, já no segundo, esses espaços são substituídos por casas. Deste modo, notamos, assim, a progressiva urbanização do adro.

A rua dos Prazeres, que regista sete casas da propriedade de S. Bartolomeu, encontrava-se com o Romal (atual Largo do Romal). Esta via extensa, atravessaria o Romal até à Rua de S. Gião (atual Rua das Azeiteiras)²⁸⁷. Este Romal, como referimos anteriormente, embora não

²⁸³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc. 1 (abril de 1126).

²⁸⁴ Em 1126 surge como casa de Pedro Pais e de sua mulher Belide Domingues, e mais tarde, em 1192 a mesma casa é referida com casa de D. Belide, e por isso, a já provável viúva de Pedro Pais. Ver: Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa – origens, ...*, ob. cit., pp. 56-57.

²⁸⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc.114 (4 de dezembro de 1392).

²⁸⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc.123 (5 de maio de 1405).

²⁸⁷ José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 321.

saibamos a origem do seu topónimo, sabemos que se trataria de um terreiro que se encontraria entre o adro de S. Bartolomeu e a Ribeira. Conta com casas²⁸⁸, cortinhais²⁸⁹ e lagares, depreendemos que se tratasse, tal como uma praça ou praceta, um espaço largo e aberto que permitia o ajuntamento de pessoas, quer fosse para o trabalho ou para a diversão.

A Rua de S. Gião, de traçado perpendicular ao rio Mondego, configura-se como outra via que merece referência. O inventário patrimonial que detemos indica que cinco casas²⁹⁰ se encontrariam nesta rua, na segunda metade do século XIV. Importa, também, mencionar que José Pinto Loureiro refere a existência de, pelo menos, dois lagares de azeite²⁹¹, o primeiro é referido em 1443 numa carta de escambo de um lagar de azeite «ao fundo da Praça, na rua que chamam de S. Gião»²⁹², o segundo lagar de azeite é referenciado num empraçamento em 1467 na mesma rua²⁹³. O Autor justifica o topónimo pela fundação de um hospital com albergaria, com fundação em 1343, tendo por patrono S. Gião²⁹⁴, contudo, já, em 1290 temos a notícia da existência de umas casas próximas da Albergaria de S. Gião²⁹⁵ («*prope albergariam Sancti Juliani*»). Assim, podemos apontar a hipótese de que a Albergaria que ali se encontrava desde 1290, influenciou na nomeação do Hospital aquando da sua fundação em 1343, e no topónimo empregue para designar aquela via.

²⁸⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc.113 (26 de maio de 1391), doc.141 (4 de julho de 1412).

²⁸⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc.110 (20 de fevereiro de 1391), doc.113 (26 de maio de 1391).

²⁹⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 111 (fl.6 17 de abril de 1361), p. 98 (fl.3v 26 de fevereiro); 144 (fl.13v 10 de setembro); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc.77 (25 de janeiro de 1374), doc. 85 (14 de outubro de 1375).

²⁹¹ José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 166.

²⁹² José Pinto Loureiro cita: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Emprazamentos da Sé*, t. VI, fl. 416 v.; Ver: José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p.166.

²⁹³ José Pinto Loureiro cita: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Emprazamentos da Sé*, t. VI, fl. 464.; Ver: José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p.166.

²⁹⁴ José Pinto Loureiro indica a data de fundação do hospital a 1343 com o patrono de S. Gião. Ver: José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 167.

²⁹⁵ Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa – origens, ...*, ob. cit., p. 70. O Autor cita o documento: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, cx.2, m.9, n.476 (4 de janeiro de 1290).

Tratando-se de uma célula eclesiástica do arrabalde coimbrão, não surpreende que o património imobiliário de S. Bartolomeu se disperse por todo o extramuros. Tal como Cristina Guardado²⁹⁶ já tinha inferido, é de notar alguma implantação de propriedades na paróquia de Santa Justa de Coimbra. A autora registou na Rua dos Caldeireiros²⁹⁷ (atualmente Rua Direita) a existência de umas casas na segunda metade do século XIV, enquanto no obituário, sabemos de pelo menos uma casa na Rua dos Palhais²⁹⁸ em 1327, e ainda duas casas na «Quintana»²⁹⁹ que supomos que se possa tratar da Rua do Quintal, também pertencente à freguesia medieval de Santa Justa.

A paróquia vizinha, Santiago, é a localização de duas casas na Rua de Coruche. Reconhecemos esta rua como uma artéria central da cidade vocacionada à atividade comercial e a preferida para residência das elites urbanas³⁰⁰. A primeira referência a uma casa na Rua de Coruche data de 1209³⁰¹, a segunda trata de uma renúncia de umas casas sobradadas na mesma rua em 1412³⁰². As casas sobradadas que aqui se encontravam testemunhavam a densidade populacional daquela via de carácter urbano e o movimento generalizado de alteamento dos edifícios na cidade de Coimbra. Exemplo disso é um emprazamento de um imóvel na Rua de Coruche, em 1345, era exigida a construção de dois sobrados³⁰³. Mais tarde, em 1532, a Calçada era composta maioritariamente por edifícios sobradados de vários pisos³⁰⁴, e sendo a Rua de

²⁹⁶ Cristina Guardado, *A propriedade da Colegiada de S. Bartolomeu ...*, ob. cit., p. 7.

²⁹⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc. 64 (24 de setembro de 1365).

²⁹⁸ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 101 (fl.4 8 de março).

²⁹⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 158 (fl.16v 20 de novembro de 1327), p. 164 (fl.17v 9 de dezembro).

³⁰⁰ Com base no Tombo Antigo da Câmara de Coimbra de 1532, a maioria dos edifícios era constituído por três pisos (terminologia atual). Assim ainda que as datas tenham uma diferença considerável, é de esperar que o espaço teria maioritariamente edifícios habitacionais com as comuns tendas no sótão, atual rés-do-chão. Ver: Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., pp. 134-135.

³⁰¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 98 (fl.3v 25 de fevereiro de 1209).

³⁰² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc. 140 (25 de fevereiro de 1412).

³⁰³ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., p.137.; Luísa Trindade cita: Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997 (Dissertação de Mestrado), p. 79.

³⁰⁴ Luísa Trindade, “A Praça e a Rua da Calçada ...”, ob. cit., pp. 134-135.

Coruche o seu prolongamento, parece-nos provável que o cenário urbanístico fosse semelhante em ambas as vias.

Ainda no arrabalde, mas em Montarroio, uma zona de características rurais a Norte e Nordeste das paróquias de Santa Justa³⁰⁵ e de S. João de Santa Cruz, registamos a localização de dois olivais³⁰⁶. Também aí encontramos a identificação bastante mais invulgar de um orfanato³⁰⁷. Na Idade Média reconhecemos com a mesma função os designados hospitais de meninos³⁰⁸, de abrigo a crianças até a maioridade, atingida aos 14 anos. São raras as referências deste tipo de instituição de assistência na época medieval, o primeiro hospital com esta função é fundado na segunda metade do século XIII em Lisboa³⁰⁹.

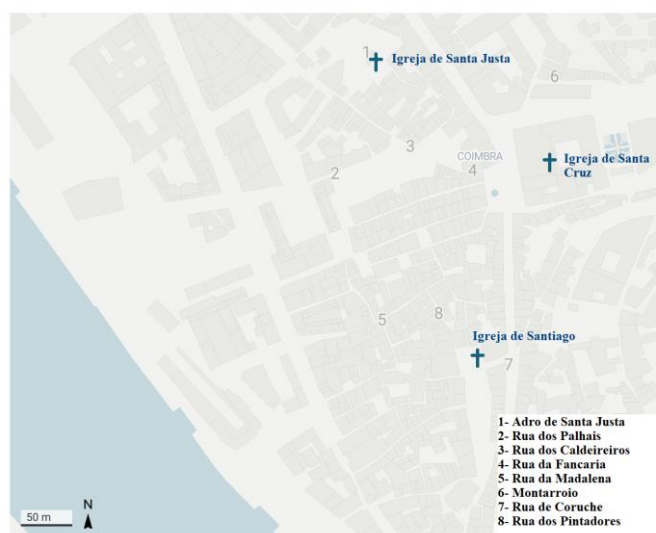


Figura 2 Localização do património imobiliário de S. Bartolomeu (freg. medieval de Santiago, de S. João de Santa Cruz e de Santa Justa).

³⁰⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e religião – a colegiada de Santa Justa de Coimbra ...*, ob. cit., pp. 368-371.

³⁰⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 147 (fl.14 26 de setembro), p. 165 (fl.18 15 de dezembro).

³⁰⁷ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., 160 (fl.17 21 de novembro).

³⁰⁸ Pela função atribuída, supomos que se trate da mesma instituição de assistência, apenas difere na designação. Ver: Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., 73.

³⁰⁹ Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., p.73.

No seguimento da identificação de estruturas de assistência, ainda que o obituário não refira nenhuma albergaria³¹⁰, hospital ou confraria, reconhecemos a sua existência³¹¹. Documentada desde 1126, por via da carta de venda de uma casa por Goldegrodo e dos seus filhos³¹², registamos a Confraria invocada a S. Bartolomeu. Também na freguesia de S. Bartolomeu, é fundada a primeira albergaria por intervenção privada³¹³. Em 1215, uma casa nesta freguesia é vendida com confrontações, a ocidente, com a Albergaria de Vicente Miguéis³¹⁴. Mais tarde em 1281 é referida a Albergaria de Domingos Vicente também na freguesia de S. Bartolomeu. Em ambos os casos, por conta do antropónimo para designar a instituição, esta pode ser a evidência da fundação particular, contudo, como Ana Rita Rocha fundamenta, a segunda albergaria poderá tratar-se da mesma instituição que a primeira, apenas terá alterado o nome quando foi herdada pelo filho do fundador³¹⁵. Por conta de uma renúncia de umas casas em 1290³¹⁶, mencionada anteriormente, reconhecemos também a existência da Albergaria de S. Gião. A confraria de Santa Maria de S. Bartolomeu, fundada em 1348³¹⁷, estava sediada na igreja de S. Bartolomeu, que mais tarde em 1504, como outras albergarias e hospitais localizados no arrabalde coimbrão, foi anexada ao Hospital Novo³¹⁸ estabelecido na Praça Velha, atual Praça do Comércio.

³¹⁰ Temos apenas a indicação da proximidade a uma albergaria na Ribeira. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 156 (fl.16 10 de novembro).

³¹¹ Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., 194.

³¹² A carta de venda refere «*confratribus Sancti Bartholomei apostoli*», pode ser lido em: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc. 1 (abril de 1126).

³¹³ Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., pp.214-215.

³¹⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cabido da Sé de Coimbra*, 1.ª incorp., m. 14, n.º 8. Referido em: Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., p. 215.

³¹⁵ Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., p.215.

³¹⁶ Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa – origens, ...*, ob. cit., p. 70. O Autor cita o documento: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, cx.2, m.9, n.476 (4 de janeiro de 1290).; Em 1377, uma albergaria com a mesma designação é referenciada numa renúncia de uma casa no Quintal do Motateiro, contudo por não reconhecermos esta localização não podemos inferir que se trate da mesma albergaria. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., doc.88 (22 de fevereiro de 1377).

³¹⁷ Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., pp.224-225.

³¹⁸ Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., p. 227.

Dando continuidade à inventariação da localização do património de S. Bartolomeu, agora, no intramuros da cidade, encontramos 6 parcelas que indicam localizações vagas – cerca³¹⁹, junto da porta ocidental³²⁰ e rua que vem da porta da Almedina³²¹ –, contudo conseguimos associar ao espaço interno da colina muralhada. Na cerca³²², pela etimologia, suspeitamos que diga respeito ao interior da muralha. Como dissemos, o uso de elementos da paisagem urbana como pontos localizadores era comum, como podemos observar no caso da proximidade à «porta ocidental» e «porta da Almedina». A «porta ocidental» tanto se poderá referir a uma porta da muralha³²³ ou à porta ocidental da Sé da cidade³²⁴, finalmente, a «rua que vem da porta da Almedina» seria, provavelmente, a rua medieval das Tendas³²⁵, hoje o Quebra-Costas.

Em suma, como foi possível observar, o maior pedaço percentual (86%)³²⁶ pertence aos prédios urbanos que maioritariamente compõem a paróquia de S. Bartolomeu. Subsequentemente, encontramos as propriedades com equipamentos transformadores³²⁷ na freguesia medieval de S. Bartolomeu e os prédios urbanos com aptidões agrícolas³²⁸. Aqui é possível observar uma nítida concentração patrimonial em torno do centro da célula eclesiástica que administra, gere e explora estas propriedades. Enquanto que nas outras freguesias vizinhas, embora haja registo de património, este é em menor número e surge mais disperso no território.

³¹⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p.96 (fl.3 15 de fevereiro), p. 120 (fl.8 29 de maio de 1295).

³²⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 88 (fl.1v 19 de janeiro).

³²¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 158 (fl.16v 13 de novembro de 1233).

³²² Foram duas as doações que se localizavam na Cerca. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p.96 (fl.3 15 de fevereiro), p. 120 (fl.8 29 de maio de 1295).

³²³ Fundamentado pelo patronímico em uso.

³²⁴ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., pp. 126-127.

³²⁵ Jorge de Alarcão, *Coimbra: a montagem ...*, ob. cit., p. 89.

³²⁶ Ver gráfico do património de implantação urbana de S. Bartolomeu no Anexo 15.

³²⁷ Com uma representação percentual de 8%.

³²⁸ Representa cerca de 6 pontos percentuais.

2.3.3 Reconstituição do património imobiliário

Neste capítulo procuramos reconstituir a casa corrente como elemento da paisagem urbana coimbrã – o aspeto geral do edifício, a sua compartimentação interna e os materiais utilizados na sua construção. Para isso, julgamos pertinente apresentar, de forma breve, o quadro geral da casa corrente de Portugal medieval, antes de evidenciar a casa urbana de Coimbra.

De acordo com Luísa Trindade, a casa medieval caracterizava-se por deter, geralmente, uma fachada estreita, entre os 2,5 metros e os 6 metros, em que o comprimento se apresenta, tendencialmente, pelo menos duas vezes maior à largura, num formato retangular alongado³²⁹. A análise das dimensões dos edifícios que se encontram na paróquia de S. Bartolomeu, não nos foi possível executar pelo reduzido número de informações das fontes. Na generalidade, a observação destes dados só se torna possível a partir dos finais do século XV, quando os registos do património imóvel passam a integrar as medições, normalmente em varas ou côvados (a vara corresponde a 110 centímetros e o côvado a 70 centímetros³³⁰). Com recurso a uma análise de mil casas, Luísa Trindade elaborou um quadro com as áreas médias da casa corrente em várias localidades. Os grandes núcleos urbanos, como Coimbra e Lisboa, revelam, uma área média em m² de 50,43 e de 40,2, respetivamente³³¹.

Desta forma, apresenta-nos a casa medieval de reduzidas dimensões, que se explicam por vários fatores. Evidentemente, o tamanho do edifício é proporcional à disponibilidade financeira do proprietário ou arrendatário. A localização do edifício na malha urbana também, condiciona a dimensão das casas, sendo a cerca muralhada, por exemplo, um dos fatores de estrangulamento das áreas disponíveis³³². No caso do intramuros coimbrão, é perceptível a acumulação e “amontoamento” das casas, daí a complexificação da malha de arruamentos da colina. Diga-se, também que a noção de conforto habitacional na época medieval era elementar. Ou seja, a disposição de espaços era, sobretudo, norteadada pela sua utilização funcional o que

³²⁹ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., pp. 32-33.

³³⁰ A. H. Oliveira Marques, “Pesos e Medidas”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto: 1989, p. 68.

³³¹ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., p. 34.

³³² Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., p. 36.

não obriga que a casa seja dotada de grandes dimensões ou de várias divisões³³³. Mesmo as propriedades dos grandes senhores eram pequenas quando comparadas com as suas possibilidades financeiras. O bispo de Coimbra, por exemplo, em 1415, dispunha apenas de três divisões: uma sala grande, uma antecâmara onde tomava as suas refeições e uma câmara onde dormia e existia mobiliário de arrumação³³⁴.

Assim, percebemos que a casa urbana medieval era, por norma, um espaço pequeno com poucas divisões. Contudo, existindo necessidade de aumento de espaço, a sobreposição de andares era uma solução vulgar. Como já foi referido, o alteamento das casas medievais foi uma solução usada para responder às maiores necessidades habitacionais e tornou-se uma prática comum, nas zonas com maior condensação populacional das cidades. A casa medieval de Norte a Sul do país era constituída, maioritariamente, por dois pisos³³⁵. A designação de “pisos” não é mencionada na documentação medieval, a casa de dois pisos, é anunciada de sótão – o termo sótão refere-se sempre ao rés-do-chão – e sobrado.

Manuel Sílvio Conde propõe uma organização tipológica das casas medievais, com o recurso a documentação da cidade de Tomar³³⁶. Consideramos que devemos apresentar pelo menos dois tipos de edifícios, pois acreditamos que estes seriam os mais comuns no contexto urbanístico coimbrão. O primeiro tipo, representa a parcela edificada mais rudimentar, a casa de um piso e uma única divisão, ou seja, esta retrata a «casa» ou «casa térrea»³³⁷. A próxima tipologia de habitação, como indica o autor, acaba por ser uma duplicação vertical do primeiro, isto é, a casa de sótão e sobrado e de duas divisões³³⁸. Entendemos que esta reconstituição se enquadra bem para o caso da paróquia extramuros que procuramos caracterizar na cidade de

³³³ Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal ...”, ob. cit., p. 247.

³³⁴ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., p. 37.; A. J. Peixinhos Caia, *Pergaminhos avulsos do Arquivo da Universidade de Coimbra 1079-1612*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989 (Trabalho curricular realizado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática), pp. 54-56.

³³⁵ Manuel Sílvio Alves Conde, “A habitação corrente nos finais da Idade Média: morfologias...”, ob. cit., p. 218.; Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., pp. 39-41; apresenta-nos no Quadro II, o número de pisos por localidade no território português.

³³⁶ Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal...”, ob. cit., pp. 245-247.

³³⁷ Ver Anexo 16 com imagem da reconstituição conjetural de uma casa da Corredoura de Tomar (1º Tipo), ver: Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e ...”, ob. cit., p.245.

³³⁸ Ver Anexo 17 com imagem da reconstituição conjetural de uma casa da Corredoura de Tomar (3º Tipo), ver: Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e ...”, ob. cit., p.245.

Coimbra medieval, contudo falta o espaço exterior contíguo ao edifício, normalmente posicionado no fundo da propriedade.

A casa comum, como referimos, era um espaço essencialmente funcional e não de conforto. Desta forma, caracterizava-se por uma arquitetura sem luxos ou pormenores decorativos e/ou supérfluos. Era construída fácil e rapidamente, com recurso a materiais disponíveis sem custos³³⁹. As aberturas nas paredes das casas reduziam-se ao mínimo indispensável³⁴⁰. A porta era frequentemente a única abertura do andar inferior e as janelas reservavam-se para o sobrado. A ausência de janelas no sótão é legitimada com o intuito de proteger o interior da casa e proporcionar privacidade ao espaço doméstico. A ocorrência de múltiplas portas na mesma casa indicava, normalmente, a existência de diferentes acessos: uma porta daria entrada direta para a loja ou oficina do rés-do-chão e a outra ao sobrado, que comumente seria a zona residencial³⁴¹. Encontramos um exemplo da possível dupla funcionalidade do edifício, em Coimbra, na Rua das Tendas, o emprazamento de uma casa com «dous portais»³⁴². O acesso ao sobrado podia fazer-se por uma escada exterior, o que congestionava o espaço dos arruamentos. Este tipo de configuração da casa medieval seria excepcional e raro, no entanto merece lugar na nossa descrição da casa corrente.

A análise dos materiais de construção utilizados nas casas comuns, na Idade Média reitera a ideia de uma arquitetura de conveniência e economicamente acessível a qualquer um. Ao que tudo indica, os materiais empregues seriam comuns em todo o território³⁴³: a pedra, o barro, a areia, a cal, a madeira, o tijolo, a telha, o adobe e o metal. Pormenorizando, Luísa Trindade³⁴⁴ inventariou os materiais mais utilizados nas diferentes localidades, e podemos concluir que a tradicional divisão do país num Norte de granito e num Sul de barro³⁴⁵ não se

³³⁹ Manuel Sílvio Alves Conde, “A casa...”, ob. cit., p. 57.

³⁴⁰ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., p. 51.

³⁴¹ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., p. 53.

³⁴² Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 235 (1422).

³⁴³ Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal ...”, ob. cit., p. 251.

³⁴⁴ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., pp. 80-83 (o inventário é apresentado no Quadro IV).

³⁴⁵ A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, 6ª ed., Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 63.

aplica na Idade Média³⁴⁶. Coimbra apresentava como materiais de construção a pedra, a cal, a madeira, o barro cozido (tijolo e telha) e o barro cru (o adobe). Na grande maioria os materiais provinham das proximidades dos centros urbanos e da sua periferia. Os meios de transporte e a rede viária da época limitavam a escolha de outros materiais, estes fatores ainda se correlacionavam com as características geológicas, climáticas e florestais³⁴⁷ do envolvente periurbano. A madeira era material obrigatório para a construção da gaiola da moradia, para a guarnição de portas e janelas, para as escadas. Era, por isso, fundamental na construção civil medieval, pela facilidade de acesso – as matas existiam um pouco por todo o país – de transporte, e de manuseamento³⁴⁸. Contrapondo as vantagens referidas, a madeira representava a fragilidade e a precariedade da casa medieval. É um elemento que reage mal à ação das águas, da humidade e do fogo, e por isso, as fundações apoiavam-se, muitas vezes, na pedra e cal ou na pedra e barro. Assim, a casa ganhava maior robustez e durabilidade.

Para a cobertura da casa medieval é usada hegemonicamente a telha, porém não significa que não existissem outros tipos de coberturas mais pobres, como o colmo ou a palha. Estes materiais são altamente combustíveis, e por isso, são progressivamente substituídos pela telha³⁴⁹. Concluimos, desta forma que a simplicidade da habitação medieval se reflete por todo o território português, com algumas divergências, mas, ainda assim, é possível definir um tipo de casa corrente.

Com o intuito de caracterizarmos a casa corrente na paróquia de São Bartolomeu de Coimbra na Idade Média, realizámos uma análise quantitativa da propriedade da respetiva igreja e procurámos entender as tendências de transformação, ao longo do tempo. Assim, nos séculos medievos, nesta célula urbana, encontravam-se casas térreas³⁵⁰, casas sobradadas³⁵¹,

³⁴⁶ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., p. 83.

³⁴⁷ Manuel Sílvio Alves Conde, “A casa...”, ob. cit., p. 58.

³⁴⁸ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., p. 86.

³⁴⁹ Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média ...*, ob. cit., p. 94.

³⁵⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 27 (12 de maio de 1331), doc. 85 (14 de outubro de 1375); Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprasamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 82 (1434).

³⁵¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p.88 (fl.1v 19/01), p. 121 (fl.8v 02/06), p. 140 (fl.12v 24/08); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 82 (18 de abril de 1375 (duas casas sobradadas)), doc. 95 (20 de janeiro de 1381), doc. 110 (20 de fevereiro de 1391), doc. 113 (26 de maio de 1391), doc. 118 (5 de março de 1397); Arquivo da

casas com cortinhal³⁵². Articulando a identificação das diferentes tipologias de construção corrente com a cronologia em análise podemos perceber uma tendência para o alteamento das habitações, como seria de esperar numa zona urbana sujeita a uma grande pressão.

Finalmente, para a reconstituição morfológica da casa urbana coimbrã, o nosso *corpus* documental é parco nos detalhes e são poucos os documentos³⁵³ que referenciam algum detalhe alusivo à morfologia do edifício. Por essa razão, optámos por detalhar um conjunto de contratos de emprazamento³⁵⁴ mais informativos a esse nível. Em primeiro lugar, redigido em 1434³⁵⁵, destacamos um contrato do cabido da Sé de Coimbra que ostenta maior detalhe, permitindo-nos reconstituir o processo de alteamento de uma casa, através da descrição dos seus múltiplos elementos:

«(...) humas cazas terreas com seu cortinhal que estão e jazem na freguezia de Sam Bertholameu (...) alcem e sobradem as ditas cazas em boom sobrado vistozo com traves padiaes de boom castanho e solhadas de boom solhado e frontal de castanho com suas ganellas e onde forem as ditas traves e padiais fazer boas paredes de pedra e de cal e as outras paredes de pedra e barro e bem a cafellas as com boa cal co telhado das ditas cazas bem portado com boa madeira de castanho e asi a comieira e tirantes e cabros do dito telhado de guiza que todo seja bem feito e bem portado em vista de mestreirajes do dia e feitura deste contrato até dous annos primeiros seguintes e as ditas cazas feitas e acabadas e corregidas até dito tempo (...)».

Percebemos, então, que à data do dito emprazamento a propriedade é indicada como «cazas terreas», isto é, uma casa de um só piso. Seguidamente, é-nos apresentado um conjunto de exigências do cabido para a transformação da casa térrea em casa sobradada, «alcem e sobradem as ditas cazas em boom sobrado vistoso» e com o adorno decorativo das traves de

Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep.V, 3ª Sec., Mów.1, Gav. 1, n. 6 (14 de junho de 1284).

³⁵² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 85 (14 de outubro de 1375), doc. 110 (20 de fevereiro de 1391), doc. 113 (26 de maio de 1391).; Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprasamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 188 (1442).

³⁵³ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprasamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 82 (1434), doc. 188 (1442).; Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.20 (23 de junho de 1322), doc.68 (22 de janeiro de 1368), doc.110 (20 de fevereiro de 1391), doc.136 (19 de junho de 1411).

³⁵⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprasamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 188 (1442).; Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprasamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 82 (1434).

³⁵⁵ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprasamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 82 (1434).

madeira «com traves padiaes de boom castanho» que perfuram e acompanham as paredes do edifício. O soalho deve ser «de boom solhado» e as «ganellas» deverão compor a moradia na fachada frontal no sobrado «castanho». A casa deve ser construída com «boas paredes de pedra e de cal» e «outras paredes de pedra e barro». O telhado terá de ser «portado com boa madeira de castanho». Neste excerto, é legível as condições que o cabido impõe aos enfiteutas, indicando que a obra deverá estar concluída «atá dous annos primeiros seguintes» do dia em que o contrato fora formalizado.

Para além destas descrições em documentos que ordenam o alteamento de casas, as referências à construção surgem também nos contratos que preveem a recuperação de prédios em ruínas, normalmente designados de pardieiros. Assim, em 1322, encontramos o empraçamento de um pardieiro, na freguesia de S. Bartolomeu, com o intuito de o transformar em casas: «devedes a fazer o dicto paradeeyro do dia deste stromento a huum anno de parede de pedra e cal e de totalas outras cousas que fezer (...)»³⁵⁶ e, em 1442, identificámos outro contrato de concessão de usufruto de propriedade em que um pardieiro, no adro de S. Bartolomeu é entregue com a obrigação de:

«faça no dito chao de pardieiro hũa boa caza bem feita de pedra e barro e de boas madeiras todo às suas proprias despezas e a começar logo de afazer de guiza que seja feita e acabada do dia da feitura deste estromento até hum anno comprido e acabado (...)».³⁵⁷

Menos comum é a referência às coberturas dos edifícios, ainda assim, a esse respeito, reunimos indicações sobre a necessidade de construir telhados. Em 1391, num escambo de imóveis na paróquia de São Bartolomeu³⁵⁸, entre Martim Domingues e sua mulher, Senhorinha Martins, e o prior e cabido de S. Bartolomeu, encontramos outra referência à telha, uma vez que a condição para a concretização do contrato era que Martim Domingues e a sua mulher equipassem a casa sobradada com «pedra e telha e madeyra e terra e per portas fechadas e por chaves (...)». Também referente aos telhados, para 1368, encontramos o que acreditamos que

³⁵⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 20 (23 de junho de 1322).

³⁵⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprasamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 82 (1442).

³⁵⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.110 (20 de fevereiro de 1391).

se trate da substituição de um antigo telhado ou de madeira ou de palha, visto este deixar entrar água para o interior da casa. Assim, a condição do emprazamento³⁵⁹ é que «façades per gisa que alçades a dicta casa a auto que nom aja hy quintaa e a agua que ora caae em ella que vaa fora pellos telhados aa rua (...)»³⁶⁰. Nesta condição percebemos ainda a recomendação expressa de que a quinta – em princípio um quintal de fundo de lote – fosse construída de modo a prolongar a casa.

Por fim, apesar de se tratar de um outro contexto rural, ao remeter para a casa de um casal em Coalhadas (f. S. Martinho do Bispo, c. Coimbra), chamamos a atenção para um aforamento de 1411, em que o prior e cabido concedem a propriedade com a condição de que façam «hũa cassa levantada em paredes de pedra e de barro bem madeirada de boa madeira e cuberta toda de telha bem portada e carrada e fechada em que corporalmente morassem (...)». Neste caso, o documento identifica os materiais que deveriam ser empregues na construção da casa sobrada no sítio onde se encontrava o chão. Ainda que saibamos que a telha era maioritariamente das vezes utilizada nos telhados das casas medievais, esta é das poucas referências a um telhado de telha nos documentos analisados.

Apesar de frugais, os dados que retiramos destes excertos estão em concordância com os de outras cidades medievais portuguesas. Todos os documentos registam os materiais empregues nas construções medievais, na sua generalidade, a pedra e a madeira eram os mais utilizados. Pormenorizando, Luísa Trindade indica-nos que os materiais de construção mais utilizados na cidade de Mondego seria a pedra e cal, a madeira, o barro cozido (tijolo e telha) e o barro cru (o adobe). São, também, evidência da tendência de verticalização e petrificação dos edifícios. O alteamento dos edifícios, um fenómeno sobretudo citadino surge como solução ao crescimento demográfico e perante o aumento do custo dos solos. A petrificação das construções surge, não só em busca de uma edificação mais perene e segura, mas também na sequência da verticalização do casario, que impunha mais exigências técnicas.

A construção de novas casas, a manutenção e benfeitorias de outros edifícios na paisagem urbana da cidade medieval envolvia um conjunto considerável de agentes, contudo

³⁵⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 68 (22 de janeiro de 1368).

³⁶⁰ Sobre o escoamento de águas residuais e os esgotos, ver Maria Amélia Álvaro de Campos, “Higiene pública e privada na Idade Média”, in *Revista Portuguesa de História*, nº 51, 2020, pp. 61–82. <https://doi.org/10.14195/0870-4147>.

pela sua condição social diminuta, nem sempre nos é possível identificar os transformadores da urbe. Ainda assim, o obituário de S. Bartolomeu menciona dois carpinteiros. Não temos como sustentar que estes tenham sido intervenientes nas obras mencionadas anteriormente, todavia consideramos que é uma hipótese razoável. Para além disso, o investimento no património imobiliário, quer seja de carácter *exnovo* ou no *exnihilo* mostra como a paróquia de S. Bartolomeu é uma zona concorrida da população para zona de habitação e comércio, daí esta necessidade constante de novas construções e melhorias, que muitas vezes se tratava da adição de pisos, aumentando a área residencial em altura.

2.4 O património imobiliário com implantação rural

A igreja colegiada de S. Bartolomeu estendia o seu senhorio ao mundo rural. A esmagadora maioria das propriedades de exploração agrícola localizavam-se no contexto periurbano e arredores da cidade de Coimbra, no entanto, também, encontramos registos de propriedades em diferentes localidades³⁶¹, expandindo os seus limites geográficos por: Santarém³⁶², Ourém³⁶³ e Carregal³⁶⁴. As linhas que se seguem caracterizam brevemente este património que, por ser de implantação rural, não é o cenário preferencial do nosso trabalho³⁶⁵.

³⁶¹ Ver localização de património rústico fora do distrito de Coimbra no mapa no Anexo 18.

³⁶² Doação de um olival por alma de Maior André. Ver Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p.145 (fl. 13v 17 de setembro de 1310).

³⁶³ Fernando da Buceta funda 12 aniversários por sua alma pela doação de uma quinta em Ourém. Ver Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 84 (fl.1 2 de janeiro), p. 95 (fl.3 13 de fevereiro), p. 103 (fl.4v 14 de março), p. 121 (fl.8 30 de maio), p. 125 (fl.9 20 de junho), p. 167 (fl.18v 22 de dezembro).

³⁶⁴ João Afonso por sua alma um lugar no Carregal. Ver Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 93 (fl.2v 3 de fevereiro), p. 110 (fl.6 12 de abril), p. 116 (fl.7 9 de maio), p. 124 (fl.9 15 de junho), p. 127 (fl.10 01 de julho), p. 135 (fl.11v 7 de agosto), p. 145 (fl.13v 13 de setembro), p. 150 (fl.14v 8 de outubro), p. 156 (fl.16 5 de novembro), p. 161 (fl.17 27 de novembro).

³⁶⁵ Cristina Guardado também trata o património rústico de S. Bartolomeu, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, pp. 83-96.

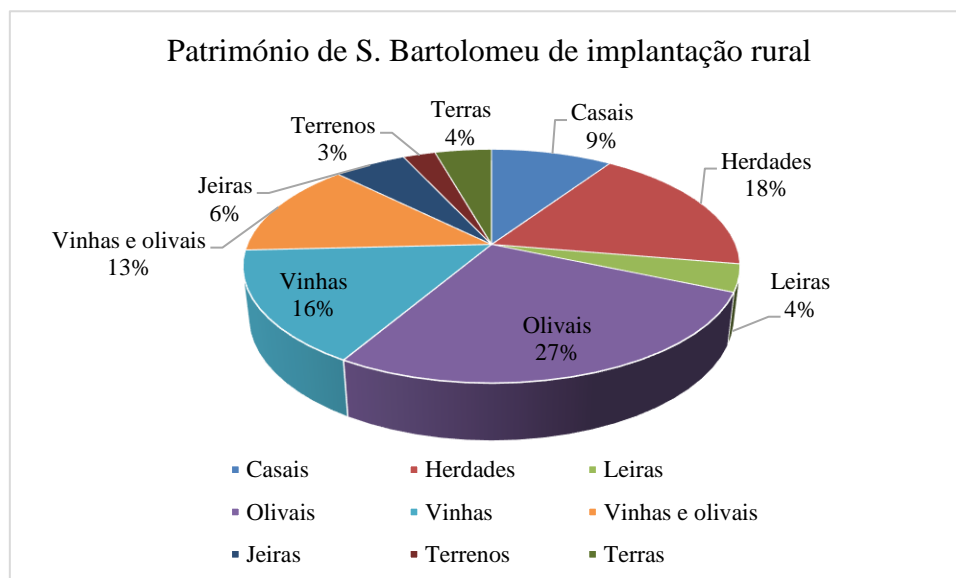


Gráfico 5 Tipologias de propriedade rústica de S. Bartolomeu.

Conforme observamos no gráfico 10, a colegiada de S. Bartolomeu possuía uma grande variedade de propriedades rústicas. O olival destacava-se como a cultura predominante na área periurbana da cidade de Coimbra, realidade já notada por Maria Helena da Cruz Coelho³⁶⁶. Seguindo-se as herdades e as vinhas, revelando a identidade agrária do termo de Coimbra e arredores. Contudo, esta ordem quantitativa apenas acontece por distinguirmos as propriedades que indicam que são «vinha e olival», daquelas que referenciam a exploração agrícola individualmente, se assim não fosse, os olivais tinham uma representação de 36% e as vinhas de 26%, só em terceiro lugar é que se manifestariam as herdades (16%).

Das herdades que integravam o património de S. Bartolomeu, apenas uma tem a identificação da cultura cultivada naquele pedaço de terra, que no caso, seria o cereal³⁶⁷. No entanto, sabendo que Coimbra era das regiões do reino que contava com maior produção cerealífera³⁶⁸, acreditamos que existissem outras dedicadas a esta cultura, principalmente no prolongamento do Baixo Mondego. As vinhas contam com cerca de 25 propriedades, que como falaremos mais à frente, fornecem o, indispensável, vinho à população medieval de Coimbra.

³⁶⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego ...*, ob. cit., vol. I, pp. 152-181.

³⁶⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 107 (25 de outubro de 1389).

³⁶⁸ Ana Rita Rocha, “Do cultivo ao consumo: O abastecimento de cereal na Gafaria de Coimbra nos séculos XIV e XV”, in Amélia Aguiar Andrade, Gonçalo Melo da Silva (eds.) *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*, Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2020, pp. 111-129, p. 112-113.; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego ...*, ob. cit., vol. I, pp. 130-152.

Após esta sumária leitura e análise do gráfico, passamos à breve compreensão do espaço rural que estas propriedades ocupavam.

Do outro lado do rio, encontramos 47 propriedades de exploração agrícola. Banhos Secos³⁶⁹ e a Várzea³⁷⁰ são os locais com maior número de referências. Outros lugares localizados na atual freguesia de Santa Clara, como Almegue³⁷¹ e Gemil³⁷², à semelhança de outras propriedades no seu redor, são de caráter agrícola – sendo que os olivais e vinhas mostram-se predominantes.



Figura 3 Localização do património imobiliário rústico de S. Bartolomeu (freg. atual de Santa Clara).

³⁶⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 96 (fl.3 18 de fevereiro), p. 103 (fl.4v 15 de março), p. 105 (fl.5 25 de março), p. 136 (fl.12 10 de agosto de 1325), p. 137 (fl.12 15 de agosto), p. 147 (fl. 14 28 de setembro), p. 149 (fl.14v 03 de outubro de 1291), p. 157 (fl.16 07 de novembro); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 15 (2 de janeiro de 1305), doc. 21 (15 de novembro de 1322), doc. 84 (20 de agosto de 1375).

³⁷⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 84 (fl.1 01 de janeiro), p. 108 (fl.5v 08 de abril de 1174), p. 110 (fl.6 13 de abril), p. 131 (fl.11 22 de julho), p. 149 (fl.14v 06 de outubro de 1223), p. 154 (fl.15v 28 de outubro de 1241), p. 158 (fl.16v 14 de novembro), p. 163 (fl.17v 05 de dezembro de 1190); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 92 (3 de março de 1379), doc.106 (8 de outubro de 1389), doc. 144 (21 de maio de 1416).

³⁷¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 119 (fl.8 24 de maio), p. 126 (fl.9v 25 de junho), p. 132 (fl.11 23 de julho), p. 134 (fl.11v 01 de agosto), p. 150 (fl.15 11 de outubro), p. 151 (fl.15 14 de outubro).

³⁷² Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 118 (fl.7v 19 de maio), p. 125 (fl.9v 21 de junho), p. 125 (fl.9v 23 de junho), p. 129 (fl.10 08 de julho), p. 134 (fl.11v 03 de agosto de 1227); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.71 (26 de abril de 1369), doc.111 (5 de março de 1391), doc.122 (10 de abril de 1404).

As restantes propriedades de exploração agrícola que integravam o património de S. Bartolomeu de Coimbra encontravam-se fora do aro da cidade, como na Lamarosa³⁷³, na Corredoura³⁷⁴ ou no Campo de Montemor³⁷⁵. Tendo em conta estas localizações, e a outras que não nomeamos aqui³⁷⁶, numa situação periurbana e/ou arredores, observamos, a nítida tendência de implantação de propriedades com o propósito agrícola no seguimento do caudal do rio Mondego. Realidade justificada pelos terrenos marginais serem fertilizados naturalmente pelo leito do Mondego, fazendo com que estes fossem mais férteis e propícios à agricultura³⁷⁷. Assim, e, conforme Maria Helena da Cruz Coelho³⁷⁸ descreve, a paisagem do Baixo Mondego era composta por campos de cereais, encostas solarengas com vinhas, campos de hortícolas e pomares, e aglomerados de homens e mulheres que formavam aldeias e vilas, nas adémias ou montes, onde estariam abrigados das cheias.

³⁷³ São referenciadas cerca de cinco propriedades na Lamarosa, de tipologia mista, com casais, quintas e olivais. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 103 (fl.4v 16 de março), p. 103 (fl.4v 19 de março), p. 105 (fl.5 23 de março), p. 105 (fl.5 25 de março); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 74 (21 de junho de 1369).

³⁷⁴ São três herdades registadas com a localização na Corredoura. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 156 (fl.16 6 de novembro), p. 159 (fl.16v 17 de novembro); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 54.

³⁷⁵ São quatro as propriedades doadas a S. Bartolomeu, são duas terras e duas herdades. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 31a (6 de julho de 1326); Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p.131 (fl.10v 17 de julho), p. 154 (fl. 15v 29 de outubro), p. 156 (fl.16 3 de novembro de 1301).

³⁷⁶ Como Vila Franca (8 olivais, 2 vinhas e 1 casal), Arreconca (4 olivais e 1 terra), Campo de Montemor (2 terras), Machada (herdades, 3 vinhas e 3 olivais), Nabais (1 terreno e 1 herdade), Alcarraques (1 olival), Brava (2 vinhas e 1 olival), Campo de Pereira (1 jeira de terra), Campo de Tentúgal (6 jeiras de terra), Campo do Mondego (2 jeiras de terra e 33 jeiras de herdade de pão), Carapito (7 olivais), Cidreira (terras), Figueiró (1 herdade), Ladeia (2 herdades), Marmeleira (2 casais), Mormoiral (1 leira), Tersede (1 herdade), Vila Mendiga (1 olival), Via de Cabras (1 vinha), Coalhadas (1 casal), Panoias (2 vinhas).

³⁷⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, “O baixo Mondego- um pouco de história”, in *Cadernos de Geografia*, n. 16, 1997, pp. 55-67, pp. 56-57.

³⁷⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, “O baixo Mondego ...”, ob. cit., p. 61.



Figura 4 Localização do património rústico de S. Bartolomeu (arredores).

As quintas e casais, unidades de exploração agrícola por excelência³⁷⁹, sob o senhorio de S. Bartolomeu encontravam-se sempre fora do aro da cidade. Normalmente, estas parcelas eram compostas por um conjunto variável e complexo de elementos de auxílio ao cultivo, à criação de gado, de equipamentos de transformação (lagares ou moinhos) ou de armazenamento (celeiros), e, ainda, a casa ou casas de habitação dos trabalhadores³⁸⁰. Herdades³⁸¹, jeiras³⁸²,

³⁷⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 87.

³⁸⁰ André Evangelista Marques, “A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: a morfologia do casal entre os textos e as materialidades”, in *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*, Mário Jorge Barroca (coord.), Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017), pp. 208-211.

³⁸¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 123 (fl.8v 10 de junho de 1181), p. 120 (fl.8 27 de maio de 1194), p. 167 (fl.18v 22 de dezembro de 1195), p. 167 (fl.18v 22 de dezembro de 1195), p. 167 (fl.18v 23 de dezembro de 1222), p. 161 (fl.17 25 de novembro de 1225), p. 161 (fl. 17 26 de novembro), p. 97 (fl.3v 21 de fevereiro de 1215), p. 151 (fl. 15 16 de outubro de 1226), p. 103 (fl.5v 3 de abril de 1219), p. 150 (fl.15 15 de outubro de 1273), p. 150 (fl.15 15 de outubro de 1273), p. 150 (fl.15 15 de outubro de 1273), p. 156 (fl.16 3 de novembro de 1301); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 54 (1360), doc. 7 (25 de julho de 1266), doc. 44 (4 de novembro de 1349), doc. 45 (7 de outubro de 1351), doc. 78 (27 de janeiro de 1374).

³⁸² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 82 (14 de outubro de 1375), doc. 107 (25 de outubro de 1389), doc. 136 (19 de junho de 1411), doc. 136 (19 de junho de 1411), doc. 136 (19 de junho de 1411); Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 138 (fl.12v 20 de agosto de 1334), p.143 (fl.13 6 de setembro).

leiras³⁸³ e terrenos³⁸⁴, maioritariamente, distribuídas pelas zonas do Baixo Mondego, são parcelas de terra que estariam, sobretudo, destinadas ao cultivo de cereais. Este tipo de propriedade acaba por ser de natureza indeterminada, onde se podem cultivar diferentes culturas.

No âmbito da propriedade rústica, as marinhas, dedicadas à salinicultura, produziam o sal, um produto essencial usado na conservação e preparação dos alimentos. A foz do Mondego tinha grande apetência para esta cultura, nomeadamente nas zonas de Tavarede e de Lavos³⁸⁵. Embora a colegiada de S. Bartolomeu fosse senhoria de propriedades de exploração agrícola distribuídas por todo o Baixo Mondego, não vemos referidas, no espaço cronológico considerado no presente estudo, parcelas de indústria marinha. Apenas sabemos que é coproprietária, com o Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, de uma marinha em Lavos, por via de um documento estudado por Maria Helena da Cruz Coelho³⁸⁶.

Os olivais e as vinhas são culturas de extrema importância e de intenso uso na vida quotidiana da sociedade medieval, daí a sua representação numerosa no património imobiliário da colegiada de S. Bartolomeu. O azeite assumia-se como bem de primeira necessidade, não só pelo seu uso na iluminação, quer no âmbito eclesíástico quer no âmbito laico, mas também na alimentação. De igual relevância, e com a mesma dualidade de uso, quer no domínio litúrgico quer doméstico, o vinho é um elemento essencial na dieta medieval³⁸⁷ e nos ofícios religiosos. Por estas razões as vinhas e os olivais eram predominantes na paisagem periurbana da cidade de Coimbra, sendo que os olivais dominavam a margem sul do rio Mondego e as vinhas

³⁸³ Na documentação analisada encontramos dez leiras, nestas por vezes temos a informação da cultura ali cultivada (olival, vinha ou cereal). Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.40 (2 de setembro de 1348), doc.53 (1 de maio de 1358), doc.53 (1 de maio de 1358), doc.101 (30 de novembro de 1386), doc.135 (2 de março de 1411), doc.138 (7 de dezembro de 1411).; Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 141 (fl.13 01 de setembro de 1236).

³⁸⁴ Registamos cinco terrenos integrantes no património de S. Bartolomeu. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 86 (fl.1v 12 de janeiro), p. 143 (fl.13 8 de setembro), p. 151 (fl.15 13 de outubro de 1226); p. 153 (fl.15v 26 de outubro de 1238), p. 162 (fl.17v 01 de dezembro).

³⁸⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, “O Baixo Mondego ...”, ob. cit., p. 58.

³⁸⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, “O Baixo Mondego ...”, ob. cit., vol. II, p. 740, doc. 9 (abril de 1236).

³⁸⁷ Maria José Azevedo Santos, “Vinho, pescado, frutas e outras viandas em tempos medievais”, in *A alimentação em Portugal na Idade Média*, Coimbra: Inatel, 1997, pp. 67-84.

estendiam-se às zonas do Baixo Mondego, onde rivalizavam com os cereais³⁸⁸. Os dados quantitativos destas propriedades encontravam-se em concordância com as necessidades da população medieval de Coimbra, e dada a conjuntura eclesiástica da cidade, a exploração e manutenção destas culturas era imperativa³⁸⁹, principalmente, para o sustento dos atos litúrgicos e das lâmpadas fundadas pelos benfeitores de S. Bartolomeu.

³⁸⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego ...*, ob. cit., vol. I, p. 152.

³⁸⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, pp. 95-96.

3. Comunidades de São Bartolomeu

A paróquia projeta-se sobre uma organização social do espaço capaz de integrar um número variável de comunidades próximas ou dispersas dotadas por laços de coesão e de identidade comunitária³⁹⁰. Desta forma, o conceito de paróquia transcende a mera função religiosa, facilitando os sentimentos de identificação territorial com vínculos estreitos de solidariedade e de cooperação. Neste caso, a igreja passa a ser a estrutura de gestão espacial e populacional, que se transforma e se molda com as mudanças da população. Onde homens e mulheres nasciam, casavam, envelheciam e morriam. Assim, a paróquia é o resultado das redes sociais que compunham várias comunidades, com base no sentimento de pertença e conectividade comunitária³⁹¹.

O conceito ou a noção de comunidade criam problemas à historiografia, particularmente no que toca à sua definição. Como conceito analítico, não deve ser compreendido como uma noção estática ou homogénea³⁹², mas sim dinâmica e heterogénea, em que se reflete um processo de interação social e uma coesão cooperativa direcionada a objetivos comuns. Este conceito não deve ser confundido com grupos de interesse ou de ofício, pois tanto pode ser aplicado numa dimensão pequena, como num fogo familiar, ou numa dimensão extensa como de uma paróquia³⁹³. Por ser um conceito de sentido tão lato, teremos em consideração a tese de Michaud-Quantin³⁹⁴ que define o conceito de “comunidade” com uma perspetiva inteligível,

³⁹⁰ José López Sabatel, “Pantón como exemplo de la organización del territorio y el poblamiento en la Galicia medieval: la parroquia, el coto, la aldeã, el casal y la vivienda (siglos XIII-XV)”, in *Cuadernos de Estudios Galegos*, vol. LXV, nº131, 2018, pp. 133-169, pp. 140-141.

³⁹¹ Suzan Folkerts, “Religious Connectivity as a Holistic approach to urban society”, in Suzan Folkerts (ed.) *Religious connectivity in Urban Communities (1400-1550). Reading, wokshipping and connecting through the continuum of sacred and secular*, Belgium: Brepols Publishers, 2011, p. 12.

³⁹² Miri Rubin, *Charity and Community in Medieval Cambridge*, Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

³⁹³ Katherine French, *The People of the Parish: Community Life in a Late Medieval English Diocese (The Middle Ages Series)*, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2001, p. 22.

³⁹⁴ Pierre Michaud-Quantin, *Universitas. Expressions du mouvement communautaire dans le Moyen Age latin*, Paris, 1970, p. 149, esta obra e respetiva definição foi lida em: Juan Antonio Barrio Barrio “Las comunidades subalternas urbanas en el Reino de Valencia en la Edad Media. De la integracion a la segregacion. Discurso, organizacion y mecanismos de representacion.” in *La comunidad medieval como esfera publica*, 2014, pp. 107-136, p. 108.

como “um conjunto de indivíduos com uma ação comum fundada na sua existência e nas relações entre eles, constituindo um grupo mais ou menos institucionalizado”.

A realidade social de uma comunidade pode ser estudada com base numa abordagem que visa a reconstrução de redes sociais³⁹⁵. No ponto introdutório do presente estudo apresentámos brevemente alguns aspetos concetuais desta abordagem, contudo julgamos oportuno, agora, relacionar com a análise que se irá apresentar. O paradigma da reconstituição de redes sociais é caracterizada por uma abordagem teórica e metodológica³⁹⁶. No que diz respeito à perspetiva teórica visa observar a estrutura social e os seus comportamentos, já na abordagem metodológica é variada e, muitas vezes, multidisciplinar, para responder aos diversos ângulos que potenciam a análise das relações sociais. A análise das redes sociais consiste em quatro alicerces que em conjunto permitem um estudo coerente³⁹⁷. Primeiro, os atores dos sistemas sociais são considerados interdependentes e não independentes. Segundo, qualquer tipo de relação ou ligação entre os atores é indicador de informação. Terceiro, a estrutura das relações tanto oprime e/ou facilita o conhecimento das redes. Quarto, e último, os padrões das relações definem uma estrutura económica, política e social³⁹⁸.

Na opção metodológica para a análise das estruturas comunitárias da paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra – a partir do sistema de gestão de bases de dados *Timelink* – conseguimos visualizar todas as perspetivas e conceitos sociais em simultâneo, não descorando nenhuma delas. Desta forma, o *Timelink* permite uma visão abrangente de ligações e relações entre duas ou mais entidades, pois é com reunião destas relações que é observável as tendências da realidade social³⁹⁹.

A caracterização interna da estrutura de uma rede – uma comunidade– é determinante para compreender o tecido social de interconexões. De forma muito sucinta, Félix Requena

³⁹⁵ Charles Wetherell, “Historical Social Network ...”, ob. cit., p. 125.

³⁹⁶ Barry Wellman e Scott Berkowitz, *Structural Analysis: A network Approach*, Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 19-30.

³⁹⁷ Francisco Javier Gómez González y Cristina Durlan “La Perspetiva relacional en la sociologia. La teoria de Redes”, in David Carvajal de la Veja, Javier Añibarro Rodríguez e Imanol Vitores Casado (eds.), *Redes Sociales y económica en el mundo bajomedieval*, Valladolid: Castilla Ediciones, 2011, pp. 45-53, p. 45.

³⁹⁸ Charles Wetherell, “Historical Social Network ...”, ob. cit., p. 126.

³⁹⁹ Barry Wellman e Charles Wetherell, “Social Network analysis of historical communities: Some questions from the Present for the Past”, in *The history of the family*, nº1, 1996, pp. 97-121, p. 99.

Santos⁴⁰⁰ mostra-nos como uma comunidade deve ser estudada em duas fases analíticas: primeiro, os atores são distribuídos em diferentes grupos ou categorias dentro de uma rede completa (a comunidade), segundo, a rede, depois de categorizada, mostra a imagem de um determinado conjunto populacional. É a fusão destes aspetos que revela uma visão panorâmica da comunidade, através da agregação de relações, atributos e pessoas.

Após a apresentação espacial da paróquia de S. Bartolomeu, e uma sintética caracterização da sua paisagem urbana, pretendemos, agora, abordar o estudo de comunidades e estruturas sociais com base na caracterização de grupos que dividimos tendo em conta as suas relações de parentesco e as suas características socioprofissionais. Os estudos dedicados à Idade Média, que visam o conhecimento global dos habitantes de uma paróquia são condicionados pelo espaço temporal e pela documentação. Neste caso, para definir a população a estudar, teremos em conta alguns aspetos que nos permitiram reconhecer a residência e ligação dos indivíduos com a igreja paroquial de S. Bartolomeu. De outro modo, estaríamos a falar de universo extenso que de alguma forma é referenciado na documentação eclética da colegiada⁴⁰¹. Em síntese, os aspetos diferenciadores tidos em consideração foram: a residência, a naturalidade, as alcunhas, a identificação de indivíduos por via de confrontações, a compra ou venda e a receção do usufruto de bens imobiliários, dentro dos limites geográficos apontados para a paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra. Quer seja pela comunidade laica ou pela comunidade eclesiástica, o exercício coletivo de ambos, é catalisador para a formação da identidade comunitária identificadora da paróquia⁴⁰².

Nesta fase, propomos apresentar apenas dados quantitativos. Assim, entre 1126 e 1416 pudemos identificar um conjunto de 140 paroquianos de S. Bartolomeu de Coimbra, excluindo a comunidade eclesiástica⁴⁰³. Esta comunidade identificada é composta por 84 homens e 56 mulheres, identificamos, ainda, 35 casais.

Por conveniência de organização temática do presente estudo, dividimos a análise da comunidade de S. Bartolomeu em dois subcapítulos. Numa primeira instância, trataremos as

⁴⁰⁰ Félix Requena Santos, *Redes sociales y mercados de trabajo. Elementos para una teoría del capital relacional*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1991.

⁴⁰¹ O sistema de gestão de bases de dados que temos como alicerce da nossa investigação integra indivíduos que vão para além da freguesia/paróquia de S. Bartolomeu.

⁴⁰² Katherine French, *The People of the Parish: Community Life in a Late Medieval ...*, ob. cit., pp. 20-21.

⁴⁰³ São cerca de 114 clérigos de S. Bartolomeu, com a reunião de diferentes estatutos na hierarquia da colegiada.

diferentes comunidades familiares, aqui, pretendemos abordar as relações que interligam os indivíduos que compunham a paróquia de S. Bartolomeu. Neste caso, passamos a apresentar, primeiro, uma análise quantitativa das relações de parentesco registadas em S. Bartolomeu, e, depois, uma retrospectiva analítica das células familiares e de alguns dos seus constituintes, que nos parecem merecedores de menção.

O segundo subcapítulo, intitulado de “Comunidades socioprofissionais”, está assente numa análise socioeconómica da paróquia de S. Bartolomeu, visando, também, tanto indivíduos leigos como eclesiásticos. Para além de indicar as diferentes categorias profissionais presentes na paróquia de S. Bartolomeu, levantaremos as situações sociais identificadas e, no caso dos clérigos, os cargos que desempenhavam. Destacamos que ao longo deste capítulo tentaremos organizar e apresentar micro-biografias dos indivíduos para os quais detemos maior quantidade de informação. Para isso, seguimos o formulário estipulado por Maria Amélia Álvaro de Campos para as biografias dos beneficiados de Santa Justa⁴⁰⁴. A fusão das duas comunidades resultará num capítulo que trata as estruturas sociais do quotidiano⁴⁰⁵ coimbrão medieval.

3.1 Comunidades familiares

A família na Idade Média é um tópico lato e complexo, representa a forma mais arcaica de uma comunidade social⁴⁰⁶ e deve ser compreendida como uma comunidade “natural”. A história da família cruza-se intrinsecamente com a história das mentalidades⁴⁰⁷, visto tratar-se de uma representação da experiência direta e individual⁴⁰⁸. Concentrados na estrutura familiar na Idade Média, devemos referir que o próprio termo “família” é raro na documentação medieval portuguesa, desta forma, compreendemos que o termo empregue pela historiografia é

⁴⁰⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra ...*, ob. cit., pp. 478-479.

⁴⁰⁵ Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*, vol. I, Lisboa: Editorial Teorema, 1992, pp. 418-489.

⁴⁰⁶ Michael Mitterauer & Reinhard Sieder, *The European Family: Patriarchy to Partnership from the Middle Ages to the Present*, Chicago: The University Chicago Press, 1982, p. 2.

⁴⁰⁷ José Mattoso, “Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média”, in *Bracara Augusta*, nº 81-82, 1982, pp.5-19, p. 7.

⁴⁰⁸ Michael Mitterauer e Reinhard Sieder, *The European Family: Patriarchy to ...*, ob. cit., p. 13.

uma projeção da ideia atual da célula familiar. O vocábulo “família” é, hoje, usado para designar um conjunto de indivíduos que se relaciona por parentesco ou por linhagem⁴⁰⁹. Os vínculos que procuramos analisar implicam o reconhecimento social de uma relação⁴¹⁰ que se baseia na consanguinidade, na afinidade ou na relação de serviço que liga dois ou mais indivíduos, e, por isso, tanto abordaremos o conceito de parentesco como o de linhagem.

Centraremos esta análise em três tipos de estruturas de parentesco: o nascimento, a aliança e o serviço. O primeiro, inerente à consanguinidade referida e intrínseca quando se fala em família, é um elemento de ato físico e necessário ao prolongamento da família imediata⁴¹¹. A partir do século XI, a descendência é manifestada não só com o ato físico, mas também social com a adoção do patronímico, ou seja, o nome próprio distingue a pessoa individual e o apelido distingue a inserção familiar, visto que se constituía por um genitivo do nome do pai. As alianças ou matrimónios são fundamentais para as redes de parentesco, neste caso são de natureza puramente social com base numa relação de afinidade entre um homem e uma mulher. Esta relação, como se sabe, pode ser fruto de estratégias com diferentes intuitos – património, estatuto social ou influência política – e, não deixa de ser um contrato entre o pai da noiva e o futuro marido, daí o termo de aliança. Como nos diz Leontina Ventura, os laços de serviço inserem-se no “parentesco artificial”⁴¹², isto é, um prolongamento do círculo doméstico sem a vertente biológica. A relação por via de serviço tem um valor polissémico, engloba criadas ou criados e mancebos ou mancebas, no entanto, todos estes vínculos de dependência direta do senhor tanto podem representar ou não o mesmo trabalho. Observamos muitas vezes, nos registos dos séculos XIV e XV, concessões e heranças deixadas a criados como recompensa do

⁴⁰⁹ O termo “linhagem” é referenciado na documentação portuguesa dos séculos XIII e XIV, em regr geral, para nomear a relação de pai e filho. Ver: Bernardo Vasconcelos e Sousa & José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “A família – estruturas de parentesco e casamento”, in *História da Vida Privada em Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. I, Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 126-143, p. 126.

⁴¹⁰ “Família” in Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Lisboa: Academia das Ciências, 2001. <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=FAM%C3%8DLIA>.

⁴¹¹ Anita Guerreau-Jalabert, “Sobre las estructuras de parentesco en la Europa Medieval”, in *Amor, familia e Sexualidad*, col. Nueva Historia, Barcelona, 1984, pp. 59-89, p. 59-61.

⁴¹² Leontina Ventura, “A família: o léxico”, in *História da Vida Privada em Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. I, Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 98-125, pp. 119-120.

serviço prestado ao longo da vida do senhor⁴¹³, e, claro, por terem um lugar na rede de parentesco ou no círculo doméstico.

Por comunidades familiares entenda-se que aqui trataremos de uma análise quantitativa e qualitativa dos laços de parentesco que encontramos por entre aqueles que atribuímos residência em S. Bartolomeu. Sabemos que as fontes que nos permitem a caracterização das estruturas familiares na paróquia que estudamos são limitadas, ainda assim consideramos uma análise, apesar de breve, importante para a compreensão da amostra que reunimos.

De referir que intentaremos a análise sobre 254 indivíduos, que se inserem quer na comunidade laica como na comunidade eclesiástica, que indiciam uma relação próxima com a colegiada e paróquia de S. Bartolomeu ao longo da cronologia considerada para este estudo, entre o século XII e XV. Para este extenso período identificamos 35 casais, o que nos parece um número reduzido relativamente àquilo que seria a realidade de S. Bartolomeu medieval. Ainda do ponto de vista quantitativo, referenciamos 22 relações de consanguinidade que registam descendência, no entanto 14 destas identificam ou o pai ou mãe, nunca o casal. Encontramos um caso que merece o nosso detalhe *a posteriori*, tratando-se de um filho ilegítimo, ainda que saibamos identificar tanto a mãe como o pai não consideramos esta relação como um casal por não ser celebrado como matrimónio. Daquilo que a documentação nos diz, dos 22 registos de descendência, 14 apresentam apenas 1 filho, 2 com dois filhos e 1 regista 4 descendentes, similar à tendência observada em Santa Justa⁴¹⁴, atentamos uma amostra, na sua esmagadora maioria, de células familiares reduzidas.

Encontramos um registo onde para além de compreendermos a filiação de sangue, testemunhamos, também a aliança na camada jovem da família. Afonso Domingues, com a alcunha da Ponte, casado com Catarina Peres, seria um homem com algum património urbano e rural. O seu património urbano concentrar-se-ia, principalmente, na zona ribeirinha de Coimbra⁴¹⁵, onde, provavelmente também residiria com a sua mulher e filha. Embora se

⁴¹³ Leontina Ventura, “A família: o ...”, ob. cit., p. 118.

⁴¹⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, “População e família na freguesia de Santa Justa de Coimbra nos séculos XIII a XV”, in *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 227-252, pp. 234.

⁴¹⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 110 (20 de fevereiro de 1391).

reconheça como um homem de património imobiliário, terá deixado dívidas, pelo menos, estas foram alegadas por Maria Lagareira que reclamava um olival em Copeira, que fora deixado por via de testamento de Catarina Peres para sustentar uma lâmpada por alma da defunta⁴¹⁶. O mesmo olival, em 1408, fora devolvido à família por via de um emprazamento⁴¹⁷ de Inês Afonso, filha de Catarina Peres e Afonso Domingues, e o seu marido João de Santana, pescador. Neste caso, não só vemos um exemplo de filiação consanguínea, como vemos uma aliança entre a descendência, e, ainda, consideramos que é também observável, de forma abstrata uma relação de pertença familiar. Isto é, após a doação do olival da Copeira como forma de sustento da lâmpada pela alma de Catarina Peres, Inês Afonso, sua filha e mulher de João de Santana, procura reaver o olival por emprazamento à colegiada de S. Bartolomeu, que no passado teria sido património da sua família e, agora, retorna a sê-lo.

Os próximos registos que referenciamos têm em comum o facto de se reportarem a estruturas familiares apreendidas quando das fundações de sufrágio, fundadas por progenitores relativamente à alma dos seus filhos. Estas fundações das gerações mais velhas relativamente ao óbito das mais novas, dariam expressão a uma tendência demográfica infeliz da sociedade medieval portuguesa: a forte mortalidade nas camadas jovens da população⁴¹⁸. O caso de Pascoal de Carvalhais, filho de Domingos Carvalhais e Maria Fernandes, que provavelmente terá falecido precocemente, isto é, antes dos próprios pais. A nossa suposição é atestada pela fundação de aniversários pela sua alma e do seu pai. No entanto, sabemos que o fundador das memórias cerimónias é o seu pai⁴¹⁹ com a doação de umas casas na Rua do Pinto. Com a mesma fórmula concetual e analítica, Catarina Anes, mãe de Inês Gonçalves, funda cinco aniversário pela alma da sua filha⁴²⁰.

⁴¹⁶ Catarina Peres terá falecido antes do primeiro dia de dezembro de 1405, data da sentença. Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 125 (1 de dezembro de 1405).

⁴¹⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.127 (10 de dezembro de 1408).

⁴¹⁸ Maria Amélia Álvaro de Campos, “População e família na freguesia de Santa Justa de Coimbra ...”, ob. cit., 234.

⁴¹⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., 135 (fl.11v 08 de junho), p. 137 (fl.12 13 de agosto).

⁴²⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., 89 (fl.2 24 de janeiro), p. 123 (fl.8v 09 de junho), p. 134 (fl.11v 04 de agosto), p. 159 (fl.16v 18 de novembro), p. 165 (fl.18 14 de dezembro).

De seguida, contrastando com aquilo que acabamos de apresentar, temos um exemplo que retrata o cuidado de um filho pelos pais na hora das suas mortes. D. André, filho Bermudo Anes e de Elvira Peres regista no obituário de S. Bartolomeu três cerimónias. Infelizmente, apenas temos conhecimento da data de uma das inscrições, 6 de outubro de 1223 é a data de óbito de Bermudo Anes⁴²¹ e é celebrada uma missa em sua memória por doação de D. André de uma vinha na Várzea. Já a segunda cerimónia, também fundada por D. André, é em memória da sua mãe⁴²², Elvira Peres, e por si. A última cerimónia é fundada por D. André com o intuito de celebrar a sua alma.

O primeiro caso onde registamos segundas núpcias, é protagonizado por João Lourenço⁴²³. O mesmo empraça um chão em 1392 com o intuito de construir uma casa junto da igreja de S. Bartolomeu com a sua mulher, Clara Anes⁴²⁴. Já em 1405 é consumada a renúncia, em princípio pelas semelhanças da localização e confrontações, das mesmas casas, mas agora por João Lourenço e a sua mulher Senhorinha Anes. João Lourenço certamente terá enviuvado⁴²⁵, pelo falecimento da sua primeira mulher, Clara Anes, e mais tarde celebrado as suas segundas núpcias com Senhorinha Anes⁴²⁶. A renúncia de João Lourenço menciona que a propriedade deverá ser empraçada a Vasco Anes, seu filho e sapateiro de profissão, e a sua mulher Margarida Anes. Ficando assim, mais uma questão em aberto, será Vasco Anes fruto do primeiro ou do segundo casamento do seu pai. O segundo, e último caso de segundas núpcias, identifica Pedro Afonso com dois matrimónios⁴²⁷. Pedro Afonso, filho de Francisco

⁴²¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., 149 (fl. 14v 06 de outubro de 1223).

⁴²² Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., 139 (fl.12v 24 de agosto).

⁴²³ A mesma situação familiar foi tratada no capítulo do património imobiliário de S. Bartolomeu, no entanto foi vista do ponto de vista das transformações da malha urbana.

⁴²⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.114 (4 de dezembro de 1392).

⁴²⁵ Parece-nos provável a morte de Clara Anes, isto porque sabemos que a mortalidade feminina em idade adulta era comum devido às gravidezes e partos de alto risco. Realidade que reflete as más condições alimentares e sanitárias, e, ainda as limitações da medicina praticada na Idade Média. Ver: Ana Rodrigues Oliveira, “Nascer e morrer, em Portugal, na Idade Média”, in *Phármakon: do combate da enfermidade à invenção da imortalidade*, Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019, pp. 113-124, p. 113.

⁴²⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.123 (5 de maio de 1405).

⁴²⁷ Ver ficha biográfica no Anexo 19.

Afonso⁴²⁸ e de Margarida Domingues, surge inicialmente em 1404⁴²⁹ casado com Leonor Afonso, e, mais tarde em 1411⁴³⁰, tem como sua mulher Inês Lourenço. Com base num emprazamento de uma vinha morta com olival em Gemil (atual Vale Gemil, c. Coimbra, freg. Santa Clara), reconhecemos os enfiteutas Pedro Afonso e a sua mulher Leonor Afonso, filho e nora de Francisco Afonso e de Margarida Domingues. Sabemos que uma das partes deste terreno confrontava com um olival de Pedro Afonso, seria, por isso, uma expansão dos terrenos? Visto a referência a Francisco Afonso, supomos que o olival confrontante com o terreno emprazado se tratava de herança deixada pelo pai e sogro, daí o novo investimento na expansão, com a condição de reavivar a dita vinha morta. Embora não saibamos a data do óbito nem de Pedro Afonso nem de Inês Lourenço, sabemos que o casal funda um aniversário pelas suas almas⁴³¹. Embora não seja observável na amostra inventariada, as segundas núpcias eram comuns na Idade Média, tanto em homens como em mulheres, pela simples, mas trágica razão, da alta taxa de mortalidade na idade adulta⁴³².

No que diz respeito aos eclesiásticos de S. Bartolomeu, reconhecemos quatro estruturas familiares. O primeiro Martim Afonso⁴³³, raçoeiro de S. Bartolomeu, que não consta na análise realizada por Cristina Guardado, referido, em 1442 e 1446, como testemunha em dois contratos do fundo da colegiada de Santa Justa de Coimbra, tem dois irmãos com cargos eclesiásticos, Vasco Afonso foi raçoeiro da colegiada de Santa Justa e João Afonso foi prior de Santa Justa. Infelizmente não sabemos os seus ascendentes.

⁴²⁸ Francisco Afonso, marido de Margarida Domingues, era lavrador, e é referido em quatro documentos. Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 85 (14 de outubro de 1375), doc.95 (20 de janeiro de 1381), doc. 71 (26 de abril de 1369), doc. 122 (10 de abril de 1404).

⁴²⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 122 (10 de abril de 1404).

⁴³⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 134 (2 de março de 1411).

⁴³¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 129 (fl. 10 8 de julho).

⁴³² Segundo A.H. de Oliveira Marques, a média de anos de vida de mais de sessenta membros da família real portuguesa, do século XII a XV, não foi além dos 49 anos. O incremento das epidemias e menor resistência a infeções ao longo do século XIV, foram a principal causa da diminuição da esperança média de vida do homem medieval. Ver: A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval ...*, ob. cit., p. 250.

⁴³³ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra ...*, ob. cit., p. 503. Maria Amélia Álvaro de Campos cita o documento: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colegiada de Santa Justa*, m.36, n. 829 e m. 30, n. 733 (1442, 1446).

Já João Gomes, com uma longa carreira como raçoeiro de S. Bartolomeu, entre 1375 e 1411⁴³⁴, e ainda, como prior da igreja de Santa Comba⁴³⁵, reconhecemos os seus familiares ascendentes. João Gomes funda dois aniversários em S. Bartolomeu, um pela sua alma e do seu pai, Gomes Anes⁴³⁶, e outro, pela sua alma e da sua mãe, Domingas Domingues⁴³⁷. Os anos de óbito não estão identificados, no entanto, por serem celebrados e fundados em datas diferentes supomos que os seus pais terão, também, falecido em alturas diferentes. As diferenças mantêm-se no que diz respeito aos sustentos de cada uma das celebrações, sendo que o bem doado pelo seu aniversário e da sua mãe são casas atrás da ousia da igreja de S. Bartolomeu, daí crermos que fossem residentes nesta paróquia.

João Afonso, inicialmente raçoeiro e cónego de S. Bartolomeu (1325-1329)⁴³⁸, e depois prior da mesma instituição (1335-1348)⁴³⁹, reconhecemos, após a sua morte, um filho com o nome de Gomes. É por via de uma sentença de 1351⁴⁴⁰, que é declarado que os tutores de Gomes, Martinho Peres de Alcoba e Vasco Lourenço, cumpram o que foi determinado por João Afonso no seu testamento, em outubro de 1348. Ficamos, assim, a saber que o antigo prior de

⁴³⁴ O percurso de João Gomes como raçoeiro de S. Bartolomeu é testemunhado por 17 documentos. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 83 (2 de junho de 1375), doc. 86 (13 de abril de 1376), doc. 87 (13 de abril de 1376), doc. 89 (7 de julho de 1377), doc. 96 (30 de novembro de 1382), doc. 99 (3 de junho de 1386), doc. 103 (12 de janeiro de 1389), doc. 107 (25 de outubro de 1389), doc. 109 (22 de fevereiro de 1390), doc. 110 (20 de fevereiro de 1391), doc. 112 (8 de abril de 1391), doc. 118 (5 de março de 1397), doc. 119 (10 de janeiro de 1400), doc. 126 (1402-1406), doc. 136 (19 de junho de 1411), doc. 138 (7 de dezembro de 1411), doc. 139 (8 de dezembro de 1411).

⁴³⁵ João Gomes é referido como prior da igreja de Santa Comba em 1406. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 126 (1402-1406).

⁴³⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 116 (fl.7 06/05).

⁴³⁷ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 124 (fl.9 14/06).

⁴³⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 23 (25 de novembro de 1324), doc. 31^a (6 de julho de 1326), doc. 26 (9 de outubro de 1329), doc. 11 (25 de novembro de 1324), doc.23 (25 de novembro de 1324), doc. 31^a (6 de julho de 1326), doc. 26 (9 de outubro de 1329).; Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 90 (fl.2 26 de janeiro de 1325), p. 85 (fl. 1 6 de janeiro),

⁴³⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 29 (3 de maio de 1335), doc. 31 (31 de agosto de 1337), doc. 32 (10 de novembro de 1338), doc. 35 (6 de julho de 1345), doc. 38 (6 de janeiro de 1348), doc. 39 (entre 28 de junho e 19 de julho de 1348), doc. 40 (2 de setembro de 1348).

⁴⁴⁰ A sentença requer o pagamento de 12 libras para aniversários, 100 libras para o capelão, 6 alqueires de azeite para a lâmpada e 4 libras para o prior de S. Bartolomeu. Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 45 (7 de outubro de 1351).

S. Bartolomeu terá falecido no ano de 1348. Este caso familiar mostra que o celibato nem sempre era cumprido no ambiente eclesiástico, veremos mais à frente um segundo exemplo disto mesmo.

O único caso de sobrinhos que identificamos na presente amostra diz respeito ao presbítero Martim Domingues, cónego de São Bartolomeu. Sem podermos propor uma cronologia, na sua inscrição de óbito é mencionado o seu sobrinho Francisco Peres⁴⁴¹. Foi ele o fundador do aniversário em honra do seu tio, sustentado por doação de um olival com lagar na cidade de Coimbra. Não temos mais informações sobre o seu sobrinho, mas parece-nos admissível inferir que, pela sua singularidade, o favor espiritual a Martim Domingues financiado por Francisco Peres reflete uma relação próxima entre tio e sobrinho.

Como dissemos, interessa abordar também o parentesco artificial intrínseco nas relações de serviço, para isso encontramos três casos complexos, um no contexto laico e dois no contexto eclesiástico. Primeiramente o exemplo laico, Maria Peres, oleira⁴⁴², deveria ser uma mulher com algum estatuto social, pois, para além de lhe ser reconhecida uma profissão, tem ao seu lado duas criadas⁴⁴³, Catarina Carnes e Constança. Sabemos pela pública forma de uma cláusula do seu testamento, mandado fazer por João Rodrigues, vigário-geral do bispo de Coimbra, D. Vasco, que a sua relação com as criadas deveria ser próxima, pois são deixadas como testamenteiras responsáveis pelo sustento dos aniversários por alma de Maria Peres na igreja de S. Bartolomeu, e após a morte das mesmas deveriam ser rezadas missas por suas almas, por via de doação de uma casa no Cabo Cavaleiro. Podemos deduzir, assim, que Maria Peres seria uma mulher com algum património, no entanto sem descendentes, e provavelmente, já viúva à data da sua morte, antes de 1370, data da pública-forma.

No contexto eclesiástico, encontramos o caso de Raimundo Beltrões, documentado no dealbar de 1369⁴⁴⁴, é um prior cuja atividade podemos analisar de forma intensa. Uma vez que

⁴⁴¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 128 (fl. 10 05 de julho).

⁴⁴² Maria Peres é a oleira residente na Paróquia de S. Bartolomeu. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 75 (7 de outubro de 1370).

⁴⁴³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 75 (7 de outubro de 1370).

⁴⁴⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 71 (26 de abril de 1369), doc. 72 (19 de junho de 1369).

protagonizou um priorado de 43 anos, um dos mais longos da colegiada, são vários os episódios onde reconhecemos este prior. Numa primeira instância, por conta do seu apelido, reconhecemos uma provável ascendência francesa⁴⁴⁵ do lado do pai, tendo em conta que a sua mãe é portuguesa com o nome de Domingas Anes⁴⁴⁶. Por sua vez, Domingas Anes é viúva de Vicente Esteves⁴⁴⁷, e por isso, Raimundo Beltrões deverá ser fruto de outro matrimónio, ou do primeiro casamento ou de segundas núpcias.

Como sabemos, durante o período do Papado de Avinhão e do Cisma do Ocidente, foram muitos os clérigos estrangeiros a estabelecerem-se nas igrejas portuguesas e a desempenharem cargos locais da administração pontifícia⁴⁴⁸. É o caso de Raimundo Beltrões, quando é nomeado para sub-executor apostólico de uma sentença em 1394⁴⁴⁹, feita pelo bispo do Porto, D. João. No mesmo ano, trata, ainda de relações entre o rei e o papa⁴⁵⁰. O prior de S. Bartolomeu é desde o seu primeiro dia, um devoto da gestão patrimonial da colegiada com uma expressão cuidadosa de 35% nos contratos de exploração realizados durante o seu priorado.

Contudo, a administração de Raimundo Beltrões é marcada por alguns motivos menos bons. A visitação⁴⁵¹, que terá acontecido entre 1402 e 1406, reporta algumas ilegalidades com a consequência de imposto sobre a igreja de S. Bartolomeu. Raimundo era acusado de não celebrar os sufrágios dos mortos, apesar de receber os bens de sustento dos mesmos. Para além destas polémicas, também a sua castidade é tema, pois são reconhecidos pelo menos três filhos:

⁴⁴⁵ Facto que está em concordância com a realidade numerosa de grupos eclesiásticos franceses presentes nas igrejas portuguesas, entre os finais do século XIII e XIV.

⁴⁴⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 126 (fl.9v 30/06).

⁴⁴⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 54 (1360).

⁴⁴⁸ A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp. 227-229.

⁴⁴⁹ Cristina Guardado cita o documento: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Sé*, 2ª incorp., m. 17, n. 768b (26 de agosto de 1394). Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 49.

⁴⁵⁰ Cristina Guardado cita o documento: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Sé*, 2ª incorp., m. 17, n. 768e, (4 de dezembro de 1394). Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, pp. 49-50.

⁴⁵¹ A visitação, a mando de João Garcia Manrique, administrador do bispado de Coimbra, de que detemos registo encontra-se datada entre 1402 a 1406, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 126. Embora não tenhamos o registo de outras visitasões, é certo que já teriam acontecido, nomeadamente durante o bispado de D. João Cabeça-de-Vaca, entre 1379 e 1386. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, pp. 50-51.

Diogo, Pedro e João Beltrões. Para ilustrar o caso, interessa a relação de serviço que Maria Anes assumia com Raimundo Beltrões. Esta relação não se baseou apenas na criação ou dependência, mas também na descendência ilegítima que originou⁴⁵². Diogo Beltrões⁴⁵³, o fruto da relação da manceba e do prior, foi o único a ser legitimado a pedido do pai em 1410⁴⁵⁴. Mais tarde, foi raçoeiro da igreja de S. Cristóvão na cerca de Coimbra⁴⁵⁵ e surge num conflito com os seus irmãos por causa do património imobiliário deixado de herança⁴⁵⁶. Já, sobre Pedro e João Beltrões, por não terem sido legitimados sabemos menos. São referidos nalguns documentos no fundo da Colegiada, mas nunca como filhos do prior⁴⁵⁷. O ano de 1412, marca o findar do priorado de Raimundo Beltrões e da sua vida. Vítima de uma doença aguda, desde 1394 é obrigado a ficar acamado e a administrar S. Bartolomeu a partir de sua casa⁴⁵⁸. A esta data, sabemos que a sua mãe Domingas Anes ainda é viva, pois, a própria funda um aniversário pela alma do seu filho⁴⁵⁹. Após a morte de Raimundo Beltrões e da legitimação de Diogo Beltrões, Maria Anes continua a ser negligenciada, é certo que é deixado um olival em Alcarraques à Colegiada, com usufruto em vida de Diogo Beltrões e de sua mãe⁴⁶⁰, no entanto entre 1412 e 1415 observamos documentos que registam uma contenda entre Maria Anes e S. Bartolomeu

⁴⁵² Era vulgar os eclesiásticos viverem com amantes, muitas vezes delas tinham descendência. Este tipo de relação era condenável quer pela igreja quer pela população leiga. Este tipo de relação era vantajoso para a mulher por usufruírem de uma vida mais luxuosa. Este escândalo era comum de norte a sul do país no clero regular e secular. Ver: A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval* ..., ob. cit., p. 157.

⁴⁵³ Filho de Raimundo Beltrões e de Maria Anes, manceba do prior.

⁴⁵⁴ Cristina Guardado cita o documento: João José Alves Dias (coord.), *Chancelaria de D. João I*, lv.3, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, fl.112v.

⁴⁵⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc.136 (19 de junho de 1411), doc. 144 (21 de maio de 1416), doc. 145 (21 de maio de 1416).

⁴⁵⁶ Algumas das propriedades deixadas aos seus filhos são referidas no documento número 144. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc. 144 (21 de maio de 1416).

⁴⁵⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc. 135 (2 de março de 1411), doc. 136 (19 de junho de 1411), doc. 140 (25 de fevereiro de 1412).

⁴⁵⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc. 135 (2 de março de 1411), doc. 136 (19 de junho de 1411), doc. 137 (23 de setembro de 1411), doc. 138 (7 de dezembro de 1411), doc. 139 (8 de dezembro de 1411), doc. 140 (25 de fevereiro de 1412).

⁴⁵⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos*..., ob. cit., p. 126 (fl. 9v 30 de junho).

⁴⁶⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc. 142 (7 de julho de 1412).

por causa da posse de um cortinhal junto ao Romal⁴⁶¹, resultando, por decisão de Afonso Lopes, vigário geral do bispo de Coimbra, a favor da igreja.

O segundo caso eclesiástico⁴⁶² é protagonizado por Catarina Esteves que surge como criada de André Esteves⁴⁶³, raçoeiro de S. Bartolomeu, entre 1341 e 1366. Neste caso, ao contrário do que aconteceu entre Maria Anes e Raimundo Beltrães, sabemos que Catarina Esteves era casada com João Gil⁴⁶⁴. Por via da doação de André Esteves a Catarina Esteves, identificamos um conjunto de informações sobre a estrutura familiar da criada, para além do seu marido, como já indicámos, reconhecemos a sua mãe, Maria Domingues, e a sua irmã, Margarida. À semelhança do que acontece entre Maria Peres e as suas criadas, esta doação, de uma vinha em Via Longa e de uma almuinha em Condeixa, demonstra uma certa gratidão pelos serviços prestados por Catarina Esteves.

Para além destes três casos mais complexos que ilustram a relação de serviço, registamos outros que sabemos menos, mas que merecem a sua referência. Gil Esteves⁴⁶⁵ foi criado de João Gomes, raçoeiro de S. Bartolomeu e prior de Santa Comba. Afonso Domingues⁴⁶⁶ serviu Domingos Mendes, prior de S. Bartolomeu entre 1262 e 1275. Gonçalo Lourenço⁴⁶⁷ e Pedro Afonso⁴⁶⁸ foram, ambos, serviçais de João de Alpoim, contudo Gonçalo

⁴⁶¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 143 (6 de julho de 1415), doc.143a (6 de julho de 1415).

⁴⁶² Ver ficha biográfica de André Esteves e de Catarina Esteves no Anexo 20 e 21.

⁴⁶³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 66 (4 de outubro de 1366).

⁴⁶⁴ João Gil era alfaiate, é referenciado por diversas vezes em vários documentos, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 66 (4 de outubro de 1366), doc. 67 (24 de dezembro de 1366), doc. 76 (1 de maio de 1373), doc. 94 (14 de abril de 1379), doc. 102 (21 de maio de 1388).

⁴⁶⁵ Criado de João Gomes, raçoeiro de S. Bartolomeu e prior de Santa Comba. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 130 (5 de dezembro de 1410).

⁴⁶⁶ Pierre David e Torquato de Sousa Soares (eds.), *Liber anniversariorum ecclesiae ...*, ob. cit., tomo 1, p. 192 (fl.57 12 de abril de 1275).

⁴⁶⁷ Criado de João de Alpoim. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 116 (21 de novembro de 1396).

⁴⁶⁸ Criado de João de Alpoim. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 124 (30 de novembro de 1405).

Lourenço surge primeiro em 1396 e só em 1405 é referido o Pedro Afonso na mesma condição profissional.

O propósito deste capítulo é abordar os diferentes círculos domésticos e familiares que constituem a realidade social de S. Bartolomeu. Como foi referido no início desta análise, as fontes condicionam as matérias possíveis de visar, no entanto acreditamos que conseguimos aferir algumas tendências que atestam as realidades vividas nas outras comunidades paroquiais dos arrabaldes de Coimbra medieval. A primeira tendência já mencionada, a predominância dos pequenos núcleos familiares que compunham a comunidade de S. Bartolomeu eram observáveis também nas comunidades vizinhas. De seguida conseguimos expor dados que corroboram com os dados da mortalidade em fase adulta dos homens e mulheres na época medieval. Foi-nos possível assistir, também, à relação ilegítima de um prior e de uma manceba.

Assim, e em síntese, pudemos identificar 35 relações de conjugalidade, de entre as quais duas em segundas núpcias. Reconhecemos também 22 relações de parentalidade e identificámos 11⁴⁶⁹ casos de irmãos/irmãs. Por fim, com a identificação de genros e cunhados, encontrámos 11 relações de parentesco colateral, e, ainda, o caso singular de tio/sobrinho. Alargámos a perceção de família aos criados que, de uma forma ou de outra, integravam a convivência mais estreita destes indivíduos. Em âmbito laico, referenciámos 2 criadas na dependência de uma mulher e 2 criados na dependência de um homem. Relevamos o seu papel junto dos mestirais da cidade, nomeadamente, junto de outras mulheres, como a oleira que identificámos. Depois, como é natural nestes casos, de acordo com outros estudos realizados no universo de colegiadas urbanas, também é relevante o papel destas mulheres junto dos clérigos seculares, como nos ilustrou os casos de Maria Anes e de Catarina Esteves. Não esquecendo os 3 homens que servem individualmente 3 clérigos de S. Bartolomeu.

⁴⁶⁹ Aqui incluimos Fervilha Martins, irmã de Martim Anes, e, ainda, os filhos de Goldregodo, João Pais, Justa Pais, Julião Pais e Legundia Pais. Infelizmente, não temos quaisquer outras informações sobre estes indivíduos e, por isso, não tratámos com detalhe estas relações. Ver, respetivamente: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 101 (fl.4 7 de março), p. 150 (fl.14v 10 de outubro); Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 1 (abril de 1126).

3.2 Comunidades socioprofissionais

O conceito de grupo deve ser tido em conta apenas como uma ferramenta analítica, de forma a concetualizar as relações na sociedade medieval⁴⁷⁰. Esta encontrava-se comumente dividida, pelos menos até ao século XV⁴⁷¹, em três setores, clero, nobreza e povo. Neste subcapítulo intentamos a caracterização socioprofissional da população, e, para isso, estabelecemos diferentes grupos. Neste caso, entenda-se que, não só trataremos dos diferentes estatutos sociais (aqui integramos os eclesiásticos e os seus cargos), como das situações profissionais presentes na paróquia de S. Bartolomeu que constituem a realidade laica. Começaremos por tratar as comunidades eclesiásticas que identificámos, compostas por elementos da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra e por outros clérigos que com ela se relacionaram, ao longo do período de estudo. De seguida, faremos a caracterização dos grupos de leigos que compunham as comunidades laicas da paróquia de São Bartolomeu de Coimbra e/ou que, de algum modo, se relacionaram com a paróquia e com a igreja.

3.2.1 Grupos clericais

Desta forma, em primeiro lugar, os eclesiásticos que pretendemos tratar pertenciam ao cabido da igreja colegiada de São Bartolomeu. Entre 1174 e 1416, reconhecemos 114 elementos do clero que integravam esta instituição e se encarregavam das funções religiosas nesta igreja. De acordo com a estrutura e hierarquia da igreja, seguindo as designações pelas quais surgem

⁴⁷⁰ Jesús A. Solórzano Telechea e Jelle Haemers, “Los grupos populares en las ciudades de la Europa Medieval: reflexiones en torno a un concepto de historia social” in Jesús Ángel Solórzano Telechea, Beatriz Arizaga Bolumburu e Jelle Haemers (eds.), *Los grupos populares en la ciudad medieval europea*, Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2015, pp. 17-49, p. 19.

⁴⁷¹ A partir do século XV, com D. Duarte, na obra *Leal Conselheiro a sociedade portuguesa é apresentada dividida em cinco setores e não nos habituais três. Encontramos a nobreza e o clero, o terceiro grupo constituído por pescadores e agricultores, o quatro composto por oficiais administrativos régios, senhoriais e concelhios, e, ainda o quinto grupo de mesteres. Ver: Maria Helena Lopes de Castro (ed.), D. Duarte, *Leal Conselheiro*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 25-26.*

na documentação, identificamos 17 priores⁴⁷², 25 cónegos⁴⁷³ e 54 raçoeiros⁴⁷⁴. Por vezes, o mesmo indivíduo pode ser designado de raçoeiro ou cónego, no mesmo período, o que cria dificuldades de definição. Ainda associados a esta estrutura, identificamos 5 tesoureiros⁴⁷⁵, 11 capelães⁴⁷⁶ e 2 priostes⁴⁷⁷. De seguida, procuraremos fazer o enquadramento biográfico de alguns destes elementos, destacando os vários cargos e funções que desempenharam nesta e noutras instituições.

Interpreta-se como origem de uma colegiada, uma comunidade de clérigos que partilham a vida no mesmo espaço e se regem por uma regra, no entanto podiam ter património autónomo da instituição⁴⁷⁸. A carta de venda de 1126, mencionada anteriormente, a «*confratribus Sancti Bartholomei*»⁴⁷⁹, refere uma confraternidade de S. Bartolomeu, logo, podemos sugerir que encontramos a esta data, pelo menos, uma comunidade organizada em S. Bartolomeu. Apesar do termo “colegiada” ser apenas empregue no século XIV, não há dúvidas da existência de uma comunidade eclesiástica organizada, e à semelhança de outras instituições colegiais, parece-nos admissível a sua criação na segunda metade do século XII⁴⁸⁰. De 1201⁴⁸¹, o acordo entre S. Bartolomeu de Coimbra e o Mosteiro de Lorvão fornece luzes relevantes no que diz respeito à realidade dos clérigos da instituição. A partir do século XII, algumas das instituições colegiais assistem à separação dos bens entre o prior e o cabido. Já no século XIII, o rendimento do património capitular é dividido em prebendas, que por sua vez, são distribuídas

⁴⁷² Ver tabela no Anexo 22.

⁴⁷³ Ver tabela no Anexo 24.

⁴⁷⁴ Ver tabela no Anexo 23.

⁴⁷⁵ Ver tabela no Anexo 26.

⁴⁷⁶ Ver tabela no Anexo 25.

⁴⁷⁷ Ver tabela no Anexo 27.

⁴⁷⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 25.

⁴⁷⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.1 (abril de 1126).

⁴⁸⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 34.

⁴⁸¹ O documento refere: «*ego Fructuosus prenominate ecclesie prelati una cum clereicis ibidem commorantibus*» Ver: Maria Alegria Marques, “Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVIII, 1980, pp. 231-283, doc. 2.

pelos membros do cabido. Esta divisão é testemunhada no documento de 1201, garantindo assim a subsistência e autonomia dos doze clérigos⁴⁸² e do prior.

Na sua dissertação de mestrado, Cristina Guardado faz uma caracterização minuciosa da estrutura desta comunidade⁴⁸³. No presente trabalho, propomos a partir de uma análise de carácter prosopográfico compreender a inserção social e urbana de alguns dos seus beneficiados, as suas relações com outros grupos da paróquia e de fora dela, numa dimensão ainda por explorar. Tendo em consideração que este estudo requer detalhe e uma pesquisa extensa e intensa das fontes disponíveis, com o tratamento dos dados procuraremos responder a um conjunto fixo de questões genéricas como: a origem geográfica, a carreira eclesiástica e a data da morte. Por fim, importa dizer que a organização da informação no texto segue uma ordem que visa aqueles indivíduos que detemos maior quantidade de dados, agrupando em cargos e funções.

João Anes *Luso* (1262†)⁴⁸⁴ é referenciado tanto com o cargo de cônego como de raçoeiro de S. Bartolomeu, lembrando os problemas terminológicos assentes no estudo das igrejas-colegiadas portuguesas. Pela designação de «Luso», podemos supor que fosse natural da vila do Luso, contudo é apenas uma hipótese, visto não termos essa indicação. Com catorze aniversários fundados em S. Bartolomeu, conhecemo-lo por via das inscrições no obituário da igreja, em que se indica a data da morte do cônego, em 4 de maio de 1262.

Por sua vez, João Afonso, já referido anteriormente pela estrutura familiar que apresenta, ilustra a ascensão na carreira eclesiástica. Inicialmente identificado como cônego⁴⁸⁵ e como raçoeiro⁴⁸⁶ de São Bartolomeu (1324-1329). Emprega o título de Presbítero e, para além

⁴⁸² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 37.

⁴⁸³ Ver Anexos 22, 23, 24, 25, 26, 27.

⁴⁸⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 102 (fl.4v 13 de março), p. 112 (fl.6v 18 de abril), p. 115 (fl. 7 04 de maio de 1262), p. 117 (fl.7v 13 de maio), p. 122 (fl.8v 7 de junho), p. 124 (fl.9 13 de junho), p. 125 (fl.9v 22 de junho), p. 126 (fl. 9v 27 de junho), p. 127 (fl. 10 2 de julho), p. 131 (fl. 10v 20 de julho), p. 135 (fl. 11v 5 de agosto), p. 147 (fl. 14 26 de setembro), p.151 (fl. 15 17 de outubro), p. 165 (fl.18 15 de dezembro) .

⁴⁸⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 23 (25 de novembro de 1324), doc. 31^a (6 de julho de 1326), doc. 26 (9 de outubro de 1329).; Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 90 (fl.2 26 de janeiro de 1325), p. 85 (fl. 1 6 de janeiro).

⁴⁸⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 11 (25 de novembro de 1324), doc.23 (25 de novembro de 1324), doc. 31^a (6 de julho de 1326), doc. 26 (9 de outubro de 1329).

do seu cargo eclesiástico, exerce como escrivão jurado do Cabido da Sé, numa composição referente a um acordo entre essa igreja e o Cabido da Sé de Coimbra sobre a repartição das dízimas das almuinhas de Além da Ponte⁴⁸⁷. O mesmo ascende, mais tarde, ao cargo de prior de S. Bartolomeu, encontrando-se nesse cargo entre 1335 e 1348⁴⁸⁸. Embora tenhamos a sua referência no obituário da instituição⁴⁸⁹, é o testamento referido na sentença de 1351 que refere a data do seu óbito, em 1348⁴⁹⁰.

Como já percebemos, os raçoeiros partilhavam funções com os cónegos, e, no caso concreto de S. Bartolomeu de Coimbra, com base no documento compulsado por Cristina Guardado⁴⁹¹, eram eleitos pelo prior e o conjunto dos raçoeiros⁴⁹². À semelhança de outras colegiadas desta cidade e de Torres Vedras⁴⁹³, os raçoeiros acumulavam e exerciam alguns cargos, funções e benefícios em simultâneo, e como veremos, alguns eram totalmente ausentes. Com a mesma estratégia de reunião de fontes e dados, inventariamos cerca de 54 indivíduos designados por raçoeiros⁴⁹⁴. São 15 aqueles que acumulam cargos e funções, quer seja na Colegiada de S. Bartolomeu ou noutras instituições nacionais ou internacionais. Destes, 9

⁴⁸⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.23.

⁴⁸⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 29 (3 de maio de 1335), doc. 31 (31 de agosto de 1337), doc. 32 (10 de novembro de 1338), doc. 35 (6 de julho de 1345), doc. 38 (6 de janeiro de 1348), doc. 39 (entre 28 de junho e 19 de julho de 1348), doc. 40 (2 de setembro de 1348).

⁴⁸⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 90 (fl.2 26 de janeiro de 1325).

⁴⁹⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 45 (7 de outubro de 1351).

⁴⁹¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.109.

⁴⁹² O mesmo acontece em algumas colegiadas de Torres Vedras. Ver: Ana Maria Rodrigues, “As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, in *Didaskalia*, vol. XV, 1985, pp. 388-393.

⁴⁹³ Ana Maria Rodrigues, “As Colegiadas de Torres Vedras ...”, ob. cit., p. 392.

⁴⁹⁴ Cristina Guardado regista 53 raçoeiros, por isso, com o cruzamento de dados, totalizamos cerca de 54 indivíduos. Sendo que no obituário registamos 7 raçoeiros.

exercem funções como procuradores⁴⁹⁵, depois encontramos priores, capelães⁴⁹⁶ e um vigário⁴⁹⁷.

Para apenas referenciar os cargos que os raçoeiros de São Bartolomeu desempenharam noutras instituições, chamamos a atenção para Domingos Domingues, raçoeiro de Santa Justa entre 1326-1329, foi prior de Pelmá (1326)⁴⁹⁸ e de Souselas (1346-1348)⁴⁹⁹. Por sua vez, Antão Garcia, raçoeiro de São Bartolomeu entre 1351-1390, para além de exercer funções de procurador da Colegiada em 28 de março de 1363, foi prior de Bruscos (1366-1378)⁵⁰⁰ e prior da igreja de Santa Eufémia de Penela (1390)⁵⁰¹. João Gomes, raçoeiro de São Bartolomeu entre 1375 e 1411, entronó período compreendido entre 1402 e 1406, administrou como prior a igreja de Santa Comba⁵⁰². Gonçalo Peres, raçoeiro de São Bartolomeu entre 1389 e 1406, foi prior de Ceira (1389-1391)⁵⁰³. Rui Martins, raçoeiro da referida igreja de Coimbra entre 1390 e 1411,

⁴⁹⁵ Os procuradores são homens que defendem os interesses da Colegiada, reconhecemos: Afonso Anes (1308), Gil Peres (1338), André Esteves (1348), Estêvão Peres (1357-1366), André Anes (1369), Antão Garcia (1363), Afonso Domingues (1362), Geraldo de Alpoim (1369), Gonçalo Afonso (1346) e Afonso Martins (1411). Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 17 (8 de março de 1308), doc. 32 (10 de novembro de 1338), doc. 38 (6 de janeiro de 1348), doc. 71 (26 de abril de 1369), doc. 58 (28 de março de 1386), doc. 72 (19 de junho de 1369), doc. 133 (22 de janeiro de 1411), doc. 137 (23 de setembro de 1411).

⁴⁹⁶ João Pais é capelão de S. Bartolomeu de Coimbra, João Esteves de Elvas e Lourenço Esteves é capelão perpétuo da mesma instituição e Mestre Martinho era capelão da rainha D. Isabel. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, pp. 177-180.

⁴⁹⁷ Gonçalo Martins, com documentação desde 1389 a 1411, é indicado em dois documentos como Vigário de Murtede. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 109 (22 de fevereiro de 1390), doc. 136 (19 de julho de 1411)

⁴⁹⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 24 (10 de maio de 1326).

⁴⁹⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 37 (13 de junho de 1346), doc. 40 (2 de setembro de 1337).

⁵⁰⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 183 (nota de rodapé 31 e 32).; Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 127 (fl. 10 v de julho). Em 1349, Antão Garcia funda um aniversário pela Rainha Dona Constança. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 90 (fl. 2 v de janeiro de 1349).

⁵⁰¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 109 (22 de fevereiro de 1390).

⁵⁰² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 126 (1402-1406).

⁵⁰³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 106 (8 de outubro de 1389), doc. 112 (8 de abril de 1391).

foi procurador de S. Bartolomeu e Prior da igreja de Anços⁵⁰⁴, em 1411. Finalmente, Afonso Martins é apontado entre 1410 e 1411 como prior de Monsarros⁵⁰⁵, por sua vez reconhecemo-lo como raçoeiro de São Bartolomeu no período de 1410 e 1411.

Dos raçoeiros inventariados, destacam-se três com carreiras eclesiásticas duradouras em S. Bartolomeu, João Anes (1309 – 1337), com 35 anos⁵⁰⁶, e Antão Garcia (1351-1390) e João Gomes (1375-1411), durante 39 e 36 anos, respetivamente. Antão Garcia, por se tratar do indivíduo com maior quantidade de dados, propomos agora analisar a sua ficha biográfica⁵⁰⁷.

Antão Garcia⁵⁰⁸(1351-1405), já anteriormente referido, enquanto raçoeiro de S. Bartolomeu representou essa igreja na função de procurador⁵⁰⁹. Reconhecemo-lo, ainda, como prior, primeiro, de Bruscos⁵¹⁰ e depois da igreja de Santa Eufémia de Penela⁵¹¹. No obituário de S. Bartolomeu, Antão Garcia é referenciado três vezes, a primeira refere a fundação de um aniversário pela Rainha Dona Constança⁵¹², mulher de D. Pedro, Rei de Portugal e do Algarve,

⁵⁰⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.133 (22 de janeiro de 1411).

⁵⁰⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.131 (entre 5 ou 10 de dezembro de 1410), doc. 133 (22 de janeiro de 1411), doc. 136 (19 de julho de 1411), doc. 139 (8 de dezembro de 1411).

⁵⁰⁶ Embora os documentos não reflitam os 35 anos de carreira de João Anes, é nos dito pelo seu testamenteiro João Mateus, aquando da doação de vinhas e olivais para sustento dos aniversários pela alma do falecido João Anes. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 43 (1 de setembro de 1349).

⁵⁰⁷ Ver ficha biográfica no Anexo 28.

⁵⁰⁸ Antão Garcia é referenciado a 29 de julho de 1351, numa confirmação que o Papa Clemente VI adereça a S. Bartolomeu. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 183 (nota de rodapé nº 30), o documento é: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol.1, *Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*, vol. I, Roma-Porto: Livraria Editorial Franciscana, 1968, p.228, n.484.; Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 50 (5 de maio de 1357), doc. 58 (28 de março de 1363), doc. 65 (entre 28 de junho e 10 de julho de 1328), doc. 107 (25 de outubro de 1389), doc. 109 (22 de fevereiro de 1390), doc. 22 de fevereiro de 1390). Cristina Guardado identifica também Antão Garcia no fundo de Celas, ver: A.N.T.T., Celas, m. 10, n.29 (20 de abril de 1366).; e, ainda no fundo da Sé, ver: A.N.T.T., Sé, 2ª incorp., m. 82, n. 3785 (4 de junho de 1378).

⁵⁰⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 58 (28 de março de 1363).

⁵¹⁰ Cristina Guardado identifica Antão Garcia como prior de Bruscos no documento: A.N.T.T., Celas, m. 10, n.29 (20 de abril de 1366).

⁵¹¹ Cristina Guardado identifica Antão Garcia como prior de Santa Eufémia de Penela no documento: A.N.T.T., Sé, 2ª incorp., m. 82, n. 3785 (4 de junho de 1378).

⁵¹² Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 90 (fl.2 27 de janeiro de 1349).

pela qual Antão Garcia era provisor de testamento. As outras duas inscrições referem Antão Garcia, como fundador e celebrado⁵¹³. Embora não saibamos a sua data de óbito, é certo que terá sido após 30 de novembro de 1405, data de um empraçamento onde é referido.

Tal como foi sentido por Maria Amélia Campos, e como pudemos verificar no subcapítulo anterior, a escassez de informações relativas a estes indivíduos torna a redação destas micro biografias um exercício difícil⁵¹⁴. Depois de apresentarmos alguns exemplos de raçoeiros de São Bartolomeu com carreiras longas, cuja passagem por outras instituições podemos identificar, procuremos agora refletir sobre questões como o nível cultural e de formação destes clérigos. No conjunto de raçoeiros estudados, são referidos três com instrução académica. Mestre Gonçalo⁵¹⁵, cónego de S. Bartolomeu e da Sé de Coimbra, é físico de D. Dinis, Rei de Portugal, Mestre Martinho (1309-1325)⁵¹⁶, para além de ser raçoeiro de S. Bartolomeu, é físico e capelão da rainha D. Isabel. Conhecemos Vicente Árias⁵¹⁷, em 1380, que estudava na universidade de Salamanca Direito Civil, e, em simultâneo, era subdiácono de Lisboa, tinha o benefício na igreja de Leganes (diocese de Toledo) e uma ração em S. Bartolomeu de Coimbra. Já licenciado em Leis⁵¹⁸, Vicente Árias continua a progredir e a

⁵¹³ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 127 (fl.10 l de julho de 1370), p. 133 (fl. 11 27 de julho).

⁵¹⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra ...*, ob. cit., p. 247.

⁵¹⁵ Pierre David e Torquato de Sousa Soares (eds.), *Liber anniversariorum ecclesiae ...*, ob. cit., tomo I, p. 37 (fl. 11 11 de janeiro).

⁵¹⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 177.; Cristina Guardado indica alguma documentação avulsa que referencia o Mestre Martinho: A.N.T.T., Lorrvão, gav. 2, m.1, n.6 (1 de novembro de 1309-A Autora refere que o documento trata de uma contenda entre o prior e o cabido de S. Bartolomeu com a abadessa, Constança Soares, e o convento do Mosteiro de Lorrvão por causa das tributações que a igreja deve pagar anualmente ao mosteiro.); A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.38, n.1613 (12 de dezembro de 1318-Cristina Guardado indica que era uma sentença relativa a um campo em Vila Franca, entre o Mestre Martinho e o Deão e cabido da Sé.); A.N.T.T., Santa Clara, Partic., m.28, n.2 (3 de junho de 1322- A Autora indica que o documento é uma carta de venda de um olival à abadessa de Santa Clara.). Finalmente, o Mestre Martinho é referido no obituário de S. Bartolomeu, em 10 de agosto de 1325, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 136 (fl. 12 10 de agosto de 1325).

⁵¹⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 179.; Os documentos analisados pela a Autora foram publicados em: António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae ...*, ob. cit., vol. II, p.126, n.588 (entre 29 a 31 de maio de 1380- Segundo Cristina Guardado o documento refere que seja concedido a Vicente Árias o canonicato e uma prebenda na Sé de Lisboa e uma ração em S. Bartolomeu de Coimbra a pedido da Universidade de Salamanca).

⁵¹⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 179. Para esta análise, Cristina Guardado analisa o documento: António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae ...*, ob. cit., vol. II, p. 231, n. 687 (25 de setembro de 1389).

diversificar a sua carreira eclesiástica, foi clérigo da Sé de Évora, raçoeiro de S. Bartolomeu, e, ainda, lhe foi concedido o canonicato na Sé de Salamanca.

Deste grupo de raçoeiros que acabamos de brevemente apresentar, podemos inferir que a sua presença não era mandatário, uma vez que identificamos a acumulação de benefícios e cargos em diferentes instituições religiosas do país, e até mesmo do estrangeiro, com o claro objetivo de aumentar os seus rendimentos. O habitual absentismo era reprovável pela Igreja e, para o caso dos beneficiados de S. Bartolomeu, podemos perceber a tentativa de o controlar, a partir do registo de uma visitação dos inícios do século XV⁵¹⁹.

No que diz respeito ao cargo de tesoureiro, aquele que zela pela manutenção, gestão espacial e decorativa do templo e que participa e assiste aos ofícios divinos⁵²⁰, reconhecemos, tal como fizeram outras historiadoras, para o caso de outras colegiadas urbanas, tratar-se de uma função relevante, mas normalmente desempenhada por elementos com poucos recursos, eventualmente recrutados por entre o clero menor. Com efeito, não encontramos nenhum tesoureiro mencionado no obituário da igreja de São Bartolomeu de Coimbra e aqueles que identificámos apenas são referidos como testemunhas na documentação avulsa que compõe o fundo arquivístico desta colegiada no Arquivo Nacional.

Ao longo do período estudado, são reconhecidos apenas cinco tesoureiros de S. Bartolomeu – João Martins (1336)⁵²¹, Gonçalo Esteves (1386)⁵²², Estêvão Domingues (1389-1391)⁵²³, Álvaro Afonso (1397-1400)⁵²⁴ e Gonçalo Esteves (1408-1409)⁵²⁵, os últimos dois

⁵¹⁹ Alguns raçoeiros estavam presentes apenas em algumas horas canónicas para receberem a ração na totalidade, o que acabou por mudar a partir da Visitação documentada. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.126.

⁵²⁰ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit., p. 196-197.; Ana Maria Rodrigues, *Espaços, gente e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais: Patrimónia, 1996.

⁵²¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 60. A Autora indica o documento que referencia João Martins como testemunha, ver: T.T. – Santana, cx.2, s/n (2 de outubro de 1336).

⁵²² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.100 (22 de outubro de 1386).

⁵²³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.107 (25 de outubro de 1389), doc. 112 (8 de abril de 1391).

⁵²⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.118 (5 de março de 1397), doc. 120 (30 de setembro de 1400).

⁵²⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.127 (10 de dezembro de 1408), doc. 128 (8 de setembro de 1409).

indivíduos são também identificados enquanto clérigos. Sabemos, ainda, por via da visitação a S. Bartolomeu na primeira década do século XV, que, muito provavelmente, entre Álvaro Afonso e Gonçalo Esteves, a igreja teve um período que não tinha ninguém a exercer esta função⁵²⁶.

De seguida, reconhecemos outra função de extraordinária importância porque se ocupava da gestão do património, quer fosse da recolha das rendas ou da distribuição das prebendas ou de outros montantes pelos clérigos da instituição – o prioste ou prebendeiro. Tal funcionário, que tanto podia exercer carreira eclesiástica como pertencer à comunidade laica, era eleito anualmente pelo cabido⁵²⁷. Em S. Bartolomeu apenas identificamos dois prebendeiros – Domingos Peres (1326-1345)⁵²⁸ e Vasco Peres (1377-1391)⁵²⁹. Ambos desempenharam a função de prioste por quase vinte anos, demonstrando, assim, uma relação de confiança entre os mesmos e os seus eleitores⁵³⁰.

Por fim, refiram-se os capelães desta igreja, que tinham a função de assegurar o ofício dos defuntos e o cumprimento das solicitações dos fundadores das capelas. Segundo a visitação que se realizou na entrada do século XV, a igreja de S. Bartolomeu albergava diversas capelas⁵³¹, e, por isso, necessariamente, teria de vincular o serviço de capelães. Entre 1257 e 1411, detetámos um conjunto de onze homens⁵³² que desempenham essas funções. Tal como o

⁵²⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.126 (1402-1406).

⁵²⁷ Ana Maria Rodrigues, “As Colegiadas de Torres Vedras ...”, ob. cit., p. 393.

⁵²⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.31^a (6 de julho de 1326), doc. 35 (6 de julho de 1345).

⁵²⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.88 (22 de fevereiro de 1377), doc. 98 (28 de outubro de 1384), doc. 99 (3 de junho de 1386), doc. 100 (22 de outubro de 1386), doc. 106 (8 de outubro de 1389), doc. 110 (20 de fevereiro de 1391), doc. 113 (26 de maio de 1391).

⁵³⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 61.

⁵³¹ Apesar de não existir um rol das capelas de S. Bartolomeu, reconhecemos algumas no fundo da colegiada. Reconhecemos a capela de João Afonso, prior de S. Bartolomeu, de Martim de Aveiro e Afonso Fernandes de Arouce. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.45 (7 de outubro de 1351), doc. 126 (1402-1406).

⁵³² Cristina Guardado regista nove capelães, no entanto, no obituário encontramos mais dois homens que desempenham essas mesmas funções, João Esteves de Elvas, raçoeiro e capelão, e Pedro Marques. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 187 (Anexo III: Capelães da Colegiada); Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 99 (fl.3v 28 de fevereiro de 1333), p. 113 (fl.6v 29 de abril).

que acontecia com os raçoeiros, também os capelães acumulavam benefícios. É o caso de Lourenço Esteves⁵³³ e de João Esteves de Elvas⁵³⁴, ambos indicados como raçoeiros e capelães de S. Bartolomeu de Coimbra.

A partir desta breve análise prosopográfica de alguns eclesiásticos de S. Bartolomeu, percebemos que esta instituição não se diferencia das outras comunidades eclesiásticas do arrabalde coimbrão. Tal como Cristina Guardado indica, a presente abordagem aos homens clérigos que integravam a Colegiada de S. Bartolomeu não é estanque, pelo contrário, é uma comunidade, que pela sua extensão temporal, pode ser sempre ampliada ou complementada por novas pesquisas nos fundos documentais das instituições coimbrãs, ou até mesmo nacionais. De resto, é esse o princípio de qualquer análise prosopográfica: o universo em estudo nunca é um elemento estanque e fixo, uma vez que a identificação e a integração de mais documentação no respetivo sistema de gestão de base de dados podem sempre aumentar o conjunto da informação relativa aos elementos já identificados, bem como o número de indivíduos a estudar⁵³⁵.

3.2.2 Grupos laicos

Após o tratamento dos dados sociais e dos cargos associados à comunidade eclesiástica que compunha S. Bartolomeu, abordamos, agora, os grupos profissionais laicos que encontramos no mesmo contexto espacial. Destacamos o uso do plural quando nos referimos a “grupos populares”, com o intuito de assinalar a variedade acolhida nos “não privilegiados”⁵³⁶ da sociedade medieval⁵³⁷. O povo, aquele que ocupava o último lugar da sociedade tripartida

⁵³³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 38 (6 de janeiro de 1348), doc. 40 (18 de dezembro de 1348).; Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 166 (fl.18 16 de dezembro de 1359).

⁵³⁴ João Esteves de Elvas, também desempenha funções de procurador. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, doc. 66 (4 de outubro de 1366), doc.67 (24 de dezembro de 1366).

⁵³⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, “Estudar os homens para conhecer a cidade: o uso da prosopografia para o estudo do clero paroquial de Coimbra na Baixa Idade Média (abordagem metodológica)”, in *Signum - Revista da ABREM*, vol. 1, n. 17, 2017, pp. 196-217.

⁵³⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit., p. 132.

⁵³⁷ Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro, “Os grupos populares nas cidades medievais portuguesas ...”, ob. cit., p. 110.

portuguesa⁵³⁸, espelhava a divisão dos grandes setores da sociedade medieval. Isto é, do ponto de vista económico, o povo tinha, também, a sua classe alta, média e a baixa. As três incluíam um número heterogéneo e indiviso de subgrupos, contudo, ressaltamos o único denominador comum: o «trabalho como forma de manutenção»⁵³⁹. São nestas categorias que podemos integrar o universo social que identificámos na paróquia de São Bartolomeu de Coimbra, nos séculos medievais, uma vez que não pudemos reconhecer nenhum elemento da nobreza aí residente. Desse estrato social, apenas reconhecemos indivíduos como herdeiros de propriedade nesta freguesia, referimo-nos mais concretamente à presença de Fernando Fernandes Cogominho, casado com Joana Dias, filha de Vicente Dias e irmã de D. Maior Dias⁵⁴⁰.

Antes de dar início à análise social deste grande grupo popular, na Idade Média, devemos referir que os indivíduos que indicamos são aqueles que não temos dúvidas da sua residência na freguesia medieval de S. Bartolomeu, daí não termos tido em consideração todos os cargos inventariados no sistema de gestão de bases de dados. Evoquemos, então, um grupo popular, com alguma proeminência o conjunto de indivíduos que evidenciavam formação superior: doutores em leis, cânones e medicina. Estes tanto ocupavam cargos administrativos superiores ou eclesiásticos. No entanto, na paróquia de S. Bartolomeu, os únicos indivíduos que reconhecemos com algum nível superior, como já referimos, integram a comunidade eclesiástica⁵⁴¹.

⁵³⁸ A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na crise dos séculos XIV ...”, ob. cit., p. 261.

⁵³⁹ A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na crise dos séculos XIV ...”, ob. cit., p. 262.

⁵⁴⁰ Vicente Dias, à sua morte, deixa às suas três filhas, Joana Dias, Maior Dias, soror de Santa Cruz, e Teresa Dias, monja de Celas da Ponte, uns quinhões nuns lagares de azeite na paróquia de S. Bartolomeu. O documento refere a carta de venda dos ditos lagares a D. Boa, mãe de Joana, Maior e Teresa Dias. Ver: Saúl António Gomes, “Venda de lagares de azeite na paróquia de S. Bartolomeu ...”, ob. cit., pp. 105-106.

⁵⁴¹ O Mestre Gonçalo, cónego de S. Bartolomeu e da Sé de Coimbra, era físico de D. Dinis, Rei de Portugal, ver: Pierre David e Torquato de Sousa Soares (eds.), *Liber anniversariorum ecclesiae ...*, ob. cit., tomo I, p. 37 (fl. 11 11 de janeiro). O Mestre Martinho, raçoeiro de S. Bartolomeu, era físico da rainha D. Isabel, encontramos também, Vicente Árias, que ocupava o mesmo cargo em S. Bartolomeu, estudou na universidade de Salamanca Direito Civil. Sobre o Mestre Martinho: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 177.; Cristina Guardado indica alguma documentação avulsa que referencia o Mestre Martinho: A.N.T.T., Lorrvão, gav. 2, m.1, n.6 (1 de novembro de 1309); A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.38, n.1613 (12 de dezembro de 1318); A.N.T.T., Santa Clara, Partic., m.28, n.2 (). Finalmente, o Mestre Martinho é referido no obituário de S. Bartolomeu, em 10 de agosto de 1325, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 136 (fl. 12 10 de agosto de 1325).: Sobre Vicente Árias ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. I, p. 179.; Os documentos analisados pela a Autora foram publicados em: António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae ...*, ob. cit., vol. II, p.126, n.588 (entre 29 a 31 de maio de 1380).

Os detentores de cargos públicos, quer régios, quer concelhios, encontravam-se no mesmo nível. Em S. Bartolomeu reconhecemos dez indivíduos que ocupavam este quadro profissional, entre 1218 e 1409. Primeiro registamos: dois escudeiros⁵⁴² e um porteiro do concelho⁵⁴³. Com o nome de Vasco Martins, o porteiro do concelho, vivia na Rua da Sota, que ocupava o espaço entre a igreja de S. Bartolomeu e o rio Mondego, era um lugar de residência conveniente à sua profissão pela proximidade à portagem e à porta da Almedina. Ainda na categoria de oficialato régio ou concelhio e de aristocracia urbana, Martim Domingues⁵⁴⁴ era Senhor do Hospital de Ceira⁵⁴⁵ e escambou um cortinhal e dois pardieiros que tinha junto à Ribeira de Coimbra por umas casas sobradadas na Rua dos Prazeres para viver com a sua mulher, Senhorinha Martins, em 1391.

Já mais próximos ao rei ou à administração régia, detetamos um escrivão de contos do rei, João Esteves⁵⁴⁶, e dois homens do rei, Estevão Martins⁵⁴⁷ e Diogo Peres⁵⁴⁸. Chega-nos, ainda, o testemunho de três tabeliães residentes em S. Bartolomeu, Martim Bravo⁵⁴⁹, Vasco

⁵⁴² Tal como acontecia noutros casos, também nos escudeiros encontramos um número superior na base de dados do que aquele que associamos à comunidade residente de S. Bartolomeu de Coimbra. Encontramos Diogo Álvares e Vasco Garcia. Ver respetivamente: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.111 (5 de março de 1391), doc. 115 (21 de fevereiro de 1394), doc. 128 (8 de setembro de 1409).

⁵⁴³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 68 (22 de janeiro de 1368).

⁵⁴⁴ Sabemos também, que o seu pai, Salvador Domingues, era residente em Coimbra. Ver Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 110 (20 de fevereiro de 1391).

⁵⁴⁵ Não encontramos qualquer registo a um hospital medieval em Ceira, apenas legados da Sé de Coimbra para a manutenção da ponte de Ceira. Ver: Ana Rita Rocha, *A Assistência em Coimbra na Idade Média ...*, ob. cit., pp. 143-144.

⁵⁴⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 119 (10 de janeiro de 1400).

⁵⁴⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 95 (20 de janeiro de 1381).

⁵⁴⁸ Diogo Peres teria casas no adro de S. Bartolomeu, surge-nos em 1396. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.116 (21 de novembro de 1396).

⁵⁴⁹ Martim Bravo foi tabelião de Coimbra e viveria no Romal (hoje Largo do Romal), ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e da Mitra da Sé*, Dep. V, 3ª sec., mov. 1, gav.2, n.68 (20 de novembro de 1353).; provavelmente, após exercer o seu cargo como tabelião foi almoxarife e fez-se sepultar na igreja de Santiago. O que poderá querer dizer que terá mudado a sua residência próximo do findar da sua vida. Ver: Maria José Azevedo Santos, “Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coimbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media”, in *Ad Limina*, vol 9, 2018, pp. 203-224.

Afonso⁵⁵⁰ e Martim Anes de Aveiro⁵⁵¹. Sobre o último, Martim Anes de Aveiro, sabemos um pouco mais do que os outros indivíduos que referimos⁵⁵², antes de mais, olhando para o seu nome, podemos deduzir que fosse natural de Aveiro, sendo que em 1199 já estaria em Coimbra⁵⁵³, conforme um documento da Colegiada de S. Cristóvão atesta; vinte anos mais tarde Martim exerce funções como tabelião. O próprio, escolhe para a sua morada eterna a igreja de S. Bartolomeu⁵⁵⁴, e, parece-nos admissível que fosse proprietário de algum património mobiliário e imobiliário, pois para além de fundar cinco aniversários e uma capela⁵⁵⁵ na igreja de S. Bartolomeu, funda uma missa na Sé de Coimbra.

O quotidiano medieval dos moradores dos arrabaldes de Coimbra era determinado pela necessidade de produção e compra de bens para a família, tentando assegurar a estabilidade económica da comunidade familiar e da comunidade paroquial onde se inseriam⁵⁵⁶. Sabemos que os arrabaldes se afiguravam como a cidade laboral e comercial⁵⁵⁷, especialmente o espaço ocupado por S. Bartolomeu. Era, portanto, aqui que se encontrava maior representatividade da

⁵⁵⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 68 (22 de janeiro de 1368), doc. 76 (1 de maio de 1373), doc.89 (7 de julho de 1377).; Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa ...*, ob. cit., p. 146.

⁵⁵¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 142 (fl.13 2 de setembro de 1218), p. 151 (fl. 15 13 de outubro de 1226), p. 91 (fl. 2 30 de janeiro de 1245), p. 101 (fl. 4 7 de março), p. 150 (fl.14v 10 de outubro).; Pierre David e Torquato de Sousa Soares, *Liber anniversariorum Ecclesiae ...*, ob. cit., p. 108 (fl.97v 22 de setembro de 1227). O tabelião de Coimbra mais antigo que se tem registo, responsável de um documento de 1219. Ver: Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950 - 1250)*, vol. II, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991 (Dissertação de Mestrado), doc. 262.

⁵⁵² Sabemos também que tinha uma irmã com o nome de Fervilha Martins, temos a indicação que teria uma mulher, mas infelizmente não temos conhecimento do seu nome. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 101 (fl.4 07 de março), p.150 /fl.14v 10 de outubro).

⁵⁵³ Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa ...*, ob. cit., p. 147. O Autor cita o documento: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colegiada de S. Cristóvão*, cx.9, m. I, n.22 (1199).;

⁵⁵⁴ Martim Anes de Aveiro, falece em 22 de setembro de 1227, e dá-nos conta do local da sua sepultura quando funda o aniversário na Sé de Coimbra, por meio de doação de uma casas dentro da cerca muralhada, depois da Porta de Almedina. Ver: Pierre David e Torquato de Sousa Soares, *Liber anniversariorum Ecclesiae ...*, ob. cit., p. 108 (fl.97 22 de setembro de 1227).

⁵⁵⁵ Sabemos da instituição de uma capela por alma de Martim Anes de Aveiro na visitaçao feita a S. Bartolomeu. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 126.

⁵⁵⁶ Patricia Dennison, "Daily Life in the Middle Ages", in *The Evolution of Scotland's Towns: Creation, Growth and Fragmentation*, Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018, pp. 47-76, p. 47.

⁵⁵⁷ Saúl Gomes, "Coimbra- Aspetos da sua paisagem ...", ob. cit., p. 126.

“peonagem”⁵⁵⁸, pertencente aos degraus inferiores do setor do povo. É neste grupo que nos deparamos com os pequenos proprietários e mesteirais.

O vasto grupo dos mesteirais⁵⁵⁹ abarcava os diferentes setores da economia urbana medieval, composta, essencialmente, por artesãos (sapateiros, alfaiates, entre outros), pequenos comerciantes (como almocreves, tendeiros e carnicheiros), trabalhadores rurais (como almuinheiros, hortelões ou homens de serviço) e as gentes do mar (como pescadores e outros). Vemos como os diferentes subgrupos profissionais refletem a estratificação da economia urbana medieval, vinculada a diferentes setores, o setor agrário, artesanal e comercial, convém, por isso, contextualizar o papel ativo que cada um deles protagonizava nos diferentes quadros profissionais.

Apesar de a nossa abordagem se contextualizar no âmbito urbano, sabemos que as cidades medievais não tinham uma linha fronteira que separasse o rural e o urbano, existindo sempre uma dependência recíproca. Tal acontecia primeiro, porque as cidades eram polos atrativos a imigrantes rurais em busca de trabalho, e segundo, porque eram centros de consumo de alimentos e materiais e, por isso, eram dependentes do abastecimento rural⁵⁶⁰. Correspondendo com esta realidade mista do meio urbano, a população deveria ser servidora destes espaços dedicados à exploração agrícola.

Na paróquia de S. Bartolomeu, entre 1363 e 1409, encontramos os homens de serviço⁵⁶¹. A fixação destes indivíduos nos arrabaldes das cidades, refletia o movimento de êxodo rural observado a partir da segunda metade do século XIV⁵⁶². São-lhes atribuídas diversas funções, como a mão-de-obra na construção, no entanto, a esmagadora maioria estaria dedicada à

⁵⁵⁸ A.H. de Oliveira Marques, “Portugal na crise dos séculos XIV ...”, ob. cit., p. 268.

⁵⁵⁹ Maria Cândida Proença, “Mesteirais” in, Maria Cândida Proença (ed.) *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa: Círculo de Leitores, 2021, pp. 432-435. A estrutura económica das cidades medievais europeias diferia de acordo com as características regionais, por exemplo, na Escócia, o aparecimento de corporações organizadas no dealbar do século XIV provoca o aumento de número de ofícios que ganham um estatuto profissional, ver: Patricia Dennison, “Daily Life in the Middle ...”, ob. cit., p. 48.

⁵⁶⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, “A cidade na Baixa Idade Média ...”, ob. cit., p. 14.

⁵⁶¹ Na paróquia de S. Bartolomeu encontramos 4 homens de serviço: João Martins, Salvador Domingues, Domingos Ledo, Afonso Esteves, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 60 (21 de maio de 1363), doc. 59 (12 de maio de 1363), doc. 60 (21 de maio de 1363), doc.128 (8 de setembro de 1409).

⁵⁶² Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit., p. 133.

produção agrícola, assim, são os representantes dos trabalhadores rurais no espaço da estrutura humana laica de S. Bartolomeu. Esta ocupação profissional é representada por quatro indivíduos, dois deles são referidos em transações patrimoniais com a colegiada de S. Bartolomeu. Salvador Domingues⁵⁶³ e a sua mulher, Clara Domingues, emprazaram uma casa nessa freguesia, infelizmente não nos é dito mais nenhuma informação relativa à localização da habitação. O segundo homem de serviço enfiteuta de S. Bartolomeu era Afonso Esteves⁵⁶⁴ e a sua mulher, Constança Afonso, o casal emprazou 2 pardieiros na Rua da Sota, em 1409. Embora não possamos garantir, podemos assumir que o emprazamento terá sido realizado com o objetivo que os seus enfiteutas refizessem os ditos pardieiros. Ainda no setor agrícola são referenciados os lavradores. Apesar de a amostra analisada registar três lavradores, apenas um é freguês de S. Bartolomeu. Francisco Afonso⁵⁶⁵ e a sua mulher, Margarida Domingues, mudam-se do termo rural do Campo do Mondego para a freguesia de S. Bartolomeu em 1375, com o intuito de transformar uma casa térrea em lagares de azeite na atual Rua das Azeiteiras, investindo assim no próspero negócio do azeite. Colocamos a hipótese de que a construção destes lagares de azeite pudesse transmitir o desenvolvimento de um novo caminho profissional de Francisco Afonso, passando de lavrador a lagareiro, ou até como uma oportunidade de comercializar e armazenar as suas colheitas.

O setor artesanal, como dissemos, era uma realidade bem assente no panorama urbano medieval. Tal como nos mostra Maria Amélia Álvaro de Campos⁵⁶⁶, o arrabalde coimbrão era composto por um entrelaçado de ruas e ruelas onde se fixavam populações dedicadas a uma ou mais atividades mecânicas. Antes de mais, temos o ofício têxtil, de grande importância e com manifestações claras na toponímia coimbrã. Em S. Bartolomeu regista-se a residência de dois alfaiates⁵⁶⁷, entre 1224 e 1373, e, embora não tenhamos a referência de mais profissionais com

⁵⁶³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.59 (12 de maio de 1363).

⁵⁶⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.128 (8 de setembro de 1409).

⁵⁶⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 85 (14 de outubro de 1375).

⁵⁶⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, “O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra ...”, ob. cit., pp. 157-174.

⁵⁶⁷ A base de dados regista treze alfaiates, no entanto, apenas podemos inferir com confiança que dois são residentes na paróquia de S. Bartolomeu. Sendo estes: Domingos Peres e Fernão Anes. Ver, respetivamente: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 5 (dezembro de 1224), doc. 76 (1 de maio de 1373).; Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 140 (fl.12v 24 de agosto).

esta especialização sabemos que a sua pegada social e económica era grande. Outro profissional mecânico que registamos com o ofício de trabalhar o tear é Gonçalo Afonso⁵⁶⁸, tecelão. Acreditamos que os tecelões deveriam ser, igualmente, em maior número, pois era um grupo profissional que tinha como santo protetor S. Bartolomeu⁵⁶⁹, desta forma a paróquia com a invocação a este santo deveria ser a sua preferida para morar.

Também, os ofícios do couro e das peles que incluíam sapateiros ou peliteiros são de enorme relevância para o vestuário e quotidiano medieval. Com esta especialização registamos, entre 1363 e 1405, quatro sapateiros⁵⁷⁰, contudo acreditamos que este número deveria ser superior pela existência de uma Confraria dos Sapateiros⁵⁷¹, datada nos inícios do século XIV. A Confraria dos Sapateiros, para além de justificar a vontade de outros sapateiros, não residentes nas imediações, se fazerem celebrar na igreja de S. Bartolomeu, ilustra, também, a realidade industrial das margens da paróquia, por esta ser proprietária de pelames e alcaçarias⁵⁷².

Ainda no setor que se responsabiliza pela transformação de matérias-primas, particularmente na louça, encontramos a referência de Maria Peres, oleira, em 1370. É das

⁵⁶⁸ Casado com Maria Martins, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 139 (8 de dezembro de 1411).

⁵⁶⁹ A. H. de Oliveira Marques, *Sociedade Medieval ...*, ob. cit., p. 197.

⁵⁷⁰ Martim Esteves é residente na Rua de S. Gião. Martinho Esteves, casado com Domingas Rodrigues, eram residentes na Rua de S. Gião. Vasco Anes, filho de João Lourenço e Senhorinha Anes, e sua mulher, Margarida Anes viviam junto do Adro de S. Bartolomeu. Por sua vez o seu pai, João Lourenço também era sapateiro. Ver respetivamente: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.61 (12 de agosto de 1363). Ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep. V, 3ª Sec., Mów. 1, Gav. 3, n.º 87 (19 de abril de 1363).; Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.123 (5 de maio de 1405).

⁵⁷¹ Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa – origens ...*, ob. cit., p. 143.

⁵⁷² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 17 (8 de março de 1308).

únicas mulheres⁵⁷³ que temos conhecimento da sua ocupação profissional⁵⁷⁴. Ainda que saibamos que a mulher sempre foi ativa na economia urbana, nomeadamente nos mesteres, a referência das suas funções profissionais nem sempre é tida em conta, referenciando apenas o trabalho do marido. Esta preocupação é, normalmente, evidenciada apenas quando a mulher é viúva de um mesteiral⁵⁷⁵. Conforme referimos anteriormente, pela quantidade de fornos encontrados na paróquia de S. Bartolomeu⁵⁷⁶, deduzimos que este ofício deveria ter, também, maior representatividade. Utilizador também destes fornos seria o telheiro que encontramos, Gonçalo⁵⁷⁷. O mesmo surge, uma única vez, numa sentença em que S. Bartolomeu reclamava a falta de pagamento da dízima da telha, infelizmente sobre ele não temos mais informações. Com a responsabilidade transformadora, mas agora de outras matérias-primas, como a madeira, registamos dois carpinteiros residentes em S. Bartolomeu, Pedro Sanches (1391) e Gil Vasques (1405-1411). Sabemos que Pedro Sanches⁵⁷⁸ residia na Rua da Sota, onde o próprio construiu algumas casas de propriedade da colegiada de S. Bartolomeu. Sobre Gil Vasques⁵⁷⁹ sabemos apenas que era casado com Catarina Martins.

⁵⁷³ Encontramos nove mulheres com dados relativos à profissão: Joana Peres e Maria Martins, ambas azeiteiras, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos* ..., ob. cit., p. 117 (fl.7v 14 de maio), p. p. 117 (fl.7v 14 de maio), Sancha Anes caseira da quinta de S. Bartolomeu em Ourém, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc. 58 (28 de março de 1363), Maria Peres, tendeira, ver: Arquivo da Torre do Tombo, Sé de Coimbra, 2ªincorp. m.38, nº1616, Catarina Carnes e Constança, as duas eram criadas de Maria Peres, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc.75 (7 de outro de 1370), Maria Anes, manceba de Raimundo Beltrões, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc.143 e 143ª (6 de julho de 1415), Maria Migueis e Maria Lagareira, são tecedeiras, ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc.72 (19 de junho de 1369), doc. 125 (1 de dezembro de 1405). Contudo, não temos a certeza da sua residência, por isso, não consideramos estes dados para a mancha socioprofissional da freguesia de S. Bartolomeu.

⁵⁷⁴ Maria Peres é a oleira residente na Paróquia de S. Bartolomeu. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc.75 (7 de outubro de 1370).

⁵⁷⁵ David Nicholas, *The later medieval city, 1300-1500*, Nova Iorque: Addison Wesley Longman Incorp. 1997, p. 267.

⁵⁷⁶ São encontrados na freguesia medieval de S. Bartolomeu cerca de 6 fornos.

⁵⁷⁷ Gonçalo surge uma única vez numa sentença em que S. Bartolomeu reclamava a falta de pagamento da dízima da telha. Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc. 16 (14 de dezembro de 1306).

⁵⁷⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc.110 (20 de fevereiro de 1391).

⁵⁷⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra* ..., ob. cit., vol. II, doc.123 (5 de maio de 1405), doc. 139 (8 de dezembro de 1411).

O limite topográfico da freguesia de S. Bartolomeu era também propício à fixação de tripulantes de barcos, os barqueiros. Sabemos que o rio Mondego na Idade Média permitia a navegação de embarcações, daí a necessidade de existirem equipamentos e/ou estruturas que permitissem a atracagem de barcos⁵⁸⁰ e o abastecimento e manutenção das embarcações. Assim, nos finais do século XIV e inícios do século XV, encontramos na freguesia de S. Bartolomeu três barqueiros – André Vicente⁵⁸¹, Pedro Afonso⁵⁸² e Estácio Martins⁵⁸³. Pedro Afonso é casado com Inês Lourenço, e um dos herdeiros por testamento de Maria Gonçalves, que por sua vez é casada com Cristóvão Anes. Sobre Maria Gonçalves e o seu marido não sabemos de mais nada para além de terem deixado dois casais, um em Vila Franca e outro em Serpins, e um meio casal, na Ourentã, a Pedro Afonso, João Esteves da Amoreira⁵⁸⁴ e Ângelo Esteves⁵⁸⁵. Aparentemente não existe qualquer relação de sangue, poderia, assim, tratar-se de uma relação profissional? Estranhamente, os três herdeiros doam as propriedades à colegiada de S. Bartolomeu, por agora, ficamos sem a resposta à questão da escolha dos herdeiros e à razão da doação dos bens herdados.

No que diz respeito a atividades associadas ao abastecimento alimentar registamos pescadores e lagareiros. Dos pescadores, encarregados de trazer o peixe para a mesa dos conimbricenses medievais, são dois aqueles que encontramos registo que viviam na paróquia de S. Bartolomeu – Vasco Paiola (1397)⁵⁸⁶ e João de Santana (1408)⁵⁸⁷. Sobre o primeiro não

⁵⁸⁰ Como indicámos anteriormente, sabemos da existência de cais na zona ribeirinha em Coimbra a partir do século XIV. Ver: Walter Rossa, *Diversidade: Urbanografia do espaço de Coimbra ...*, ob. cit., pp. 556-559.

⁵⁸¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 100 (22 de outubro de 1386), doc. 112 (8 de abril de 1391).

⁵⁸² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.127 (10 de dezembro de 1408), doc. 134 (2 de março de 1411). Maria Amélia Álvaro de Campos, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 129 (fl.10 8 de julho).

⁵⁸³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 91 (23 de abril de 1378).

⁵⁸⁴ João Esteves apenas reconhecemos a sua provável naturalidade da Amoreira e residência em Coimbra. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de ...*, ob. cit., vol. II, doc.134 (2 de março de 1411).

⁵⁸⁵ Ângelo Esteves é prior, infelizmente não sabemos de qual instituição. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.134 (2 de março de 1411).

⁵⁸⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 118 (5 de março de 1397).

⁵⁸⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.127 (10 de dezembro de 1408).

temos outras informações à parte da sua ocupação profissional, já sobre João de Santana, com base no seu antropónimo, podemos suspeitar a sua naturalidade na margem esquerda do rio Mondego, onde se situava o Convento de Santa Ana de Coimbra. Foi casado com Inês Afonso, filha de Afonso Domingues⁵⁸⁸, que por sua vez é casado com Catarina Peres e possuem um património imobiliário vasto na zona ribeirinha de Coimbra e arredores. Até hoje, não reconhecemos pescadores em mais nenhuma freguesia da cidade medieval de Coimbra⁵⁸⁹, por isso, a sua presença seria, presumivelmente, superior àquela que conseguimos demonstrar com esta amostra.

Em conformidade com o património imobiliário referido, com o incremento da plantação da oliveira, Coimbra surgia como um dos principais centros de produção de azeite do reino⁵⁹⁰. Em S. Bartolomeu, encontrava-se um número considerável de lagareiros⁵⁹¹, profissão que era exigente quer do ponto de vista físico quer técnico⁵⁹², no entanto a remuneração não atendia a este esforço⁵⁹³. A proximidade ao rio Mondego acabava por auxiliar o trabalho com a força das águas e com a limpeza dos espaços. Eventualmente a trabalhar nos lagares que acima identificámos e não só, reconhecemos, entre 1335 e 1345, 5 lagareiros, cuja residência ou desenvolvimento da sua profissão pode ser comprovada nesta circunscrição paroquial.

Os carniceros aprovisionavam os açougues⁵⁹⁴ e tratavam de trazer carne para a mesa medieval. No acervo documental da colegiada de S. Bartolomeu, identificamos dois carniceros,

⁵⁸⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 92 (3 de março de 1379), doc.110 (20 de fevereiro de 1391), doc. 125 (1 de dezembro de 1405), doc.127 (10 de dezembro de 1408); Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 125 (fl.9v 24 de junho); 101 (fl.5v 31 de março); 132 (fl.11 25 de julho); 155 (fl.16 02 de novembro); 165 (fl.18 17 de dezembro); 168 (fl.18v 25 de dezembro).

⁵⁸⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, “La parroquia de São Bartolomeu de Coímbra ...”, ob. cit., p. 617.

⁵⁹⁰ Maria José de Azevedo Santos, “O Azeite e a vida do homem medieval”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. II, 2006, p. 143.

⁵⁹¹ Com a profissão de lagareiro registamos: Vicente Martins, João Quintela, Vicente Geraldês, João da Capa e João Esteves. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 30 (13 de maio de 1335), doc. 34 (28 de abril de 1341), doc. 35 (6 de julho de 1345).

⁵⁹² Para ser lagareiro era necessária uma carta autorizada pela Câmara. Ver: José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., vol. I, p. 507; Maria José de Azevedo Santos, “O Azeite e a vida ...”, ob. cit., p. 142.

⁵⁹³ Sabemos que em Évora, um lagareiro recebia 6 soldos por dia de trabalho. Ver: Maria Ângela Beirante, *Évora ...*, ob. cit., p. 435.

⁵⁹⁴ Rodolfo Petronilho Feio, “O abastecimento alimentar da cidade em finais do século XIV: contributos do Livro das Posturas antigas de Évora”, in Amélia Aguiar Andrade e Gonçalo Melo da Silva (eds.), *Abastecer a cidade na Europa Medieval*, Lisboa: IEM- Instituto de Estudos Medievais, 2020, pp. 129-147, p. 141.

Fernão Gonçalves⁵⁹⁵ e Pedro Cani⁵⁹⁶, entre 1262 e 1363. Contudo, com base nas informações que nos são facultadas, não podemos inferir que eram residentes na paróquia de S. Bartolomeu. Ainda assim, parece-nos provável que S. Bartolomeu, apresentasse uma maior representação de carniceros, visto que, já, em 1398 fazia-se a referência de açougues⁵⁹⁷ novos no espaço entre a paróquia em estudo e a sua vizinha, a paróquia de Santiago.

Como referido, a paróquia de S. Bartolomeu caracterizava-se por um ambiente, económico e socialmente, dinâmico de artesanato e comércio. Em concordância com esta pluralidade de atividades, testemunhamos a presença de almocreves e mercadores. A amostra respeitante aos moradores da paróquia de S. Bartolomeu que desempenhavam atividades comerciais corresponde a 12% (equivale a uma amostra de seis indivíduos). Reconhecidos entre 1368 e 1409, os quatro almocreves – Bartolomeu Martins⁵⁹⁸, Domingos Esteves⁵⁹⁹, Domingos Lourenço⁶⁰⁰ e Martim Carvalho⁶⁰¹ – tinham a responsabilidade de transportar por terra e negociar todo o tipo de mercadorias e géneros, fazendo, muitas vezes, a ligação entre o local e

⁵⁹⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.57 (23 de março de 1363).

⁵⁹⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 108 (fl.5v 9 de abril de 1262).

⁵⁹⁷ Luísa Trindade, “A Praça e a Calçada ...”, ob. cit., p. 131.; José Pinto Loureiro, *Toponímia de ...*, ob. cit., p. 226.

⁵⁹⁸ Encontramos Bartolomeu Martins, almocreve, casado com Domingas Anes, num emprazamento de uma casa na Rua de S. Gião à colegiada de S. Bartolomeu, datado de 1374. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 77 (25 de janeiro de 1374).

⁵⁹⁹ Domingos Esteves *Gordo*, casado Catarina Gonçalves, emprazam uma casa para viver na Rua dos Prazeres. Fundam, ainda um aniversário pelas suas almas. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 68 (22 de janeiro de 1368), doc. 75 (7 de outubro de 1370).; Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 122 (fl. 8v 3 de junho).

⁶⁰⁰ Domingos Lourenço é referido por ser proprietário de umas casas na Rua da Sota que confrontam com a casa emprazada por Afonso Esteves, o emprazador. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 128 (8 de setembro de 1409).

⁶⁰¹ Martim Carvalho reside numas casas na Rua dos Prazeres que confrontam com casas emprazadas a Pedro Afonso e de sua mulher Beatriz Gonçalves. Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 120 (30 de setembro de 1400).

o regional com o auxílio de carga de bestas⁶⁰². Luís Domingues⁶⁰³ e Martim Domingues⁶⁰⁴ são mercadores moradores em S. Bartolomeu, com o principal objetivo de gerar riqueza⁶⁰⁵, também eles se deslocavam entre as localidades para os seus negócios⁶⁰⁶.

A realidade social da paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra que acabamos de descrever, é essencialmente influenciada por dois fatores geográficos: pela sua localização estratégica na entrada da cidade e pela proximidade ao rio Mondego. O que acabava por diferenciar esta paróquia ribeirinha de, por exemplo, a paróquia de Santa Justa, que se encontrava, na margem arenosa do Mondego, mais próxima da área rural periurbana, onde encontramos mais ofícios dedicados aos trabalhos agrícolas ou à olaria⁶⁰⁷. Às portas da cidade, o grupo de mercadores e almocreves fixava-se na paróquia de S. Bartolomeu onde encontrava uma dinâmica comercial singular e com a constante entrada e saída de gentes da urbe, propiciava a negócios prolíferos. O rio e as suas margens eram explorados para o fornecimento tanto de limpeza como de forças motrizes a todo o tipo de mesteres. Claramente, vemos que os setores das camadas laboriosas da população sobressaem na amostra levantada, nomeadamente, as atividades mecânicas que evidenciam uma representação maioritária de 40%.

Criados e criadas são um vocábulo de sentido lato, isto é, tanto poderá servir para designar uma relação familiar, que tem intrínseca a dependência de outrem, designada anteriormente por parentesco “artificial”, ou uma relação profissional, de forma a identificar um prestador de serviços⁶⁰⁸. É nesta última relação, que agora nos debruçamos. No grupo

⁶⁰² Iria Gonçalves, “Uma pequena cidade medieval e o seu pão na Baixa Idade Média: o caso de Loulé”, in Amélia Aguiar Andrade e Gonçalo Melo da Silva (eds.), *Abastecer a cidade na Europa Medieval*, Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2020, pp. 179-212, p. 203.

⁶⁰³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.114 (4 de dezembro de 1392).

⁶⁰⁴ Martim Domingues doa a S. Bartolomeu para sustento do seu aniversário um sótão, seria este o lugar onde passava o seu dia-a-dia a negociar? Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos* Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 110 (fl.6 15 de abril).

⁶⁰⁵ Rodrigo da Costa Dominguez, “Entre o discurso e a prática: religião, comércio e negócios em Portugal nos finais da Idade Média”, in *Em tempo de História*, 2005, pp. 5-19, p. 6.

⁶⁰⁶ Na generalidade, sabemos que os mercadores não se movimentavam apenas por via terrestre, mas também por via marítima, o que acabava por ser mais seguro. Isabel Vaz de Freitas, *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*, Espanha: Ediciones Trea, 2006, p. 33.

⁶⁰⁷ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit., pp. 132-171.

⁶⁰⁸ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit., p. 264.

profissional dos serviçais identificados na paróquia de S. Bartolomeu, entre 1366 e 1415, encontramos 4 mulheres - Catarina Carnes⁶⁰⁹ e Constança⁶¹⁰, como criadas de Maria Peres, Catarina Esteves⁶¹¹, criada de André Esteves, e Maria Anes⁶¹², manceba de Raimundo Beltrões – e, ainda, 5 homens que se ocupavam em servir um senhor - Gonçalo Lourenço⁶¹³ e Pedro Afonso⁶¹⁴, como criados de João de Alpoim, Martim Afonso⁶¹⁵, criado de Raimundo Beltrões, Gil Esteves⁶¹⁶, criado de João Gomes, e Afonso Domingues, criado de Domingos Mendes.

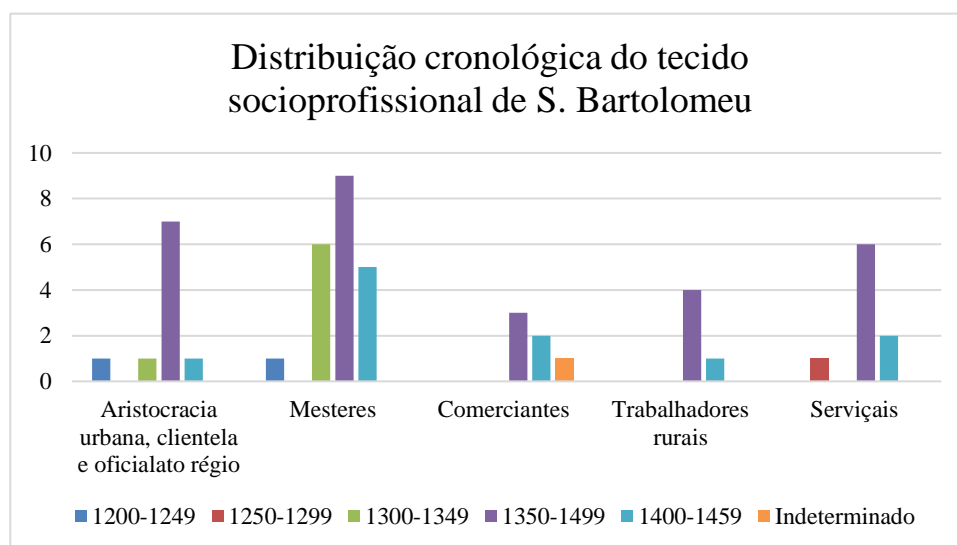


Gráfico 6 Distribuição cronológica do tecido socioprofissional de S. Bartolomeu.

⁶⁰⁹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 75 (7 de outubro de 1370).

⁶¹⁰ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 75 (7 de outubro de 1370).

⁶¹¹ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 66 (4 de outubro de 1366).

⁶¹² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 143 e 143a (6 de julho de 1415).

⁶¹³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 116 (21 de novembro de 1396).

⁶¹⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 96 (30 de novembro de 1382).

⁶¹⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 112 (8 de abril de 1391).

⁶¹⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 130 (5 de dezembro de 1410).

Conforme podemos observar no Gráfico 10⁶¹⁷, os diferentes setores da sociedade medieval portuguesa são representados neste espaço, entre os séculos XIII e XV. Apesar de nem sempre a nossa amostra referir os números exatáveis nas diferentes profissões, reconhecemos vários representantes nas diferentes categorias profissionais – aristocracia urbana, clientela e oficialato régio, mestres, comerciantes, trabalhadores e serviços -, o que contribui para a constituição de um tecido social heterogéneo, caracterizador do arrabalde coimbrão.

⁶¹⁷ Ver os dados em detalhe na Tabela em Anexo 29 e 30.

4. O investimento na memória e na comemoração individual e familiar depois da morte

Ninguém, por mais rico, pobre, corajoso ou covarde que seja, consegue evitar a morte. No entanto, quantos de nós pensam na morte e questionam como será morrer, o que virá depois ou se haverá depois?

A morte é a única realidade inevitável que todos os seres humanos, mais cedo ou mais tarde, terão de enfrentar. Saber como é que o homem a enfrenta, e, de certa forma, tenta influenciar a indubitável morte⁶¹⁸, é interpretar a mentalidade do homem nos diferentes panoramas temporais, culturais e sociais.

Para compreendermos a ideia da morte e os seus rituais na Idade Média, precisamos, antes de mais, de perceber a realidade cristã da época. Segundo a tradição judaico-cristã, a morte é o castigo consequencial dos pecados cometidos pelo Homem. Ou seja, a morte não significa o fim, mas sim um passo para a vida eterna, que tanto pode representar um descanso pacífico ou um castigo⁶¹⁹, por outras palavras, mas com a mesma dualidade, no Inferno ou no Paraíso. A vida eterna depende dos comportamentos dos homens e mulheres ao longo das suas vidas terrenas. Tal como Philippe Ariès nos diz: «A vida é a morte em pecado e a morte física dá acesso à vida eterna.»⁶²⁰. Assim, ao falarmos de morte, mais do que nos referirmos ao fencimento do corpo, falamos da morte da alma, numa dimensão não terrena e desconhecida. Portanto, o que se tratará neste capítulo são as atitudes do Ser Humano e o seu investimento e comportamento com o intuito de salvar a alma.

O investimento na memória do defunto é referido por Santo Isidoro declarando que a Igreja não faria oferendas pelos defuntos se não acreditasse no perdão dos pecados dos passados. Em concordância, Santo Agostinho proferia que os pecadores menores podiam ser remidos pelos pecadores «muito maus, embora não possam ajudá-los por estarem já mortos,

⁶¹⁸ José Mattoso, “Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI)”, in José Mattoso (dir.), *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, pp. 55-74, p. 55.

⁶¹⁹ Ana Luisa Ugarte, “La idea de la Muerte. La concepción cristiana de la muerte.” in *Revista Electrónica Historias del Orbis Terrarum*, nº1, 2009, p. 106.

⁶²⁰ Philippe Ariès, *O homem perante ...*, ob. cit., p. 87.

são de alguma consolação para os vivos.»⁶²¹. A declaração de Santo Agostinho reflete, principalmente, a relação solidária entre os vivos e os mortos, não existindo propiciatório de perdão do pecador, há, pelo menos, a consolação do vivo.

O investimento na memória trata-se literalmente do preparativo para a morte, a chamada arte de bem morrer⁶²². Principalmente entre os séculos XIII e XIV, esta preocupação projeta-se por toda a Europa. O impacto da peste negra é sem dúvida um fator triunfal na instauração do medo, contudo, não deve ser pensada como a única razão. Antes da chegada da epidemia, já existia uma crise económico-social que assolava os reinos da Europa, a crise feudal do século XIV⁶²³. Posteriormente, a peste negra agrava a crise, a tensão social em modo crescente e ameaçavam a estabilidade, e, finalmente a Igreja adota uma conceção da morte mais combativa. No século XIII consolida-se a ideia do Purgatório, e com esta acentuaram-se as teses de Santo Isidoro e de Santo Agostinho. Le Goff considera a origem do Purgatório o processo de “especialização” do pensamento⁶²⁴. Por entre 1150 e 1250, o Purgatório instala-se nas mentalidades cristãs ocidentais. Este espaço imaginário representa o lugar intermédio no pós-morte, entre a vida terrena e a vida eterna⁶²⁵, onde algumas almas podem ver a sua pena da vida eterna ser abreviada graças aos sufrágios dos vivos⁶²⁶. Esta dependência, agora económica, entre a vida e a morte acentuou a relação entre o vivo e o morto. Marcou, também o quotidiano da comunidade e da sua memória coletiva⁶²⁷.

⁶²¹ José Mattoso, “Os rituais da morte na liturgia ...”, ob. cit., p. 62.

⁶²² Emilio Mitre Fernández, “La muerte y sus discursos dominantes entre los siglos XIII y XV”, in Eliseo Serrano Martín (coord.), *Muerte, religiosidade y cultura popular: siglos XIII-XVIII*, Instituto “Fernando El Católico”, 1994, pp. 15-34, p. 24.

⁶²³ Fernando Martínez Gil, *La muerte vivida. Muerte y Sociedad en Castilla durante la Baja Edad Media*, Toledo: Diputación Provincial, 1996, pp. 20-21.

⁶²⁴ Jacques Le Goff, *O nascimento do ...*, ob. cit., p. 13.

⁶²⁵ John Bossy, *A cristandade no Ocidente 1400-1700*, Lisboa: Edições 70, 1990, p. 46.

⁶²⁶ Jacques Le Goff, *O nascimento do ...*, ob. cit., p. 14.

⁶²⁷ Mary Louise Fellows, “Death and Ritual: The role of wills in Late Anglo-Saxon England”, in Walter de Gruyter (ed.), *Death in the Middle Ages and Early Modern Times: The material and spiritual Conditions of the culture of death*, Berlin: De Gruyter, 2016, p. 75.

A memória do defunto e a salvação da sua alma, por incentivo da igreja, passou a ser uma preocupação assídua do homem medieval⁶²⁸. Acreditando, assim, que os rituais, sejam eles missas, orações, atos de caridade ou fundação de capelas e túmulos, ajudavam os defuntos a percorrer o caminho *post mortem* com maior ligeireza e segurança⁶²⁹. As continuidades e transformações das crenças e rituais da morte ao longo da Idade Média, espelham a cristianização das mentalidades⁶³⁰ e a «clericalização»⁶³¹ da morte.

4.1 A fundação de aniversários

Antes de tudo devemos ressaltar que a memória do defunto é desigual, isto é, nem todos conseguiam fundar aniversários ou outros mecanismos de memória. Apenas aqueles que tinham algo para doar e com isso fundar pelo menos uma cerimónia, tinham acesso ao culto dos mortos. Por isso, não nos devemos esquecer, que neste capítulo, trataremos de uma franja da população que tinha algum património permitindo o sustento da sua memória terrena no seu *post mortem*. De resto, quando acima procurámos caracterizar as comunidades que se relacionavam com São Bartolomeu também nos restringimos àqueles e àquelas que deixaram a sua existência registada na documentação da igreja, o que, na generalidade das vezes, só acontecia precisamente porque teriam interesses materiais, económicos e financeiros a gerir e salvaguardar.

A fundação de aniversários era uma forma de preparação do indivíduo para a morte, para tal, as doações *pro anima*, o dom material, transformava-se, por troca, em dom espiritual⁶³². Só assim o defunto celebrado poderia ver os seus pecados a serem perdoados⁶³³. O culto de memória do defunto poderá prolongar-se ou até perpetuar-se por meio de missas,

⁶²⁸ O conceito da morte esteve sempre presente ao longo da Idade Média, no entanto, a partir do século XII assume maior importância e respeito por parte do comum medieval. Ver mais em: Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Marques da Silva, “Morrer e testar na Idade Média: Alguns aspetos ...”, ob. cit., p. 39.

⁶²⁹ José Mattoso, “Os rituais da morte na liturgia ...”, ob. cit., p. 61.

⁶³⁰ Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV” in José Mattoso (dir.), *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, pp. 125-164, p. 125.

⁶³¹ Philippe Ariès, *O homem perante ...*, ob. cit., p. 191.

⁶³² Maria José Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa: Presença, 1989, pp. 80-81.

⁶³³ Maria dos Anjos Catatão, *Testamentos, doações e espiritualidade do Mosteiro de S. Domingos ...*, ob. cit., p. 102.

nomeadamente os aniversários. Normalmente, ainda em vida, a pessoa definia o número de missas que desejava que fossem rezadas pela sua alma⁶³⁴, determinando, também, o meio de sustento das mesmas. Devemos, por isso, considerar um aniversário, tal como uma capela, uma instituição, uma vez que é fundada por um ou mais indivíduos e que detém património próprio para o seu sustento⁶³⁵. As orações encomendadas, para além de serem a expressão da crença medieval generalizada na eficácia das missas de remissão dos pecados das almas, são também, o desejo de partilhar os bens terrenos com a Igreja, pelo que, estas compensações económicas se destinavam, em primeira instância, a redimir os males cometidos em vida, e, claro, o pagamento do ofício aos clérigos.

Tal como descrevemos anteriormente, o calendário obituário servia exatamente para o registo e agendamento de cada celebração, por forma a incentivar os atos litúrgicos e a lembrar os numerosos serviços de memória. O obituário de S. Bartolomeu regista cerca de 399 celebrações, 235 destas eram aniversários e as restantes eram óbitos. Designámos de maneira diferente apenas pela fórmula apresentada na inscrição, quando esta nos dizia: «*Hic debet fieri aniversarium pro anima...*» atribuímos aniversário, e quando a inscrição começava por «*Obiit...*» considerámos um óbito. Contudo ambas têm o mesmo intuito, que era o de encomendar uma missa por meio de doação de um bem. Ainda que nem sempre nos seja dito o bem mobiliário ou imobiliário doado, sabemos que era imperativo a existência de um bem de financiamento. As cerimónias registadas no obituário de S. Bartolomeu datam entre 1174 e 1411, das inscrições que conhecemos o ano, registamos o período de 1348⁶³⁶ a 1369 com o maior número de aniversários instituídos⁶³⁷.

Concretamente sobre a fundação de aniversários, registamos um conjunto de indivíduos que fundam um número considerável de cerimónias pela sua alma ou pela alma de alguém que

⁶³⁴ Maria do Rosário Bastos, “Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII e XVI”, in *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, José Mattoso (dir.), Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, pp. 109-124, p. 112.

⁶³⁵ Paul Binski, *Medieval Death: ritual ...*, ob. cit., p. 115.

⁶³⁶ Exatamente no ano em que a peste negra assola Portugal. Maria Helena da Cruz Coelho, “Um testamento redigido em Coimbra ...”, ob. cit., pp. 312-331.; Maria Helena da Cruz Coelho, “1348. Peste Negra: o flagelo que foi quase “global””, in *História Global de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2020, pp. 269-275.; Ana Rita Rocha, “Doença e epidemias no mundo urbano tardo-medieval: o exemplo da cidade e região de Coimbra”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. XXII, 2021, pp. 33-57.

⁶³⁷ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 69.

lhe é querido. São trinta e quatro aqueles que fundam cerimónias repetidas. Alguns destes destacam-se pela quantidade: Estevão Peres, cónego da Sé de Coimbra, fundou um aniversário por mês⁶³⁸, João Afonso, prior de São Bartolomeu entre 1337 e 1348, financia dezoito aniversários por sua alma⁶³⁹, e registam-se cerca de nove cerimónias anuais por alma de Alda Roseta⁶⁴⁰. Aqueles que são invocados uma única vez no correr dos fólhos representam 42,8%. Optámos por não os enunciar todos no corpo do texto, mas há pelo menos mais três comemorações estruturadas em mais de 10 cerimónias por ano⁶⁴¹.

A acumulação de sufrágios pode ter várias hipóteses que explicam esta vontade, visando, assim, a alteração para uma postura mais individualista⁶⁴² e reforçando a eficácia da

⁶³⁸ Surge 12 vezes ao longo do Obituário. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 87 (fl. 1v 15 de janeiro), p. 97 (fl.3v 22 de fevereiro), p. 102 (fl. 4v 11 de março), p. 112 (fl.6 21 de abril), p. 120 (fl.8 28 de maio), p. 123 (fl.9 11 de junho), p. 128 (fl.10 7 de março), p. 135 (fl. 11v 8 de agosto), p. 144 (fl.13v 11 de setembro), p. 148 (fl.14v 1 de outubro), p. 160 (fl.17 23 de novembro), p. 164 (fl.18 10 de dezembro). Regista também o seu aniversário no Livro de Aniversários de Santiago de Coimbra, ver: Maria José Azevedo, “Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra ...”, ob. cit., p. 199 (fl.3v).

⁶³⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 85 (fl.1 6 de janeiro), p. 90 (fl.2 26 de janeiro de 1325), p. 93 (fl.2v 2 de março), p. 96 (fl.3 14 de fevereiro), p.105 (fl.5 27 de março), p. 110 (fl.6 12 de abril), p. 116 (fl.7 9 de maio), p. 119 (fl.8 23 de maio), p. 122 (fl.8v 8 de junho), p. 127 (fl.10 1 de julho), p. 128 (fl.10 4 de julho), p. 130 (fl.10v 16 de julho), p. 135 (fl.11v 7 de agosto), p. 145 (fl.13v 13 de setembro), p. 150 (fl.14v 8 de outubro), p. 156 (fl.16 5 de novembro), p. 161 (fl.17 27 de novembro), p. 168 (fl.18v 24 de dezembro).

⁶⁴⁰ Sobre Alda Roseta não temos mais informações, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 87 (fl.1v 17 de janeiro), p. 96 (fl. 3 17 de fevereiro), p. 108 (fl.5v 7 de abril), p. 118 (fl.7v 17 de maio), p. 131 (fl.10v 18 de julho), p. 136 (fl.11v 9 de agosto), p. 147 (fl.14 23 de setembro), p. 159 (fl.16v 19 de novembro), p. 164 (fl.17v 8 de dezembro).

⁶⁴¹ Entre outros, destacamos também, João Anes, raçoeiro de S. Bartolomeu, com 13 aniversários em seu nome, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 115 (fl.7 4 de maio de 1262), p. 104 (fl.4v 13 de março), p. 112 (fl.6v 28 de abril), p. 117 (fl.7v 13 de maio), p. 122 (fl.8v 7 de junho), p. 124 (fl.9 13 de junho), p. 125 (fl.9v 22 de junho), p. 126 (fl.10 27 de junho), p. 127 (fl.10 2 de julho), p. 131 (fl.10v 20 de julho), p.135 (fl.11v 5 de agosto), p.147 (fl.14 26 de setembro), p.165 (fl.18 15 de dezembro). Cerca de dez aniversários pela alma de Gonçalo Anes e sua mulher, Constança Peres, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 93 (fl. 2v 4 de fevereiro), p. 100 (fl.4 3 de março), p. 108 (fl.5v 6 de abril), p. 117 (fl.7 10 de outubro), p.122 (fl.8v 4 de junho), p.130 (fl.10v 15 de julho), p.136 (fl.12 12 de agosto), p.142 (fl.13 4 de setembro), p.150 (fl.14v 7 de outubro), p.156 (fl.16 4 de novembro). Já Fernando da Buceta funda cerca de 12 aniversários, ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 84 (fl. 1 2 de janeiro), p. 95 (fl. 3 13 de fevereiro), p. 103 (fl.4v 14 de março), p. 121 (fl.8 30 de maio), p. 125 (fl.9 20 de junho), p. 139 (fl.12v 23 de agosto), p. 145 (fl.13v 14 de setembro), p. 152 (fl.15 19 de outubro), p. 154 (fl.15v 30 de outubro), p. 156 (fl.16 9 de novembro), p. 164 (fl.17v 7 de dezembro), p. 167 (fl.18v 22 de dezembro de 1195).

⁶⁴² Segundo Isabel Pina a postura individualista da encomenda da missa observa-se, principalmente nos séculos XIV e XV, enquanto que nos séculos anteriores eram feitas doações às instituições eclesíásticas associadas às orações pela comunidade. Ver mais: Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte ...”, ob. cit., p. 129.

missa para a salvação da alma⁶⁴³. Isabel Castro Pina⁶⁴⁴, para além destas hipóteses, considera o contexto temporal de crise dos séculos XIV e XV como fundamento à insistência e repetição das missas, provocando maior necessidade de criar dependências entre os mortos e os vivos. Para além destas teses explicativas no que diz respeito às mentalidades, a frequência destas cerimónias, demonstram não só um certo estatuto social, mas também poder económico. Assim, indivíduos com estas condições tanto sociais como económicas, financiavam sufrágios pelas suas almas em várias paróquias.

Com efeito, devemos referir que alguns dos indivíduos que se faziam celebrar em S. Bartolomeu, e que reconhecemos a partir do obituário, foram também identificados no obituário da Sé de Coimbra. Domingos Mendes, raçoeiro e prior de S. Bartolomeu (1252-1275), funda duas cerimónias pela sua alma no obituário de S. Bartolomeu⁶⁴⁵ e, ainda, regista o seu óbito no obituário da Sé de Coimbra no dia 12 de abril de 1275⁶⁴⁶. O Mestre Gonçalo, cónego da Sé de Coimbra e de S. Bartolomeu (1191), é um dos indivíduos que se fazia celebrar em ambas as paróquias, mostrando a sua admiração a ambas as igrejas onde prestou serviços ao longo da sua vida. Neste caso, com o cruzamento de fontes deslindámos o ano de óbito de 1191⁶⁴⁷. Já no universo laico, assinalamos Dona Justa *Mutua*, que também encontramos quer no obituário de S. Bartolomeu quer no obituário da Sé, contudo como encontramos 4 datas diferentes⁶⁴⁸ a

⁶⁴³ Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte ...”, ob. cit., p. 129. A Autora cita: Henri Platelle, “Les fondations de Messes à Saint-Amand à la fin du Moyen Âge”, in *Revue Mabillon*, 54º, 1964, pp. 1-14.

⁶⁴⁴ Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte ...”, ob. cit., p. 129. A Autora cita: Jacques Chiffolleau, “La religion flamboyante (v. 1320 v.1520)”, in *Histoire de la France Religieuse*, Jacques Le Goff e René Remond (dir.), vol. II, Paris, 1988, pp. 11-183.

⁶⁴⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 113 (fl. 6v 30 de abril de 1262), p. 132 (fl.11 27 de julho).

⁶⁴⁶ Pierre David e Torquato de Sousa Soares (eds.), *Liber anniversariorum ecclesiae ...*, ob. cit., tomo I, p. 192 (fl.57 12 de abril de 1275).

⁶⁴⁷ O livro das Kalendas regista 4 cerimónias pela alma de Mestre Gonçalo *Lever*. No obituário de S. Bartolomeu não nos era facultada esta informação e, por isso, com o Livro das Kalendas foi possível identificar o ano de óbito. Pierre David e Torquato de Sousa Soares (eds.), *Liber anniversariorum ecclesiae ...*, ob. cit., tomo I, p. 37 (fl. 11 11 de janeiro), p. 83 (fl. 21v 3 de fevereiro); Pierre David e Torquato de Sousa Soares (eds.), *Liber anniversariorum ecclesiae ...*, ob. cit., tomo II, p. 70 (fl.113v. 3 de agosto de 1191), p. 190 (fl.137 7 de outubro); A outra cerimónia por sua alma no obituário de S. Bartolomeu pode ser lida: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 131 (fl.10v 17 de julho).

⁶⁴⁸ Pierre David e Torquato de Sousa Soares (eds.), *Liber anniversariorum ecclesiae ...*, ob. cit., tomo II, p. 25 (fl.76v 9 de julho de 1262), p. 222 (fl.145 27 de novembro de 1229); Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 110 (fl.6 14 de abril), p. 125 (fl.9v 23 de junho de 1223).

celebrar a sua alma – 23 de junho de 1223, 27 de novembro de 1229, 9 de julho de 1262 e 14 de abril (sem ano) – não podemos inferir qual delas corresponde ao seu óbito.

É importante notar que aqueles que acumularam um número considerável de aniversários em S. Bartolomeu de Coimbra, não o fizeram, ou pelo menos não temos o seu registo, no obituário da Sé da cidade. Surpreendente é o caso de Estêvão Peres⁶⁴⁹ que, apesar de ser sempre mencionado como cónego da Sé de Coimbra, não é mencionado no obituário dessa instituição uma única vez. Para além disso, Estêvão Peres fundou doze aniversários por memória da sua alma, o que, como hipótese, ainda que não seja designado dessa forma, podemos supor que se trate de uma fundação de capela. Hermínia Vilar⁶⁵⁰ evidencia que esta acumulação não tinha apenas a preocupação quantitativa, mas, também, a preocupação na escolha dos intermediários religiosos. Com isto, poderá ser também a fundamentação para Estêvão Peres apenas instituir celebrações na igreja de S. Bartolomeu, apontando um vínculo extraordinário entre o indivíduo e esta instituição eclesiástica.

A fundação de capelas é, normalmente, registada nos testamentos. Nestas capelas está intrínseco o mesmo intuito dos aniversários, a salvaguarda da alma no Além e a invocação e lembrança da mesma pelos vivos. Contudo, muitas vezes, as capelas, em relação aos aniversários, acabam por ser um conceito associado a uma instituição material e edificada. À semelhança dos aniversários, também estas podem ter associados encargos adicionais espirituais ou materiais. Espirituais quando se trata, sobretudo, da realização de missas, e materiais relacionadas, por exemplo, com a doação de géneros aos pobres ou a presença de capelães⁶⁵¹. Ainda que a Colegiada de S. Bartolomeu apenas preserve um testamento, temos o

⁶⁴⁹ Estêvão Peres é fundador de cerca de doze aniversários na igreja de S. Bartolomeu de Coimbra. Querendo isto dizer que fundou em sua memória aniversários mensais. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 87 (fl.1v 15 de janeiro), p. 97 (fl.3v 22 de fevereiro), p. 102 (fl.4v 11 de março), p. 112 (fl.6 21 de abril), p. 116 (fl.7 05 de maio), p. 120 (fl.8 28 de maio), p. 123 (fl.9 11 de junho), p. 128 (fl.10 03 de julho), p. 135 (fl.11v 08 de agosto), p. 144 (fl.13v 11 de setembro), p. 148 (fl.14v 01 de outubro), p. 160 (fl.17 23 de novembro), p. 164 (fl.18 10 de dezembro).

⁶⁵⁰ Hermínia Vilar, *A vivência da morte na estremadura portuguesa ...*, ob. cit., p. 312.

⁶⁵¹ Teresa Costa e Filipe Calvão, “Fundação de capelas na Lisboa quatrocentista ...”, ob. cit., pp. 361-362.

registo de pelo menos três capelas por via de uma sentença datada de 1351⁶⁵² e da visitação a S. Bartolomeu entre os anos de 1402 e 1406⁶⁵³.

A sentença refere que Martinho Peres de Alcoba devia cumprir as vontades que João Afonso, prior de S. Bartolomeu (1335-1348), deixou registadas no seu testamento, sendo que uma delas é «unam capelam in dicta ecclesia Sancti Bertolamei»⁶⁵⁴, onde se encontrava sepultado. João Afonso instituíu que na sua capela se deveria celebrar uma missa diária, para acrescentar de encargos, exige a presença de um capelão com um investimento de 50 libras anuais e, ainda, uma lâmpada com o sustento de três alqueires de azeite.

Já na visitação a S. Bartolomeu⁶⁵⁵, encontramos primeiro a referência da capela de Martim de Aveiro. Onde percebemos que as missas diárias, conforme o defunto solicitou, não estavam a acontecer, ficando daí em diante a obrigação do cumprimento das solicitações de Martim de Aveiro, que se façam missas diárias pela sua alma «et dos outros finados segundo el mandou». O mesmo acontece com a capela de Afonso Fernandes de Arouce, o vigário ordena «en vertude de obediência e so penna de excomoyom ao prior e raçoeyros da dicta eglesia que cada huum cante por la alma do dicto Afonso Fernadez d’Arouce quinze misas de requiem».

Similar às capelas, encontramos as lâmpadas. Embora só detetemos duas lâmpadas⁶⁵⁶ em S. Bartolomeu, com certeza seriam em maior número. Encontramos o registo de uma lâmpada por alma de Catarina Peres, mulher de Afonso Domingues da Ponte⁶⁵⁷. Por via de uma contenda, de 1 de dezembro de 1405, entre Afonso Domingues da Ponte e Maria Lagareira por causa do olival que fora doado para sustento da lâmpada de Catarina Peres. A instituição de lâmpadas era frequente, e nem sempre estava associada à fundação de capelas, podia, também, tratar-se de uma requisição isolada como sufrágio⁶⁵⁸. No entanto, sabemos que a fundação de

⁶⁵² Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.45 (7 de outubro de 1351).

⁶⁵³ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.126 (1402-1406).

⁶⁵⁴ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 45 (7 de outubro de 1351).

⁶⁵⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.126 (1402-1406).

⁶⁵⁶ Uma delas já referida, fundada por João Afonso.

⁶⁵⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 125 (1 de dezembro de 1405).

⁶⁵⁸ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit., pp. 344-345.

lâmpadas era cara, e, normalmente, sustentada pela doação de olivais ou de alqueires de azeite. Já no caso das capelas, embora apenas registemos três em S. Bartolomeu, sabemos que existiriam mais⁶⁵⁹, e, que tal como nos outros casos que apresentámos, nos inícios do século XV, estavam em falta as missas cantadas ordenadas a cada capela. As lâmpadas e as capelas, tal como os aniversários, mostram tanto a preocupação do vivo com a salvação da alma depois da morte, como o poder económico do instituidor⁶⁶⁰.

Nas datas definidas para as cerimónias, rezavam uma ou mais missas oficiadas, seguidas de vésperas e matinas, onde os presentes se reuniam em torno da sepultura com a cruz da igreja e água benta, recitando as orações. Para além dos familiares, podiam estar presentes clérigos de outras igrejas e, ainda, os pobres que, como iremos explicar, eram convidados como recetores de bens de alma como expiação para a conquista do Céu⁶⁶¹.

Conforme nos mostra Maria Amélia Álvaro de Campos⁶⁶², a partir de uma análise sintética e quantitativa das almas comemoradas no obituário de S. Bartolomeu, revela que são cerca de 234 invocações individuais ou coletivas registadas no manuscrito. Estes números exaltam uma grande disparidade, principalmente no que diz respeito às invocações de celebrações individuais de homens (55,6%) e de mulheres (27,4%). Esta discrepância é justificada pelo grande grupo eclesiástico que integra a paróquia de S. Bartolomeu e que se faz registar no obituário da instituição. No conjunto de 130 homens que se faz celebrar em S. Bartolomeu, cerca de 45% são clérigos sendo que a maioria pertencia à colegiada de S. Bartolomeu, no entanto, reconhecem-se, também, eclesiásticos de altos cargos na hierarquia da Igreja, tanto de Coimbra como de outras sedes episcopais⁶⁶³. O terceiro grupo com maior

⁶⁵⁹ A visitação de 1402-1406 regista o descontentamento do prior e raçoeiros de S. Bartolomeu com o valor (cinquenta e seis libras, três soldos e quatro dinheiros portugueses) que as capelas rendiam, e, por isso, tinham deixado de cantar as missas. A ordenação ao prior e raçoeiros de S. Bartolomeu é que cantem uma missa de Santa Maria a cada capela em cada Sábado, em vez de diariamente: «en na dicta egleſia outras capelas ordenadas e porquanto se nom podiam cantar porquanto nom rendiam mais as posesiões delas que cincoenta e seis livras e tres soldos e quatro dinheiros et porquanto nos achamos que dos dinheiros destas capelas ordenaram nossos antecessores que disesen cada sabado hua misa de Santa Maria». Ver: Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc.126 (1402-1406).

⁶⁶⁰ Teresa Costa e Filipe Calvão, “Fundação de capelas na Lisboa quatrocentista ...”, ob. cit., p. 361.

⁶⁶¹ Ângela Beirante, “Para a história da morte em Portugal ...”, ob. cit., p.381.

⁶⁶² Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., pp. 68-70.

⁶⁶³ Como Domingos Miguéis, Chantre do Porto ou, ainda, D. João, Bispo de Viseu. Ver, respetivamente: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 158 (fl.16v 14 de novembro), p. 128 (fl.10 06 de julho de 1192).

representação quantitativa é respeitante aos grupos familiares, são cerca de 28 núcleos diferentes (representam 12 pontos percentuais do total), de entre os quais, 20 são casais.

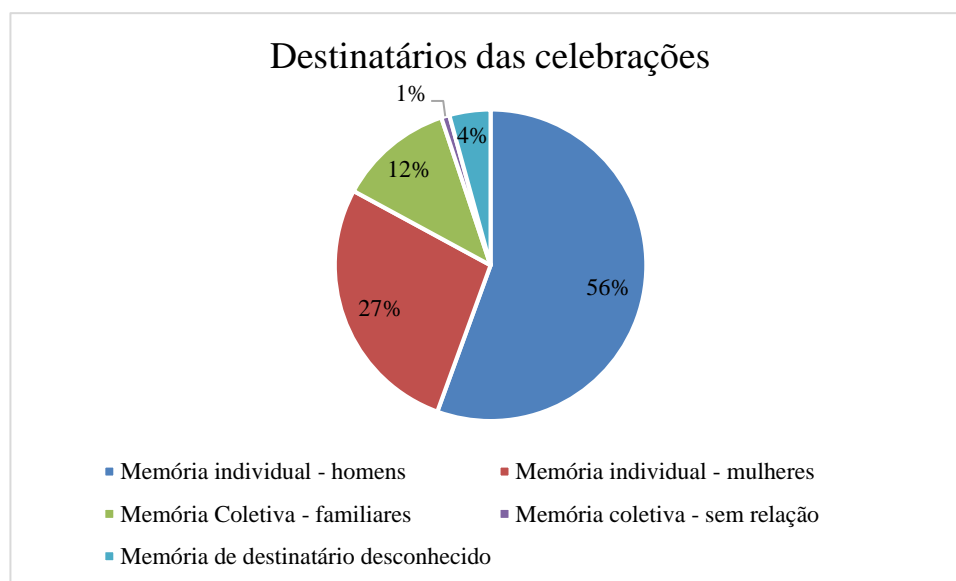


Gráfico 7 Destinatários das celebrações no obituário de S. Bartolomeu.

Com base nesta análise primária e, essencialmente, quantitativa observamos algumas tendências que são também visíveis noutras paróquias do arrabalde coimbrão. Primeiro a preocupação pela multiplicação das cerimónias, principalmente a partir da segunda metade do século XIV e ao longo do século XV, reflete-se por todo o Portugal medieval⁶⁶⁴. Também no que diz respeito à predominância de género nas encomendações de sufrágios, neste caso, o homem apresenta uma superioridade numérica. O que acontece pela simples razão sistémica da presença da comunidade eclesiástica, se não fosse pelas 58 almas de clérigos, registraríamos 62 homens e 64 mulheres que se faziam celebrar individualmente. Mostrando assim que o poder económico que está intrínseco nas fundações de aniversários, está distribuída pelo homem e pela mulher. Ambos integram a comunidade com papéis ativos na sociedade, particularmente no ponto de vista económico.

⁶⁶⁴ Maria de Lurdes Rosa, «As almas herdeiras». *Fundação de capelas fúnebres ...*, ob. cit., p. 401; Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit., pp. 339-340.

4.2 As cerimónias de sufrágio

Como dissemos, com a ideia do Purgatório instituída como um local intermédio e de julgamento no *post mortem*, as intervenções dos vivos⁶⁶⁵ são a ferramenta de reconciliação entre o mundano e o divino, podendo determinar e abreviar a sua estada no juízo final, por via da intercessão dos sufrágios⁶⁶⁶. Por descargo de consciência, com a alma entregue a Deus, restava declarar o corpo e os bens materiais ao «espaço de Deus» na terra – a Igreja – fosse às igrejas paroquiais, fosse às catedrais e mosteiros. Ainda que as cerimónias registadas no obituário de S. Bartolomeu sejam parcas em detalhes, conseguimos inventariar algumas particularidades nas breves exéquias dos defuntos benfeitores desta igreja.

Percebemos, então, que existem várias etapas de comemoração dos defuntos ao longo da Baixa Idade Média e, por isso, decidimos explicar e apresentar aqueles que são mencionados no obituário de S. Bartolomeu, diferenciando o pré-enterro e o pós-enterro. Numa primeira instância, e como já tratámos, encontramos a preocupação com a salvação da alma do defunto. Muitas vezes os aniversários eram estabelecidos e financiados ainda antes do óbito ou então eram diretrizes deixadas em testamento, assegurando, assim, a salvação da alma do defunto. Sobretudo a partir do século XIII⁶⁶⁷, a preparação para a morte é, por um lado, a manifestação da vontade singular e individualista da comemoração da morte, e, por outro, a expressão do temor pelo carácter incerto da morte⁶⁶⁸.

Num estágio *post mortem*, com o corpo entregue à Igreja, deve ser feito o cortejo fúnebre. De esfera pública, o cortejo fúnebre⁶⁶⁹ iniciava-se na casa do defunto escoltado depois

⁶⁶⁵ Jacques Le Goff, *O nascimento do ...*, ob. cit., p. 22.

⁶⁶⁶ Fernando Martínez Gil, *La muerte vivida. Muerte ...*, ob. cit., pp. 26-28.

⁶⁶⁷ Ângela Beirante, “Para a história da morte em Portugal ...”, ob. cit., p. 364.

⁶⁶⁸ Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte em testamentos ...”, ob. cit., p. 126.

⁶⁶⁹ Identificamos apenas duas inscrições com detalhes sobre o cortejo fúnebre a realizar. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 103 (fl.4v 18 de março), p. 157 (fl.16 10 de novembro).

à igreja e daí ao local da sepultura⁶⁷⁰. O círio⁶⁷¹ desfilava acompanhado por velas e ao ritmo de sinos dobrados⁶⁷². No obituário registamos apenas duas inscrições com informações referentes às procissões fúnebres, no entanto, é de destacar que uma delas para além de referir a procissão de enterro, descreve o desfile honroso às almas dos benfeitores de S. Bartolomeu, que se deve realizar com capas no dia seguinte⁶⁷³. Estas particularidades, ou preocupações dos defuntos, contribuíram para a sacralização do espaço urbano evidenciando os rituais da morte no quotidiano medieval, não só na esfera privada, mas também no adro público.

Ainda no mesmo estágio, quando existia a preparação para a morte, a escolha do local da sepultura é de carácter misto, isto é, o defunto pode ter requerido algumas preferências do lugar, no entanto não deixa de obedecer a uma hierarquia doutrinal. O direito da sepultura pertencia à igreja paroquial, no entanto alguns mosteiros receberam a autorização papal de enterrar os seus benfeitores⁶⁷⁴, como acontece com Pedro Pais e sua mulher, Dona Maior, que se fazem sepultar no Mosteiro de Santa Cruz⁶⁷⁵, assim como Dona Toda⁶⁷⁶, filha de Pedro Santa Cruz. A preferência pelo lugar da sepultura em determinados pontos reflete algumas crenças pagãs que sobreviveram ao passar do tempo, exemplo disso é o desejo de localizar a campa junto das janelas ou das portas do templo, acreditando que permitiria que a alma se escapasse

⁶⁷⁰ Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte em testamentos ...”, ob. cit., p. 127.

⁶⁷¹ No registo de óbito de Vicente Anes, cónego de S. Bartolomeu de Coimbra, o próprio solicita que se faça todos os anos pela Páscoa um círio pela sua alma. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 103 (fl.4v 18 de março).

⁶⁷² No aniversário dos benfeitores de S. Bartolomeu, é descrita a procissão a realizar com sinos dobrados. O dia seguinte do enterro deverá ser assinalado com capas («honradamente e comecem com capas.»). Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 156 (fl.16 10 de novembro).

⁶⁷³ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 156 (fl.16 10 de novembro).

⁶⁷⁴ Ângela Beirante, “Para a história da morte em Portugal ...”, ob. cit., p. 379.

⁶⁷⁵ Pedro Pais e Dona Maior são pais de Mestre Martim. Ver: Pierre David e Torquato de Sousa Soares, *Liber Anniversariorum Ecclesiae ...*, ob. cit., vol. II, p. 117 (fl.32 10 de março).

⁶⁷⁶ Dona Toda, é filha de Pedro de Santa Cruz. Pelo nome do pai, supomos que haja uma justa ligação entre Pedro e o Mosteiro de Santa Cruz. Falecido em 15 de maio de 1212, deverá ter sido enterrado no Mosteiro dos cónegos regrantes, como mais tarde à data da morte da filha, em 1227, poderá ter sido enterrada junto do pai no mesmo mosteiro. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 118 (fl.7v 15 de maio de 1212).; Pierre David e Torquato de Sousa Soares, *Liber Anniversariorum Ecclesiae ...*, ob. cit., vol. II, p. 249 (fl. 151v 13 de novembro de 1227).

por elas⁶⁷⁷. Já a proximidade ao crucifixo ou a referência ao campanário⁶⁷⁸ são, também elementos que assumiam um valor simbólico na estrutura do pensamento cristão.

Na esmagadora maioria das vezes, o lugar de descanso eterno do corpo era o cemitério que rodeava a igreja paroquial, o conhecido adro da igreja. No obituário de S. Bartolomeu, são inscritas cinco vontades de localização da campa, três delas indicam a Igreja⁶⁷⁹ como local sem detalhe, a quarta requer que o corpo seja sepultado junto do altar⁶⁸⁰, a quinta, e última, indica uma localização desconhecida⁶⁸¹, mas digna de uma questão que trataremos adiante.

A ocupação do interior dos templos acompanhou as tendências da individualização da morte⁶⁸², assim o desejo de marcar o espaço sagrado com o seu corpo é observado, principalmente, quando se tratava de elementos da aristocracia urbana ou da nobreza. A proximidade ao altar-mor do templo, obedece a uma hierarquia doutrinal, daí encontrarmos, normalmente, indivíduos pertencentes ao núcleo eclesiástico na correntosa da nave. Neste caso, trata-se de Sancho Garcia⁶⁸³, Prior de S. Bartolomeu (1348-1366), que se fez sepultar junto do altar. O quinto e último desejo no que se refere à localização da campa, como referimos, inscreve um problema devido à designação empregue para a referenciar. Assenta na descrição da sepultura «túmulo de cantelira»⁶⁸⁴, que por um lado, poderá ser a localização de um túmulo

⁶⁷⁷ Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte em testamentos ...”, ob. cit., p. 130.

⁶⁷⁸ Ainda que não seja um regista feito no Obituário de S. Bartolomeu, encontramos no Obituário da Sé de Coimbra a inscrição de óbito de Dona Justa, benfeitora de S. Bartolomeu, que determinava a localização da sua sepultura depois do campanário. Ver: Pierre David e Torquato de Sousa Soares, *Liber Anniversariorum Ecclesiae* ..., ob. cit., vol. II, p. 25-26 (fl.76v 9 de julho de 1262).

⁶⁷⁹ Pedro Sanches, Sancho Garcia, Sancha Bucheira reclamam o seu lugar de descanso eterno no interior do templo de S. Bartolomeu. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 109 (fl.6 11 de abril de 1388), p. 109 (fl.6 11 de abril de 1388), p. 139 (fl.12v 22 de agosto).

⁶⁸⁰ Sancho Garcia, Prior de S. Bartolomeu, deseja ser sepultado junto do altar do tempo. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., pp. 111-112 (fl.6 19 de abril de 1366).

⁶⁸¹ Martim Martins indica que deve ser sepultado no túmulo de «Cantelira». Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 108 (fl.5v 10 de abril de 1198).

⁶⁸² Elisa Maria Domingues da Costa Carvalho, “A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV)”, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº13-14, 2001-2002, pp. 16-40, pp. 16-17.

⁶⁸³ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 111 (fl.6 19 de abril de 1366).

⁶⁸⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 108 (fl.5v 10 de abril de 1198).

reconhecido como o de “Cantelira”, por outro, pode também referir-se à proximidade de um túmulo de um familiar que se chamaria Cantelira. Apesar de não podermos prescindir desta referência na nossa análise, o que expomos são apenas propostas sem nenhum outro dado que as fundamente. Ainda no que diz respeito à sepultura no interior do templo de S. Bartolomeu reconhecemos, por via da documentação do fundo da colegiada, 4 indivíduos que registam as suas vontades. Raimundo Beltrães⁶⁸⁵ e João Afonso⁶⁸⁶, ambos antigos priores de S. Bartolomeu, foram sepultados no espaço Sagrado de S. Bartolomeu, sendo que sabemos que João Afonso instituiu uma capela sob a sua sepultura. Catarina Anes⁶⁸⁷ e Sancha Domingues⁶⁸⁸ também se fizeram sepultar no interior da igreja. Catarina Anes outorga que gostaria de ser sepultada ou no altar de Santa Maria Madalena ou em frente ao altar de Santa Maria das Vertudes, já Sancha Domingues, não é a própria a declarar a localização da sua sepultura, mas sim o prior e o cabido de S. Bartolomeu.

Neste seguimento, a proximidade dos parentes, quando possível, era uma preocupação para garantir a permanência da estrutura familiar, para além da morte. Por fundação de aniversários pela alma de Sancho Garcia e Pedro Sanches⁶⁸⁹, pai e filho respetivamente, reconhecemos a localização das sepulturas no interior de S. Bartolomeu de Coimbra, e, apesar de não indicarem adjacências, supomos que sejam sepulturas contíguas. Tendo por base a nossa amostra, ao observarmos as preferências pelos locais de sepultura escolhidos, reflete-se o comportamento do homem, que em primeiro lugar preferia a proximidade do pai, e só depois do filho ou do cônjuge⁶⁹⁰. Claramente, os clérigos são quem mais se preocupa em determinar o local de descanso interno, dando preferência ao interior do templo.

⁶⁸⁵ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 141 (4 de julho de 1412).

⁶⁸⁶ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 45 (7 de outubro de 1351).

⁶⁸⁷ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 95 (20 de janeiro de 1381).

⁶⁸⁸ Cristina Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra ...*, ob. cit., vol. II, doc. 31 (31 de agosto de 1337).

⁶⁸⁹ Os seus aniversários assinalam-se no mesmo dia. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 109 (fl.6 11 de abril de 1388)

⁶⁹⁰ Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte em testamentos ...”, ob. cit., p. 130.

Após o enterro, torna-se notório a especificação e multiplicação de cerimónias fundadas ainda em vida. Será após da entrega do corpo, ou melhor dizendo da escolha do local de sepultura, que será empreendida a celebração de missas pelas almas que o obituário nos informa. No culto do defunto após o seu enterro, e consoante o seu financiamento, por vezes é possível dividir em duas partes⁶⁹¹: a primeira, que se estende no primeiro ano, normalmente aos oito dias, mês e ano⁶⁹² e a segunda que se prolongava para além de um ano. No entanto, sobretudo, a partir do século XIV, os aniversários distribuem-se de forma desigual sem uma fórmula ou associação definida.

Para além deste aspeto cíclico dos sufrágios repetidos, no obituário de S. Bartolomeu observamos, também, a importância da escolha dos dias que a oração deveria tomar lugar. O dia de Purificação da Nossa Senhora⁶⁹³, da Nossa Senhora da Assunção⁶⁹⁴ e de S. Mateus⁶⁹⁵ são marcos para três aniversários a comemorar as almas de Vicente Anes⁶⁹⁶, de Estêvão Anes⁶⁹⁷ e de um benfeitor de S. Bartolomeu cujo nome desconhecemos⁶⁹⁸, respetivamente. O porquê destas preferências poderá prender-se a convicções e gostos próprios pelos dias litúrgicos. Ainda assim, acreditamos que estas escolhas não sejam inconscientes, mas sim, mais

⁶⁹¹ Hermínia Vilar e Maria João da Silva, “Morrer e testar na Idade Média ...”, ob. cit., p. 53.

⁶⁹² Reconhecemos esta fórmula nos aniversários de Sancho Garcia, que se faz festejar primeiro no dia 11 de abril, passado oito dias no dia 19 de abril e finalmente, no dia 4 de novembro. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 109 (fl.6 11 de abril de 1388), p. 111-112 (fl.6 19 de abril de 1366), p. 156 (fl.16 04 de novembro).

⁶⁹³ Corresponde ao dia 2 de fevereiro no calendário litúrgico.

⁶⁹⁴ Coincide com o dia 15 de agosto.

⁶⁹⁵ No dia 21 de setembro.

⁶⁹⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 92 (fl.2v 02 de fevereiro).

⁶⁹⁷ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 137 (fl.12 15 de agosto).

⁶⁹⁸ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 141 (fl.13 01 de setembro).

uma tentativa de aproximação a Deus⁶⁹⁹. A festa da Páscoa⁷⁰⁰ e de Todos os Santos⁷⁰¹ são dias atrativos à celebração de missas por alma⁷⁰², de igual forma se refletiu na paróquia de Santa Justa de Coimbra⁷⁰³ e até noutros contextos nacionais mais longínquos⁷⁰⁴. Nestes dias os templos recebiam a comunidade paroquial com banquetes, procissões, recitação de salmos e orações. Com a comunidade reunida era assim que estes defuntos queriam ser celebrados, em comum com os outros dias de festa religiosa, para se aproximarem do Divino. A preferência pelo dia de Todos os Santos, pode ser uma reminiscência dos costumes do século X, com o investimento na invocação dos santos como intercessores na proteção das almas⁷⁰⁵. Já o dia de Páscoa, poderá ser justificado pela compaixão pelo sofrimento de Cristo e pela esperança que também o seu sofrimento findava⁷⁰⁶.

A oração ou a missa solicitada é o coração do conjunto dos rituais que acompanham a alma⁷⁰⁷. Esta valorização, e diferenciação, corresponde ao enraizamento do pensamento cristão, de que a salvação da alma e o seu destino era suscetível à influência através das missas⁷⁰⁸.

⁶⁹⁹ Paulo Claval, “A festa religiosa”, in *Ateliê Geográfico*, vol. 8, n.1, 2014, pp. 6-29, p. 9.

⁷⁰⁰ Festejado por Pedro Sanches e Vicente Anes. Ver, respetivamente: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p.109 (fl.6 11 de abril de 1388), p. 103 (fl.4v 18 de março).

⁷⁰¹ Dia escolhido por Sancho Garcia. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 109 (fl.6 11 de abril de 1388).

⁷⁰² Hermínia Vilar, *A vivência da morte na Estremadura ...*, ob. cit., pp. 338-339.; Isabel Castro Pina, “Ritos e imaginário da morte em testamentos ...”, ob. cit., p. 129.

⁷⁰³ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de ...*, ob. cit., p. 303.

⁷⁰⁴ Hermínia Vilar, *A vivência da morte na Estremadura ...*, ob. cit., pp. 223-227.

⁷⁰⁵ José Mattoso, “Os rituais da morte na liturgia ...”, ob. cit., p. 64.

⁷⁰⁶ Hermínia Vilar, *A vivência da morte na Estremadura ...*, ob. cit., pp. 338-339.

⁷⁰⁷ Christopher Daniell, *Death and Burial in Medieval England 1066-1550*, England: Routledge, 2005, p. 5.

⁷⁰⁸ Hermínia Vilar e Maria João da Silva, “Morrer e testar na Idade Média ...”, ob. cit., p. 54.

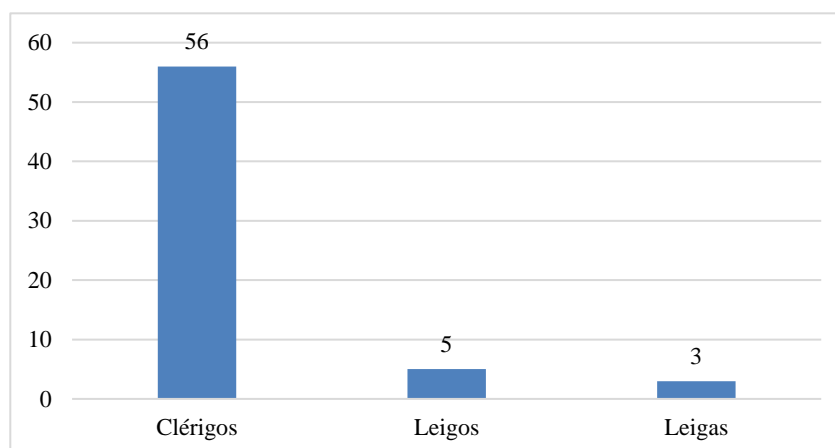


Gráfico 8 Número de orações encomendadas (por clérigos e leigos, homens e mulheres) no obituário de S. Bartolomeu.

O ato litúrgico encomendado pode ser composto por uma oração ou mais. No gráfico 8, podemos observar uma grande diferença quantitativa relativa ao número de orações encomendadas entre os clérigos e os/as leigos/as.. Exaltando, assim, um cuidado especial na determinação das orações no conjunto eclesiástico que se fez registrar no obituário de S. Bartolomeu. No mesmo manuscrito reconhecemos 11 variedades de orações encomendadas. Destas, evidenciam-se quatro pelo número de aniversários fundados por alma de Estêvão Peres⁷⁰⁹, cónego da Sé, são elas: *Deus cui propriam singullarum*; *Deus qui nos patrem et matrem*; *Quaesumus domine*; *Fidelium Deus*.

A especificação não pela oração, mas pela solenidade da missa⁷¹⁰ era, também, pretendida por algumas das almas que deixam esse pedido registado aquando do seu aniversário. Normalmente, estas missas solenes são oficiadas por prior e cónegos, no entanto, também encontramos pedidos de cerimónias com um grupo específico do clero. Por exemplo, a exigência da presença de prior e dos cónegos⁷¹¹, ou do prior e dos porcionários⁷¹² ou, ainda,

⁷⁰⁹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 87 (fl.1v 15 de janeiro), p. 97 (fl.3v 22 de fevereiro), p. 102 (fl.4v 11 de março), p. 112 (fl.6 21 de abril), p. 120 (fl.8 28 de maio), p. 123 (fl.9 11 de junho), p. 128 (fl.10 03 de julho), p. 135 (fl.11v 08 de agosto), p. 144 (fl.13v 11 de setembro), p. 148 (fl.14v 01 de outubro), p. 160 (fl.17 23 de novembro), p. 164 (fl.18 10 de dezembro).

⁷¹⁰ Cerca de 8 inscrições solicitam a Missa solene nos atos litúrgicos. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 93 (fl.2v 4 de fevereiro), p. 96 (fl.3 17 de fevereiro), p. 113 (fl. 6v 29 de abril), p. 116 (fl.7 5 de maio), p. 116 (fl.7 7 de maio), p. 137 (fl.12 16 de agosto), p. 154 (fl.15v 27 de outubro de 1337), p. 158 (fl.16v 15 de novembro).

⁷¹¹ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 154 (fl. 15v 27 de outubro de 1337).

⁷¹² Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 158 (fl. 16v 11 de novembro).

prior e capelão⁷¹³. Como dissemos, as missas variavam, principalmente de acordo com o texto, realçando a Missa de *Requiem*⁷¹⁴. Este tipo de missa, tal como o nome indica “descanso”, é dedicada aos fiéis defuntos, para a vocação do repouso da sua alma. Também de registar, há cerca de quatro inscrições que solicitam a música *Memento Mei Deus*⁷¹⁵ durante o ato litúrgico.

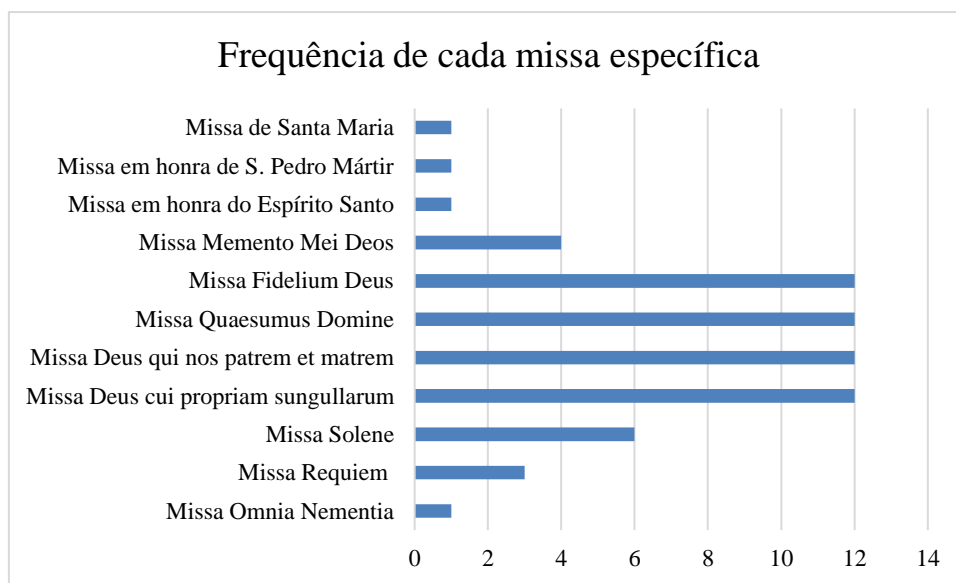


Gráfico 9 Frequência de cada missa específica nos aniversários de S. Bartolomeu.

No obituário que vimos a tratar, após a identificação do serviço litúrgico, seguiam-se as indicações sobre as distribuições aos presentes e doentes. Com esta informação, a igreja regista o valor a pagar aos clérigos que oficiassem as diferentes cerimónias, assim como àqueles que não estivessem presentes por se encontrarem com licença por estarem doentes. Pensámos inicialmente que esta referência aos doentes pudesse remeter para a participação desses indivíduos nestas comemorações, mas a forma tipificada como surge e tratando-se este documento de um instrumento de gestão do quotidiano da colegiada, acreditamos mais que servisse para salvaguardar os rendimentos daqueles clérigos ausentes por motivo de doença.

⁷¹³ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 143 (fl.13 08 de setembro).

⁷¹⁴ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, ob. cit., p. 93 (fl.2v 4 de fevereiro), p. 109 (fl.6 11 de abril de 1388), p. 109 (fl.6 11 de abril de 1388).

⁷¹⁵ Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 100 (fl.4 2 de março), p. 100 (fl.4 4 de março), p. 142 (fl.13 3 de setembro).

Incorremos no mesmo tipo de interpretação errónea ao ler a indicação de pão que surge em 28 inscrições do obituário de São Bartolomeu⁷¹⁶, ao considerar que dissessem respeito à distribuição de pão pelos presentes. No entanto, percebemos depois que essas indicações, normalmente acrescentadas em período posterior à inscrição e à margem, pretenderiam informar os elementos da colegiada sobre a tipologia dos bens que sustentavam as respetivas cerimónias, especificando que se tratava de terras de pão, ou seja, de cereal. De resto, o tipo de distribuição registada em maioria são 20 soldos⁷¹⁷, a dividir pelos presentes.

Distribuição	Frequência da distribuição (nº de inscrições)
20 soldos	91
Pão	28
30 soldos	19
40 soldos	8
Indeterminado ⁷¹⁸	7
10 soldos	3
25 soldos	2
3 libras	1
4 libras	1
50 morabitanos	1

Tabela 2 Tipo e frequência das distribuições registadas no Obituário de S. Bartolomeu

⁷¹⁶ Registamos cerca de 28 inscrições que indicam a distribuição de pão pelos presentes. Ver: Maria Amélia Álvaro de Campos, *A Comemoração dos mortos no calendário dos vivos ...*, ob. cit., p. 86 (fl.1v 13 de janeiro), p. 95 (fl.3 11 de fevereiro), p. 103 (fl.4v 16 de março), p. 105 (fl.5 22 de março), p. 105 (fl.5 23 de março), p. 105 (fl.5 25 de março), p. 106 (fl.5 30 de março), p. 110 (fl.6 13 de abril), p. 112 (fl.6v 23 de abril), p. 115 (fl.7 02 de maio), p. 117 (fl.7v 12 de maio), p. 120 (fl.8 25 de maio), p. 121 (fl.8v 01 de junho), p. 124 (fl.9 17 de junho), p. 128 (fl.10 07 de julho), p. 131 (fl.10v 17 de julho), p. 136 (fl.12 12 de agosto), p. 138 (fl.12 17 de agosto), p. 139 (fl.12v 22 de agosto), p. 142 (fl.13 04 de setembro), p. 150 (fl.14v 07 de outubro), p. 150 (fl.15 15 de outubro de 1273), p. 154 (fl.15v 29 de outubro), p. 157 (fl.16 08 de novembro), p. 157 (fl.16 09 de novembro), p. 162 (fl.17v 04 de dezembro), p. 167 (fl.18v 21 de dezembro).

⁷¹⁷ São cerca de 91 inscrições que registam a distribuição num valor de 20 soldos pelos presentes, pobres e enfermos.

⁷¹⁸ Três destas distribuições que consideramos indeterminadas referem-se aos rendimentos da propriedade. Uma quarta distribuição refere que deve ser distribuído o valor da renda. As restantes distribuições são ilegíveis daí considerarmos indeterminadas.

O obituário de S. Bartolomeu apresenta-se como uma fonte muito sintética no que diz respeito aos aspetos cerimoniais fúnebres dos seus benfeitores. Ainda assim, esta pequena amostra atesta a realidade de outros documentos necrológicos⁷¹⁹. É nos testamentos que, normalmente, se registam este tipo de exéquias e requisitos, quer seja no que respeita às cerimónias litúrgicas a realizar pela alma, quer seja de aspetos materiais pela permanência da sua memória. Mesmo com os poucos detalhes, reconhecemos a tendência superior na tentativa de individualização e perenidade da memória na franja da sociedade mais abastada. Denotamos esta tendência pela preocupação redigida no que respeita à localização da sepultura ou dos bens imóveis adscritos às celebrações ou, ainda, das orações que devem ser recitadas. Para os restantes grupos sociais, é manifestamente, menor a preocupação dos clérigos a registar os sufrágios, nestas não identificamos pormenores dos cortejos fúnebres, da localização da campa ou do missal a realizar.

⁷¹⁹ Hermínia Vilar, “Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV” in José Mattoso (dir.), *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995, pp. 165-176, p. 173.

Conclusão

Partindo de documentação essencialmente já estudada, o fundo documental da Colegiada de S. Bartolomeu e o obituário da sua instituição, a presente investigação aparentava um desenvolvimento pouco promissor, contudo, a aplicação do sistema de gestão de bases de dados *Timelink* permitiu que, passo a passo, o estudo tomasse perspetivas analíticas e metodológicas diferenciadoras. Depois da redação da presente dissertação com várias tendências identificadas em cada parte, interessa, agora, fazer uma breve recapitulação das diferentes matérias tratadas e um balanço geral da questão metodológica.

A igreja de S. Bartolomeu, localizada no sopé da colina conimbricense, com os seus limites, por um lado no rio Mondego e pelo outro na paróquia vizinha de Santiago, é documentada desde 957 consagrada a S. Cristóvão, constituindo-se assim dos templos mais antigos que temos registo. Mais tarde, a reconsagração da igreja a S. Bartolomeu, acompanha a transformação da sua forma arquitetónica para o vigente estilo medieval, o românico.

O templo românico de S. Bartolomeu contemplava ao seu redor o adro, onde davam todos os entrelaçados de ruas e caminhos medievais. O crescimento populacional desta célula eclesiástica que compunha o arrabalde coimbrão, levou à constituição de uma comunidade organizada, a paróquia. Tal como outras instituições congéneres, S. Bartolomeu concentrava a sua riqueza na gestão e exploração do seu património imobiliário. No que diz respeito às propriedades de implantação urbana, encontramos tendencialmente um maior número de prédios urbanos e de equipamentos de transformação nas redondezas da igreja matriz, dentro dos limites topográficos da paróquia. Com base na descrição e caracterização deste património imobiliário compreendemos que nos deparamos com uma paisagem urbana complexa entre os séculos XII e XV, denotando-se um constante empenho na reconstrução das ruínas, no alteamento dos edifícios e ocupação dos poucos espaços vagos. No património rústico de S. Bartolomeu, destacam-se as vinhas, olivais e herdades, que configuravam a identidade agrária periurbana de Coimbra e do Baixo Mondego, na procura de responder às necessidades comuns do quotidiano laico e eclesiástico da cidade de Coimbra.

A paróquia de S. Bartolomeu, que integrava uma comunidade eclesiástica e uma comunidade laica, apresenta uma enorme variedade de estratos socioprofissionais e de situações familiares. Com uma colegiada, fundada muito provavelmente na segunda metade do século

XII, organizada hierarquicamente, deparamo-nos com uma estrutura humana que revela estar de acordo com instituições similares. A presença de clérigos estrangeiros, a acumulação de cargos na mesma igreja ou noutras instituições nacionais ou internacionais, o incumprimento da castidade são algumas das tendências observadas.

A comunidade laica que identificamos ao longo da presente investigação, retrata uma realidade de intenso dinamismo urbano da paróquia de S. Bartolomeu. A localização da paróquia era catalisadora para a fixação de especialmente homens associados ao comércio e aos mesteres que aproveitavam a proximidade ao rio – recurso natural relevante para as manufaturas e via de comunicação por excelência no período medieval. Para além de encontrarmos ocupações comerciais e artesanais, identificamos representantes de todos os setores da sociedade medieval, como do oficialato régio e concelhio, homens de serviço, lavradores, configurando, assim, um tecido social heterogéneo que preenche os três setores que compunham a sociedade medieval portuguesa. No que diz respeito à realidade familiar vivida pelos paroquianos de S. Bartolomeu, apercebemo-nos de uma amostra composta por, sobretudo, fogos familiares reduzidos, com um casal e um descendente, condizente com a morfologia da casa corrente da freguesia medieval de S. Bartolomeu.

Finalmente, como último ponto abordado no presente estudo, a garantia de uma morte serena e sem sofrimento, no mundo terrestre, e a salvação da alma, no mundo celeste, eram razão de preocupação para as populações medievais. Era o medo da morte que motivava a fundação de aniversários, de capelas e, também, a elaboração de testamentos e doações *post mortem*. Dado que S. Bartolomeu não preservou os seus testamentos, a análise das fundações de aniversários foi fulcral para o estudo da convivência e comemoração da morte perante o homem medieval. A estas fundações estavam subjacentes a doação de bens imobiliários e/ou mobiliários, garantindo o elo de ligação entre o mundano e o divino por via de bens materiais.

Como em qualquer sociedade do Antigo Regime, em Coimbra dos séculos medievais, a morte era um tormento assíduo, dado os constantes surtos de doenças infecciosas, a insalubridade das áreas urbanas e a falta de cuidados higiénicos. Com efeito, entre outros, estes fatores faziam com que esperança média de vida fosse baixa. Logo, a emergência da fundação de aniversários era sentida na generalidade, daí a importância de assegurar a atenuação dos pecados e a reconciliação do defunto com Deus. Embora se trate de uma manifestação desigual, era na maioria das vezes, o último investimento de vida, e por isso, tanto se fazem celebrar pessoas de alto estrato socioeconómico como indivíduos de estratos inferiores. Estas diferenças

socioeconómicas são manifestadas, principalmente, pela repetição e/ou acumulação de missas de sufrágio em uma ou mais instituições eclesiásticas e pelo detalhe dos registos dado pelos clérigos, quer fosse pela localização da sepultura ou pelo apontamento dos bens adscritos ao aniversário.

O propósito do presente estudo consistia em validar se o sistema de gestão de bases de dados *Timelink* é aplicável a uma investigação histórica, nomeadamente na reconstituição das comunidades da paróquia de S. Bartolomeu através da análise das redes familiares, socioprofissionais e espirituais estabelecidas entre as entidades. Dando resposta ao objetivo basilar do presente estudo, de carácter exploratório, interessa referir que consideramos uma ferramenta extremamente útil para recolher, organizar e sintetizar a informação documental, que permite a transcrição integral e fidedigna da documentação. Para além destas utilidades, não devemos esquecer que é um sistema de gestão de bases de dados em aberto, sempre disponível à receção de nova informação, por forma a expandir os dados que nela se integram. Cumulativamente, é um sistema acessível ao público leitor, que permite a qualquer um em qualquer lado do mundo, por via da internet, aceder a dados presentes em documentação medieval, que de outra forma apenas seria possível ter acesso nos arquivos. Em suma, reconhecemos uma ferramenta metodológica que deve ser considerada em futuras investigações históricas.

Chegamos, assim, ao fim do nosso estudo considerando que a análise apresentada é válida e útil à caracterização socioeconómica de uma paróquia urbana, a uma microescala. No entanto, reforçamos a ideia de que este é um trabalho em aberto, enquanto houver outra documentação a acrescentar e mais dados a inserir no sistema de gestão de informação, enquanto houver novas perguntas e problemas a lançar a estas populações que, num mesmo território e numa mesma igreja, partilhavam as venturas e desventuras do quotidiano, assim como a esperança na salvação das suas almas.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

Fontes:

a) Fontes Manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra:

Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra Dep. V, 3ª Sec., Móv. 1, Gav. 1, n. 6; Dep. V, 3ª Sec., Móv. 1, Gav.2, n.68; Dep. V, 3ª Sec., Móv. 1, Gav. 3, n.87.

Livro dos Emprazamentos do Cabido da Sé de Coimbra, lv.3º, nº de ordem 27, doc.82, 188 e 235.

b) Fontes Impressas

AZEVEDO, Rui Pinto, *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares*, III, Lisboa, Editorial Atica, 1940, nº316.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de, *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

CASTRO, Maria Helena Lopes de, *D. Duarte, Leal Conselheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 25-26 (Capítulo IV).

COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana, vol.1, Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968.

DAVID, Pierre e SOARES Torquato de Sousa, *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1947-1948.

DIAS, João José Alves (dir.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. III, tomo 3, 1410-1418 / Transcrições de Berta Franco Nunes, José Jorge David de Freitas Gonçalves, Pedro Pinto; Revisão de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias e de Pedro Pinto; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, fl.112v.

DIAS, João José Alves (dir.), *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*, N.º 10, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2022.

GUARDADO, Cristina, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (Das origens ao início do séc. XV)*, Vol. II, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999 (Dissertação de Mestrado).

VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago, *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra*. Cartulário do Século XII, Lisboa, INIC, 1990.

Bibliografia:

a) Dicionários e enciclopédias:

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000-2001.

PROENÇA, Maria Cândida, *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2021.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 2006.

ITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2ª edição Revista, Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1865. [em linha: <http://de.bnportugal.pt/L14591-2/>].

b) Estudos citados:

ABREU, Adélio. «A paróquia na história. Elementos para uma visão de conjunto». *Humanística e Teologia*, n. 39 (2018): 229–55.

ALARCÃO, Jorge. «A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra». *Conimbriga* 48 (2009): 211–30.

———. *As pontes de Coimbra que se afogaram no rio*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros, 2012.

———. *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de

- Coimbra, 2008.
- . *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles deslembrados) do Mondego*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2004.
- ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense editora, 1967.
- ALVARADO, Rafael. «The digital humanities situation». *Debates in the Digital Humanities*, 2012, 50–55.
- ALVES, Daniel. «Humanidades Digitais e investigação histórica em Portugal: perspectiva e discurso (1979-2015)». *Práticas da História* 1, n. 2 (2016): 86–116.
- ARIÉS, Philippe. *O homem perante a morte*. 2^a. Mem Martins: Publicações Europa-Asiática, 2000.
- . *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. 4^a. Lisboa: Editora Teorema, 1988.
- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz. *La imagen de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*. Santander: Universidad de Cantabria, 2002.
- AUGUSTO, Octávio. «A baixa de Coimbra em finais da Idade Média: sociedade e cotidiano nas freguesias de S. Bartolomeu e Santiago». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 13 (2013): 131–56.
- AUGUSTO, Octávio. «A praça de Coimbra e a afirmação da baixa – origens, evolução urbanística e caracterização social». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/29366>.
- AZEVEDO, Carlos Moreira. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- . *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2000.
- AZEVEDO, Maria José. «O Azeite e a vida do homem medieval». *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias II* (2006).
- . *Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora: a comemoração dos que passaram deste mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.
- . «Vinho, pescado, frutas e outras viandas em tempos medievais». *A alimentação em Portugal na Idade Média*, 1997, 67–84.
- BARRADAS, Aurélio. «Martyrologium Lamecense – Texto e Comentário». Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- BARRIO BARRIO, Juan Antonio. «Las comunidades subalternas urbanas en el Reino de

- Valencia en la Edad Media. De la integracion a la segregacion. Discurso, organizacion y mecanismos de representacion». *La comunidad medieval como esfera publica*, 2014, 107–36.
- BARROCA, Mário Jorge. «Memórias». Em *História da Vida Privada em Portugal*, I:418–56. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- BASTOS, Maria do Rosário. *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*. 10. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- . «Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII e XVI». Em *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, 109–24. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.
- BEIRANTE, Ângela. *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- . «Para a história da morte em Portugal (séc. XIII-XIV)». *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, 1982, Estampa edição.
- . *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1980.
- BINSKI, Paul. *Medieval Death – Ritual and Representation*. British Museum Press. Londres, 1996.
- BOSSY, John. *A cristandade no Ocidente 1400-1700*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- BOTÃO, Maria de Fátima. *Poder e Influência de uma Igreja Medieval: A Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, sem data.
- BOTELHO, Maria Leonor. «A Historiografia da arquitectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)». Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilización Material, Economía Y Capitalismo. Siglos XV XVIII*. Vol. I. Alianza Editorial, 1984.
- BURGESS, Clive. *The Right Ordering Of Souls 'The Parish Of All Saints' Bristol On The Eve Of The Reformation*. Boydell & Brewer, 2018.
- CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de. *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O Obituário Medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2020. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/89491>.
- . *Cidade e Religião - a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

- . «Coimbra's parochial network: aspects of its definition in the 12th century», in *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. *Publicações do Cidehus*, 2016, 246–58.
- . «La parroquia de São Bartolomeu de Coímbra en la edad media: paisaje, sociedad y relación com el río de un área urbana (siglos XII-XV)». *Anuario de Estudios Medievales* 51, n. 2 (2021): 601–28.
- . «Marcos de referência e topónimos da cidade medieval português: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV». *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 13 (2013): 157–76.
- . «O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra nos séculos XIII a XIV». *Revista Portuguesa de História*, n. 41 (2010): 157–74.
- . «População e família na freguesia de Santa Justa de Coimbra nos séculos XIII a XV», 227–52. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2013.
- . «Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico». Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/21840>.
- . «The bequest of Pedro Domingues, 1335: the foundation of a chapel in honour of Dona Branca, princess of Portugal, in the church of Santa Justa of Coimbra». *Medievalista*, n. 20 (2016): 2–28.
- CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo. «Arquitectura y espacio funerario entre los siglos XII y XVI: La Catedral de Zamora». *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo»*, n. 15 (1998): 201–52.
- CARVALHO, Amadeu Ferraz. «Toponímia de Coimbra e arredores». *O Instituto*, 4^a, 87 (1934): 395–459.
- CARVALHO, Elisa Maria Domingues da Costa. «A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII-XV)». *Lusitania Sacra*, 2^a, n. 13–14 (2002 de 2001): 16–40.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de. «Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)». Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/702>.
- CATATÃO, Maria dos Anjos. «Testamentos, doações e espiritualidade do Mosteiro de S. Domingos de Évora no período de 1440 a 1520». Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2010. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12071>.

- CLAVAL, Paulo. «A festa religiosa». *Ateliê Geográfico* 8, n. 1 (2014): 6–29.
- CLAVEAU, François, e Catherine HERFELD. «Social Network Analysis: A complementary method of discovery for the history of economics». Em *A Contemporary Historiography of Economics*, E. Roy Weintraub and Till Düppe. Routledge, 2018.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. «A cidade na Baixa Idade Média – uma sociedade e um centro», 5–25. Guimarães, 2017.
- . *A Feira de Coimbra no Contexto das Feiras Medievais Portuguesas*. Coimbra: Inatel, 1994.
- . «Coimbra em tempos medievais (séculos XIV-XV)». *A História Tal Qual como Se Faz*, 2003, 65–78.
- . «Coimbra Trecentista - A Cidade e o Estudo». *Biblos*, n. 68 (1992): 335–56.
- . *O Baixo Mondego dos Finais da Idade Média*. 2 vols. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.
- . «O baixo Mondego- um pouco de história». *Cadernos de Geografia*, n. 16 (1997): 55–67.
- . *Ócio e Negócio em Tempos Medievais*. Coimbra: Inatel, 1998.
- . «Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra». *Revista Portuguesa de História*, n. 18 (1980): 312–33.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves. «A casa», José Mattoso., 54–77. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- . «A habitação corrente nos finais da Idade Média: morfologias, materialidades, funcionalidades». *Construir, habitar: a casa medieval*, 2011, 203–35.
- . «Casas e espaços habitacionais no tempo de D. Afonso Henriques: o que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre a casa no período da formação de Portugal». Em *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*, Mário Jorge Barroca., 159–93. Braga: CITCEM, 2017. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17408.pdf>.
- . «Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média». *Arqueologia Medieval*, 1997, 5 edição.
- COSTA, Adelaide Pereira Millán da. «O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades da Baixa Idade Média». Em *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, 125–64. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.
- COSTA, Avelino de Jesus da. *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Vol. III. Publicação subsidiada

- pelo Fundo Sá Pinto, Universidade de Coimbra, 1977.
- . *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. Coimbra, 1959.
- . *O Inventário dos Bens e Obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1981.
- COSTA, Avelino de Jesus da, Leontina VENTURA, e Maria Teresa VELOSO. *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1979.
- COSTA, Inês. «Fragmentos das Vivências em S. Bartolomeu: análise antropológica de uma série osteológica proveniente da igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2010.
- COSTA, Teresa, e Filipe CALVÃO. «Fundação de capelas na Lisboa quatrocentista: da morte à vida eterna». *Lusitania Sacra*, 2002 de 2001, 337–68.
- COUTINHO, José Eduardo. «Introdução Geral ao Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)». *Humanitas* 50 (1998): 419–36.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes. *Manuel Alves Macombos. Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.
- DANIELL, Christopher. *Death and Burial in Medieval England 1066-1550*. Routledge, 2005.
- DAVID, Pierre. *Études historiques sur la Gadice et le Portugal du VI au XII siècle*. Lisboa, 1947.
- DAVID, Pierre, e Torquato de Sousa SOARES. *Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbriensis: livro das kalendas (Edição Crítica)*. 2 vols. Coimbra: Instituto de estudos históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947.
- DENNISION, Patricia. «Daily Life in the Middle Ages». *The Evolution of Scotland's Towns: Creation, Growth and Fragmentation*, 2018, 47–76.
- DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa. «Entre o discurso e a prática: religião, comércio e negócios em Portugal nos finais da Idade Média». *Em tempo de História*, 2005, 5–19.
- DUBY, Georges. *História da vida privada. Da Europa feudal ao renascimento*. Vol. II. Lisboa: Afrontamento, 1990.
- FEIO, Rodolfo Petronilho. «O abastecimento alimenta da cidade em finais do século XIV: contributos do Livro das Posturas antigas de Évora». Em *Abastecer a cidade na Europa Medieval*, Amélia Aguiar Andrade e Gonçalo Melo da Silva., 129–47. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2020.

- FELLOWS, Mary Louise. «Death and Ritual: The role of wills in Late Anglo-Saxon England». Em *Death in the Middle Ages and Early Modern Times: The material and spiritual Conditions of the culture of death*. Berlin: De Gruyter, 2016.
- FERREIRA, Beatriz Barrocas, e Maria Manuel BORGES. «As Humanidades Digitais na era da Ciência Aberta: diversidade e convergência na construção do conhecimento». *Revista Estudos do Século XX*, 2022, 20–33.
- FOLKERTS, Suzan. «Religious Connectivity as a Holistic approach to urban society». Em *Religious connectivity in Urban Communities (1400-1550). Reading, wokshipping and connecting through the continuum of sacred and secular*, 11–20. Belgium: Brepols Publishers, 2011.
- FREDERICKS, Kimberly, e Maryann DURLAND. «The historical evolution and basic concepts of social network analysis». *New Directions for Evaluation*, 2006, 15–23.
- FREITAS, Isabel Vaz de. *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*. Espanha: Ediciones Trea, 2006. <http://repositorio.uportu.pt/jspui/handle/11328/981>.
- FRENCH, Katherine. *The People of the Parish: Community Life in a Late Medieval English Diocese (The Middle Ages Series)*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2001.
- GASPAR, Jorge. «A cidade portuguesa na Idade Média. Aspetos da estrutura física e desenvolvimento funcional». *En la España Medieval*, 1985, 133–47.
- GOFF, Jacques le. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- . *O nascimento do Purgatório*. 2^a. Lisboa: Editora Estampa, 1981.
- . *Por amor das cidades*. Lisboa: Teorema, 1999.
- GOMES, Saúl António. «A memória dos fiéis defuntos no obituário da Sé de Lamego». *Biblos* 72 (1996): 149–74.
- GOMES, Saul António. «Castas Donas: Cónegas Regrantas de Santo Agostinho em Portugal no período medieval». *Revista de Historia da Sociedade e da Cultura*, n. 10 (2010): 37–71. https://doi.org/10.14195/1645-2259_10-1_2.
- GOMES, Saúl António. «Coimbra- aspetos da sua paisagem urbana em tempos medievos». *Biblos* 4 (2006): 125–64.
- . «Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra». *Humanitas*, n. 56 (2004): 383–99.
- . «Mundo Rural e Mundo Urbano». Em *Nova História de Portugal*, A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1992.

- GOMES, Saul António. «Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no Priorado de Leiria nos séculos XII a XV». *Lusitania Sacra*, II, n. IV (1992): 163–310.
- GÓMEZ GONZÁLEZ, Francisco Xávier. «La Perspetiva relacional en la sociologia. La teoria de Redes». Em *Redes Sociales y económica en el mundo bajomedieval*, 45–53. Valladolid: Castilla Ediciones, 2011.
- GONÇALVES, António Nogueira. *A Arquitectura Românica de Coimbra: uma crítica ad odium às novas hipóteses*. Coimbra: Coimbra Editora, 1939.
- GONÇALVES, António Nogueira, e Virgílio CORREIA. *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*. Vol. II Cidade de Coimbra. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1947.
- GONÇALVES, Iria. «Uma pequena cidade medieval e o seu pão na Baixa Idade Média: o caso de Loulé». Em *Abastecer a cidade na Europa Medieval*, Amélia Aguiar Andrade e Gonçalo Melo da Silva., 179–212. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 1999. <https://run.unl.pt/handle/10362/107877>.
- GUARDADO, Ana Cristina. «A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais (Das origens ao início do séc. XV)». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- . «A propriedade da Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra (1305-1368)». Estudo realizado no âmbito de Seminário dirigido pela Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, do mestrado em História da Idade Média da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.
- GUERREAU-JALABERT, Anita. «Sobre las estructuras de parentesco en la Europa Medieval». *Amor, familia e Sexualidad*, 1984, 59–89.
- HAEMERS, Jelle, e Jesús SOLÓRZANO TELECHEA. «Los grupos populares en las ciudades de la Europa Medieval: reflexiones en torno a un concepto de historia social». Em *Los grupos populares en la ciudad medieval europea*, Jesús Ángel Solórzano Telechea, Beatriz Arizaga Bolumburu e Jelle Haemers., 17–49. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2015.
- HUYGHEBAERT, Nicolas. *Les documents nécrologiques*. Turnhout: Brepols, 1972.
- IGUAL LUÍS, David. «El comercio urbano en la Baja Edad Media: su cotidianidad y sus agentes sociales». Em *A vida Quotidiana na cidade na Europa Medieval*, Amélia Aguiar Andrade e Gonçalo Melo da Silva., 211–36. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2022.

- <https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/49793319/VidaQuotidianaCidadeEuropaMedieval14.pdf>.
- LEAÎTRE, Jean-Loup. *Répertoire des documents nécrologiques français*. Paris: Imprens Nationale Klincksieck, 1980.
- LÓPEZ SABATEL, José. «Pantón como exemplo de la organización del territorio y el poblamiento en la Galicia medieval: la parroquia, el coto, la aldeã, el casal y la vivenda (siglos XIII-XV)» *LVX*, n. 131 (2018): 133–69.
- LOUREIRO, José Pinto. *Toponímia de Coimbra*. Vol. Tomo I. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 1960.
- . *Toponímia de Coimbra*. Vol. Tomo II. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 1960.
- LOURENÇO, Vanda. «O testamento da rainha D. Beatriz». *Promontoria*, n. 3 (2005): 81–107.
- LUIS LLORENS, Peregrín. *El claustro gótico de la catedral de Segorbe*. Valencia: Sucesor de Vives Mora, 1970.
- LURO, Marta, e Maria Manuel BORGES. «Humanidades Digitais e Digitalização Tridimensional (3D): algumas considerações». *Revista do Século XX*, n. 22 (2022): 49–65.
- MADAHIL, Ana da Rocha. «Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média». *Biblos*, n. 11 (1935): 255–88.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa*. Braga, 1981.
- . «Pesos e Medidas». *Dicionário de História de Portugal V* (1989).
- . «Portugal na crise dos séculos XIV e XV». Em *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Vol. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- . *Sociedade Medieval Portuguesa*. 10ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- MARQUES, André Evangelista. «A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: a morfologia do casal entre os textos e as materialidades». *A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: a morfologia do casal entre os textos e as materialidades*, 2017, 195–227.
- . «A organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: a morfologia do casal entre os textos e as materialidades». Em *No tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*, Mário Jorge Barroca., 195–227. Porto: CITCEM, 2017. <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/a-organiza%C3%A7%C3%A3o-do-esp%C3%A7o-rural-no-tempo-de-d-afonso->

- henriques-a-mo.
- MARQUES, Maria Alegria. «Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a ordem de Cister». *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, 1998, Colibri edição.
- MARQUES, Maria Inês. «A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV: Património e Gestão». Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- MARTÍNEZ GIL, Fernando. *La muerte vivida. Muerte y Sociedad en Castilla durante la Baja Edad Media*. Toledo: Diputación Provincial, 1996.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7277860>.
- MARTINS. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, sem data.
- MARTINS, Armando Alberto. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- MARTINS, Fernando Carlos Rodrigues. «A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a Capela de D. Isabel de Sousa». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.
- MATOS, João da Cunha. «A Colegiada de São Cristóvão de Coimbra: séculos XII e XIII». Trabalho apresentado em provas de aptidão pedagógica, 1998.
- MATTOSO, José. «A História das paróquias em Portugal». Em *Portugal Medieval: novas interpretações*, 37–56. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- . «Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI)». Em *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, 55–74. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.
- . «Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média». *Bracara Augusta*, n. 81–82 (1982): 5–19.
- . *Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Edições João Sá da Costa. Lisboa, 1996.
- MICHAUD-QUANTIN, Pierre. *Universitas. Expressions du mouvement communautaire dans le Moyen Age latin*. Paris, 1970.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. *La muerte vencida: Imágenes e historia en el Occidente Medieval (1200-1348)*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1988.
- . «La muerte y sus discursos dominantes entre los siglos XIII y XV». Em *Muerte, religiosidade y cultura popular: siglos XIII-XVIII*, Eliseo Serrano Martín., 15–34. Instituto «Fernando El Católico», 1994.
- MITTERAUER, Michael, e Reinhard SIEDER. *The European family: patriarchy to partnership from the Middle Ages to the present*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

- MOTA, António. «Testamentos régios – Primeira Dinastia (1109-1383)». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.
- NICHOLAS, David. *The later medieval city, 1300-1500*. Nova Iorque: Addison Wesley Longman Inc., 1997.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues. «Nascer e morrer, em Portugal, na Idade Média». *Phármakon: do combate da enfermidade à invenção da imortalidade*, 2019, CITCEM edição.
- OLIVEIRA, Márcia, e João GAMA. «An overview of social network analysis». *WIREs Data Minig Knowl Discov*, n. 2 (2012): 99–115.
- PÉGEOT, Pierre. «La noblesse comtoise devant la mort à la fin du Moyen Âge». *Francia* 11 (1983): 303–18. <https://doi.org/10.11588/fr.1983.0.51256>.
- PEREIRA, Augusto Nunes. «Para a história da igreja colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra. Termo de como se achava a Igreja velha». *Correio de Coimbra*, 30 de agosto de 1956.
- PINA, Isabel Castro. «Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV». Em *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, 125–64. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.
- PONS CORTÉS, Antoni. «Necrologios y obituarios medievales en la Peninsula Iberica y su utilización como fuente para la historia de la arquitectura religiosa». *Medievalia*, n. 20 (2017): 197–223.
- PROENÇA, Maria Cândida. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 2021.
- . «Mesterais». Em *Dicionário de História de Portugal*, III:432–35. Lisboa: Círculo de Leitores, sem data.
- RAMOS, Cláudia Maria. «O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250». Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sem data.
- REQUENA SANTOS, Félix. *Redes sociales y mercados de trabajo. Elementos para una teoría del capital relacional*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1991.
- RIBEIRO, Ana Isabel. «A análise de redes na investigação histórica. Aplicação a um estudo de caso: as escolhas dos eleitores para a vereação da Câmara de Coimbra (1783-1817)». *Revista Portuguesa de História* 49 (2018): 257–74.
- . «Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)». Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco. *Governar e defender a cidade medieval: o amuralhamento das cidades medievais portuguesas no tempo de D. Fernando I (1367-1383)*. Instituto

- de Estudos Medievais (IEM), 2021. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>.
- ROCHA, Ana Rita. «Do cultivo ao consumo: IV Jornadas Medievais Internacionais da Idade Média». Em *Abastecer a Cidade na Europa Medieval*, editado por Amélia Aguiar Andrade e Gonçalo Melo da Silva, 111–29. Coleção Estudos. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2020. <http://hdl.handle.net/10362/106611>.
- . «A assistência em Coimbra na Idade Média: dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI)». Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/88788>.
- RODRIGUES, Ana Maria. «A formação da rede paroquial no Portugal Medieval». *La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV*, 2006, 71–84.
- . «As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV». *Didaskalia XV* (1985): 369–436.
- . *Espaços, gente e sociedade no Oeste: estudos sobre Torres Vedras Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996.
- . «La Collégiale de São Pedro de Torres Vedras (fin XIIe-XVe siècles). Étude économique et sociale». Tese de Doutoramento, Université de Paris, 1981.
- . «O domínio rural e urbano da colegiada de São Pedro de Torres Vedras no final do século XV». *Revista de história económica e social* 17 (1986): 71–88.
- ROSA, Maria de Lurdes. «“As almas herdeiras”. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)». Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005. <https://run.unl.pt/handle/10362/13303>.
- ROSSA, Walter. «A cidade portuguesa». Em *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*, 193–360. Coimbra: Almedina, 2002.
- . «DiverCidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade». Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/2110>.
- . «Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com a instalação de Afonso Henriques». Em *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*, 127–43. Braga: CITCEM, 2012.
- RUBIN, Miri. *Charity and Community in Medieval Cambridge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. «O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- SEABRA, Ricardo. «A morte pela pena do tabelião: testamentos e doações no Porto Medieval». Em *Actas do VII Congresso Internacional Imagens da Morte*, 1–16, 2016.
- SERRA, Joaquim Bastos. *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, nos finais da Idade Média: Os Homens e a Gestão da Riqueza Patrimonial*. Cascais: Patrimonia, 2003.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1963.
- SOUSA MELO, Arnaldo, e Maria do Carmo RIBEIRO. «Os grupos populares nas cidades medievais portuguesas: problematização e inserção no espaço urbano». Em *Los grupos populares en la ciudad medieval europea*, Jesús Ángel Solórzano Telechea, Beatriz Arízaga Bolumburu, Jelle Haemers., 109–31. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2015. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/39014>.
- STANFORD, Charlotte A. *Commemorating the Dead in Late Medieval Strasbourg: The Cathedral's Book of Donors and Its Use (1320-1521)*. Ashgate Publishing, Ltd., 2011. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=jaVAbBKP1PcC&oi=fnd&pg=PR15&dq=medieval+obituary&ots=nVDtVRzoOU&sig=iMWoc1DsadhtApxF2YKtA0X09ck&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.
- THALLER, Manfred. *Kleio: a database system*. Gottingen: Max-Planck-Institut, 1993.
- TILLY, Charles. «Retrieving European Lives». Em *Reliving the Past: The worlds of social history*, Olivier Zunz. North Carolina: University of North Carolina Press, 1985.
- TRINDADE, Luísa. *A Casa Corrente em Coimbra dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/79527>.
- . «A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)». *Media Aetas Revista de Estudos Medievais*, II, I (2005): 121–58.
- . «Urbanismo na Composição de Portugal». Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/13529>.
- . *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- UGARTE, Ana Luisa. «La idea de la Muerte. La concepción cristiana de la muerte». *Revista*

Electrónica Historias del Orbis Terrarum, n. 1 (2009).

- VARANDAS, Carla Patrícia. «A Colegiada de S. Pedro de Coimbra das Origens ao final do século XIV: estudo económico e social». Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- VASCONCELOS, António. «A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra». *Correio da Coimbra*, 30 de janeiro de 1932, sec. 503.
- . *Sé Velha de Coimbra – apontamentos para a sua história*. 2 vols. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1930.
- VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo, e José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO. «A família – estruturas de parentesco e casamento». Em *História da Vida Privada em Portugal*, José Mattoso., 126–43. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- VENTURA, Leontina. «A família: o léxico». Em *História da Vida Privada em Portugal*, I:98–125. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- . «Coimbra medieval – uma cidade em formação». Em *Museu Nacional de Machado de Castro —Inventário da colecção de ourivesaria medieval (séculos XII-XV)*, Adília Alarcão. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.
- VENTURA, Leontina, e Ana de Santiago FARIA. *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do Século XII*. Coimbra: INIC, 1990.
- VENTURA, Margarida. *A Colegiada de Santo André de Mafra (séculos XV-XVIII): Transcrição paleográfica do fundo documental e estudo introdutório*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2002.
- VILAR, Hermínia. «A vivência da morte na Estremadura portuguesa: 1300-1500». Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990. <https://run.unl.pt/handle/10362/31882>.
- . *A vivência da morte na Estremadura portuguesa: 1300-1500*. Patrimonia. Lisboa, 1995.
- . «Rituais da morte na testamentaria dos séculos XIV e XV». Em *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular*, 165–76. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, e Maria João Marques da SILVA. «Morrer e testar na Idade Média: Alguns aspetos da Testamentária dos séculos XIV e XV». *Lusitania Sacra*, 2^a, n. 4 (1992): 39–60.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2^a. Lisboa: A. J. Fernandes

Lopes, 1865. <http://de.bnportugal.pt/L14591-2/>.

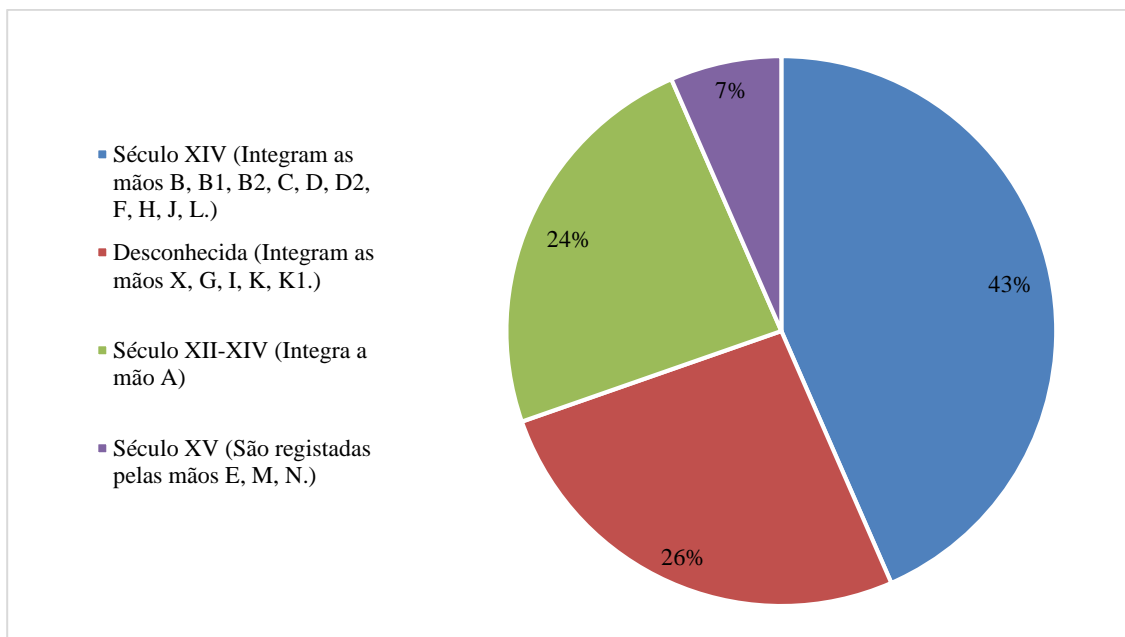
WELLMAN, Barry, e Stephen BERKOWITZ. *Social Structures: A Network Approach*.
Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WETHERELL, Charles. «Historical Social Network Analysis». *International Review of Social
History*, n. 43 (1998): 125–44.

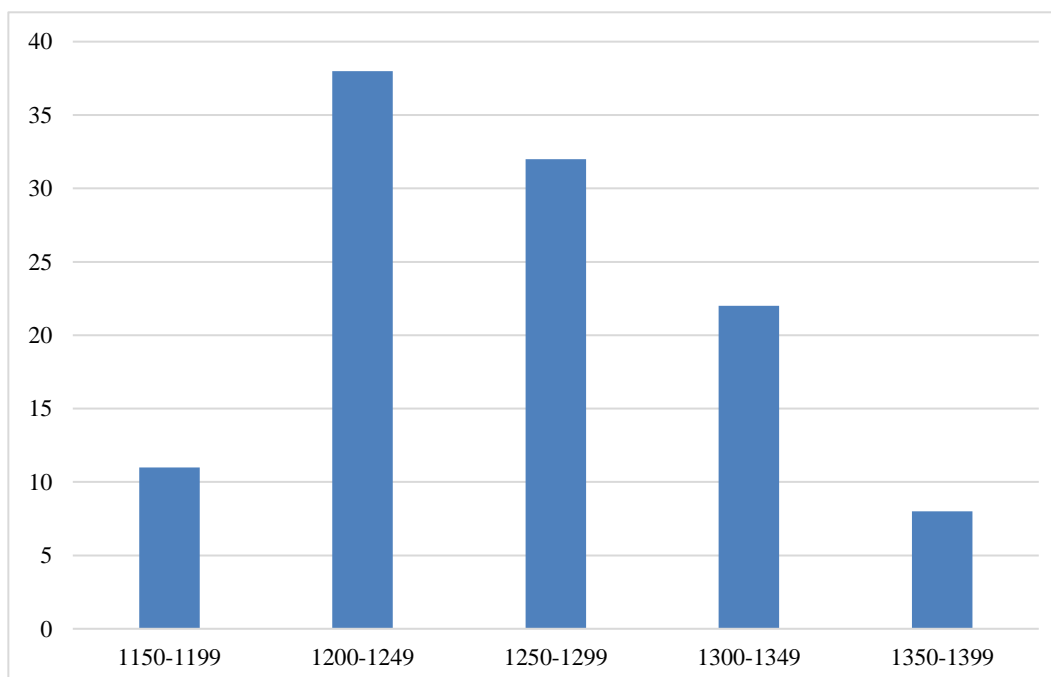
WETHERELL, Charles, e Barry WELLMAN. «Social Network analysis of historical
communities: Some questions from the Present for the Past». *The history of the family*,
n. 1 (1996): 97–121.

ANEXOS

Anexo 1 Distribuição cronológica das inscrições sem datação (Obituário de S. Bartolomeu)



Anexo 2 Distribuição cronológica das inscrições datadas (Obituário de S. Bartolomeu)



Anexo 3 Tipologia e distribuição cronológica da documentação recolhida

Tipologia Documental	Antes 1200	1200-1249	1250-1299	1300-1349	1350-1399	1400-1449	Total
Acordos		1	1	1			3
Aforamentos				1	2	1	4
Cartas de posse					3	2	5
Compras/vendas	1	1	1 ⁷²⁰	1			3
Confirmação de privilégios					1		1
Doações	1		1	4	5	2	13
Emprazamentos			2	7	47 ⁷²¹	15 ⁷²²	71
Escambos			2 ⁷²³		2		4
Procurações				3	1	1	5
Renúncia de propriedades					1	1	2
Sentenças				14	6	5	25
Diversos		1	4	2	7	4	18
Total	2	3	10	33	28	16	154

⁷²⁰ Consideramos o documento que diz respeito à venda de lagares de azeite na paróquia de S. Bartolomeu. Saúl António Gomes, “Venda de lagares de azeite na paróquia de S. Bartolomeu de Coimbra (1258)”, in João José Alves Dias (ed.) *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*, nº 10, Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2022, pp. 105-106.

⁷²¹ Este número tem em consideração os dados recolhidos por Cristina Guardado e o emprazamento referido nos Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé, datado de 1363. Ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep.V, 3ª Sec., Móv. 1, Gav. 3, n.º 87 (19 de abril de 1363).

⁷²² Para além dos dados de Cristina Guardado, consideramos os emprazamentos analisados no Livro dos Treslados dos Emprazamentos do Cabido da Sé. Ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 188 (1434); Arquivo da Universidade de Coimbra, *Treslados dos Emprazamentos*, Lv. 3º, nº de ordem 27, doc. 82 (1442).

⁷²³ O número apresentado tem em consideração a carta de escambo encontrada nos Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé, datada de 1284. Ver: Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do Cabido e Mitra da Sé de Coimbra*, Dep.V, 3ª Séc., Móv. 1, Gav. 1, n.º 6 (14 de junho de 1284).

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

Anexo 6 Imagem ilustrativa do processo de importação do ficheiro

Ficheiros Kieio em sources/commersb : sources					
+	+	+	+	+	+
+	NOME	DATA	RELATÓRIO DE TRADUÇÃO	RELATÓRIO DE IMPORTAÇÃO	ÚLTIMAS ALTERAÇÕES
<input type="checkbox"/>	Doc 4 do Cabido da Sé de Coimbra. Fragmenta Historica.cli	2023-03-22 11:41:14	0 Errors, 3 Warnings	0 ERRORS	Necessitam tradução: 0
<input type="checkbox"/>	emprazamentocabido.cli	2023-06-04 14:52:49	0 Errors, 4 Warnings	0 ERRORS	Necessitam de importação: 1 Importar todos
<input type="checkbox"/>	Livro das Kalendas Tomo1.cli	2023-02-25 19:55:44	0 Errors, 2 Warnings	0 ERRORS	NECESSITAM REVISÃO
<input type="checkbox"/>	Livro das Kalendas Tomo2.cli	2023-03-09 12:45:55	0 Errors, 2 Warnings	0 ERRORS	Com erros de tradução: 0
<input type="checkbox"/>	Obituario_CSBC.cli	2023-06-01 14:53:20	0 Errors, 59 Warnings	0 ERRORS	Com avisos na tradução: 12 Ver lista
<input type="checkbox"/>	Pergaminhos cabido.cli	2023-06-06 17:00:04	0 Errors, 4 Warnings	0 ERRORS	Com erros de importação: 0
<input type="checkbox"/>	sbartolomeu_4.cli	2023-06-07 11:40:05	0 Errors, 30 Warnings	0 ERRORS	EM PROCESSAMENTO
<input checked="" type="checkbox"/>	sbartolomeu_5.cli	2023-06-08 10:54:38	0 Errors, 55 Warnings	<input checked="" type="checkbox"/> NECESSITA IMPORTAÇÃO Verificar Substituir	Em tradução: 0
<input type="checkbox"/>	sbartolomeupub_CRISTINA_GUARDADO1.cli	2023-06-07 11:52:48	0 Errors, 6 Warnings	0 ERRORS	Em espera para tradução: 0
<input type="checkbox"/>	sbartolomeupub_CRISTINA_GUARDADO2.cli	2023-06-01 15:06:11	0 Errors, 3 Warnings	0 ERRORS	Em espera para importação: 0

Anexo 7 Interface de *Timelink* para exploração de dados pelos diferentes grupos (atributos, funções e relações)

COMMERBSB Docker version Time Link

Bem-vindo, **commersb1** | [Ajuda](#) | [Terminar sessão](#)

LOGIN PESQUISAR EXPLORAR CALENDÁRIO IDENTIFICAÇÕES NETWORKS EXTRAS FONTES SISTEMA AJUDA

Explorar base de dados

Insira um ID (pessoa, fonte, acto, etc.) [Ver](#)

Nomes

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z ?

Atributos

alcunha 174 aniversario 1 antemao 1 assinatura 6 benfeitorias 1 capelao 1 cargo 369 cauciao 3 cerimonia_aniversario 83 colheira 1 condicao 1 condicoes 12 confrondicoes 1 confrontação 3 confrontacoes 78
 corveia 1 datamorte 196 descricao 17 detalhes_sepultura 2 distribuicoes 15 duracao 16 eiradega 1 fogaca 1 intituacao 56 jantar 1 lampada 1 localizacao 298 missas 16 morta 1 morto 14 motivos 2
 naturalidade 44 pagamento da renda acessoria 8 pagamento da renda principal 26 pagamento_aniversario 153 pedida de morDomo 1 pedida do morDomo 1 preço 4 profissao 129 renda 18 renda acessoria 12 renda acessoria
 valor 2 renda principal valor 35 residencia 82 sepultura 11 sinal 4 sisa 1 titulo 223

Funções

bem 498 celebrada 65 celebrado 91 comprador 4 compradora 1 confirmante 1 constituinte 1 constituintef 1 defesa 16 demanda 25 demandador 22 demandadora 1 doador 261 doadora 114 donataria 3
 donatario 684 enfiteuta 28 enfiteutaf 24 escambador 1 escambadora 1 escrivao 20 procurador 5 referida 25 refendo 318 renunciante 1 reu 32 reuf 2 senhorio 31 sentenca 21 tabeliao 48 test 238
 testador 2 testadora 2 testamentaria 3 testamentario 5 vendedor 5

Relações

economica 3 parentesco 196 parenteso 1 posse 1258 profissional 19 sociabilidade 553

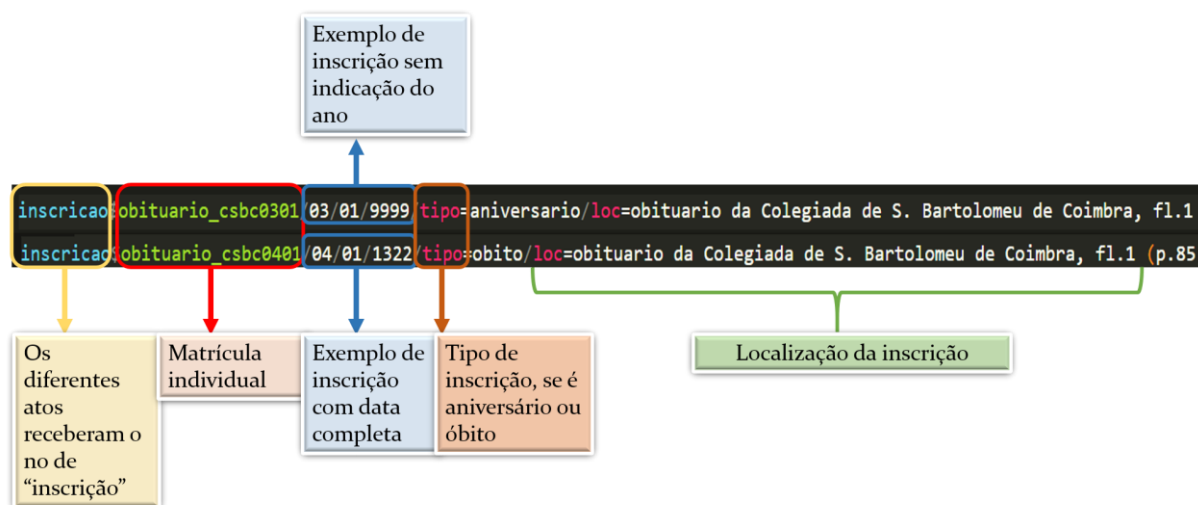
Anexo 8 Ficha biográfica de Afonso Domingues (Exemplo de pessoa real)

ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES	NOME
1. <input type="checkbox"/> 1379-03-03	renuncia : test	alcunha : Da Ponte residencia : Coimbra		Afonso Domingues
2. <input type="checkbox"/> 1391-02-20	escambo : referido	alcunha : Da Ponte		Afonso Domingues
3. <input type="checkbox"/> 1405-12-01	composicao : referido	alcunha : Da Ponte residencia : Coimbra	tem como mulher: Catarina Peres	Afonso Domingues
4. <input type="checkbox"/> 1408-12-10	emprazamento : referido	alcunha : Da Ponte	tem como filha: Inês Afonso tem como genro: João de Santana tem como pertenceu: Olival	Afonso Domingues
5. <input type="checkbox"/> 9999-03-31	aniversario : celebrado	alcunha : Da Ponte	benefitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como mulher: Catarina Peres	Afonso Domingues
6. <input type="checkbox"/> 9999-06-24	aniversario : celebrado	alcunha : Da Ponte	benefitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como mulher: Catarina Peres	Afonso Domingues
7. <input type="checkbox"/> 9999-07-25	aniversario : referido	alcunha : Da Ponte	marido de Catarina Peres	Afonso Domingues
8. <input type="checkbox"/> 9999-11-02	aniversario : doador	residencia : Rua da Ponte	benefitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como mulher: Nome Desconhecido tem como pertence: 1 Vinha e Olival	Afonso Domingues
9. <input type="checkbox"/> 9999-12-17	aniversario : doador	alcunha : Da Ponte	benefitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como mulher: Catarina Peres	Domingues
10. <input type="checkbox"/> 9999-12-26	aniversario : doador	alcunha : Da Ponte residencia : Rua da Ponte	benefitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como pertence: 1 Vinha e Olival	Nome Desconhecido

Anexo 9 Ficha biográfica de Mestre Gonçalo (Exemplo de pessoa real)

ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES	NOME
1. <input type="checkbox"/> 1191-08-03	aniversario : doador	alcunha : Lever cargo : Cónego da Sé de Coimbra titulo : Mestre	tem como pertence: Propriedades	Gonçalo >definir como nome
2. <input type="checkbox"/> 9999-01-11	aniversario : doador	alcunha : Lever cargo : Médico titulo : Mestre	médico de Dinis tem como pertence: 2 Libras tem como pertence: Propriedades	Gonçalo >definir como nome
3. <input type="checkbox"/> 9999-02-03	obito : doador	alcunha : Lever titulo : Mestre	tem como pertence: Propriedades	Gonçalo >definir como nome
4. <input type="checkbox"/> 9999-07-17	obito : celebrado	cargo : Cónego da Sé de Coimbra cargo : Cónego de S. Bartolomeu titulo : Mestre titulo : Presbítero	benefitor de Colegiada de S. Bartolomeu	Gonçalo >definir como nome
5. <input type="checkbox"/> 9999-10-07	obito : doador	alcunha : Lever cargo : Cónego da Sé de Coimbra titulo : Mestre	tem como pertence: Propriedades	Gonçalo >definir como nome

Anexo 10 Imagem ilustrativa da fórmula de duas inscrições



Anexo 11 Função "referido/a" no exemplo de Aparício Domingues e D. Pedro

[1] d. Kalendas³⁾. Februarii. Ignacii et martyris.

Este dia ham de fazer aniversario por alma de Domingas Anes⁴⁶⁹ molher que foi /d'Aparício Dominguez, camdeiro que foy de Rey dom Pedro³⁾.

Bl. - a) mg. d.¹⁰

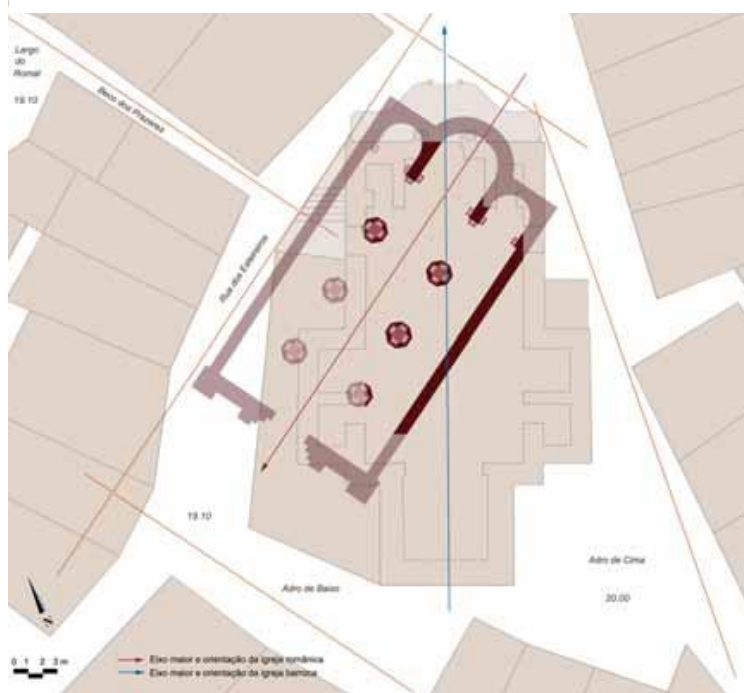
```
inscricao$obituario_csbcb0102_b/01/02/9999/tipo=aniversario/loc=obituario da Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra, fl.2v
(p.92)/sumario=Aniversário por alma de Domingas Anes, mulher de Aparício Domingues, candeeiro do Rei D. Pedro.
celebrada$Domingas Anes/id=obituario_csbcb0102_b-DAnes
rel$parentesco/mulher/Aparício Domingues/obituario_csbcb0102_b-ADomingues
rel$sociabilidade/benfeitora/Colegiada de S. Bartolomeu/obsbc0102_b
referido$Aparício Domingues/id=obituario_csbcb0102_b-ADomingues
rel$profissional/Candeeiro/do Rei D. Pedro/obituario_csbcb0102_b-ReiPedro
rel$parentesco/marido/Domingas Anes/obituario_csbcb0102_b-DAnes
referido$Pedro/id=obituario_csbcb0102_b-ReiPedro
ls$titulo/Dom
ls$cargo/Rei de Portugal
donatario$Colegiada de S. Bartolomeu/id=obsbc0102_b
donatario$aniversário de Domingas Anes/id=ani_obituario_csbcb0102_b
bem$indeterminado
rel$posse/pertence/aniversário de Domingas Anes/ani_obituario_csbcb0102_b
rel$posse/pertence/Colegiada de S. Bartolomeu/obsbc0102_b
```



Resultado da ficha biográfica de Aparício Domingues (pessoa real)

ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES	NOME
1. <input type="checkbox"/> 1378-04-23	renuncia : test	profissao : Candeeiro	candeeiro de Pedro	Aparício Domingues <small>»definir como nome</small>
2. <input type="checkbox"/> 9999-02-01	aniversario : referido		Candeeiro de Pedro marido de Domingas Anes tem como mulher: Domingas Anes	Aparício Domingues <small>»definir como nome</small>
3. <input type="checkbox"/> 9999-03-24	aniversario : referido		marido de Domingas Anes candeeiro de Pedro benfeitor de Colegiada de S. Bartolomeu	Aparício Domingues <small>»definir como nome</small>
4. <input type="checkbox"/> 9999-08-14	obito : referido	profissao : Candeeiro	marido de Domingas Anes	Aparício Domingues <small>»definir como nome</small>
5. <input type="checkbox"/> 9999-08-21	obito : referido		Candeeiro de Pedro marido de Domingas Anes tem como mulher: Domingas Anes	Aparício Domingues <small>»definir como nome</small>
6. <input type="checkbox"/> 9999-09-07	aniversario : referido		Candeeiro de Pedro marido de Domingas Anes	Aparício Domingues <small>»definir como nome</small>
7. <input type="checkbox"/> 9999-12-07	aniversario : referido		candeeiro de Nome Desconhecido	Aparício Domingues <small>»definir como nome</small>
8. <input type="checkbox"/> 9999-12-17	aniversario : referido		marido de Domingas Anes	Aparício Domingues <small>»definir como nome</small>

Anexo 12 Imagem ilustrativa da sobreposição da planta do templo românico (proposta de Jorge de Alarcão) e do templo atual



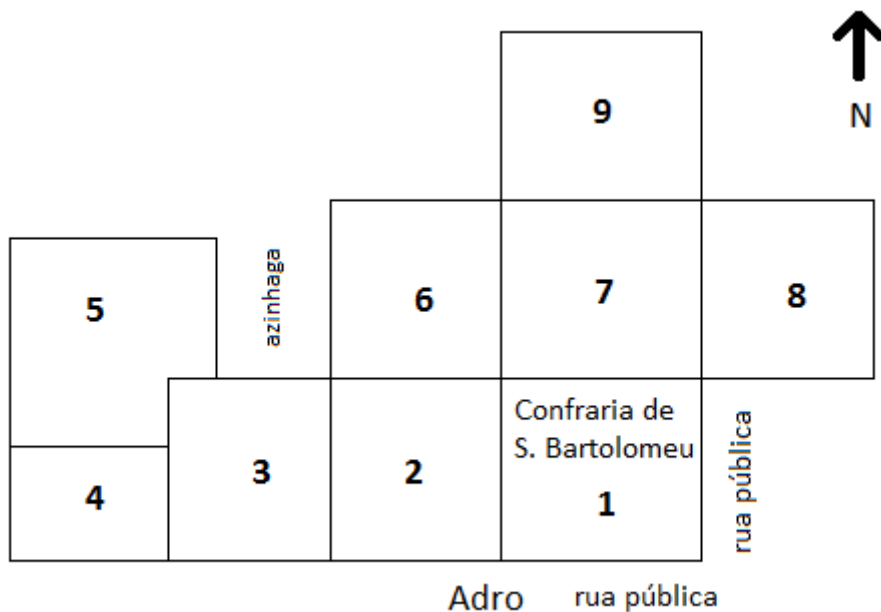
Fonte: Jorge de Alarcão, “A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra”, in *Conimbriga*, XLVIII, 2009, p. 211-230.

Anexo 13 Imagem ilustrativa das plantas (românica e atual) no espaço



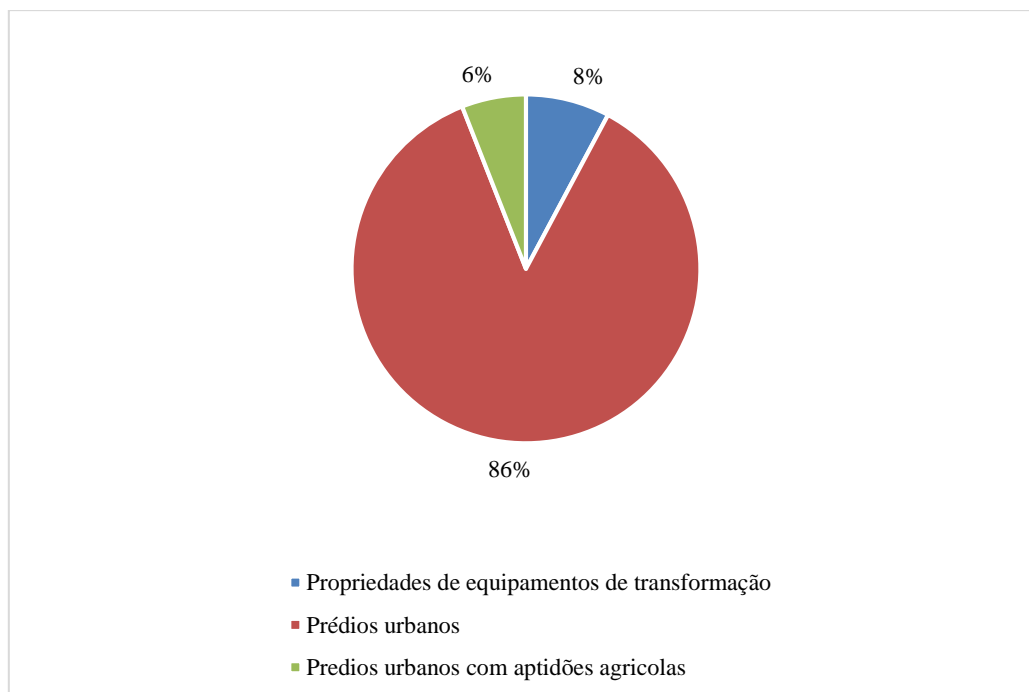
Fonte: Jorge de Alarcão, “A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra”, in *Conimbriga*, XLVIII, 2009, p. 211-230.

Anexo 14 Proposta de disposição de propriedades junto do adro medieval de S. Bartolomeu

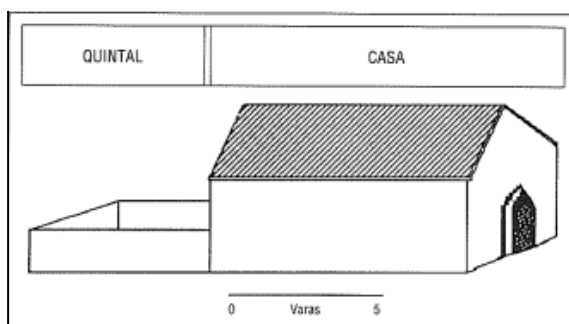


Fonte: Octávio Augusto, *A praça de Coimbra e a afirmação da baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013 (Dissertação de Mestrado).

Anexo 15 Património de S. Bartolomeu de implantação urbana

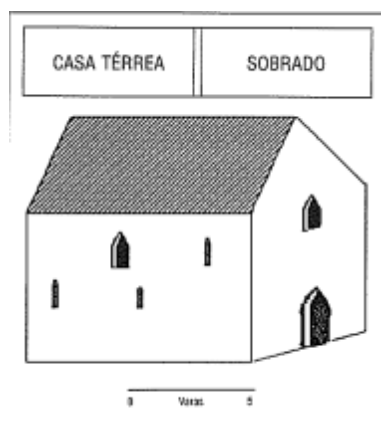


Anexo 16 Imagem da reconstituição da casa (1º tipo)



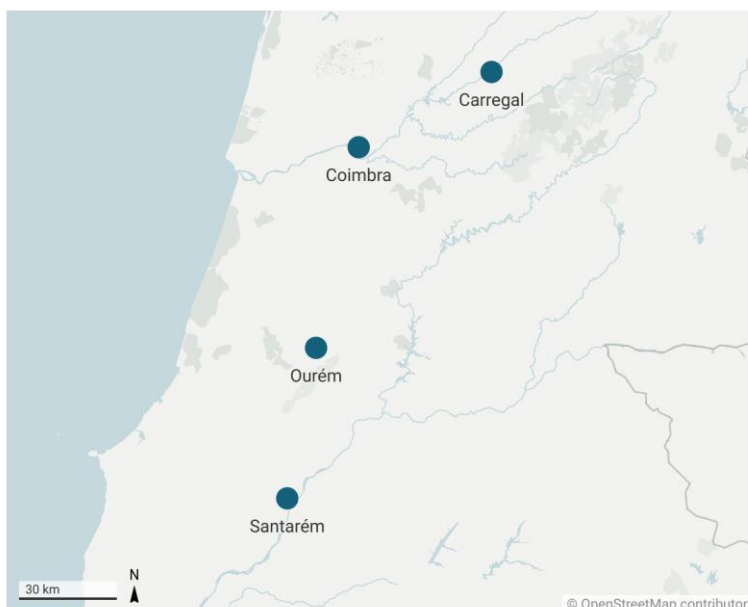
Fonte: Manuel Sílvio Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média”, in *Arqueologia Medieval*, 1997, pp.243-255.

Anexo 17 Imagem da reconstituição da casa (3º tipo)



Fonte: Manuel Sílvio Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média”, in *Arqueologia Medieval*, 1997, pp.243-255.

Anexo 18 Localização de património rústico de S. Bartolomeu (fora do distrito)



A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

Anexo 19 Ficha biográfica de Pedro Afonso (caso de segundas núpcias)

ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES	NOME
1. <input type="checkbox"/> 1404-04-10	emprazamento : enfeiteuta	residencia : Freguesia de S. Bartolomeu	tem como pai: Francisco Afonso tem como mulher: Leonor Afonso tem como por emprazamento: Vinha Morta e Olival	Pedro Afonso
2. <input type="checkbox"/> 1408-12-10	emprazamento : referido	profissao : Barqueiro		Pedro Afonso
3. <input type="checkbox"/> 1411-03-02	doacao : doador	profissao : Barqueiro	testamenteiro de Maria Gonçalves herdeiro de Maria Gonçalves tem como mulher: Inês Lourenço tem como procurador: João Esteves tem como por testamento: Casal tem como por testamento: Casal tem como por testamento: Meio Casal	Pedro Afonso
4. <input type="checkbox"/> 9999-07-08	aniversario : doador		benfeitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como mulher: Inês Lourenço tem como pertence: 1 Vinha e 1 Olival	Pedro Afonso
5. <input type="checkbox"/> 9999-08-18	aniversario : doador		benfeitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como pertence: Metade de Uma Casa	Pedro Afonso

Anexo 20 Ficha biográfica de André Esteves (caso de relação de serviço)

ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES	NOME
1. <input type="checkbox"/> 1348-01-06	procuracao : procurador	cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu		André Esteves
2. <input type="checkbox"/> 1357-08-13	publicaforma : referido	cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu		André Esteves
3. <input type="checkbox"/> 1366-04-19	contenda : referido	cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu		André Esteves
4. <input type="checkbox"/> 1366-10-04	doacao : doador	cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu residencia : Coimbra titulo : Vizinho de Coimbra	tem como criado: Catarina Esteves tem como pertence: 1 Vinha tem como pertence: 1 Almuinha	André Esteves
5. <input type="checkbox"/> 1366-12-24	apelacao a roma : referido	cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu		André Esteves
6. <input type="checkbox"/> 9999-09-10	aniversario : doador	cargo : Porcionário de S. Bartolomeu	benfeitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como pertence: 1 Casa	André Esteves
7. <input type="checkbox"/> 9999-09-19	aniversario : celebrado		benfeitor de Colegiada de S. Bartolomeu	André Esteves



Anexo 21 Ficha biográfica de Catarina Esteves (caso de relação de serviço)

ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES	NOME
1366-10-04	doacao : donataria		filha de Maria Domingues criado de André Esteves tem como marido: João Gil tem como irmã: Margarida tem como por doacao: 1 vinha tem como por doacao: 1 almuinha	Catarina Esteves

Anexo 22 Priores de S. Bartolomeu

Nome	Cronologia	Documentos	Outras funções
Egas	01/1169	T.T.- Lorvão, Ant. Col.Esp., m.4, n.19 e 20	
Gonçalo Anes	05/12/1190	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.163 (fl.17v)	
Frutuoso	14/05/1197 1201 09/1210 06/07/1211 01/05/1216 11/1217 05/00/1217	T.T.- Lorvão, m.7 n.12 T.T.-Lorvão, Ant. Col. Esp., m.8, n.4 Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.3 T.T.- Lorvão, m.8, n.29 T.T.-Santana, cx.1, m.1, s/n T.T.-Almaziva, Ant. Col. Esp., m.1, n.19 T.T.- S. Jorge, Ant. Col. Esp., m.5, n.33	
João Martins	04/1225	T.T.- Santana, cx.1, m.1, s/n	
Pedro Martins	05/01/1223 07/1228 04/1236 06/12/1237	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.4 T.T.-Celas, m.3, n.4 T.T.- S. Jorge, Ant. Col. Esp., m.6, n.2 Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.163 (fl.17)	
João Martins <i>Galo</i>	07/1243 03/1244 11/1251	T.T.-Sé, 1ª inc., m.13, n.31 T.T.-Santa Cruz, lv.3, fl.163-163v, doc. 354 T.T.-Santana, cx.2, s/n	
Domingos Mendes	30/04/1262 25/07/1266 12/07/1269 14/07/1269 06/09/1270 07/09/1270 07/04/1271 10/04/1271 13/04/1271 02/12/1272 16/05/1273 08/12/1273 12/04/1275 21/08/1275	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.113 (fl.6v) Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.7 T.T.-Santana, cx.1, m.1, s/n T.T.- Santa Cruz, Partic., m.20, n.35 T.T.-Sé, 2ª inc., m.8, n.416 T.T.- Santa Cruz, Partic., m.20, n.36 T.T.- Santa Cruz, Partic., m.20, n.8 T.T.- Santa Cruz, Partic., m.20, n.37 T.T.- Santa Cruz, Livro 3, fl.32v, doc.112 T.T.- Santa Cruz, Partic., m.21, n.7 T.T.- S. Jorge, ANT. Col. Esp., m.6, n.30 T.T.-Celas, m.8, n.41 Torquato de Sousa Soares e Pierre David, <i>Liber Anniversarium.....</i> , tomo I, p. 192 (fl.57) Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.139 (fl.12v)	
Pedro Peres	22/08/1284	T.T.-Sé, 2ª inc., m.5, n.251	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	17/08/1289	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.10	
	06/03/1291	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.11	
	19/06/1292	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.12	
	04/07/1295	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.14	
	02/02/1298	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.92 (fl.2v)	
Domingos Vicente	29/08/1295	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.140 (fl.12v)	
Mestre João	12/09/1283	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.144 (fl.13v)	
	03/12/1302	T.T.-Sé, 2ª inc., m.25, n.1060	
	02/01/1305	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.15	
Gomes Anes	08/03/1308	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.17	
	22/04/1313	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.18	
	02/05/1321	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.19	
	23/06/1322	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.20	
	15/11/1322	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.21	
	06/07/1326	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31a	
	01/06/1329	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.25	
	12/05/1331	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.27	
	28/02/1333	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.99 (fl.3v)	
João Afonso	03/05/1335	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.29	
	31/08/1337	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31	
	10/11/1338	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.32	
	1341	T.T.-Santa Cruz, 2ª inc., m.35, alm.60, m.16, n.23	
	06/07/1345	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.35	
	06/01/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.38 e 39a	
	28/06/1348-19/07/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.39	
	02/09/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.40	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	03/02/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.93 (fl.2v)	
	14/02/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.96 (fl.3)	
	27/03/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.105 (fl.5)	
	12/04/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 110 (fl.6)	
	09/05/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.116 (fl.7)	
	23/05/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.119 (fl.8)	
	08/06/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.122 (fl.8v)	
	15/06/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.124 (fl.9)	
	01/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 127 (fl.10)	
	04/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 128 (fl.10)	
	16/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 130 (fl.10v)	
	07/08/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.135 (fl.11v)	
	13/09/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 145 (fl.13v)	
	08/10/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.150 (fl.14v)	
	05/11/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.156 (fl.16)	
	27/11/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 161 (fl.17)	
	24/12/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 168 (fl.18v)	
Sancho Garcia	28/12/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.41	
	15/02/1349	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.42	
	07/10/1351	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.45	
	15/10/1353	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.46	
	25/05/1355	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.47	
	03/09/1356	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.48	
	05/05/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.50	
	13/08/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.51	
	02/10/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.52	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	01/05/1358	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.53	
	1360	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.54	
	10/?/1361	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.55	
	21/08/1362	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.56	
	25/11/1362	T.T.-Santa Clara, m.6, n.15	
	25/03/1363	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.57	
	12/05/1363	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.59	
	21/05/1363	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.60	
	16/06/1364	T.T.-Santa Clara, m.6, n.22	
	24/09/1365	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.64	
	1348-19/04/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.65	
	19/04/1366	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.111 (fl.6)	
Afonso Esteves	22/01/1368	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.68	
	20/11/1368	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.69	
Raimundo Beltrões	19/06/1369	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.72	
	19/06/1369	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.73	
	01/01/1373	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.76	
	25/01/1374	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.77	
	27/01/1374	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.78	
	29/05/1374	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.79	
	05/10/1374	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.80	
	18/04/1375	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.82	
	02/07/1375	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.83	
	20/08/1375	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.84	
	14/10/1375	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.85	
	13/04/1376	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.86	

13/04/1376	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.87	
22/02/1377	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.88	
07/07/1377	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.89	
24/08/1377	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.90	
23/04/1378	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.91	
04/06/1378	T.T.-Sé, 2ªinc., m.82, n.3785	
03/03/1379	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.92 e 93	
14/04/1379	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.94	
20/01/1381	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.95	
12/11/1381	T.T.-Sé, 2ªinc., m.81, n.3546	
30/11/1382	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.96	
25/01/1383	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.97	
28/10/1384	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.98	
03/06/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.99	
06/06/1386	T.T.-Sé, 2ªinc., m.5, n.284	
22/10/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.100	
30/11/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.101	
12/01/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.103	
09/02/1289	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.104	
28/03/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.105	
08/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.106	Proc. Col.
25/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.107	
17/11/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.108	
22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	
10-20/02/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.110	
05/03/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.111	
08/04/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.112	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

26/05/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.113	
04/12/1392	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.114	
21/02/1394	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.115	
26/08/1394	T.T.-Sé, 2ªinc., m.17, n.768b	
05/11/1394	T.T.-Sé, 2ªinc., m.17, n.768d	
04/12/1394	T.T.-Sé, 2ªinc., m.17, n.768e	
21/11/1396	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.116	
08/02/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.117	
05/03/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.118	
10/01/1400	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.119	
30/09/1400	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.120	
10/04/1404	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.122	
05/05/1405	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.123	
30/11/1375- 01/12/1405	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.124	
01/12/1405	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.125	Proc. Col.
1402-1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.127	
08/09/1409	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.128	
27/03/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.129	
05/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.130	
10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.132	
1369-1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.134	Proc. Col.
02/03/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.135	
19/07/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.136	
07/12/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.138	
08/12/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.139	
25/02/1412	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.140	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	30/06/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.126 (fl.9v)	
	11/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.129 (fl.10)	
Nicolau Ramos	04/07/1412	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.141	
	07/07/1412	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.142	
	06/07/1415	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.143 e 143a	
	21/05/1416	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.144	

Anexo 23 Raçoeiros de S. Bartolomeu

Nome	Cronologia	Documentos	Outras funções
Pedro Peres	04/1232	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.12, n.16	
	06/11/1262	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.17, n.6	
	15/04/1276	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.19, n.8	
	25/07/1280	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.85, n.3945	
João Pais	02/08/1234	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.12, n.29	Capelão de S. Bartolomeu Capelão de S. Bartolomeu
	10/04/1271	A.N.T.T., Santa Cruz, Partic., m.20, n.37	
	02/12/1272	A.N.T.T., Santa Cruz, Partic., m.21, n.7	
	31/05/1284	A.N.T.T., Col. S. Salvador, m.6, s/n	
Domingos Mendes	18/03/1252	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.15, n.3	
	06/11/1262	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.17, n.6	
Mendo Martins	06/11/1262	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.17, n.6	
	12/05/1274	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.18, n.25	
	22/10/1282	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.100, n.4789	
	12/06/1283	A.N.T.T., Santana, cx.1 m.1, s/n	
João Anes	04/05/1262	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.115 (fl.7)	
	13/03/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.102 (fl.4v)	
	28/04/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.112 (fl.6v)	
	13/05/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 117 (fl.7v)	
	07/06/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.122 (fl.8v)	
	13/06/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 124 (fl.9)	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	22/06/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 125 (fl.9v)	
	27/06/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.126 (fl.9v)	
	02/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.127 (fl.10)	
	20/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.131 (fl.10v)	
	05/08/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.135 (fl.11v)	
	26/09/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.147 (fl.14)	
	17/10/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 151 (fl.15)	
	15/12/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 165 (fl.18)	
Paio Martins	06/09/1270	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.8, n.416	
Domingos Miguéis Bugalho	02/12/1272	A.N.T.T., Santa Cruz, Partic., m.21, n.7	
	23/01/1279	A.N.T.T., Santana, cx.1 m.1, s/n	
	06/09/1279	A.N.T.T., Semide, m.1, n.10?	
	22/10/1282	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.100, n.4789	
	03/03/1285	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.18/19, n.808	
	11/10/1290	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.2, n.89	
	17/01/1292	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.85, n.3903	
	14/01/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.86 (fl.1v)	
	05/02/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.94 (fl.2v)	
	22/03/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> p. 105 (fl.5)	
23/04/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.112 (fl.6v)		
12/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 130 (fl.10v)		
18/10/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 152 (fl.15)		
Martim Peres Cardom	01/02/1282	A.N.T.T., Col. S. Salvador, m.17, s/n	
Pedro de Santiago	31/05/1284	A.N.T.T., Col. S. Salvador, m.6, s/n	
Domingos Peres Manso	30/04/1289	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp. m.19, n.35	
	01/11/1309	A.N.T.T., Lorvão, gav. 2, m.1, n.6	
	19/05/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.118 (fl.7v)	
Pedro Sam Jame	26/10/1293	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.84, n.3850	
Afonso Anes	08/03/1308	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.17	Procurador de S. Bartolomeu

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	19/08/1326 11/04/1332 31/08/1337	A.N.T.T., S. Jorge, Ant. Col. Esp., m.8, n.15 A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.71, n.2676 Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31	
Vicente Anes	01/11/1309	A.N.T.T., Lorvão, gav. 2, m.1, n.6	
Guilhan de Quadria	01/11/1309	A.N.T.T., Lorvão, gav. 2, m.1, n.6	
Pedro Anes	01/11/1309	A.N.T.T., Lorvão, gav. 2, m.1, n.6	
Mestre Martinho (Físico)	01/11/1309 12/12/1318 03/06/1322 10/08/1325	A.N.T.T., Lorvão, gav. 2, m.1, n.6 A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.38, n.1613 A.N.T.T., Santa Clara, Partic., m.28, n.2 Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.136 (fl.12)	
João Anes	01/11/1309 31/08/1337 01/09/1349	A.N.T.T., Lorvão, gav. 2, m.1, n.6 Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31 Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.43	
Gil Peres	22/04/1321 21/06/1331 10/11/1338 21/11/0000	A.N.T.T., Santa Clara, Partic., m.2, n.20 A.N.T.T., Col. S. Pedro, cx.3, m.6, s/n Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.32 Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.160 (fl.17)	Procurador de S. Bartolomeu
João Bartolomeu	06/07/1326 18/04/0000	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31a Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.111 (fl.6)	
João Afonso	21/11/1324 27/12/1325 06/07/1326 09/10/1329	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.23 A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.74, n.2887 Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31a Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.26	Escrivão de audiência da Sé
Domingos Domingues	10/05/1326 31/08/1337 13/06/1346 02/09/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.24 Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31 Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.37 Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.40	Prior de Pelmá Prior de Souselas Prior de Souselas
Domingos Peres	31/08/1337	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31	
	1341	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.2, n.77	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

André Esteves	06/01/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.38	Procurador de S. Bartolomeu	
	28/06-10/07/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.39	Procurador de S. Bartolomeu	
	13/08/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.51		
	1348/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.65		
	04/10/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.66		
	24/12/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.67		
	10/09/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.144 (fl.13v)		
	19/09/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.146 (fl.14)		
Gil Martins	antes de 20/10/1351	M.P.V., vol.I, p.235, n.506		
Estêvão Peres	08/08/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.51		
	28/06-10/07/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.65		
Lourenço Esteves	06/01/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.38		
Pedro Esteves	02/12/1357	M.P.V., vol.I, p.327, n.125		
André Anes	28/06-10/07/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.65	Procurador de S. Bartolomeu	
	26/04/1369	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.71		
João Mateus	28/06-10/07/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.65		
	24/12/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.67		
	30/11/1382	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.96		
	03/06/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.99		
Antão Garcia	29/07/1351	M.P.V., vol.I, p.228, n.484	Procurador de S. Bartolomeu	
	05/05/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.50		
	28/03/1363	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.58		
	28/06-10/07/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.65		
	20/04/1366	A.N.T.T., Celas, m.10, n.29		Prior de Bruscos
	04/06/1378	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.82, n.3785		Prior de Bruscos

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	25/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.107	Prior de Santa Eufémia de Penela
	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	
	30/11/1405	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.124	
	01/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.127 (fl.10)	
	27/07/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 133 (fl.11)	
Pedro Domingues	13/08/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.51	
	28/06-10/07/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.65	
Afonso Domingues	11/12/1362	M.P.V., vol.I, p.417, n.19	Procurador do bispo de Lisboa em Roma
Lourenço Anes	24/12/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.67	
Geraldo de Alpoim	19/06/1369	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.72	Procurador da Colegiada no lugar do prior
	19/06/1369	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.73	
Domingos Anes	29/05/1374	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.79	
	30/11/1382	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.96	
João Gomes	02/07/1375	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.83	
	13/04/1376	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.86	
	13/04/1376	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.87	
	07/07/1377	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.89	
	30/11/1382	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.96	
	03/06/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.99	
	12/01/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.103	
	25/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.107	
	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	
	10-20/02/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.110	
	21/11/1396	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.112	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	05/03/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.118	Prior de Santa Comba
	10/01/1400	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.119	
	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
	19/07/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.136	
	07/12/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.138	
	08/12/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.139	
	06/05/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.116 (fl.7)	
	14/06/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.124 (fl.9)	
Vicente Arias	29-31/05/1380	M.P.V., vol.II, p.126, n.588	
	25/09/1389	M.P.V., vol.II, p.231, n.687	
Gomes Martins	Indeterm.	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.96	
Afonso Domingues	30/11/1382	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.96	
	03/06/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.99	
Martim Peres	03/06/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.99	
Micias Fernandes	03/06/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.99	
Gonçalo Martins	12/01/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.103	Vigário de Murtede
	25/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.107	
	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	
	21/11/1396	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.116	
	05/03/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.118	
	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
	10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.132	
	02/03/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.135	
	19/07/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.136	Vigário de Murtede
João Esteves de Elvas	12/01/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.103	
	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	26/08/1394	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.17, n.768a	
	08/02/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.117	
	05/03/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.118	
	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
Gonçalo Peres	12/01/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.103	Prior de Ceira
	08/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.106	
	25/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.107	
	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	
	08/04/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.112	Prior de Ceira
	21/11/1396	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.116	
	05/03/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.118	
	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
Álvaro Pais	12/01/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.103	
	08/02/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.117	
	05/03/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.118	
Diogo Afonso	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	
	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
Rui Martins	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	Prior Anços; Procurador de S. Bartolomeu
	26/08/1394	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp. m.17, n.768a	
	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
	10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.132	
	22/01/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.133	
	02/03/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.135	
	19/07/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.136	
	07/02/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.138	
Pedro Afonso	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
	19/07/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.136	
	07/12/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.138	
	08/12/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.139	
Bernardo da Mota	08/02/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.117	
Vasco Anes	08/02/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.117	
	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
Martim Gil	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
Lourenço Domingues	1402/1406	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.126	
Fernão Garcia	10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.132	
	02/03/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.135	
	19/07/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.136	
Afonso Martins	05-10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.131	Prior de Monsarros
	10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.132	
	22/01/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.133	Prior de Monsarros; Procurador de S. Bartolomeu
	02/03/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.135	
	19/07/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.136	Prior de Monsarros
	23/09/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.137	Procurador de S. Bartolomeu
	07/12/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.138	
	08/12/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.139	Prior de Monsarros

Anexo 24 Cónegos de S. Bartolomeu

Nome	Cronologia	Documentos	Outras funções
Pedro Anes	8/04/1174	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 108 (fl.5v)	
	22/07/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 131 (fl.11)	
	02/12/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 162 (fl.17v)	
Mestre Gonçalo	03/08/119	Torquato de Sousa Soares e Pierre David, <i>Liber Anniversarium....</i> , tomo II, p. 70 (fl.113v)	
	11/01/000	Torquato de Sousa Soares e Pierre David, <i>Liber Anniversarium....</i> , tomo I, p. 37 (fl.11)	
	03/02/000	Torquato de Sousa Soares e Pierre David, <i>Liber Anniversarium....</i> , tomo I, p. 83 (fl.21v)	
	17/07/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 131 (fl.10v)	
	07/10/000	Torquato de Sousa Soares e Pierre David, <i>Liber Anniversarium....</i> , tomo II, p. 190 (fl.137)	
Pedro Martins	02/09/121	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 142 (fl.13)	
	26/10/123	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 153 (fl.15v)	
João Anes	09/03/122	Maria José Azevedo Santos, O cartulário do Mosteiro de S. Paulo ..., doc. 22	
D. Froia	29/04/122	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 114 (fl.6v)	
João Martins	03/08/122	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 134 (fl.11v)	
Martim Peres	28/10/124	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 154 (fl.15v)	
Pedro Miguéis	26/03/124	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 105 (fl.5)	
João Anes	04/05/126	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 115 (fl.7)	
	13/03/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 102 (fl.4v)	
	28/04/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 112 (fl.6v)	
	13/05/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 117 (fl.7v)	
	07/06/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 122 (fl.8v)	
	13/06/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 124 (fl.9)	
	22/06/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 125 (fl.9v)	
	27/06/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 126 (fl.9v)	
	02/07/000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 127 (fl.10)	
		0	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	20/07/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 131 (fl.10v)	
	05/08/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 135 (fl.11v)	
	26/09/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 147 (fl.14)	
	17/10/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 151 (fl.15)	
	15/12/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 165 (fl.18)	
Miguel Domingues	20/01/127 7	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 88 (fl.1v)	
Martim Afonso	08/1277 03/12/128 3	A.N.T.T., Sé, 1ª incorp., m.19, n.13 Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 163 (fl.17v)	
Mendo Martins	02/08/128 8	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 134 (fl.11v)	
Domingos Vicente	17/08/128 9	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.10	
Estevão Anes	17/08/128 9	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.10	Procurador da Col. de S. Bartolomeu
Mestre João	15/05/129 1	A.N.T.T., Sé, 2ª incorp., m.84, n.3856	
Abadino	10/02/130 2	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 95 (fl.3)	
João Afonso	25/11/132 4	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.23	
	26/01/132 5	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 90 (fl.2)	
	06/07/132 6	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31a	
	09/10/132 9	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.26	
	06/01/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 85 (fl.1)	
Nome Desconhecido	28/12/134 8	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.41	
Vicente Anes	01/01/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 84 (fl.1)	
	02/02/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 92 (fl.2v)	
	18/03/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 103 (fl.4v)	
	20/09/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 146 (fl.13v)	
	18/12/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 165 (fl.18)	
Nome Desconhecido	08/01/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 85 (fl.1)	Prior de Águeda
	07/05/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 116 (fl.7)	Prior de Águeda

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	16/08/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 137 (fl.12)	Prior de Águeda
	15/11/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 158 (fl.16v)	Prior de Águeda
Pedro Domingues	23/01/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 89 (fl.2)	
	16/09/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 145 (fl.13v)	
João Pais	06/06/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 122 (fl.8v)	
Martim Domingues	05/07/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 128 (fl.10)	
Domingos Miguéis	14/01/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 86 (fl.1v)	
	05/02/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 94 (fl.2v)	
	22/03/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 105 (fl.5)	
	23/04/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 112 (fl.6v)	
	12/07/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 130 (fl.10v)	
	18/10/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 152 (fl.15)	
D. Francisco	13/12/000 0	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p. 165 (fl.18)	

Anexo 25 Capelães de S. Bartolomeu

Nome	Cronologia	Documentos	Outras funções
Martim Peres	08/01/1257	T.T.-Sé, 1ªinc., m.15, n.28 e 31	
Antoninho Peres	19/01/1329	T.T.-Sé, 2ªinc., m.30, n.1237	
Pedro Marques	28/02/1333	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.99 (fl.3v)	
Pedro Domingues	22/04/1313	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.18	
	31/08/1337	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31	
	06/01/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.38	
Lourenço Esteves	06/01/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.38	
	28/12/1348	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.40	
	15/10/1353	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.46	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São
Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	05/05/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.50	
	01/05/1358	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.53	
	16/12/1359	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.166 (fl.18)	
Pedro Mateus	05/05/1357	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.50	
	24/12/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.67	
João Esteves de Elvas	10/00/1361	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.55	Raçoeiro de S. Bartolomeu
	21/08/1362	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.56	
	12/05/1363	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.59	
	12/08/1365	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.61	
	24/09/1365	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.34	
	04/10/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.66	
	24/12/1366	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.67	
	20/11/1368	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.69	
	26/04/1369	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.70	
	26/04/1370	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.71	
	21/06/1369	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.74	
	29/05/1374	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.79	
	12/01/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.103	
	22/02/1390	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.109	
	29/04/0000	Maria Amélia Campos, <i>A comemoração ...</i> , p.113 (fl.6v)	
João Domingues	27/01/1374	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.78	
	02/07/1375	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.83	
	20/08/1375	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.84	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	24/08/1377	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.90	
	21/02/1394	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.115	
	21/11/1396	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.116	
	05/03/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.118	
	10/01/1400	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.119	
	30/09/1400	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.120	
	05/05/1405	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.123	
	30/11- 01/12/1375-1405	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.124	
	08/09/1409	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.128	
	05-10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.131	
	10/12/1410	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.132	
João Gomes	14/10/1375	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.85	
	22/02/1377	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.88	
Gonçalo Domingues	25/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.107	
	08/04/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.112	
Pedro Anes	19/07/1411	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.136	

Anexo 26 Tesoureiros de S. Bartolomeu

Nome	Cronologia	Documentos	Outras funções
João Martins	02/10/1336	T.T. – Santana, cx.2, s/n	
Gonçalo Esteves	22/10/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.100	
Estevão Domingues	25/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.107	
	08/04/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.112	
Álvaro Afonso	05/03/1397	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.118	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

	30/09/1400	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.120	
Gonçalo Esteves	10/12/1408	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.127	
	08/09/1409	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.128	

Anexo 27 Prebendeiros de S. Bartolomeu

Nome	Cronologia	Documentos	Outras funções
Domingos Peres	06/07/1326	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.31a	
	06/07/1345	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.35	
Vasco Peres	22/02/1377	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.88	
	28/10/1384	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.98	
	03/06/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.99	
	03/06/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.99	
	22/10/1386	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.100	
	08/10/1389	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.106	
	20/02/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.110	
26/05/1391	Cristina Guardado, <i>A colegiada S. Bartolomeu ...</i> , doc.113		

Anexo 28 Ficha biográfica de Antão Garcia (pessoa real)

ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES	NOME
1. <input type="checkbox"/> 1349-01-27	obito : doador	cargo : Prior de Bruscos	tem como pertence: 40 Soldos	António Garcia >definir como nome
2. <input type="checkbox"/> 1367-05-06	emprazamento : enfileuta	cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu	tem como por emprazamento: 1 Olival	Antão Garcia >definir como nome
3. <input type="checkbox"/> 1363-03-28	posse : referido		procurador de Prior e Cabido de S. Bartolomeu	Antão Garcia >definir como nome
4. <input type="checkbox"/> 1366-04-19	contenda : referido	cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu		Antão Garcia >definir como nome
5. <input type="checkbox"/> 1389-10-25	emprazamento : referido	cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu		Antão Garcia >definir como nome
6. <input type="checkbox"/> 1390-02-22	renuncia : renunciante	cargo : Prior de Santa Eufémia de Penela cargo : Raçoeiro de S. Bartolomeu	tem como pertence: Prebenda	Antão Garcia >definir como nome
7. <input type="checkbox"/> 1405-11-30	emprazamento : referido	cargo : Prior de Santa Eufémia de Penela		Antão Garcia >definir como nome
8. <input type="checkbox"/> 9999-07-01	obito : doador	cargo : Prior de Bruscos datamorte : 01-07-1370	benefitor de Colegiada de S. Bartolomeu	Antão Garcia >definir como nome
9. <input type="checkbox"/> 9999-07-27	aniversario : doador	cargo : Raçoeiro	benefitor de Colegiada de S. Bartolomeu tem como pertence: 1 Cortinhal	Antão Garcia >definir como nome

Anexo 29 Distribuição cronológica do tecido socioprofissional de S. Bartolomeu

	1200-1249	1250-1299	1300-1349	1350-1499	1400-1459	Indeterminado	Total	Percentagem
Aristocracia urbana, clientela e oficialato régio	1		1	7	1		10	20%
Mesteres	1		6	9	5		21	41%
Comerciantes				3	2	1	6	12%
Trabalhadores rurais				4	1		5	10%
Serviçais		1		6	2		9	18%
Total	2	1	7	29	11	1	51	100%

Anexo 30 Grupos socioprofissionais da comunidade laica residente em S. Bartolomeu

Grupo socioprofissional	Nº de indivíduos	%
Aristocracia urbana, clientela e oficialato régio	10	
Escrivão dos contos do rei	1	
Porteiro do concelho	1	
Homem do rei	2	20%
Senhor do Hospital de Ceira	1	
Escudeiro	2	
Tabelião público de Coimbra	3	
Profissionais mecânicos	21	
Têxteis		
Alfaiate	2	
Tecelão	1	
Louça		
Oleira	1	
Peles e couros		
Sapateiro	4	41%
Outras matérias-primas		
Barqueiro	3	
Carpinteiro	2	
Telheiro	1	
Alimentação		
Lagareiro	5	
Pescador	2	

A Vida e a Morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do *Timelink*

Comerciantes	6	
Almocreve	4	12%
Mercador	2	
Trabalhadores rurais	5	
Lavrador	1	10%
Homem de serviço	4	
Serviçais	9	18%
Criado/a	9	
Total	51	100%